

# **CINCO ESTUDOS DE CASO SOBRE SERVIÇOS NO BRASIL**

**SOFTWARE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO,  
VIGILÂNCIA E GUARDA, SERVIÇOS DE BELEZA  
E SERVIÇO DOMÉSTICO REMUNERADO**



**1998 - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo**  
**ANPEC - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia**  
**IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte

Tiragem:

ISSN é preciso fazer o registro na Biblioteca Nacional para editar a coletânea

**Edição e Distribuição**

Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento de Serviços  
Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 7º andar, sala 720  
70053 - 900 - Brasília (DF)  
Telefone: (061) 329 7873 Fax: (061) 329 7336  
e-mail: <http://www.mict.gov.br>

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
DIPES - Departamento de Pesquisa  
Avenida Presidente Antônio Carlos, 51 - 16º andar - Castelo  
20020 - 010 - Rio de Janeiro - RJ  
Telefone: (021) 292 5141 Fax: (021) 240 1920  
End. Internet: [www. IPEA. Gov.br](http://www.IPEA.Gov.br)  
E-mail - [dipesj@ipea.gov.br](mailto:dipesj@ipea.gov.br)

A publicação deste livro contou com o apoio da

FESESP - Federação de Serviços do Estado de São Paulo  
Av. 9 de Julho, 5229 - 10º andar  
01407 - 907 - São Paulo (SP)  
Telefone: (011) 3067 8340 Fax: (011) 280 3061  
e-mail: [fesesp@fesesp.org.br](mailto:fesesp@fesesp.org.br)

Editoração eletrônica:

Impressão:

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca. Seção de Processos Técnicos - MICT

**Cinco Estudos de Caso sobre Serviços no Brasil**

*Software*, Limpeza e Conservação, Vigilância e Guarda, Serviços de Beleza e Serviço Doméstico Remunerado/ Hildete Pereira de Melo e Alberto Di Sabbato (organizadores), Brasília/Rio de Janeiro, MICT/IPEA, 1998

As pesquisas que originam os trabalhos desta coletânea foram financiadas pelo MICT, em convênio com a ANPEC e o IPEA.

1. Serviços de *Software*: reestruturação e comportamento exportador. 2. Serviços de Limpeza e Conservação: crescimento e impacto do processo de terceirização. 3. Serviços Privados de Vigilância e Guarda: conceituação e metodologia, evolução/perfil do pessoal ocupado e qualidade dos postos de trabalho. 4. Serviços de Beleza: mercado de trabalho e de bens. 5. Serviço Doméstico Remunerado: perfil da mão de obra.

**CDU**

**Hildete Pereira de Melo  
Alberto Di Sabato  
(organizadores)**

**Autores**

**Frederico Rocha  
Galeno Ferraz.  
Hildete Pereira de Melo  
Leonarda Musumeci  
Ruth Helena Dweck \***

---

\* Professores da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense e do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

# Sumário

## Apresentação

## Introdução

### Capítulo 1

#### *As Atividades Produtoras de Software no Brasil: Reestruturação e Comportamento Exportador*

Frederico Rocha

- i. Caracterização da Indústria de *Software*
- ii. Evolução do Setor no Brasil
- iii. Tendência à Especialização do Setor
- iv. Capacitação Tecnológica do Setor e Qualificação da Mão-de-Obra
- v. Desempenho Internacional do Setor

### Capítulo 2

#### *Os Serviços de Limpeza e Conservação no Brasil*

Galeno Ferraz e Frederico Rocha

- i. Limpeza e Conservação - Evolução da Ocupação entre 1985 e 1995
- ii. Análise das Principais Ocupações do Segmento Limpeza e Conservação
- iii. Qualidade dos Postos de Trabalho

### Capítulo 3

#### *Serviços Privados de Vigilância e Guarda no Brasil: um estudo a partir de informações da PNAD - 1985/95*

Leonarda Musumeci

- i. Conceituação e Notas Metodológicas
- ii. Evolução e Distribuição Regional do Pessoal Ocupado em Vigilância e Guarda
- iii. Perfil do Pessoal Ocupado
- iv. Qualidade dos Postos de Trabalho

## Capítulo 4

### *A Beleza como Variável Econômica: Reflexo nos Mercados de Trabalho e de Bens e Serviços*

Ruth Helena Dweck

- i. Contextualização do Estudo
- ii. As Atividades Relativas a “Beleza”: Estrutura e Mercado
- iii. Perfil da Mão-de-Obra nos Serviços de Beleza
- iv. Características dos Postos de Trabalho

## Capítulo 5

### *O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de Criadas a Trabalhadoras*

Hildete Pereira de Melo

- i. O Mercado de Trabalho e o Serviço Doméstico Remunerado - 1985/95
- ii. Trabalhadores Domésticos - a Antiga/Nova Ocupação: Quantas(os) e Quem São?
  - iii. Faixa Etária: Meninas/Mocinhas e Mães
- iv. Posição na Ocupação: a Legislação Trabalhista ainda não Chegou!
  - v. Nível de Escolaridade: do Lar e Analfabetas
  - vi. Rendimentos: Eu sou Pobre, Pobre, Pobre, de Marré, de Cé
- vii. A Jornada de Trabalho - uma Luta das Trabalhadoras Domésticas

## **Apresentação**

O Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo apresenta à sociedade brasileira esta coletânea de estudos de caso sobre algumas atividades de serviços. Os trabalhos originam-se de uma pesquisa mais ampla intitulada *Diagnóstico do Setor Serviços no Brasil*, realizada pela Diretoria de Pesquisa do IPEA e ANPEC, mediante convênio com este Ministério. O interesse do MICT num estudo sobre os serviços deve-se ao crescimento das atividades do setor e às mudanças que ele vem sofrendo em sua composição interna, fenômenos decorrentes de avanços tecnológicos, da crescente inter-relação entre atividades de serviços e a produção manufatureira, do incremento de seu comércio internacional, assim como do processo de globalização econômica atualmente em curso. Para fundamentar a formulação de políticas públicas do Departamento de Serviços do Ministério era necessário conhecer melhor essas atividades, que até muito pouco tempo estiveram fora do foco central da literatura econômica.

*José Botafogo Gonçalves*

*Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo*

*Fernando Resende*  
*Presidente IPEA*

*Claudio Monteiro Considera*  
*Diretor de Pesquisa*



## Introdução

A heterogeneidade e o grande número das atividades cujos produtos podem ser classificados como serviços, o surgimento de novas atividades nesse campo e as transformações de sua inserção na estrutura produtiva dificultam a definição de um conceito de serviços suficientemente abrangente para se tornar universalmente aceito. Entretanto, de uma maneira geral, serviços são definidos como produtos portadores de atributos ausentes nas mercadorias tangíveis. Esse critério constrói o conceito por negação e sublinha, entre as principais características dos serviços, a invisibilidade/intangibilidade, a impossibilidade de transporte/armazenamento e a simultaneidade entre produção e consumo.<sup>1</sup>

A literatura econômica propõe vários esquemas para classificar os serviços. Todos eles apresentam algum grau de arbítrio e sua utilidade depende, em grande medida, dos objetivos analíticos perseguidos. Todos eles contêm problemas, no que diz respeito à superposição de atividades, isto é, muitas atividades incluem serviços que poderiam integrar mais de um dos grupos propostos pelos esquemas classificatórios. Entre os esquemas mais largamente utilizados encontram-se:

a) a classificação de Katouzian:<sup>2</sup> *serviços modernos* (diversões, educação, etc.), *serviços complementares* (transportes, comércio atacadista e varejista, serviços bancários etc.) e *serviços tradicionais* (serviços domésticos etc.)

b) a classificação de Browning e Singelmann:<sup>3</sup> *serviços distributivos* (transporte, comunicação, comércio etc.), *serviços ao produtor* (seguros, serviços de engenharia e arquitetura, contabilidade etc.), *serviços sociais* (saúde, educação etc.) e *serviços pessoais* (reparação, serviços domésticos etc.).

---

<sup>1</sup> Outro critério utilizado para definição de serviço é residual. Considera-se como serviço o produto de todas as atividades não classificadas como atividades do setor primário ou secundário.

<sup>2</sup> Katouzian, M.A. - "The Development of the Services Sector: A New Approach" Oxford Economic Papers, 22 (November 1970), pp. 362-382.

<sup>3</sup> Browning, Harley L. e Singelmann, Joachim, The Emergence of a Service Society: Demographic and Sociological Aspects of the Sectoral Transformation of the Labor Force in the USA, Springfield, VA, National Technical Information Service, 1975.

c) a classificação segundo o conteúdo tecnológico: *serviços intensivos em conhecimento* (intensivos em capital humano), quase sempre customizados, (serviços técnico-profissionais, educação, saúde etc.) e *serviços convencionais*, caracterizados por exigências de capital humano reduzidas (serviços pessoais diversos, comércio varejista etc.).

d) a classificação segundo o uso principal do serviço: *serviços intermediários* e *serviços finais*.

e) a classificação segundo a principal forma de organização da atividade produtiva e da forma de oferta dos serviços: *serviços para o mercado* e *serviços não-mercantis* (administração pública, por exemplo).

f) a classificação segundo as Contas Nacionais Brasileiras (comércio, transportes, comunicações, serviços financeiros, administração pública e outros serviços).

De uma maneira geral, dois fenômenos motivaram a inclusão dos serviços na agenda das questões econômicas relevantes. Em primeiro lugar, seu crescimento quantitativo como gerador de emprego e renda e, em segundo, a diversificação de suas atividades, que, sobretudo na última década, tornaram-se cada vez mais heterogêneas. A esses dois fenômenos associa-se o conceito de sociedade pós-industrial, definida pela predominância dos serviços na atividade econômica (Bell, D., 1973).<sup>4</sup>

Inúmeras hipóteses, pouco testadas até os anos 70, foram levantadas para explicar o crescente peso econômico dos serviços nas sociedades pós-industriais. Entre as hipóteses de natureza estritamente econômica, duas merecem destaque, pela sua ampla utilização na literatura sobre o tema.<sup>5</sup> A primeira entende que a predominância das atividades produtoras de serviços nas sociedades industriais resulta dos incrementos de renda derivados da industrialização, supondo que a elasticidade-renda da demanda por serviços é superior a um.

A segunda hipótese tem como ponto de partida a elevação dos preços relativos dos serviços, especialmente em relação aos produtos da indústria. Esse fenômeno seria resultante das fortes

---

<sup>4</sup> Bell, Daniel "The Coming of the Post-Industrial Society", Nova York, 1973. Basic Books. Inc

<sup>5</sup> Sobre essa questão ver Sant'Anna, Roberto N. "O Setor de Serviços na Sociedade da Informação: contribuições para a construção de um subsistema de informações estatísticas." Rio de Janeiro. UFRJ, Escola de Comunicação. Mestrado em Ciência da Informação. Dissertação de Mestrado. 1998.

barreiras ao avanço da produtividade do trabalho nas atividades de prestação de serviços, em função de sua natureza *labor intensive*. Nessas circunstâncias, o crescimento dos salários reais na indústria, compatíveis com o aumento da produtividade industrial, induziriam elevações do salário real nos serviços proporcionalmente maiores que o aumento da produtividade setorial. Da conjugação desses fatores resultaria a elevação do preço relativo dos serviços, aumentando sua participação na renda nacional. Do mesmo modo, a presença de barreiras ao avanço da produtividade transformaria o setor serviços no principal pólo de atração de mão-de-obra na economia.<sup>6</sup>

O aumento do preço relativo dos serviços, resultante da rigidez da propagação de progresso técnico no setor, seria responsável por dois outros fenômenos intrínsecos à economia dos serviços: (a) a tendência de substituição de serviços finais adquiridos de terceiros por auto-prestação (*self-services*) e (b) a elevação dos custos de prestação de serviços tradicionalmente fornecidos pelo Estado, como educação, saúde e segurança. Este último fenômeno seria, para alguns autores, um dos elementos explicativos da crise do Estado de bem-estar (*Welfare State*) que atingiu as economias desenvolvidas nas últimas duas décadas.

A hipótese da incompatibilidade entre produção de serviços e progresso técnico não pode, contudo, ser generalizada para o conjunto do setor. Alguns subsetores, como comunicações e transportes, por exemplo, sofreram verdadeiras revoluções tecnológicas em seus modos de prestação. Muitas vezes as inovações introduzidas foram resultantes do progresso técnico verificado em outros subsetores de serviços. Esse fato indica que a evolução dos subsetores tecnologicamente dinâmicos, quando provedores de serviços intermediários, tem efeitos em cadeia de enorme relevância, por permitir a reorganização da atividade produtiva em outros setores econômicos. É, por exemplo, o caso dos serviços de *software*, cujo desenvolvimento foi peça importante na introdução de processos de automação, responsáveis pela reorganização da atividade produtiva em inúmeros segmentos industriais, e mesmo em outros subsetores de serviços, como aqueles associados à intermediação financeira. Do mesmo modo, a diferenciação da atividade produtora de *software*, como atividade específica e autônoma, resultou do desenvolvimento tecnológico na área de *hardware*. Isto indica que a crescente interrelação entre atividades industriais e de serviços multiplica a força de propagação do progresso técnico

---

<sup>6</sup> O teste dessas hipóteses para o caso brasileiro pode ser lido em *Os Serviços no Brasil*, Melo et alli, 1998) publicação do MICT/ IPEA.

derivado de inovações observadas em pontos distintos da cadeia produtiva (produção de mercadorias ou de serviços).

Por outro lado, processos de reorganização da atividade produtiva, mesmo os ocorridos na produção manufatureira, ao incluírem a introdução de novas técnicas organizacionais, administrativas e gerenciais, produzem impactos não desprezíveis sobre a produção dos serviços. Assim, por exemplo, ajustes na estrutura industrial acarretaram terceirização de algumas atividades, muitas delas típicas da prestação de serviços, como o caso das atividades de limpeza e conservação. Alguns autores julgam que esse processo foi, em certa medida, estimulado pelo aumento do preço relativo dos serviços, principalmente nas economias desenvolvidas. Chamam também atenção para o fato de a externalização das atividades de empresas ter permitido a emergência de novos prestadores de serviços, operando em bases empresariais, capazes de aproveitar as economias de escala decorrentes da concentração da atividade terceirizada num mesmo espaço produtivo.

Em relação à “economia dos serviços”, uma outra questão importante, que vai além da discussão em torno do crescimento de seu peso na renda e no emprego, refere-se à característica dos postos de trabalho gerados pelas suas atividades. Como já dito, o setor é atualmente, na quase totalidade das economias nacionais, o responsável pela criação da maior parte dos postos de trabalho. Este aspecto é particularmente relevante no caso brasileiro, onde as estatísticas apontam para o crescimento expressivo da ocupação em serviços. Contudo, os subsetores e atividades componentes do setor apresentam taxas muito diferenciadas de crescimento da ocupação e enorme disparidade na qualidade dos postos de trabalho gerados.

No caso brasileiro, os subsetores mais flexíveis quanto às relações de trabalho - como o comércio (onde é grande o peso do comércio ambulante) e os “outros serviços” - cresceram, entre 1985 e 1995, a taxas superiores àquelas observadas para as demais atividades do setor terciário. No interior dos serviços classificados como “outros”, os serviços técnico-profissionais constituem a atividade com crescimento mais consistente, enquanto os serviços financeiros apresentam, pelo contrário, decréscimo das suas taxas de ocupação.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Ver Melo (1998), *op. cit.*

Os comentários anteriores revelam que os serviços no Brasil vêm apresentando nas últimas décadas crescimentos expressivos de atividades ligadas a serviços tradicionais, empregadoras de mão-de-obra de baixa qualificação, e, ao mesmo tempo, de atividades modernas, de alto conteúdo tecnológico e geradoras de postos de trabalho de alta qualidade. Por esse motivo, torna-se necessária a realização de estudos subsetoriais capazes de captar a heterogeneidade interna que caracteriza a provisão de serviços.

Cinco atividades foram escolhidas como objeto dos estudos de caso que compõem os capítulos desta coletânea: Produção de *Software*, Limpeza e Conservação, Serviços Privados de Vigilância e Guarda, Serviços de Beleza (Higiene Pessoal) e Serviço Doméstico Remunerado. O primeiro critério para a escolha dessas atividades foi a importância de seu peso absoluto na geração de postos de trabalho (Serviços de Beleza, Domésticos Remunerados), ou a evidência de expressivas taxas de crescimento da ocupação na última década (Vigilância e Guarda, *Software* e Limpeza e Conservação). O segundo critério foi o de contemplar atividades tradicionais - Serviço Doméstico Remunerado, Serviços de Beleza (Higiene Pessoal), Limpeza e Conservação - e atividades modernas, difusoras de progresso técnico (*Software*). Finalmente, buscou-se estudar segmentos relevantes para a análise de temas e processos característicos da dinâmica atual da “economia de serviços”, como, por exemplo, os processos de terceirização (Vigilância e Guarda, Limpeza e Conservação) e as mudanças no caráter público ou privado de sua prestação (Vigilância e Guarda). Todos os estudos têm como foco principal o comportamento da ocupação e a qualidade dos postos de trabalho, analisados a partir das informações da PNAD/IBGE. Além disso, desenvolvem considerações acerca das dinâmicas específicas de cada atividade examinada.

O estudo de **limpeza e conservação** analisa um segmento predominantemente fornecedor de serviços intermediários, que apresenta quatro características centrais: (a) um alto grau de formalização dos postos de trabalho, ou seja, um elevadíssimo percentual de mão-de-obra com carteira assinada; (b) mão-de-obra pouco qualificada, com baixo nível de escolaridade e baixos salários; (c) melhoria relativa, na década, da qualificação média da força de trabalho ocupada; (d) evidências de terceirização crescente.

A atividade de **Vigilância e Guarda** apresenta características análogas às do segmento anterior, associadas a uma taxa explosiva de crescimento da ocupação no ramo de empresas

especializadas - suscitando algumas questões importantes, além daquelas relativas à geração de emprego e renda: (a) possíveis conseqüências negativas, para a consolidação da ordem democrática no país, da quebra do monopólio estatal do uso da força; (b) o frouxo controle até agora exercido pelo Estado sobre esses serviços, propiciando a multiplicação de firmas clandestinas e o descumprimento, mesmo pelas empresas legais, das normas básicas para o exercício da atividade, inclusive no que se refere à qualificação e ao treinamento da força de trabalho recrutada; (c) a disparidade entre os serviços públicos e privados de segurança, quanto aos níveis médios de qualificação (muito mais altos no setor público) e de renda (crescentes no setor privado e estagnados ou decrescentes no setor público).

O estudo sobre **Serviços de Beleza** (Higiene Pessoal) ressalta a modernização da atividade, representada pela mudança dos produtos, o perfil da mão-de-obra ocupada, e sua inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, destaca o crescimento da oferta de produtos industriais que concorrem com os serviços em questão. Sublinha, ainda, o papel desempenhado por mudanças ocorridas nos hábitos sociais - como a entrada da mulher no mercado de trabalho - e seus efeitos sobre a demanda e sobre a forma de provisão dos serviços desse ramo de atividades.

O estudo de *software* procura fornecer informações a respeito de três questões de relevância para o setor. Por um lado, a crescente comercialização internacional das atividades de *software*, em razão das novas possibilidades oferecidas pela introdução do progresso técnico na área de telecomunicações. De outro, a mudança estrutural do setor, com a entrada das grandes empresas internacionais na área de *software* generalizado e a maior atuação das pequenas empresas nos segmentos de *software* por encomenda. Por fim, a introdução de novas técnicas de engenharia de *software*, que permitiu a externalização das atividades das empresas, ao mesmo tempo que possibilitou a descentralização produtiva.

O capítulo sobre o **serviço doméstico remunerado** trata de um segmento que responde pela principal ocupação das mulheres brasileiras (19% das trabalhadoras do país). Conhecer a dinâmica dessa atividade é importante para desvendar a realidade de uma economia com tão graves contradições, com 20 milhões de pessoas vivendo na mais absoluta miséria. Como o serviço doméstico remunerado é culturalmente o lugar da mulher e o exercício dessas tarefas

não exige nenhuma qualificação formal, essa atividade é o refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem o treinamento requerido para o exercício de outras profissões.

*Grupo de Economia dos Serviços*

**As Atividades Produtoras de *Software* no  
Brasil: Reestruturação e  
Comportamento Exportador**

Frederico Rocha<sup>\*</sup>

---

<sup>\*</sup> Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço para correspondência: Instituto de Economia/UFRJ, Av. Pasteur, 250, CEP 22.290-240, e-mail: fred@ie.ufrj.br.

## Introdução

O setor de software no mundo tem impressionado pelo seu dinamismo recente. Ao contrário do previsto por alguns autores (Baumol et al. 1991), ele tem apresentado elevado índice de crescimento de sua produtividade, graças a dois fatores. Em primeiro lugar, a emergência da engenharia de sistemas permitiu a adoção de técnicas de desenvolvimento de software mais transparentes, reduzindo seu custo de manutenção, e, principalmente, não desperdiçando esforços já realizados (Pondé 1993). Em segundo lugar, o surgimento de máquinas com maior capacidade de processamento e armazenamento de informações possibilitou a substituição de mão-de-obra por equipamento, ao mesmo tempo em que permitiu a utilização de linguagens de mais alto nível.

Em simultâneo, as atividades produtoras de software vêm sofrendo internacionalmente uma forte reestruturação, com crescente especialização. Inicialmente, elas se caracterizavam por uma simbiose com os segmentos produtores de computadores e por disseminação de sua produção por diversos setores da economia. Ao longo do tempo, porém, assistiu-se uma concentração da produção e do desenvolvimento de software em empresas especializadas, com a dissociação de parte da produção de software da indústria de computadores e com a terceirização das atividades antes realizadas internamente às empresas produtoras de bens e serviços.

No caso brasileiro, a reestruturação tem se acelerado nos últimos anos, principalmente com a difusão do uso de microcomputadores e de comunicação via *internet*. Este trabalho procura enfocar o setor de software no país sob três perspectivas distintas. Primeiro, busca-se entender o processo de crescimento das atividades de software e sua localização produtiva - se interna a outros segmentos produtores de bens e serviços ou se especializada. Segundo, procura-se compreender como a indústria de software vem se capacitando tecnologicamente. Terceiro, visa-se à identificar o desempenho externo brasileiro.

Para cumprir este objetivo, o trabalho está dividido em cinco seções. Na primeira, realiza-se uma caracterização do setor e se abordam as principais limitações para a mensuração de seu tamanho. A segunda seção é dedicada ao estudo da evolução das atividades de software no Brasil a partir de informações a respeito do crescimento do faturamento das empresas independentes produtoras de software e dos postos de trabalho de analistas de sistemas e

programadores de dados. Na terceira seção, procura-se medir o grau de especialização das atividades de software e identificar processos de terceirização. A quarta seção cobre os temas referentes à capacitação tecnológica do setor de empresas independentes produtoras de software. Na quinta seção, cobre-se o desempenho internacional dos segmentos produtores de software.

## **1. Caracterização da Indústria de Software**

Steinmuller (1995) define software como “instruções controlando a operação da tecnologia de informação de hardware”. As atividades de software estão associadas à concepção, desenvolvimento e codificação de programas para a consecução de tarefas em computadores. Ele está compreendido na Classificação Nacional de Atividades Econômicas dentro de Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas nas siglas 72.1 - Consultoria em Sistemas de Informática, 72.2 - Desenvolvimento de Programas de Informática, 72.3 - Processamento de Dados e 72.4 - Atividades de Banco de Dados. Um primeiro problema para a análise destas atividades surge em razão da dificuldade de se abrirem as estatísticas de contas nacionais, Censo Econômico, PNAD e PME no nível destas classificações. Nas contas nacionais, elas se encontram agregadas a outras atividades na sigla “outros serviços”. A PNAD e a PME não permitem também o detalhamento das informações no nível necessário. As atividades de software estão relacionadas no código 573, onde estão definidas as atividades relacionadas a processamento de dados e serviços de computação. No entanto, esta sigla também conta com outras atividades como análise de mercado, pesquisas de opinião, assessoria de escritório, apoio à pequena e média empresa, etc. Desta maneira, a sua mensuração é imperfeita em razão de não cobrir boa parte das atividades relacionadas acima e conter atividades que não fazem parte de software. Por sua vez, as atividades relacionadas a escritórios de engenharia e elaboração de projetos estão associadas com a sigla 574. Assim, a melhor cobertura possível para estas atividades estaria dentro de uma sigla maior 57, onde estão as atividades de técnicos profissionais. A inexistência de Censos Econômicos após 1985 impede a realização da análise do setor após 1985. Ademais, a classificação encontrada então era extremamente ineficiente, em razão da destinação da maior parte das atividades de software sob a sigla de Centros de Processamento de Dados, que foram praticamente extintos durante a década de 80.

As atividades de software podem ser divididas em três categorias de acordo com a característica de sua oferta:

(i) software comercializado por empresas independentes visando a suprir demandas específicas ou generalizadas. Esta atividade tem crescido drasticamente em razão da maior difusão de máquinas e equipamentos. Assim, o advento dos minicomputadores na década de 70 e dos microcomputadores na década de 80 e das redes de informação na década de 90 permitiu um crescimento das empresas independentes produtoras de software que puderam oferecer seus produtos para uma maior gama de usuários (Steinmueller 1995);

(ii) software embarcado em hardware, principalmente no caso de sistemas operacionais. Parte do software embarcado em hardware tem origem dentro das próprias empresas de computadores, outra parte é produzida por empresas especializadas em software. No entanto, a contribuição das empresas de hardware está longe de ser desprezível. Steinmueller (1995) aponta que a participação das vendas de software no total das vendas das empresas de computador alcançava 22,9%, em 1981, e 15,5%, em 1991. Para se ter uma idéia da importância do software para as empresas de computadores, a comercialização total de software pela IBM alcançou, em 1991, US\$ 12.542 milhões, contra US\$ 2.276 milhões da Microsoft;

(iii) produção de software para uso próprio internalizada em empresas de distintos setores. Neste caso, fornecedor e usuário coincidem.

Estas formas de oferta se adequam de maneira distinta a diferentes características de demanda. A demanda pode adquirir um caráter específico ou generalizado. No caso de demanda específica, a demanda de software é realizada sob encomenda e deve ser usualmente suprida ou por empresas especializadas em atividades de software ou por produção internalizada. Já a demanda generalizada é satisfeita por softwares de pacote que devem encontrar sua demanda suprida tanto por empresas especializadas ou por intermédio de software embarcado. Há ainda casos intermediários em que se combinam demandas específicas de algumas empresas, com a oferta assumindo formas híbridas.

A heterogeneidade e a disseminação da oferta de software criam problemas adicionais para a mensuração destas atividades. A existência de empresas que atuam em outros segmentos

produtivos, mas desenvolvem software internamente e a simbiose entre as atividades de hardware e software tornam o cálculo da dimensão destas atividades, a partir de empresas que atuam predominantemente no setor, quase impossível. Assim, fica difícil captar a amplitude das atividades de software por categoria setorial.

A presença de uma dicotomia no segmento de empresas independentes produtoras de software é um outro tema relevante a ser introduzido, como consequência das características dos ativos a serem produzidos. Existem importantes diferenças entre as empresas de software que comercializam software sob encomenda e aquelas que comercializam software de pacote. Software se distingue das demais mercadorias em razão da existência de elevados custos de criação e custos marginais de reprodução que se aproximam de zero. Assim, as atividades relacionadas com software de pacote apresentam importantes economias de escala relacionadas com a difusão da marca, a estrutura de distribuição e suporte técnico, o potencial financeiro e o grau de diversificação. Ademais, a capacidade de crescimento das empresas está intrinsecamente relacionada ao tamanho do mercado. Já as empresas de software sob encomenda têm na imagem de confiabilidade, na interação com usuário e na sofisticação dos mercados locais as suas características mais marcantes (Pondé 1993). Além do mais, estes mercados vêm crescendo a taxas bastante diferentes. Software de pacote e sistemas integrados vêm crescendo a taxas superiores a 20%, enquanto o segmento sob encomenda cresce a apenas 15% (Schware 1992).

Esta caracterização tem importantes consequências sobre a organização e dinâmica internacional da indústria de software. De um lado, existe uma reestruturação das atividades de software que são externalizadas por empresas não especializadas e passam a demandar mais de empresas produtoras independentes; de outro, há uma dissociação da produção de software e de hardware, com a redução de custo e miniaturização da capacidade de armazenamento e processamento de informações. Ao mesmo tempo, a delimitação das atividades sob encomenda a serem supridas por pessoal situado internamente às empresas ou produtos a serem fornecidas por empresas independentes. Ademais, no caso brasileiro, em razão das fontes de vantagens competitivas levantadas acima, as características do mercado nacional podem influenciar a capacidade de crescimento de distintos segmentos de software (Schware 1992, Correa 1996).

## 2. Evolução do Setor no Brasil

O Brasil, segundo Schwabe (1992), era, em 1990, o sexto mercado mundial de computadores e serviços de informática que somavam cerca de US\$ 5,6 bilhões, sendo que a produção total no subsetor de software atingia US\$ 234 milhões. Segundo esse autor, os dez maiores vendedores de software respondiam por cerca de 80% do total do faturamento do setor. Grande parte do crescimento se deu em decorrência de elevada demanda do segmento financeiro e, assim, o software brasileiro está intrinsecamente relacionado ao processo inflacionário que demandou agilização dos procedimentos do setor bancário.

Em decorrência das limitações levantadas na seção anterior, as atividades de software serão dimensionadas por intermédio de estatísticas relacionadas com trabalho, extraídas da PNAD. A análise deste tipo de informação visa a dois objetivos. Primeiro, conhecer a evolução da dimensão das atividades de software. Segundo, estabelecer a evolução do grau de permeabilidade destas atividades nos diversos segmentos da economia. No entanto, a análise destes dados não permite cobrir resultados referentes ao faturamento das empresas envolvidas na produção de software, nem seu comportamento produtivo e tecnológico. Por isto, os dados da PNAD serão complementados por informações colhidas pela SEPIN/MCT com respeito a comercialização bruta e investimentos. Deve-se, contudo, estar ciente de que as amostras cobrem um número pequeno de empresas, têm viés de tamanho - que pode se tornar relevante em razão da reestruturação vivida pelo setor, conforme será indicado abaixo - e apresentam diferenças no número de empresas entrevistadas de ano para ano.

O gráfico 1 permite visualizar a evolução da participação de analistas de sistemas e programadores de computador na mão-de-obra ocupada total, entre 1985 e 1995. Pode-se perceber que há um elevado crescimento da participação da ocupação entre 1985 e 1990. No entanto, entre 1990 e 1993, há uma drástica redução da proporção de programadores e analistas na população ocupada total. A recuperação até 1995 não permite o retorno à posição de 1990. Desta maneira, o esperado grande crescimento das atividades de software na economia não se reflete no nível global de ocupação. Cumpre, assim, explicar a razão do crescimento do número de postos de trabalho em desenvolvimento de software abaixo da média da economia, entre 1990 e 1993, uma vez que a demanda por produtos de software cresceu em todo o mundo (Steinmueller 1995, Schwabe 1992, Correa 1996).

Alguns desenvolvimentos no software e na indústria de hardware fornecem possíveis explicações para o contraste entre o esperado crescimento das atividades de software e o reduzido aumento da mão-de-obra de analistas e programadores. Primeiro, a indústria de computadores demonstrou um elevado crescimento da produtividade nas últimas décadas. Baumol et al. (1991) colocam que, em 1970, hardware representava mais de 70% do custo dos serviços de computadores, programação e processamento de dados nos Estados Unidos, contra 25% de salários e benefícios. Em 1984, os dispêndios com mão-de-obra já respondiam por cerca de 40% do custo total, contra pouco mais de 40% do hardware. Esta tendência se manteve ao longo de toda a década de 80 (Steinmueller 1995), produzindo o que Baumol et al. (1991) denominam doença de custos. A resposta estratégica das empresas foi a substituição de mão-de-obra de analistas e programadores por equipamento, concretizado na utilização de linguagens de mais alto nível, mais intensivas em memória armazenada e de processamento. Ademais, o desenvolvimento da indústria de hardware reduziu os tempos mortos de mão-de-obra, frutos da reduzida capacidade de processamento das máquinas anteriormente utilizadas, que demandavam maior quantidade de tempo entre o desenvolvimento de determinado algoritmo e sua compilação (Steinmueller 1995).

Ao mesmo tempo, ao contrário do que é afirmado por Baumol et al. (1991), as atividades de software tiveram um ganho elevado de produtividade a partir do progresso da engenharia de software. Basicamente, esta evolução consiste na própria utilização de linguagens de mais alto nível, no desenvolvimento de programas pré-fabricados, no recurso a ferramentas CASE (*computer-aided software engineering*), que permitem a automação parcial de tarefas e em melhoramentos na gerência das atividades de desenvolvimento de software, estabelecendo formas mais eficazes para controlar, avaliar e dar suporte às atividades de software (Pondé 1993:22).

A maior eficiência e sistematização da produção de software por intermédio da engenharia de software e a redução do custo da memória residente e de estocagem permitiu uma alteração no perfil da organização do setor. A sistematização de tarefas e o surgimento de linguagens de mais alto nível tiveram duas conseqüências: (i) reduziram o nível de apropriabilidade do programador em relação ao programa produzido; e (ii) ampliaram a base de pessoas capazes de compreender os softwares desenvolvidos, na medida em que o grau de conhecimento necessário para programadores foi extremamente reduzido. Conseqüentemente, o potencial dos

programadores para proteger seu conhecimento sobre os programas foi reduzido, ao mesmo tempo em que a capacidade de monitoramento por parte das empresas foi elevada.

O gráfico 2 confirma preliminarmente os indícios acima levantados de que a estagnação da quantidade de mão-de-obra ocupada no segmento de software em comparação com as tendências internacionais de crescimento do setor não é refletida em um decréscimo do nível de produto (estimado pelo faturamento). Ao contrário, o setor apresenta um grande aumento da comercialização bruta de suas empresas entre 1988 e 1995. No entanto, deve-se ter em conta que estes dados, conforme explicitado acima, enfrentam problemas de flutuação do número de empresas entrevistadas e de representatividade da amostra. Ademais, não estão sendo levadas em consideração atividades de software realizadas por firmas que atuam predominantemente fora do segmento de software propriamente dito. Parte da elevação do nível de crescimento do produto do setor pode ser confirmada quando se observa um aumento na relação comercialização bruta/número de empresas de cerca de 80% entre 1991 e 1995.

### 3. Tendência à Especialização do Setor

A tabela 1 apresenta um índice de concentração da ocupação de analistas e programadores na economia brasileira. Pode-se perceber que a mão-de-obra de analistas e programadores está quase tão bem distribuída na economia quanto a força-de-trabalho total, denotando um elevadíssimo nível de permeabilidade das atividades produtoras de software na economia nacional, o que confirma a dificuldade de se mensurar as atividades de software a partir de uma simples análise do setor de software e serviços de computadores.

Ao mesmo tempo, deve-se perceber que há uma tendência para maior concentração das atividades de software ao longo dos dez anos cobertos pelos dados. Em 1985, o índice de Herfindhal-Hirschman<sup>1</sup> para a distribuição de analistas e programadores nos setores da economia é praticamente igual àquele apresentado pela mão-de-obra ocupada na economia, enquanto em 1995, há alguma diferença. No caso de programadores, esta tendência é ainda mais pronunciada, com o seu índice de concentração de atividades sendo 67% ao da economia.

---

<sup>1</sup> O índice de Herfindhal-Hirschman procura medir o grau de concentração de atividades. Ele é mensurado a partir do somatório do quadrado das parcelas correspondentes a cada setor. Desta maneira, entendendo-se  $s_i$  = total dos analistas no setor  $i$ /total dos analistas da economia, o índice de Herfindhal-Hirschman será determinado por  $HHI = \sum s_i^2$ .

Parte deste comportamento pode ser explicado pelos gráficos 3 e 4 que apresentam a distribuição da ocupação total de analistas e programadores em nove setores da economia. Pode-se perceber que há uma clara tendência nos dados de concentração das atividades nos segmentos de técnicos profissionais, onde estão localizadas as empresas independentes produtoras de software. Por outro lado, há uma redução relativa da participação da mão-de-obra para desenvolvimento de software situada na indústria de transformação, principalmente no caso de analistas, e instituições financeiras, com ênfase nos programadores.

Estes dados sugerem que o setor de empresas independentes de software, além de provavelmente ter apresentado ganhos de produtividade fruto do aumento da capacidade de processamento e armazenamento de dados das novas máquinas e da redução do custo de memória residente e de disco rígido, presenciou um crescimento do número de analistas e programadores empregados, o que sugere um aumento de sua capacidade produtiva. Esta tendência, além de ser confirmada pelos dados da SEPIN, pode ser observada pelos dados da amostra expandida da PNAD que apresentam uma elevação do número de analistas no segmento de técnicos profissionais de 15139, em 1990, para 25394, em 1995, e na quantidade de programadores de 25108 para 37038.

O decréscimo da participação da indústria de transformação e das instituições financeiras no total da ocupação de software pode estar indicando um aumento da terceirização destas atividades. No entanto, cabe controlar diferenças no crescimento relativo dos setores como um todo. Entre 1985 e 1995, o setor financeiro e a indústria decresceram sua participação na mão-de-obra total. Assim, a redução da participação dos setores na ocupação de analistas e programadores poderia estar apenas refletindo um encolhimento de tamanho relativo.

Para controlar esses efeitos, a tabela 2 apresenta índices de especialização setorial em atividades de software, representados como a razão entre o total de analistas e programadores ocupados no setor dividido pela mão-de-obra total ocupada no setor e o total de analistas e programadores da economia dividido pelo total da mão-de-obra ocupada na economia. Um índice de especialização superior a um representa uma participação de analistas e programadores no setor superior à média da economia. O incremento deste índice no tempo sugere que este setor se tornou mais especializado do que a média.

Pode-se perceber que, entre 1990 e 1995, há um sensível aumento do índice de especialização dos técnicos profissionais. Conforme colocado acima, este setor contém as empresas produtoras de software, o que insinua que houve uma concentração das atividades em empresas especializadas, reforçando as suspeitas extraídas do exame dos gráficos 3 e 4 e da tabela 1. Deve-se, no entanto, manter em mente que o setor de técnicos profissionais contém muitas outras atividades além de software e migrações delas em direção ao software não seriam captadas pelas essas estatísticas.

Os dados para a indústria de transformação apresentam duas trajetórias distintas. De um lado, entre 1985 e 1992, há um acréscimo da especialização do setor em atividades de software; de outro lado, após 1992, o setor apresenta um decréscimo do nível de especialização, chegando, em 1995, a um índice inferior àquele apresentado em 1985. Como a tendência natural é de elevação da demanda por software, é lícito sugerir a ocorrência de um aumento relativo da demanda externa de software na indústria de transformação.

Os dados para instituições financeiras são bem menos claros, apresentando flutuações ao longo dos dez anos cobertos pelas estatísticas da tabela 3. Inicialmente, há um acréscimo no seu nível de especialização até 1992. A partir de então, entre 1992 e 1993, há um decréscimo no índice de especialização em atividades de software, com o índice voltando a crescer entre 1993 e 1995, terminando o período com um grau de especialização superior ao de seu início. Assim, ao contrário do que se poderia supor, a mão-de-obra relacionada com software se tornou mais importante dentro do setor. Estes dados, apesar de não negarem a existência de terceirização de atividades em alguma medida, sugerem que este processo não foi pronunciado dentro do setor.

Os setores não especializados em software - construção civil, serviços distributivos, administração pública e mineração & agricultura - apresentam trajetórias distintas, com outros serviços e administração pública crescendo seu nível de especialização em software e serviços distributivos reduzindo sua especialização.

Uma vez que no setor de técnicos profissionais estão localizadas as empresas produtoras independentes de software e, tendo em vista o seu crescimento e a possível externalização de atividades de software da indústria de transformação, acompanhando tendência internacional evidenciada em Steinmueller (1995), deve-se questionar a razão do processo de terceirização.

Segundo este autor, as empresas usuárias de programas de computador enfrentaram obstáculos que podem ter gerado necessidade de externalização de parte destas atividades: (i) o elevado custo de manutenção dos pacotes de software, em alguma medida gerados a partir de incentivos aos programadores das unidades produtivas que procuravam proteger suas posições na firma por intermédio da criação de sistemas com alto custo de manutenção; (ii) o alto custo de monitoramento, relacionado com a dificuldade de mensuração da produtividade dos envolvidos nestas atividades; (iii) dificuldades no desenvolvimento de grandes sistemas de software; e (iv) problemas com a qualidade dos produtos gerados internamente. Deve-se adicionar que a existência de alto custo fixo no desenvolvimento e custo de reprodução quase nulo cria importantes economias de escala a serem aproveitadas em mercados generalistas ou semi-generalistas.

Apesar de todos estes pontos serem relevantes, deve-se estar atento para o fato de que os itens (i) e (ii) se mantêm verdadeiros tanto para as atividades internalizadas, quanto para compras realizadas junto a outras empresas, ou seja, a externalização de atividades de software não implica necessariamente um ganho relativo, mas simplesmente a transferência do problema para esferas mais especializadas. No caso do item (iii), a existência de dificuldades na geração de produtos, principalmente em razão da falta de economias de escala, representada pelo alto custo fixo do software, pode criar condições adequadas para a externalização. No caso do item (iv), a questão se volta para a própria dificuldade de gerenciamento de atividades em grandes empresas. Na medida em que a externalização implica o redirecionamento para organizações com burocracias mais leves, o monitoramento de atividades pode se tornar mais fácil. Ademais, na medida em que um mercado passa a intermediar as relações, a existência de concorrência pode implicar a imposição de ambientes de seleção adequados e evitar comportamentos oportunistas, reduzindo o risco de (i) e (ii) ocorrerem.

Ao mesmo tempo, as transformações na indústria de software, principalmente no que se refere ao gerenciamento e à engenharia de sistemas, facilitaram o monitoramento e o acompanhamento destas atividades ao sistematizar as tarefas de construção do *algoritmo*. Como consequência, reduziu-se o grau de apropriabilidade por parte do produtor (analista) e, portanto, diminuiu-se o risco de comportamentos oportunistas. Assim, a necessidade de mecanismos laterais de controle, como internalização das atividades, foi reduzida. Por conseguinte, a propensão a se adotar provedores externos de software foi elevada.

Por fim, pode-se apontar um último e decisivo motivo para a tentativa de terceirizar estas atividades, a fuga dos custos indiretos do trabalho. Grande parte do processo de externalização de atividades na economia tem sido motivado pela tentativa de redução de gastos com mão-de-obra. Isto tem se refletido em um maior grau de informalidade na contratação da mão-de-obra, que passa a assumir formatos diversos.

O aumento da participação de conta própria no total de analistas de sistemas e programadores ocupados aparece como um possível reflexo da tentativa de fuga dos custos indiretos da mão-de-obra por parte das empresas que atuam nos setores industriais. Pode-se perceber no gráfico 5 que, enquanto há entre 1985 e 1995 uma redução da proporção de analistas e programadores com carteira de cerca de 15 pontos percentuais, a participação dos conta própria aumenta em cerca de 12 pontos e a de empregados sem carteira tem também uma elevação de cerca de 4 pontos percentuais. Assim, o processo de terceirização sugerido é acompanhado de um aumento dos analistas sem vínculo empregatício formal, indicando que a mão-de-obra terceirizada provavelmente não é contratada por outra empresa.

Deve-se salientar ainda que a totalidade dos analistas e programadores trabalhando por conta própria está localizada no segmento de técnicos profissionais, o que adiciona indícios de que o objetivo de processos de terceirização é a redução dos custos de mão-de-obra. Pode-se perceber, a partir do gráfico 6, que, na primeira metade da década de 90, a proporção de analistas e programadores contratados com carteira cai drasticamente, contando, em simultâneo, com um crescimento com aqueles que trabalham por conta própria. Esta tendência é mais pronunciada, entre 1993 e 1995, principalmente no caso dos programadores de dados. Acrescenta-se ainda a constatação de que há pouca variação da percentagem da mão-de-obra contratada sem carteira, indicando que as relações internas às empresas permanecem formais.

Se observados em conjunto com os gráficos 3 e 4 e a tabela 2, estes dados adicionam evidência para sugerir que o crescimento do número de analistas e programadores no segmento de técnicos profissionais é consequência de um processo de terceirização, onde as firmas especializadas que mantinham relações formais com seus trabalhadores continuam agindo na mesma direção, enquanto o segmento vem recebendo um novo contingente de mão-de-obra que provavelmente foi expulso do setor formal da economia.

São conhecidos os casos de analistas independentes que fornecem serviços para empresas de software. Assim, os dados sugerem que, além das empresas dos demais setores da economia estarem externalizando parte da produção de software, as próprias empresas produtoras independentes terceirizam atividades, aproveitando os desenvolvimentos recentes das tecnologias de hardware e, provavelmente, fugindo dos custos indiretos do trabalho. Este procedimento se tornou possível na medida em que foi elevada a capacidade processadora dos microcomputadores e, principalmente, as unidades puderam se comunicar em redes (INTERNET), permitindo a descentralização geográfica da produção e do desenvolvimento de software. Ademais, outras atividades, anteriormente executadas em CPDs que centralizavam todo o trabalho, também puderam ser realizadas em unidades independentes.

#### **4. Capacitação Tecnológica do Setor e Qualificação da Mão-de-Obra**

O crescimento do setor de informática durante a primeira metade da década de 90 foi acompanhado por uma elevação nas taxas de investimento. O gráfico 7 apresenta, com base na amostra do SEPIN, a participação das taxas de investimento em modernização e ampliação, P&D e treinamento. As taxas de investimento em modernização e ampliação cresceram ao longo do período que vai de 1991 a 1994, sendo que, em 1995, registrou-se um acentuado declínio, passando de quase 7% do valor bruto comercializado pelo setor, em 1994, para pouco mais de 3%, em 1995. A manutenção do processo de redução do nível de investimento poderia ter graves conseqüências sobre o setor, em decorrência da alta taxa de progresso técnico no setor de informática (tanto software, quanto hardware). No entanto, os dados de apenas um ano são insuficientes para revelar uma trajetória clara.

Já as taxas de investimento em P&D registraram crescimento ao longo de toda a primeira metade da década de 90, elevando-se de 5% para 7% da comercialização bruta, o que aproxima a média do setor dos valores investidos pelas empresas líderes internacionais que dispõem em média 10 e 11% de seu faturamento em P&D<sup>2</sup> (Steinmueller 1995:31). Embora possa haver algum viés nestes dados em decorrência da limitada amostra, eles demonstram a existência de um grande número de empresas que, em média, têm realizado esforço visando a elevar seu nível de investimento em P&D e acompanhar o nível de investimento mundial.

---

<sup>2</sup> Young (1996) informa que os dispêndios em P&D no setor de software, na Noruega, Grécia e Austrália, são, respectivamente, 5,8%, 22,7% e 6,9%. Estatísticas para o setor nos Estados Unidos não são fornecidas pela autora.

Enquanto os investimentos em modernização e ampliação e P&D apresentam expansão, os investimentos em treinamento de pessoal têm decaído ao longo da década de 90 (gráfico 7). Este resultado seria esperado, em decorrência da elevação dos laços informais de trabalho sugeridos acima, o que reduz os incentivos das empresas em investir em formação profissional, uma vez que o aumento da capacitação técnica de seus contratados não reverte completamente para a empresa.

Esta tendência de pouco investimento em treinamento de pessoal não reflete um processo de deterioração da formação de pessoal do setor. Pode ser observado nos gráficos 8 e 9 que o nível de qualificação da mão-de-obra se mantém mais ou menos estável na década de 90, sendo que o gráfico 9, que cobre um período mais amplo, demonstra que entre 1985 e 1995 houve uma sensível melhora de qualificação, com uma grande elevação no número de analistas pós-graduados (mais de 17 anos de educação).

No entanto, o gráfico 10 demonstra uma deterioração da qualificação dos programadores de dados no país. Estes dados podem estar refletindo uma redução dos requisitos para a formação de programadores, em decorrência da simplificação de suas tarefas, sugerindo que o crescimento no número de programadores nos últimos anos é acompanhado de uma deterioração da mão-de-obra.

## **5. Desempenho Internacional do Setor**

No caso brasileiro, um dos pontos que foram centro das atenções internacionais é sua estratégia de desenvolvimento, considerada um caso paradigmático de política setorial voltada para o crescimento via produção direcionada para o mercado doméstico. Parte fundamental desta estratégia foi a norma adotada a partir de 1982 de se registrar todo software comprado por agências governamentais e obrigar um novo registro a cada dois anos, com o objetivo de dar possibilidade para o surgimento de um similar nacional que deveria ter a preferência do governo<sup>3</sup>. Outro ponto importante para a manutenção desta estratégia era a legislação de propriedade intelectual para software, que impedia a apropriação dos frutos do software por

---

<sup>3</sup>É importante mencionar que Schwarc (1982) apresenta dados informando que 1/3 do dispêndio em processamento de dados, em 1981, estava situado dentro do governo.

parte das empresas estrangeiras<sup>4</sup>, facilitando, assim, a cópia por parte de empresas nacionais de soluções apresentadas por aquelas empresas.

No entanto, dois desenvolvimentos a partir do final dos anos 80 são fundamentais para alterar o rumo tomado pela indústria de software. Em primeiro lugar, a promulgação de uma lei de copyright para o software que equiparou a legislação brasileira àquelas dos países desenvolvidos, permitindo o registro de software estrangeiro (Schware 1992, Pondé 1993). Embora cheia de restrições, esta lei assegurou os direitos de propriedade das empresas estrangeiras sobre o software produzido fora do país, reduzindo, portanto, as barreiras à entrada no mercado brasileiro. Ao mesmo tempo, ela possibilitou um ambiente adequado também para o desenvolvimento de software nacional, principalmente aquele de uso geral. Em segundo lugar, a partir de 1992, a política de reserva de mercado no Brasil foi abandonada, com a abertura do mercado nacional para importações (Correa 1996).

Começou-se, então, a buscar políticas alternativas que fizessem frente à crescente tendência de internacionalização do mercado de informática. Como se pode perceber, pela tabela 3, o nível de exportação de software cresce consideravelmente para os quatro países da OCDE onde os dados estão disponíveis. Deve-se levar em consideração que o mercado está associado a repentes como ocorre em 1985, para a Noruega, e 1990, para os Estados Unidos, que são pontos isolados no tempo. A existência de um grande mercado no Brasil atrai parte da atenção das empresas multinacionais.

Com a abertura do mercado doméstico, o Brasil tem convivido com elevados *déficits* no balanço comercial de software. O gráfico 11 apresenta a evolução das importações de software entre 1993 e 1996, justamente o período pós-abertura aberto em duas categorias: (i) software cópia única; e (ii) software com diversas cópias. A diferença entre essas duas categorias se refere à possibilidade de comercialização interna. No primeiro caso, cópia única sugere a importação de software com objetivo do uso direto no processo produtivo da empresa. No segundo caso, a possibilidade de existência de muitas cópias pode indicar sua posterior comercialização por parte da empresa importadora. Percebe-se que houve um crescimento consistente das importações, neste período, liderado principalmente pela aquisição de software generalizado. No caso do software cópia única, apesar das importações crescerem no período, elas o fazem em um nível inferior. Isto sugere que o crescimento internacional da

---

<sup>4</sup>Ver Pondé (1993) e Schware (1992) para uma análise do desenvolvimento do mercado doméstico nacional e

comercialização de software para a utilização dentro da empresa importadora tem crescido, enquanto a importação de software para comercialização interna se reduziu.

As exportações não apresentaram o mesmo desempenho das importações (gráfico 12). De um lado, o volume de exportações é bem inferior ao de importações. Enquanto em 1993 e 1994 as exportações totais não chegavam a R\$ 1 milhão, as importações ultrapassavam US\$ 50 milhões. De outro, não há consistência comportamental nos dados, principalmente no que se refere a software de pacote, que apresenta grande variação durante o período. Já no caso de software cópia única, a partir de 1994, há uma tendência geral ao crescimento. Deve-se, no entanto, aceitar que parte deste fraco desempenho pode ser explicado pela excessiva valorização da moeda nacional no período pós-real. Embora o governo tenha apresentado esforços para preparar as empresas nacionais para serem competitivas no mercado internacional, como é o programa SOFTEX 2000 que visa a estimular as exportações, a resposta está aquém do esperado.

A identificação dos atores no processo de importação e exportação permite conclusões interessantes. A partir de informações fornecidas pelo Banco Central, pôde-se classificar - por intermédio de análise do Anuário da Gazeta Mercantil, e da Melhores e Maiores da Revista Exame - o principal setor de atuação das empresas exportadoras e importadoras, tanto de software de uma maneira geral, quanto software cópia única.

A abertura dos dados do Banco Central por nome de empresa exportadora permite identificar duas tendências distintas. De um lado, no caso de software em geral, a exportação é realizada predominantemente por empresas que atuam dentro do segmento de software (tabela 4). De outro, no software cópia única, prevalecem empresas de fora do setor de software. Neste caso, duas forças podem estar atuando: (i) o fato de algumas empresas do setor de bens e de outros serviços estarem desenvolvendo programas de computador que são específicos de suas atividades pode gerar competitividade internacional em software sob encomenda; e/ou (ii) as empresas podem estar exportando bens ou outros serviços que têm contrato casado de compra e venda. Neste último caso, a competitividade provavelmente emana do setor de bens e não do setor de software. No primeiro caso, a existência de um setor demandante eficiente pode *puxar* o desenvolvimento de um segmento fornecedor.

Para as importações (tabela 5), há uma mudança neste quadro com a predominância das empresas que atuam fora do setor de software. Todavia, as empresas de software também se apresentam como importadoras relevantes, principalmente no software com muitas cópias. Neste caso, é de se suspeitar que haja um processo de revenda do software no mercado doméstico. O gráfico 13 confirma esta constatação para a amostra da SEPIN/MCT. O nível de importação de software por empresas que atuam no setor com o objetivo de revender o produto no mercado doméstico varia de US\$ 35 milhões US\$ 160 milhões no período entre 1991 e 1995. Apesar da elevação do valor de importações neste período, a relação entre importação para revenda e comercialização se reduz entre 1991 e 1995, saindo de 35% do total das vendas para cerca de 15%, o que significa que o crescimento total das vendas de software por estas empresas é superior ao crescimento das vendas provenientes de importação, revelando um crescimento do valor das vendas advindas de software desenvolvido internamente. Logo, embora as empresas de software não demonstrem uma elevação de sua competitividade externa, pelo menos no mercado interno, elas têm apresentado sinais de melhoria de sua atuação, ganhando espaço em relação ao software importado, malgrado a maior abertura do mercado.

## **Conclusões**

Algumas conclusões podem ser extraídas a partir das informações colhidas por este estudo. As atividades de software passaram por uma forte transformação a partir do início da década de 90. Inicialmente muito disseminadas por diversos setores da economia, estas atividades passaram a se concentrar cada vez mais no segmento de técnicos profissionais, onde estão localizadas as empresas independentes produtoras de software, representando, portanto, uma elevação do grau de especialização da produção e desenvolvimento de software.

A reorganização das atividades de software foi acompanhada de uma reestruturação de suas relações de trabalho. A redução da proporção da mão-de-obra contratada com carteira foi seguida de uma drástica elevação de trabalhadores por conta própria, sem um reflexo no aumento daqueles contratados sem carteira. Este fato sugere que a concentração da produção está relacionada com a descentralização geográfica do desenvolvimento e produção de software. Acredita-se que estas mudanças tenham sido provocadas por dois fenômenos

distintos: (i) a tentativa de fuga dos custos indiretos do trabalho; e (ii) as dificuldades de monitoramento e coordenação em grandes estruturas hierárquicas e, simultaneamente, a possibilidade de desenvolvimento de software em estruturas mais *enxutas*.

Embora os dados colhidos tenham sido preliminares, os resultados indicam que o segmento de empresas independentes produtoras de software tem demonstrado grande vitalidade nos últimos anos, no que se refere a sua capacitação tecnológica. O nível de investimento em expansão e modernização tem crescido (com exceção de 1995) e o dispêndio em P&D tem sido incrementado. Alguma preocupação deve ser dirigida, no entanto, para o investimento em treinamento de mão-de-obra, que se reduziu nos últimos anos. Esta redução parece ser consequência da reestruturação das relações de trabalho, com o aumento de programadores e analistas trabalhando por conta própria, o que dissipa os frutos do treinamento, diminuindo os incentivos de investimento das empresas. Este fato aparentemente não se reflete na qualificação formal da mão-de-obra que tem se mantido em níveis elevados.

O grande problema do software parece ser, no entanto, seus contínuos *deficits* na conta serviços. Com a abertura do mercado em 1992, as importações têm crescido rapidamente, principalmente no que se refere ao software vendido com mais de uma cópia, enquanto as exportações não têm demonstrado a mesma vitalidade. Embora parte deste problema possa ser atribuído à valorização cambial no período pós-real, o segmento produtor de software nunca parece ter demonstrado força no mercado exterior. É interessante observar que grande parte da exportação de software se deveu, antes de mais nada, a empresas que atuam em outros segmentos. Desconfia-se, portanto, que esta parte do comércio de software esteja associada a práticas de contrato casado ou à competitividade demonstrada em outros segmentos da economia.

## Bibliografia

- Baumol, W.; Blackman, S.; and Wolf, E. *Productivity and American Leadership: The Long View*. The MIT Press, Cambridge, 1991.
- Correa, C. Strategies for Software Exports from Developing Countries. *World Development*, 24 (1), 171-182, 1996.
- IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1985-1995.
- Melo, P. e Branco, C. Setor de Software: Diagnóstico e Proposta de Ação para o BNDES. In *BNDES Setorial*, 5, Março, 1997.
- OECD *Services: Statistics on International Transactions, 1970-1992*, 1995.
- Pondé, J. *Competitividade da Indústria de Software*. Relatório da pesquisa Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas, 1993.
- Schwartz, R. Software Industry Entry Strategies for Developing Countries: A Walking on Two Legs Proposition. *World Development*, 20 (2), 143-164, 1992.
- SEPIN/MCT Indicadores para o Setor de Informática, 1991-1995.
- Steinmueller, E. *The U.S. Software Industry: An analysis and Interpretive History*. Discussion Paper, MERIT/University of Maastricht, 1995.

Tabela 1

Índice de Herfindhal-Hirschman<sup>5</sup> para a Distribuição da Ocupação  
entre os Setores da Economia a Trinta Setores (1985-1995)

	Analistas	Programadores	Ocupação Total na Economia
1985	0,120	0,120	0,121
1990	0,110	0,137	0,100
1992	0,151	0,114	0,125
1993	0,174	0,123	0,122
1995	0,147	0,196	0,117

Fonte: IBGE/PNAD.

Tabela 2

Índices de Especialização\* Setorial em Atividades de Software (1985-1995)

	1985	1990	1992	1993	1995
<i>Indústria de Transf.</i>	1,80	1,90	2,19	2,01	1,62
<i>Construção Civil</i>	0,31	0,33	0,16	0,50	0,23
<i>SIUP</i>	4,88	2,87	7,82	4,84	6,51
<i>Serv. Distributivos</i>	0,90	0,65	0,71	0,46	0,66
<i>Instituições Financeiras</i>	7,91	8,93	9,56	7,64	8,72
<i>Administração Pública</i>	0,65	0,73	0,82	0,86	0,82
<i>Técnicos Profissionais</i>	16,84	14,49	17,12	18,84	18,55
<i>Outros Serviços</i>	0,20	0,26	0,18	0,30	0,35
<i>Mineração &amp; Agricultura</i>	0,07	0,02	0,02	0,06	0,01

Fonte: IBGE/PNAD.

\*O índice de especialização é formado pela relação entre a participação de analistas e programadores na m.d.o. total do setor e a participação de analistas e programadores na economia como um todo.

Tabela 3

Evolução das Exportações de Software de Quatro Países da OCDE, US\$ milhões

	EUA	Alemanha	Canadá	Noruega
1981			43	
1982			41	3
1983			58	2
1984			76	1
1985			61	19
1986	1109	87	102	8
1987	782	132	138	8
1988	1394	228	201	8
1989	1183	247	195	9
1990	26058	257	220	11
1991	2186	357	250	14
1992	2621	376		

Fonte: OECD, Services: Statistics on International Transactions, 1970-1992.

<sup>5</sup>Sendo  $s_i$  a participação da mão-de-obra ocupada no setor  $i$ ,  $HHI = \sum s_i^2$ .

Tabela 4

**Número de Empresas Exportadoras de Software que Atuam Predominantemente no Segmento de Software**

	1993		1994		1995	
	Soft-ware	Cópia Única	Soft-ware	Cópia Única	Soft-ware	Cópia Única
Número de Empresas Fornecidas pelo BC	8	5	3	2	7	7
CGC Identificado	7	5	2	2	7	4
Setor Identificado	3	5	0	1	3	4
Software Principal Setor de Atividade	3	2	0	1	3	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil.

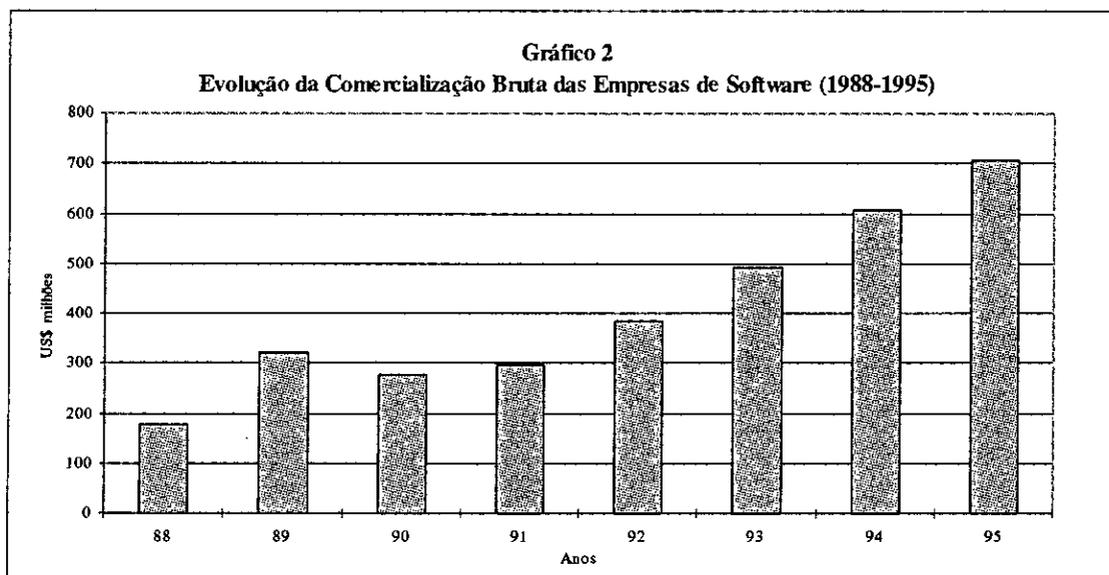
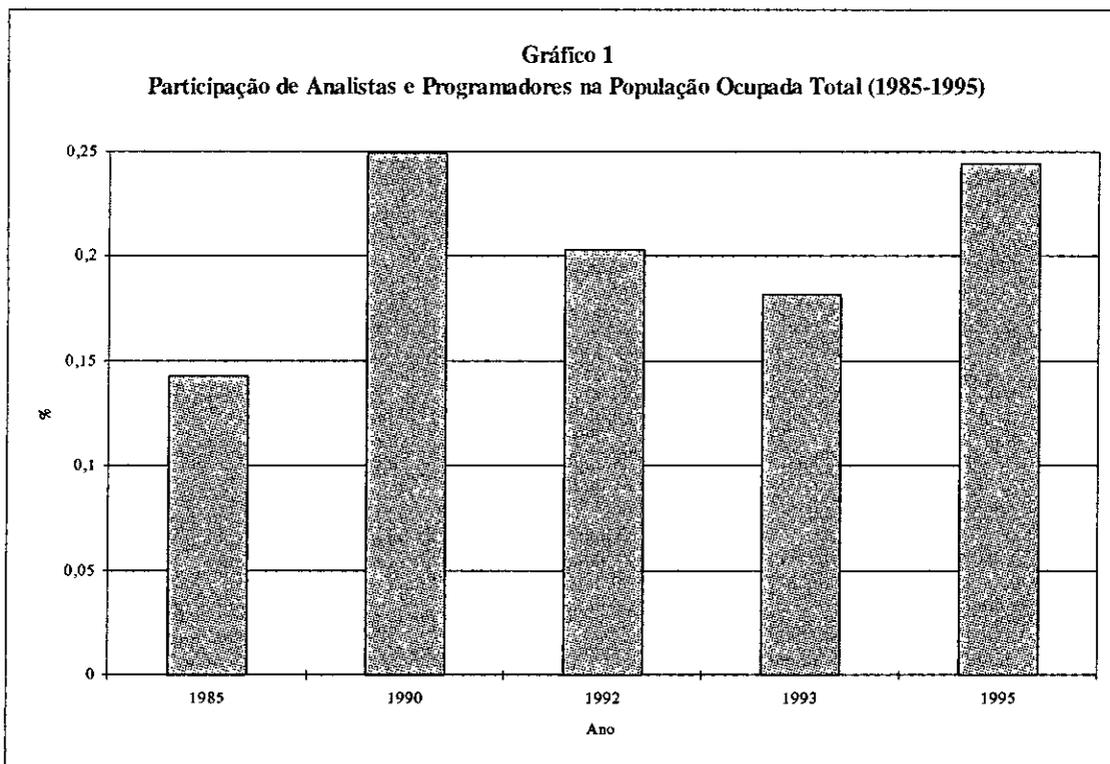
Tabela 5

**Número de Empresas Importadoras de Software que Atuam Predominantemente no Segmento de Software**

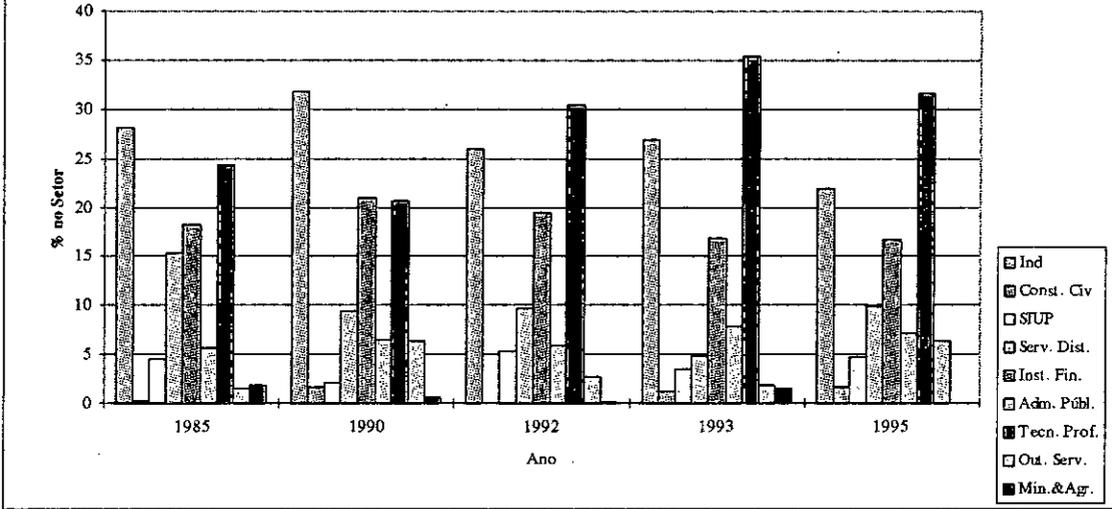
	1993		1994		1995	
	Soft-ware	Cópia Única	Soft-ware	Cópia Única	Soft-ware	Cópia Única
Número de Empresas Fornecidas pelo BC	50	50	50	50	50	50
CGC Identificado	50	50	50	50	50	50
Setor Identificado	19	35	20	35	12	35
Software Principal Setor de Atividade	7	2	3	1	3	2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil.

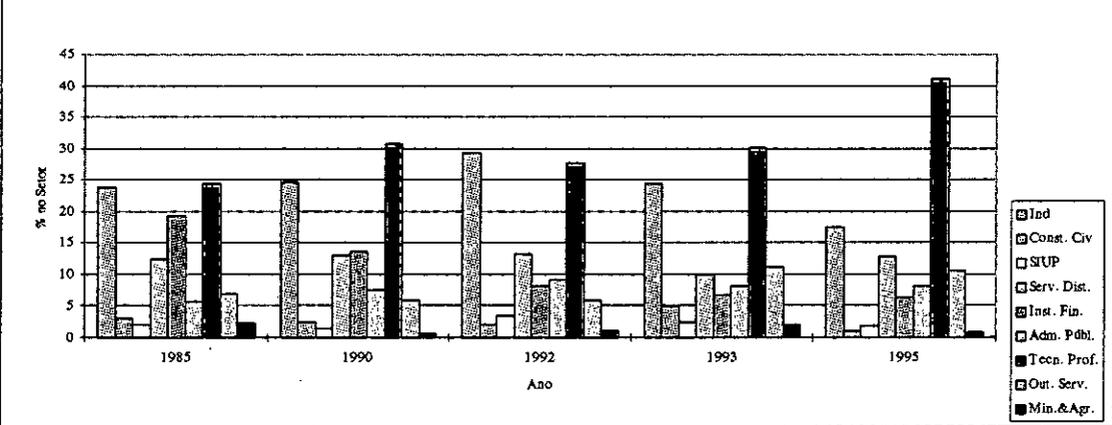
## Gráficos



**Gráfico 3**  
Distribuição Setorial dos Analistas de Sistemas Ocupados (1985-1995)



**Gráfico 4**  
Distribuição Setorial dos Programadores Ocupados (1985-1995)



**Gráfico 5**  
Distribuição de Analistas de Sistemas e Programadores de Dados por Posição na Ocupação (1985-1995)

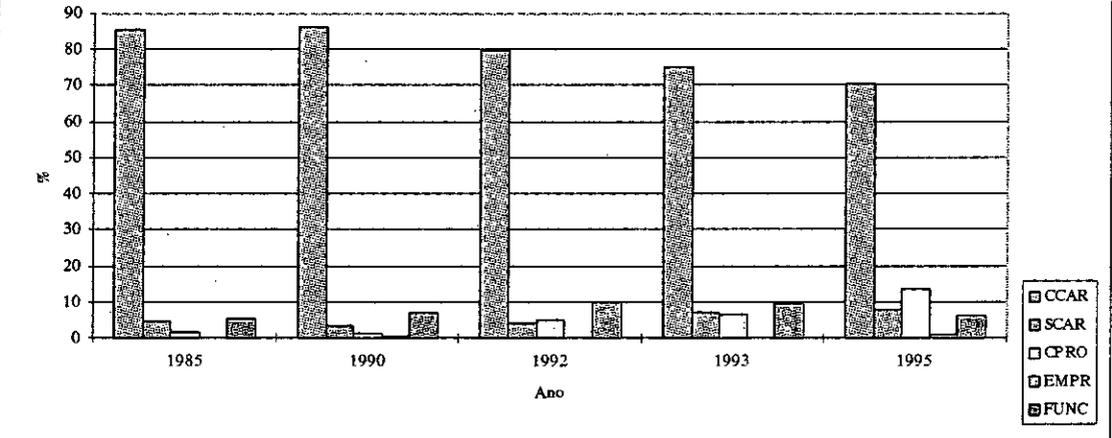


Gráfico 6  
Distribuição de Analistas e Programadores no Segmento de Técnicos Profissionais por Posição na Ocupação

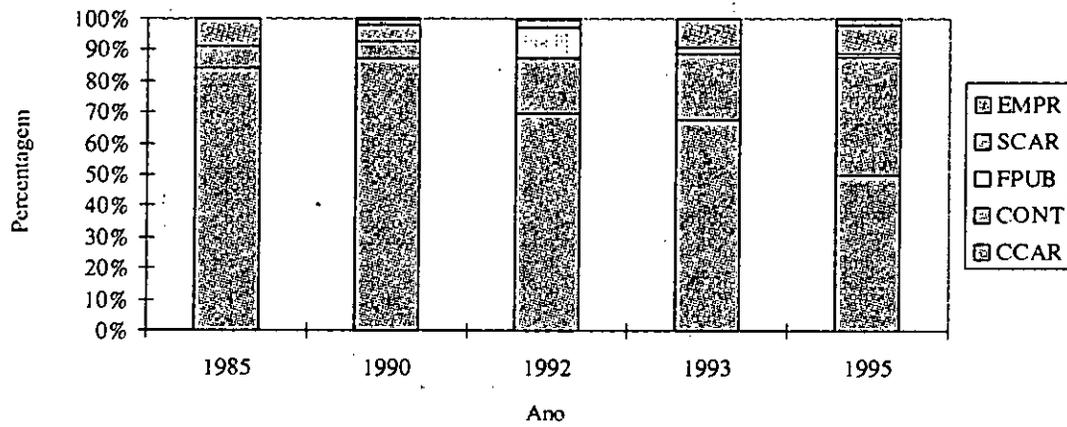


Gráfico 7  
Investimentos do Setor de Software

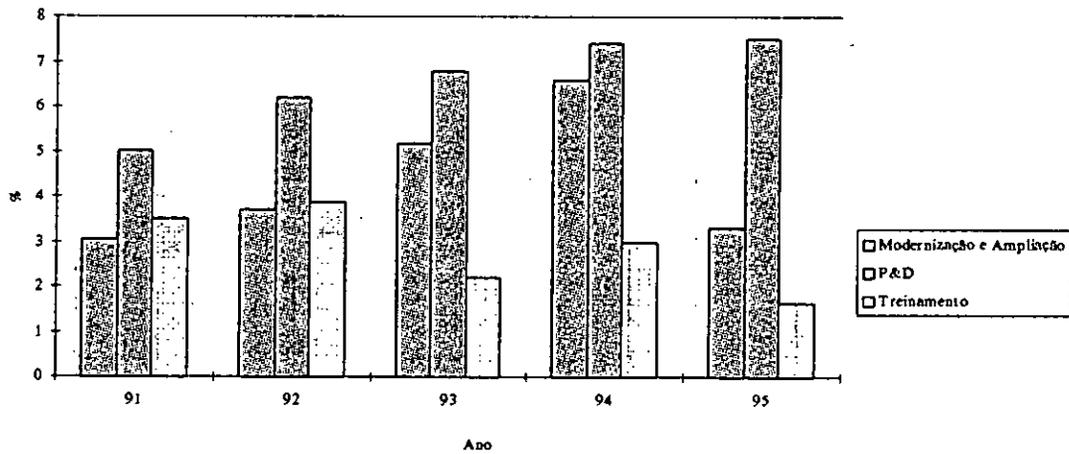
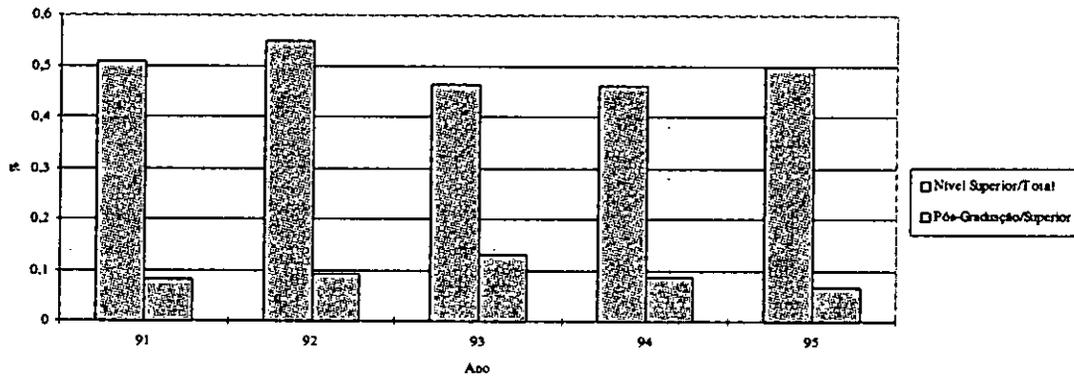


Gráfico 8  
Evolução da Qualificação dos Recursos Humanos no Setor de Software





# Os serviços de limpeza e conservação no Brasil

Galeno Ferraz<sup>\*</sup>  
Frederico Rocha<sup>\*\*</sup>

---

<sup>\*</sup> Professor do Instituto de Economia/UFRJ e Faculdade de Economia/UFF.

<sup>\*\*</sup> Professor do Instituto de Economia/UFRJ.

## 1 - Introdução

Este trabalho procura avaliar o ritmo de crescimento da ocupação do segmento de limpeza e conservação no Brasil entre 1985 e 1995, considerando a influência exercida pelo processo de terceirização dessas atividades, ocorrido nas empresas que atuam nos demais setores da economia.

O setor serviços tem despertado maior atenção dos estudiosos nos últimos anos, dada a sua crescente participação na geração da renda e do emprego nos principais países da economia mundial. Neste quadro, parte da preocupação da literatura tem se dirigido para o fato de algumas de suas atividades apresentarem reduzido crescimento de produtividade e, portanto, para as conseqüências que sua importância crescente pode acarretar sobre a dinâmica das economias contemporâneas. Uma análise da OCDE (1997) aponta crescimento negativo da ocupação na indústria em todos os países da OCDE, à exceção do México (0,1% a.a.). Em contrapartida, registra elevadas taxas de crescimento da ocupação em serviços observadas para quase todos os países da amostra, excetuando-se a Finlândia (-0,4% a.a.). Esta tendência corrobora a preocupação acerca do futuro do emprego registrada por Gershuny (1987), em função da composição assumida pelo setor serviços. Nestas circunstâncias, a análise da qualidade dos postos de trabalho gerados pelo setor serviços passa a ter um papel central na discussão sobre as tendências recentes observadas no mundo do trabalho [Barros e Mendonça (1997)].

No interior da discussão anterior, os serviços de limpeza e conservação constituem interessante estudo de caso, capaz de revelar dimensões e aspectos da natureza de parcela da expansão da ocupação em serviços. Inicialmente, cabe ressaltar que se trata da análise de serviços classificados como intermediários. De acordo com Gershuny (1987), a provisão deste tipo de serviços deveria apresentar uma taxa de crescimento superior à de segmentos de serviços finais, em razão da elevada taxa de substituição desses últimos por bens. Em sua reflexão sobre o tema o autor associa o crescimento dos serviços intermediários a três fatores distintos: *a*) geração de novos produtos, fruto da introdução de progresso técnico; *b*) aproveitamento de economias de escala, fruto da maior especialização das atividades; e *c*) fuga dos elevados custos

indiretos da mão-de-obra [Gershuny (1987)]. A estes, cabe ainda adicionar o crescimento da demanda, em decorrência de mudanças estruturais na sociedade [Abraham e Taylor (1996)]. O interesse da discussão, portanto, reside na determinação da taxa de crescimento das atividades e no motivo do crescimento. Um setor que cresce por geração de novos produtos certamente tem distintas implicações — tanto para a economia, quanto para políticas públicas — quando comparado com outro que apresenta grande expansão em decorrência das dificuldades do trato da mão-de-obra por parte de empresas de outros setores.

Ao mesmo tempo, o setor de limpeza e conservação apresenta elevada participação de mão-de-obra pouco qualificada e baixos salários, conferindo relevância ao seu estudo quanto aos impactos sobre a qualidade dos postos de trabalho gerados na economia.

Este trabalho tratará inicialmente de caracterizar a taxa de crescimento da ocupação no segmento de limpeza e conservação na década de 1985-95, comparativamente às taxas encontradas para outros setores e segmentos da atividade econômica. Posteriormente, procurará relacionar a expansão do segmento com as possíveis causas de crescimento dos segmentos provedores de serviços às empresas, buscando, neste caso, evidências de teceirização. Finalmente, tratará de averiguar a qualidade relativa dos postos de trabalho do setor, tanto no que se refere à sua evolução, quanto à comparação com outros setores da economia.

A análise proposta será realizada a partir de dados de ocupação da PNAD/IBGE. Os serviços de limpeza e conservação estão inseridos nas Contas Nacionais na rubrica Outros Serviços. Infelizmente, a desagregação apresentada pelas Contas Nacionais impossibilita a análise isolada dessas atividades, o que inviabiliza sua utilização para os fins deste trabalho. Na definição da PNAD/IBGE, as atividades do segmento estão incluídas no Código 542 (limpeza e conservação). Os serviços de igual natureza prestados no domicílio são contabilizados na rubrica Domésticos Remunerados (Código 544/PNAD). O código 542 da PNAD/IBGE registra, portanto, em sua maior parte, a ocupação em serviços prestados a empresas, condomínios, prédios etc. Não inclui trabalho doméstico e empregados em ocupações características

do segmento de limpeza e conservação (faxineiros, calafates, pintores, vigias, porteiros etc.) contratados diretamente por empresas de outros setores da economia (indústria, construção civil, serviços industriais de utilidade pública, entre outros). Assim, o critério de contabilização dessas ocupações no segmento de limpeza e conservação (código 542/PNAD) reside no fato do posto de trabalho correspondente a essas ocupações estar sendo gerado por atividade cujo fim principal é prestar serviços de limpeza e conservação. Em tais circunstâncias, um empregado administrativo (ocupação não característica do segmento) de uma firma prestadora de serviços de limpeza e conservação está contabilizado no segmento, enquanto um faxineiro/servente (ocupação característica do segmento limpeza e conservação) empregado numa indústria estará registrado na ocupação industrial.

## **2 - Limpeza e conservação — evolução da ocupação no segmento entre 1985 e 1995 (Brasil e macrorregiões)**

A atividade de limpeza e conservação tem pouca, porém crescente importância no crescimento dos postos de trabalho gerados na economia brasileira. Em 1985, o segmento respondia por 0,69% da ocupação nacional total e por 1,36% da ocupação do setor serviços, elevando-se, em 1995, para 0,75% e para 1,38%, respectivamente. Caracteriza-se assim um ritmo de crescimento superior tanto à economia como um todo, quanto às atividades que compõem o setor serviços (Tabela 1). O aumento da participação dos postos de trabalhos gerados pela atividade no total dos postos de trabalho da economia nacional foi uma tendência observada para todas as macrorregiões do país — à exceção da região Norte. O mesmo pode ser constatado quando da consideração da participação do segmento (limpeza e conservação) na ocupação do setor serviços. É importante registrar que, na região Sudeste, concentradora da maior parcela da ocupação total e dos serviços do país, o peso das ocupações geradas pela atividade aumentou em relação à ocupação total, mas se manteve relativamente estável no que se refere à ocupação dos serviços. Isso se deve ao crescimento mais que proporcional da ocupação em serviços *vis-à-vis* à ocupação total observada na região.

TABELA 1  
*Brasil e Macrorregiões - Participação da ocupação em limpeza e conservação na ocupação total e de serviços*

Região	Total 1985	Total 1995	Serviços 1985	Serviços 1995
Norte (urbano)	0,67	0,29	0,91	0,44
Nordeste	0,26	0,36	0,64	0,80
Sudeste	1,05	1,13	1,84	1,82
Sul	0,41	0,55	0,96	1,17
Centro-Oeste	0,65	0,80	1,13	1,35
Brasil	0,69	0,75	1,36	1,38

FONTE: PNAD/IBGE.

As evidências anteriores são confirmadas pelo exame da Tabela 2, cujos números revelam que, entre 1985 e 1995, a ocupação no segmento nacional de limpeza e conservação cresceu a uma taxa superior às registradas para a ocupação total e nos serviços. Do ponto de vista regional, o Norte (urbano) foi a única macrorregião a apresentar taxa negativa de crescimento. A maior taxa de crescimento no período foi observada na região Nordeste onde a ocupação quase duplicou. Da mesma maneira, as regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram expressivas taxas de crescimento da ocupação (ver Tabela 2).

TABELA 2  
*Brasil e Macrorregiões - Taxa de crescimento da ocupação — 1985/95*

Região	Limpeza e conservação.	Ocupação Total	Ocupação Serviços
Norte (urbano)	-6,64	116,04	93,81
Nordeste	98,94	44,44	57,49
Sudeste	32,17	22,82	33,53
Sul	73,75	29,30	43,44
Centro-Oeste	65,29	34,03	38,86
Brasil	44,32	32,85	42,80

FONTE: PNAD/IBGE.

A taxa de crescimento da ocupação em limpeza e conservação observada para o país entre 1985 e 1995 (44,32%) implicou a presença de cerca de 160 mil postos de trabalho adicionais. Isso significa que 0,93% da ocupação adicional total (todos os setores da economia) existente em 1995 em relação a 1985 foi gerada por esse segmento. Sua contribuição para a produção de novos postos de trabalho no período foi ainda maior (1,41%) no setor serviços. A maior contribuição do segmento limpeza

e conservação para o estoque de novos postos de trabalho, tanto total, quanto do setor serviços, foi encontrada para a região Sudeste, dado que nesta região a atividade possui maior peso (ver Tabela 4). Em tais condições, pode-se afirmar que a atividade limpeza e conservação assumiu maior importância relativa como fonte de geração de novos postos de trabalho na região considerada (ver Tabela 3).

TABELA 3  
*Brasil e Macrorregiões - Limpeza e conservação*  
*Contribuição para a ocupação adicional (1995/85)\**

Região	Ocupação total	Ocupação em serviços
Norte (urbano)	-0,04	-0,06
Nordeste	0,58	1,09
Sudeste	1,48	1,76
Sul	1,03	1,63
Centro-Oeste	1,25	1,90
Brasil	0,93	1,41

FONTE: PNAD/IBGE.

\* Número de postos de trabalho existentes a mais em 1995 em relação a 1985.

Embora apresentando uma taxa de crescimento da ocupação entre 1985 e 1995 menor do que as encontradas para as regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste (Tabela 2), a atividade limpeza e conservação apresenta maior peso na região Sudeste. Essa circunstância pode ser constatada pela comparação da participação da região na ocupação nacional em limpeza e conservação com sua participação na ocupação nacional do setor serviços. Os indicadores<sup>1</sup> da Tabela 4 revelam que o setor serviços do Sudeste é, do ponto de vista da ocupação, especializado em serviços de limpeza e conservação. As demais regiões embora não especializadas no segmento apresentaram índices de especialização ascendentes entre 1985 e 1995 (ver Tabela 4).

<sup>1</sup>Indicadores de especialização: participação da região na ocupação nacional em limpeza e conservação/participação da região na ocupação nacional nos serviços (Ocupação regional em L&C/Ocupação nacional em L&C ÷ Ocupação regional nos serviços/Ocupação nacional nos serviços) . Índices superiores à unidade indicam que a região participa da ocupação nacional no segmento numa proporção superior à verificada para sua participação na ocupação no setor serviços.

TABELA 4  
*Índice de especialização regional em limpeza e conservação\**

Região	1985	1995
Norte (urbano)	0,7	0,3
Nordeste	0,5	0,6
Sudeste	1,3	1,3
Sul	0,7	0,8
Centro-oeste	0,8	1,0

FONTE: PNAD/IBGE.

\* Participação da ocupação regional em limpeza e conservação na ocupação nacional do segmento (L&C) sobre a participação da região na ocupação total do setor serviços.

As atividades de limpeza e conservação apresentaram no período analisado um crescimento superior à média nacional. Ao mesmo tempo, as regiões que, em 1985, detinham índices de especialização em serviços de limpeza e conservação mais reduzidos foram justamente aquelas que registraram maiores taxas de crescimento da atividade (à exceção do Norte urbano), fato que sugere um processo de convergência inter-regional na comportamento da ocupação analisada.

### 3 - Análise das principais ocupações do segmento limpeza e conservação

Gershuny (1987) para estudar o processo de crescimento dos serviços intermediários e sua interação com a indústria propõe uma divisão das atividades de serviços por categoria de ocupação. Neste caso, é possível identificar ocupações ligadas à prestação de serviços desempenhadas dentro dos diversos setores da economia (indústria, agropecuária, extrativa mineral construção civil, serviços industriais de utilidade pública e serviços) O crescimento do número de empregados no setor serviços em ocupações típicas do segmento de limpeza e conservação (serventes, faxineiros, por exemplo), se acompanhado por redução do número de postos de trabalho destas ocupações nos demais setores da economia, aparece como um indicador da presença de processos de terceirização das atividades de limpeza e conservação. O caso contrário sugeriria a internalização de atividades de serviços de limpeza e conservação em empresas de outros setores econômicos. Por sua vez, a redução ou aumento da ocupação tanto em outros setores quanto no setor serviços estaria indicando uma mudança na demanda por tal atividade, seja por mudanças nos hábitos sociais, seja

pelo surgimento de serviços ou bens substitutos.<sup>2</sup> A testagem destas hipóteses, no que diz respeito ao segmento de limpeza e conservação, pode ser realizada por intermédio dos dados de ocupação da PNAD/IBGE que classificam a mão-de-obra ocupada não só por atividade (setores, subsetores e segmentos da atividade econômica), mas também pela ocupação exercida pelos trabalhadores no interior daquelas atividades.

A análise do segmento de limpeza e conservação mediante suas principais ocupações pode fornecer subsídios adicionais para a real percepção da variação da oferta desses serviços. Entre as principais ocupações do segmento limpeza e conservação estão as de faxineiros, porteiros e vigias. Em 1985, essas três ocupações respondiam por 82% do total do segmento, proporção que foi reduzida para 78% em 1995. O estudo passará a examinar, por essa razão, os postos de trabalho gerados para a principal ocupação do segmento: serventes/faxineiros. Vale registrar que serão considerados não só os postos de trabalho dessa ocupação gerados no interior do segmento limpeza e conservação (um dos segmentos do setor serviços), mas também os postos de trabalho da ocupação gerados fora do setor serviços (agropecuária, extrativa mineral, indústria, serviços industriais de utilidade pública e construção civil) e nos demais segmentos do setor serviços (todos os segmentos do setor exclusive os da atividade 542-limpeza e conservação)

### **3.1 - Análise da composição das ocupações do segmento limpeza e conservação**

A Tabela 5 mostra a participação das ocupações no segmento limpeza e conservação em 1985 e 1995. Foram consideradas isoladamente as ocupações com participação percentual relevante na ocupação total. São elas: faxineiros, porteiros, vigias e ascensoristas. As ocupações típicas de atividade empresarial (ocupações

---

<sup>2</sup> Este tipo de procedimento é de particular conveniência no caso de serviços, em que habitualmente o produto está associado à mão-de-obra e mais particularmente no caso de serviços de limpeza e conservação. Por ser uma atividade intensiva em mão-de-obra pouco qualificada, a geração interna de progresso técnico parece pouco provável. Simultaneamente, a capacidade de diferenciação de produtos de limpeza e conservação é muito restrita, dificultando a introdução de progresso técnico por esse meio. Logo, restaria a substituição do serviço por bens industriais novos ou a introdução de progresso técnico incorporado em insumos. No caso de substituição do produto, o normal seria a redução da ocupação no setor, que já verificou que, no agregado, não ocorreu. Quanto ao progresso técnico incorporado, seria lícito esperar aumento de produtividade. As dificuldades de mensuração da produtividade no setor impedem, todavia, qualquer tipo de constatação.

administrativas, secretariado, contabilidade, estafetas etc.) foram agregadas sob a denominação *ocupações típicas de empresa*. De forma aproximada, o comportamento dessa rubrica expressa o comportamento da atividade empresarial presente no setor. Na rubrica "outros" foram agregadas todas as demais ocupações que, isoladas, não apresentavam peso expressivo na ocupação do segmento (calafates, dedetizadores, pintores, aplicadores de sinteco etc.).

As ocupações presentes na Tabela 5 podem ser divididas em duas faixas: *a)* alto crescimento, composta por vigias, porteiros, ocupações típicas de empresas, ascensoristas e outros; e *b)* baixo crescimento, formada por serventes e faxineiros. Um ponto a ser colocado a partir das estatísticas acima levantadas é que as diferentes taxas de crescimento no período determinaram a caracterização de um perfil distinto para o setor, e podem apontar mudanças no comportamento da demanda.

TABELA 5  
*Brasil - Ocupações do segmento limpeza e conservação  
participação na ocupação total do segmento (1985 e 1995)*

Ano	1995		1985		1995/1985	
	Quantidade de Postos de Trabalho	%	Quantidade de Postos de Trabalho	%	Taxa de Cresc. da Ocupação (Em %)	Part. na Criação de Postos de Trabalho (Em %)
Ocup. Típicas de empresas <sup>a</sup>	28.759	5,5	13.965	3,9	105,9	9,00
Porteiros	108.823	20,8	48.639	13,6	123,7	36,70
Ascensoristas	5.607	1,1	3.518	1	59,4	1,30
Vigias	42.035	8	18.887	5,3	122,6	14,10
Serventes/Faxineiros	260.440	49,8	228.191	63,6	14,1	19,70
Outros	77.053	14,7	45.691	12,73	68,6	19,20
Total	522.717	100	358.891	100	45,6	100,00

FONTE: PNAD/IBGE.

<sup>a</sup>Por ocupações típicas de empresas entendem-se funções desempenhadas por agentes administrativos de empresas, como contadores, secretárias, administradores etc.

### 3.1.1 - Ocupações de alto crescimento

#### a) vigias

É muito expressivo o crescimento de postos de trabalho correspondentes à ocupação de vigia no segmento limpeza e conservação (122%, entre 1985 e 1995). Assim, em 1995, a participação dos vigias no total da ocupação do segmento alcançou a ordem de 8%. Por intermédio da Tabela 6 observa-se que, quando desempenhada fora do segmento de limpeza e conservação, a ocupação de vigias apresenta taxa de crescimento semelhante à média nacional (33,85% contra 32,85%). Contudo, o crescimento não está uniformemente dividido entre os grandes setores da economia. No setor serviços (exclusive limpeza e conservação), a ocupação cresce a taxas superiores à média da ocupação total da economia e do setor serviços especificamente (ver Tabela 2). No caso dos SIUP (serviços industriais de utilidade pública), a taxa de crescimento da ocupação de vigia segue a média da economia, enquanto nos demais setores ou o crescimento é insignificante (agropecuária) ou negativo (indústria de transformação, construção civil e indústria extrativa mineral).

Logo, quando os dados são analisados de maneira agregada, a expansão da ocupação de vigias se enquadra na classificação de serviços que apresentam crescimento em decorrência de mudanças na demanda, ou seja, existem condições básicas que fazem os hábitos sociais se alterarem, provocando um deslocamento da demanda. Um ponto a ser considerado, portanto, é o aumento da violência nos centros urbanos, que provoca aumentos na demanda por segurança.

Quando os dados são desagregados por setores da economia, duas tendências distintas podem, no entanto, ser identificadas. Se há, por um lado, setores com elevadas taxas de crescimento da ocupação de vigias, em que a tese da violência permanece como explicação mais provável (serviços), existem, por outro lado, setores em que a taxa de crescimento daquela ocupação é negativa (indústria e agropecuária, por exemplo). Para estes últimos, dois cenários podem ser montados: a) pode-se contestar a tese de que os segmentos produtivos demandam maior proteção quanto à

violência contra o patrimônio, ou *b*) mantém-se a crença na tese anterior e procura-se identificar a nova origem da provisão dos serviços, antes garantidos por vigias contratados internamente.

Mais uma vez surgem duas alternativas não excludentes. De um lado, pode-se supor que a demanda por segurança está sendo provida por empresas especializadas em serviços de vigilância e guarda (PNAD 541), uma das atividades do setor serviços. A constatação da Tabela 6 de que o número de postos de trabalho de vigias no setor serviços, exclusive limpeza e conservação, aumentou mais que o número total de postos de trabalho de vigias nos setores fora da atividade 542 corrobora essa hipótese<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo o crescimento exagerado da ocupação de vigia na atividade limpeza e conservação (122%) sugere que empresas deste ramo estejam prestando serviços de segurança. Tal hipótese é compatível com notícias veiculadas pela imprensa de que empresas de limpeza e conservação vêm ultimamente funcionando como “fachada” para atividades de vigilância e guarda.<sup>4</sup> As duas evidências (crescimento do número de vigias nas atividades de serviços, dentro e fora do segmento limpeza e conservação) apoiam a tese de que o período considerado foi marcado por processos de terceirização relevantes.

TABELA 6  
*Brasil - Evolução da ocupação de vigias contratados fora da atividade de limpeza e conservação (PNAD 542)*

	1985	1995	Taxa de crescimento (%)
Agropecuária	9.155	10.322	0,13
Extrativa Mineral	7.603	4.679	-38,46
Indústria de Transformação	10.4434	91.807	-12,09
Construção Civil	33.331	28.524	-14,42
Siup	8.093	10.611	31,11
Serviços (exclusive PNAD 542)	309.783	486.367	57,00
Total	472.399	632.310	33,85

FONTE: PNAD/IBGE.

<sup>3</sup> O crescimento da ocupação de vigia no interior da atividade de vigilância e guarda foi de 115% entre 1985 e 1995. Ver o artigo de Musumeci, neste volume.

<sup>4</sup> Ver o artigo de Musumeci, neste volume.

## b) porteiro

Entre 1985 e 1995, a ocupação de porteiro<sup>5</sup> foi a que apresentou crescimento mais elevado no interior das ocupações do segmento limpeza e conservação (123%), responsabilizando-se por cerca de 20% dos postos de trabalho gerados dentro da atividade (tabela 5). Aqui também deve ser estabelecida a sua relação com o aumento da necessidade de segurança. No entanto, ao contrário do que ocorre com os vigias, não se pode associar o crescimento da ocupação de porteiro ao estabelecimento de empresas de limpeza e conservação como “fachada” para atividades de vigilância e guarda. Ao mesmo tempo e inversamente ao ocorrido com a ocupação de vigias fora da atividade 542 (elevada taxa de crescimento), a ocupação de porteiros fora da atividade 542 perdeu sua importância relativa no total de postos de trabalho, apresentando uma taxa de crescimento próxima a zero (tabela 6). Esse fato em conjunto com a elevada taxa de crescimento da ocupação dentro da atividade 542 sugere um aumento do grau de externalização dos serviços desempenhados por porteiros. Tal argumento é fortalecido pela taxa de crescimento total da ocupação de porteiros — dentro e fora da atividade 542 — que alcançou 35% no período, taxa semelhante à elevação dos postos de trabalho da economia como um todo. O ritmo de crescimento da ocupação de porteiro é, pois, semelhante ao comportamento da economia. Houve, contudo, aparente reestruturação da ocupação com deslocamento dos postos de trabalho e a conseqüente maior intensidade da prestação inter-empresarial de serviços.

TABELA 7  
*Brasil - Evolução da ocupação de porteiros contratados fora da  
atividade de limpeza e conservação (PNAD 542)*

	1985	1995	Taxa de Crescimento 1985 a 1995 (%)
Agropecuária	0	0	-
Extrativa Mineral	618	345	-44,17
Indústria de Transformação	10.925	13.389	22,55
Construção	1.434	3.254	126,92
Siup	784	1.121	42,98
Serviços (exclusive PNAD 542)	107.828	103.505	-4,00
Total	121.589	121.614	0,02

FONTE: PNAD/IBGE.

<sup>5</sup>Do total das ocupações de porteiro existentes no país em 1995 cerca de 47% estavam no segmento limpeza e conservação.

### **c) ocupações típicas de empresa**

O crescimento do número de trabalhadores nas ocupações típicas de empresas, entre 1985 e 1995, a taxas superiores às encontradas para a ocupação total do setor e para a ocupação total dos serviços (ver Tabelas 5), sugere um aumento da atividade empresarial no segmento limpeza e conservação. Dado o caráter quase-fixo<sup>6</sup> dessas ocupações, seu elevado crescimento pode estar indicando um aumento do número de empresas. Resta, porém, conhecer em que atividades essas empresas estariam provavelmente florescendo. O fato de a proporção de serventes dentro da classificação 542 da PNAD ter decrescido no período levanta suspeitas de que as atividades de destino dessas novas empresas podem estar concentradas fora da provisão de serviços de limpeza e conservação propriamente ditos (serviços de segurança, por exemplo).

### **3.1.2 - Ocupações de baixo crescimento**

#### **a) serventes**

Entre 1985 e 1995, o número de postos de trabalho de servente no segmento limpeza e conservação cresceu a uma taxa inferior (14,1%) à taxa de crescimento observada para o total das ocupações do segmento, como se pode observar na Tabela 5. Essa é, entretanto, a ocupação mais importante do segmento, pois é responsável por 63,6% e 49,8% dos seus postos de trabalho, em 1985 e 1995, respectivamente. Por essa razão, apesar da reduzida taxa de crescimento observada, a ocupação de serventes contribuiu com cerca de 20% das novas ocupações existentes em 1995 (em relação a 1985) no segmento limpeza e conservação (Tabela 5).

No entanto, ao contrário das demais ocupações analisadas, o crescimento dos postos de trabalho de serventes e faxineiros cresceu mais nos segmentos fora da atividade da PNAD 542 (limpeza e conservação) que dentro dela (ver Tabela 8). Mais uma vez, a observação dos dados agregados e desagregados permite o estabelecimento

---

<sup>6</sup>Quase-fixo é aqui utilizado no sentido microeconômico de fator cuja aplicação depende de decisão de curto prazo, mas sua quantidade não varia com o nível de produção; estando, portanto, sujeito a

de conclusões distintas. A análise agregada dos dados resulta na admissão de internalização das atividades de limpeza e conservação, enquanto o exame desagregado permite vislumbrar outras possibilidades.

A Tabela 8 mostra que os postos de trabalho de servente/faxineiro reduziram-se em vários setores e segmentos da atividade econômica no período 1985/95. Entre eles estão a indústria de transformação (-19,1%), a construção civil (-24,31%), os serviços industriais de utilidade pública (-47,89%). Esses números revelam que nesses setores houve um cancelamento absoluto de postos de trabalho de serventes. Todavia, no período considerado, a ocupação total cresceu moderadamente na indústria de transformação (5,9%), cresceu 35,3% na Construção Civil e decresceu 0,6% nos SIUP. Assim, a redução dos postos de trabalho de servente/faxineiro nestes setores foi expressiva, podendo indicar três fenômenos distintos, porém não-excludentes: a) a terceirização de atividades de limpeza; b) o aumento da produtividade, por introdução de progresso técnico poupador de mão-de-obra ou substituição por bens; e c) contração da demanda por tais serviços.

Uma evidência de terceirização da ocupação de serventes/faxineiros nos setores acima registrados está no fato de que o número de postos de trabalho de serventes cancelados nesses setores é muito próximo aos postos de trabalho de serventes existentes a mais em 1995 (em relação a 1985) no segmento limpeza e conservação (Tabela 8 — Contribuição para Ocupação Adicional). Nesse caso, o aumento das atividades empresariais do setor também poderia ser explicado pelo processo de terceirização de atividades praticadas por serventes. Uma outra hipótese compatível com processos de terceirização seria supor que a transferência da atividade para empresas especializadas em limpeza e conservação teria permitido ganhos de escala, acarretando aumento da produtividade do trabalho.

TABELA 8  
*Brasil - Evolução da ocupação de serventes contratados fora da  
 atividade de limpeza e conservação (PNAD 542)*

Setor	1985	1995	Taxa de cres. 1985/1995 (%)	Part. no cresc. da ocup. total 1985/1995 (%)
Agropecuária	3.772	13.022	245,23	4,87
Extrativa Mineral	3.392	4.095	20,73	0,37
Indústria de Transformação	138.565	111.264	-19,7	-14,36
Construção Civil	14.049	10.633	-24,31	-1,78
Siup	8.985	4.682	-47,89	-2,26
Serviços	691.507	906.674	31,12	113,19
Total	860.270	1.050.370	22,1	100

FONTE: PNAD/IBGE.

Uma outra questão a ser levantada é a participação do setor serviços no total dos postos de trabalho criados (113,19%). Entre 1985 e 1995 houve destruição de postos de trabalho de serventes na economia, caso se exclua o setor serviços. A explicação do fenômeno é dada pelo desempenho da administração pública (segmento do setor serviços) responsável isoladamente pela criação de 70% dos novos postos de trabalho de serventes e faxineiros, no período. Logo, há um componente autônomo que explica essa variação e ao se excluir administração pública, a taxa de crescimento dos postos de trabalho de serventes dentro da PNAD 542 é superior à taxa de crescimento dos postos de trabalho do restante da economia, podendo constituir um argumento contrário à constatação de que houve internalização das atividades da ocupação.

Por fim, cabe fazer algumas colocações sobre possíveis indícios de introdução de progresso técnico nessas atividades. Apesar da constatação de um pequeno crescimento da ocupação de serventes, os dados indicam que houve redução relativa da participação da ocupação não só dentro do setor serviços, como na economia como um todo. Tal fato pode ser indicador de uma pequena redução geral da demanda por tais serviços ou do crescimento da produtividade. A princípio, não se consegue vislumbrar uma razão clara para a redução de demanda por atividades desempenhadas pela ocupação. Quanto à produtividade, três fatores poderiam motivar a redução: a) substituição de mão-de-obra por máquinas; b) substituição dos serviços por bens e c) ganhos de escala por crescimento do número e tamanho das empresas especializadas na provisão do serviço.

A análise da variação da ocupação total no segmento de limpeza e conservação permite constatar o crescimento geral das atividades em consequência de terceirização. Nas três ocupações em que o processo de crescimento foi avaliado com detalhe, há indícios de externalização de atividades antes desempenhadas dentro de empresas localizadas em outros setores da economia. Todavia, alguns reparos devem ser feitos. Primeiro, no caso de serventes, a existência de taxas de crescimento reduzidas pode ser um indicador da substituição desses serviços por bens ou do aumento da produtividade dessa atividades, uma vez reconhecida a relação que atividades de faxina guardam com a quantidade de pessoas trabalhando nas empresas. No caso das ocupações dinâmicas, porteiros e vigias, a relação com questões de segurança se torna inevitável.

#### **4 - Qualidade dos postos de trabalho**

Os custos indiretos do trabalho têm sido apontados como uma das principais causas da maior intensidade de terceirização das atividades de serviços. Desta maneira, esperava-se que o crescimento por terceirização fosse acompanhado de mudanças nas formas de contratação; caso contrário, a razão da reorganização da produção deverá ser fornecida por outra variável. Esse fato torna importante uma análise do grau de formalização desse tipo de atividade.

##### **4.1 - Posição na ocupação**

Dois aspectos se destacam quando se analisa a posição na ocupação do segmento de limpeza e conservação: *a)* o seu elevado grau de formalização; e *b)* a redução dos trabalhadores por conta própria no período analisado, em favor dos empregados com carteira e sem carteira, seguindo tendência completamente oposta à média nacional.

Em média, no Brasil, 84,5% da mão-de-obra do setor está empregada com carteira, contra apenas 9,9% sem carteira. Ao mesmo tempo, os trabalhadores por conta própria se reduzem a 3,4% dos postos de trabalho totais. Essa característica é mais ou menos uniforme entre as regiões; a região Norte, entretanto, a única que

detém parcela significativa de sua força de trabalho sem carteira.

Esses números refletem uma tendência à formalização da mão-de-obra do setor. A participação dos empregados com carteira aumentou 5,5 pontos percentuais, entre 1985 e 1995. A proporção dos ocupados sem carteira também se elevou no período considerado, porém em ritmo bem menor (de 9,9% para 11%). Esse fato foi contrabalançado nacionalmente pela redução da proporção dos trabalhadores por conta própria.

É interessante observar que tais trajetórias não são uniformes quando os dados são desagregados regionalmente. Enquanto os empregados com carteira aumentaram em todo o território nacional (à exceção da região Norte), o peso dos empregados sem carteira permaneceu praticamente constante no Sudeste, aumentando de forma relevante nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (ver Tabela 9). Em oposição a isto, os conta-própria tiveram uma redução menos drástica nas regiões Sudeste e Sul. Percebe-se que há uma tendência para as regiões de menor renda *per capita* e distribuição de renda apresentarem uma redução mais drástica dos conta-própria em favor dos sem carteira.

TABELA 9  
*Brasil e Macrorregiões - Posição na Ocupação (Categorias Selecionadas)*  
*Participação no Pessoal Ocupado (%)*

REGIÃO/UF	Empregado Com Carteira		Empregado Sem Carteira		Conta Própria	
	1985	1995	1985	1995	1985	1995
Norte	75,0	74,2	3,8	18,2	19,9	7,6
Nordeste	67,3	85,1	16,7	14,4	14,8	0,6
Sudeste	80,9	85,0	10,0	9,8	8,1	3,9
Sul	79,4	82,3	6,8	12,1	10,5	3,6
Centro-Oeste	78,4	85,0	5,2	11,0	15,3	3,1
Brasil	79,0	84,5	9,9	11,0	9,8	3,4

FONTE: PNAD/IBGE.

O forte peso de empregados com carteira no pessoal ocupado em limpeza e conservação pode ser constatado na Tabela 10, a seguir. Em 1995, o segmento apresentava uma proporção de ocupados com carteira (86,3%) superior à encontrada para os outros serviços (29,1%); para o total dos serviços, (27%); para a construção

civil (24,8%); para a indústria de transformação (65,8%) e para a população ocupada total (25,9%). Esses números são suficientes para caracterizar o segmento limpeza e conservação como intensivo em empregados com carteira; apresentando, portanto, um elevado grau de formalização.<sup>7</sup> Esse fenômeno é de particular interesse, pelo reconhecimento de que se trata de um segmento em que o rendimento da força de trabalho é relativamente baixo.

TABELA 10  
*Brasil - Posição na Ocupação - (1995)*  
*Distribuição da população ocupada por setores e segmentos selecionados (%)*

SETOR	Com Cart.	Sem Cart.	Conta Própria	Empregador	F.P. Estatutário	F. P. Com Cart.	F. P. Sem Cart.	Sem Remuneração
Limpeza e conservação	83,6	11,0	3,4	1,1	0,1	0,8	0,0	0,0
Outros/prest. às emp.	59,6	16,6	11,0	6,3	1,9	3,3	0,4	0,9
Outros/técnico-profis.	33,9	15,7	35,0	10,4	0,9	1,2	0,2	2,6
Outros/sociais	51,3	16,3	11,4	4,2	5,7	5,4	2,9	2,8
Outros/rep. e cons.	18,2	27,5	41,8	7,9	0,0	0,1	0,0	4,6
Outros/pessoais	14,9	56,0	26,9	1,0	0,1	0,0	0,0	1,0
Outros/hosp. E aliment.	26,6	19,8	30,9	7,5	0,0	0,1	0,0	15,0
Outros/distributivos	31,4	16,4	36,4	9,3	0,4	0,7	0,1	5,3
Total outros serviços	29,1	34,0	25,9	4,4	1,1	1,2	0,5	3,7
Inst. financeiras	54,5	4,8	1,8	1,4	8,0	26,7	2,5	0,4
Transportes	48,3	13,8	29,6	2,9	1,2	2,8	0,2	1,1
Comunicações	26,3	3,8	0,9	0,8	14,0	49,5	4,6	0,1
Comércio	32,7	15,7	35,0	7,3	0,1	0,2	0,1	9,0
Administração pública	1,9	0,5	0,0	0,1	64,5	19,4	13,3	0,2
Total serviços	27,0	22,1	23,0	4,1	11,9	5,1	2,6	4,0
Agropecuária	7,2	19,1	24,9	2,9	0,0	0,0	0,0	28,1
Extr. mineral	41,8	20,1	18,6	4,8	2,3	6,9	0,2	5,1
Construção	24,8	25,7	39,2	3,8	0,2	0,4	0,3	1,7
Ind. transformação	65,8	17,6	7,0	5,2	0,2	1,1	0,2	3,0
Siup	18,3	1,6	0,0	0,6	19,4	56,1	3,7	0,3
Não-identificado	7,9	2,4	73,6	0,6	0,0	0,0	0,0	12,1
Ocupação total	25,9	20,9	22,8	3,9	6,7	3,3	1,5	10,1

FONTE: PNAD/IBGE.

Resta apenas mencionar que a trajetória encontrada para a posição na ocupação no segmento de limpeza e conservação é oposta à que seria esperada de um segmento que estivesse crescendo mediante terceirização das atividades antes desempenhadas em outros setores da economia. Essa questão se torna mais clara pela observação dos Gráficos 1a a 1c, que mostram a distribuição da posição na ocupação de porteiros, vigias e serventes atuantes no setor de limpeza e conservação. Os

<sup>7</sup>Provavelmente, porque constituem serviços prestados às empresas e condomínios, há uma forte

porteiros apresentam uma pequena redução dos empregados com carteira em favor de um pequeno aumento dos sem-carteira. No entanto, não se pode afirmar que a dimensão da mudança (menos de 1 ponto percentual) indique uma mudança na estrutura do emprego no setor. Já os dados de vigias revelam a extinção dos trabalhadores por conta própria em favor dos empregados com e sem carteira, e se percebe aumento de 1,3 ponto percentual na proporção dos postos de trabalho com carteira e de 1,1 ponto percentual daqueles sem carteira. Ao contrário das demais ocupações, os serventes seguem uma trajetória na direção de maior formalização das relações de trabalho com o aumento de cerca de 8,5 pontos percentuais na proporção de empregados com carteira, contra um crescimento de apenas meio ponto percentual da participação dos sem carteira e a extinção dos que trabalham por conta própria. Desta maneira, pode-se afirmar que nas principais ocupações do setor ou se identifica uma elevação do grau de formalização do mercado de trabalho no período analisado, ou não se pode dizer que houve alteração nas posições das ocupações que predominam no setor de limpeza e conservação e que apresentam (todas) indícios de terceirização das atividades, antes exercidas em outros segmentos da economia.

No entanto, a maior evidência de que a terceirização das atividades não foi causada pela tentativa de fuga dos custos indiretos do trabalho, pode ser constatada na Tabela 11 que apresenta a posição na ocupação de porteiros, vigias e serventes, atuantes em outros setores que não limpeza e conservação. Em todos os três casos, a proporção de empregados com carteira é inferior àquela presente nessas ocupações quando pertencentes à atividade de limpeza e conservação, mesmo quando adicionados os funcionários estatutários. Desta maneira, os dados sugerem que o processo de externalização das atividades desempenhadas por essas ocupações é acompanhado de maior formalização dessas atividades.

Gráfico 1a  
Posição na ocupação dos porteiros na atividade de limpeza e conservação (PNAD 542) — 1985/95

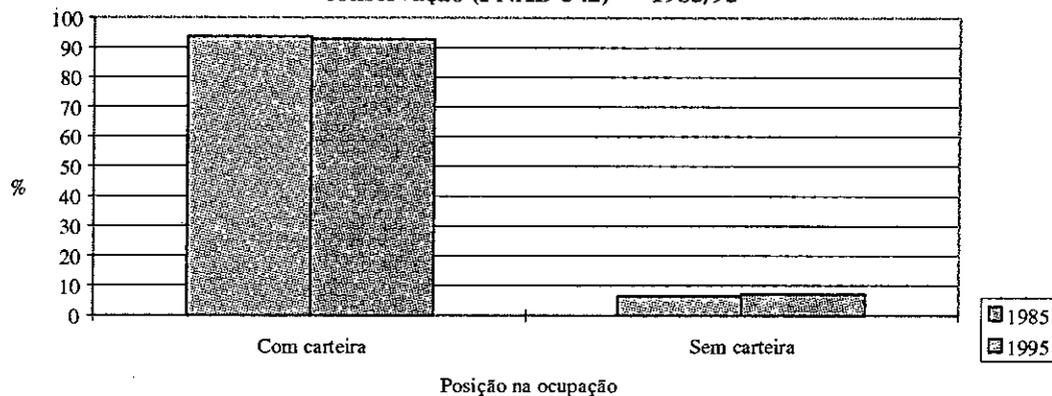


Gráfico 1b  
Posição ocupação de vigias na atividade limpeza e conservação (PNAD 542) — 1985/95

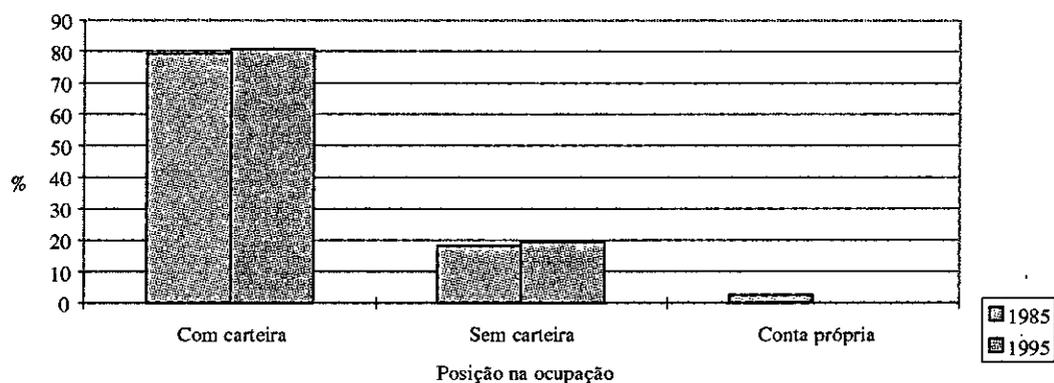


Gráfico 1c  
Posição na ocupação de serventes na atividade de limpeza e conservação (PNAD 542) — 1985/95

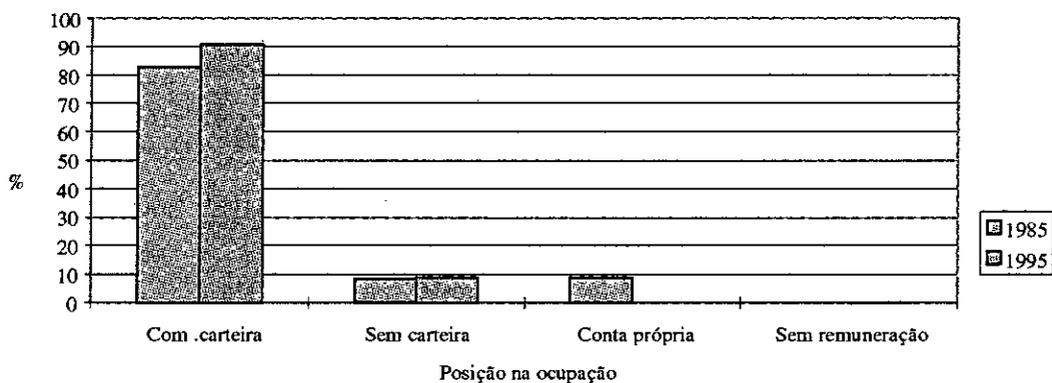


TABELA 11  
*Brasil - Posição na ocupação de porteiros, vigias e serventes contratados fora da  
 atividade de limpeza e conservação (PNAD 542) — 1995 (%)*

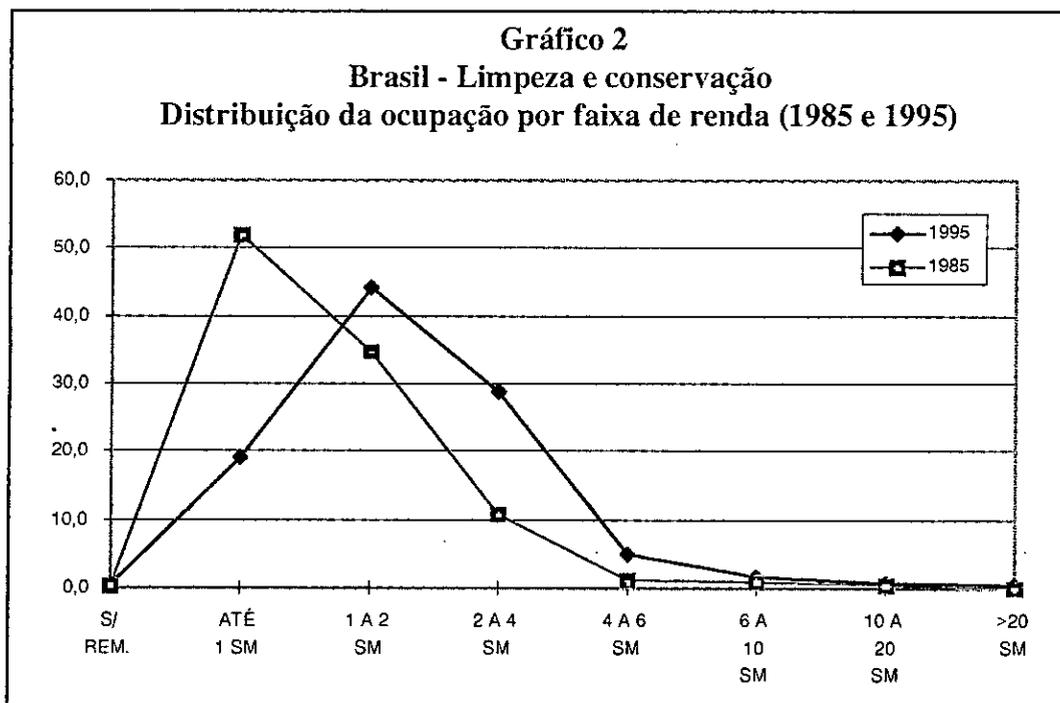
Ocupação	Com carteira	Sem carteira	Funcionário estatutário	Sem remuneração	Total
Porteiros	59,33	14,83	25,03	0,81	100
Vigias	63,45	21,59	14,91	0,04	100
Serventes	53,03	22,89	22,60	1,49	100

FONTE: PNAD/IBGE.

## 4.2 - Renda

### Distribuição da população ocupada por faixas de renda

Entre 1985 e 1995 a distribuição da população ocupada em limpeza e conservação por faixa de renda alterou-se, como pode ser observado no Gráfico 2. É visível, nesse período, uma elevação da concentração relativa de ocupados nas faixas mais altas de rendimento encontradas para a atividade. Assim, por exemplo, a participação dos ocupados com remuneração mensal até 1 salário mínimo diminuiu de cerca de 50% em 1985 para cerca de 20% em 1995, deslocando a moda do setor para trabalhadores que percebem entre 1 e 2 salários mínimos. Por outro lado, todas as faixas superiores a 1 salário mínimo apresentaram em 1995 um peso relativamente maior do que em 1985.



FONTE: PNAD/IBGE.

Apesar da relativa melhora da distribuição da população ocupada em limpeza e conservação por faixa de renda verificada entre 1985 e 1995, a ocupação no segmento ainda apresenta expressiva concentração de ocupados em faixas de baixa remuneração. Em 1995, aproximadamente, 65% de seus ocupados recebiam até dois salários mínimos, proporção superior à encontrada para o total da ocupação de outros serviços (50%) e dos serviços totais (50,9%) — outros serviços, comércio, transporte, administração pública, comunicações e instituições financeiras. Se a comparação é realizada em relação a outros setores econômicos como a indústria (39%) e a construção civil (45%), o diferencial é ainda maior. Esses números indicam que a atividade analisada é intensiva em ocupados de baixa remuneração, quando comparada com outros segmentos e setores da atividade econômica (ver Tabela 12).

TABELA 12  
*Brasil - Distribuição da população ocupada por faixa de renda (%)*  
*Setores e segmentos selecionados (1995)*

SEGMENTO/ SUBSETOR	S/ Rem.	Até 1 SM	+ 1 A 2 SM	+2 A 4 SM	+4 A 6 SM	+6 A 10 SM	+10 A 20 SM	>20 SM	Total
Limp. e cons.	0,4	19,1	44,2	28,7	4,9	1,7	0,6	0,4	100,0
Out.pr. empr.*	0,9	10,7	22,2	32,2	10,5	10,9	8,4	4,2	100,0
Out./téc.-prof.	2,7	12,6	14,2	19,1	12,3	14,8	14,6	9,7	100,0
Outros/sociais	3,1	19,9	24,2	22,9	10,3	8,2	6,7	4,6	100,0
Out./rep. e cons.	4,7	18,5	22,9	26,2	13,0	9,6	4,1	1,0	100,0
Outros/pessoais	1,9	55,6	24,3	12,1	3,1	2,0	0,9	0,3	100,0
Out./hosp. e al.	15,2	19,0	24,6	20,8	8,6	7,1	3,6	1,1	100,0
Out./distrib.	5,3	12,5	17,5	20,8	11,6	12,3	13,3	6,7	100,0
Out./dom. rem.	1,2	64,2	24,4	8,5	1,3	0,4	0,0	0,0	100,0
Tot. out. serv.	4,1	32,8	23,5	18,9	7,5	6,3	4,5	2,3	100,0
Inst. fin.	0,6	2,7	7,0	14,4	17,1	23,9	24,5	9,8	100,0
Transportes	1,2	7,9	15,5	32,8	20,3	12,7	7,5	2,2	100,0
Comunicações	0,1	7,0	11,1	23,4	20,7	17,7	16,4	3,6	100,0
Comércio	9,2	19,4	23,1	23,4	9,9	7,8	5,0	2,2	100,0
Seg. pública	0,1	2,0	6,7	36,0	25,5	18,1	7,9	3,8	100,0
Admin. pública	0,5	18,2	21,1	24,9	12,1	11,9	8,0	3,2	100,0
Total indústria	2,9	13,2	22,7	29,8	12,0	9,9	6,6	2,8	100,0
Const. civil	5,8	12,4	27,3	33,2	11,7	5,5	2,9	1,3	100,0
Siup	0,5	3,7	8,4	18,9	17,4	24,2	18,7	8,1	100,0
Total serviços	4,3	24,7	21,9	21,9	10,1	8,6	5,9	2,6	100,0
Agropecuária	47,0	26,4	15,8	6,7	1,7	1,2	0,8	0,4	100,0
Extr. mineral	5,5	19,4	20,9	27,1	9,7	6,9	5,9	4,7	100,0
Não-ident.	12,1	27,0	26,4	15,8	7,7	6,3	4,2	0,6	100,0
Pop. Ocup. Total	15,4	22,9	20,7	19,6	8,3	6,7	4,5	2,0	100,0

FONTE: PNAD/IBGE.

\* Exclusive limpeza e conservação.

Ao mesmo tempo, porque houve uma formalização do mercado de trabalho, reduzindo-se a proporção dos conta-própria, esses dados levantam a suspeita de que não é verdadeira a hipótese de que os trabalhadores por conta própria percebem rendimentos superiores aos trabalhadores formais. No entanto, a análise da Tabela 13 não confirma tal hipótese. Apesar de os trabalhadores com carteira terem apresentado um substancial aumento de seus rendimentos (15,4%), os trabalhadores por conta própria percebem substancialmente mais que os com carteira. Isto se deve a uma espetacular elevação de seus rendimentos (169,3%) no período. Já os empregados sem carteira tiveram, no mesmo período, em média, uma redução de 10% da renda por hora trabalhada.

TABELA 13  
*Brasil - Limpeza e Conservação*  
*Indicadores de Renda /Horas Trabalhadas*

	Com carteira	Sem carteira	Conta própria	Empregador
Taxa de crescimento (1985/95)	15,4 %	-10,8 %	169,3 %	25,4 %
Diferenciais por posição na ocupação (sem cart.=1) (1995)	1,0	1,0	2,3	6,0
Diferencial da renda masculina em relação à feminina (1995)	32%	-22%	4%	0%

FONTE: PNAD/IBGE.

A análise da Tabela 14 permite concluir que porteiros, vigias e serventes percebem menos por hora trabalhada no segmento de limpeza e conservação que na maioria dos setores da economia. No caso de porteiros, os salários são mais elevados na indústria extrativa mineral, seguida de indústria de transformação e Siup. Conforme pôde ser depreendido da Tabela 7, a indústria extrativa mineral teve, entre 1985 e 1995, uma redução de 44% no número de postos de trabalhos de porteiros. Logo, de acordo com a análise aqui desenvolvida, trata-se do setor com maior indício de externalização dessas atividades, tendo expulsado boa parte da mão-de-obra dessa ocupação. O outro setor com crescimento negativo do número de postos de trabalho de porteiro foi o setor serviços (exclusive limpeza e conservação). Tais setores não estão entre os que pagam os melhores salários da ocupação, mas certamente, entre ocupações examinadas, porteiros detêm o maior diferencial entre os salários pagos em serviços e os pagos em limpeza e conservação.

Quanto ao caso de vigias, os melhores salários são os pagos pelos Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), pela Indústria de Transformação e pela Indústria Extrativa Mineral, respectivamente. Quando se comparam esses resultados com aqueles da Tabela 6, verifica-se que, à exceção dos Siups, os outros dois setores têm taxa de crescimento negativa dos postos de trabalho de vigias.

No caso de serventes, os Siups e a Indústria Extrativa Mineral pagam os maiores salários. Esses setores juntamente com construção civil apresentam taxa de crescimento negativos dos postos de trabalho da ocupação. Tais resultados sugerem ser enganosa, para limpeza e conservação, a impressão divulgada pelos meios de

comunicação e, em alguns casos, estampados na literatura, de que uma das razões principais para a externalização dessas atividades das empresas de outros setores é causada pela fuga dos custos indiretos do trabalho. Há indícios de que existe uma relação entre a intensidade de extinção de postos de trabalho de uma ocupação com o diferencial entre os salários pagos na atividade prestadora de serviços de limpeza e conservação e aqueles pagos pelas empresas não especializadas em tais atividades. Tal evidência é compatível com a hipótese de que o comportamento dos salários pagos a porteiros, vigias e faxineiros fora da atividade de limpeza e conservação é influenciado por fatores não ligados diretamente à produtividade da atividade, como por exemplo, planos de cargos e salários no setor público e ganhos induzidos pelo comportamento dos salários em outros setores da atividade econômica.

TABELA 14  
*Brasil - Renda Média por Horas Trabalhadas\**  
*Porteiros, Vigias e Serventes em setores selecionados (1995)*

	Porteiros	Vigias	Serventes
Indústria de transformação	2,74	2,34	1,07
Construção civil	1,64	1,24	0,98
Siup	2,34	3,88	2,06
Serviços (exclusive PNAD 542)	1,90	1,27	1,02
Extrativa mineral	5,63	1,66	1,39
Agropecuária	-	0,8	0,89
Limpeza e conservação	1,19	1,18	0,92

FONTE: PNAD/IBGE.

\*Valores em R\$ de 1995

## 5 - Resumo das principais evidências e conclusões

Os resultados aqui apresentados sugerem algumas revisões de teses da literatura. O setor se caracteriza por forte crescimento da ocupação e teve seu tamanho aumentado proporcionalmente aos demais segmentos da economia. Duas possíveis trajetórias podem ser levantadas para explicar tal crescimento. O emprego total está composto por ocupações que apresentam altas taxas de crescimento (vigias, porteiros e ocupações típicas de empresas) e de algumas outras ocupações portadoras de taxas de crescimento inferiores à média da ocupação nacional (serventes). No primeiro caso, além de se mencionar a possibilidade de criação de novas empresas, dada a característica quase fixa da mão-de-obra de escritório (ocupações típicas de empresas),

as outras duas ocupações — vigias e porteiros — têm relação com o aumento da violência urbana e a necessidade de segurança. Desse ponto de vista, o crescimento pode resultar da expansão da demanda por tais serviços. No segundo caso, apresenta-se a contração das atividades de serventes. Cabe mencionar, então, que a taxa de crescimento dos postos de trabalho desta ocupação no setor é inferior à taxa de crescimento dos postos de trabalho de serventes nos demais setores da economia, que, por si, já é baixa, o que sugere redução da demanda por esses serviços.

No caso de vigias e porteiros, há também evidências de que é possível que parte do crescimento tenha sido consequência da elevação da terceirização de tais atividades. A redução da proporção de postos de trabalho de serventes não exclui a possibilidade de que essa ocupação também tenha sofrido um processo de terceirização das atividades, embora indique com certeza que, se tal foi o caso, a externalização dos serviços ocorreu em um ritmo mais lento.

Apesar dos indícios de terceirização, a sua principal causa não parece ser, como é freqüentemente sugerido, os custos indiretos do trabalho. Ao contrário, o grau de formalização das atividades de vigias, porteiros e serventes é superior dentro do setor de limpeza em conservação, quando comparado com o resto da economia. Desta maneira, a explicação para esse procedimento deve ser buscada em outros fenômenos. Nesse caso, o resultado da constatação de salários mais elevados, para a mesma ocupação, fora do setor de limpeza e conservação, parece responder à parte das questões. As atividades são externalizadas graças à possibilidade de pagamento de salários mais baixos.

Essa conclusão traz algumas consequências para a definição de pesquisas futuras e algumas implicações para as políticas públicas. No que se refere à pesquisa, inicialmente cabe buscar maior robustez do resultado, procurando comparar grau de instrução, sexo, tamanho médio de empresa e outras variáveis normalmente associadas a rendimento. Ademais, deve-se estender o exame a outros segmentos da economia. Por fim, a uniformização de práticas salariais para diferentes ocupações dentro da empresa pode ser uma hipótese interessante a ser testada futuramente.

No que se refere a políticas públicas, cabe levantar a real importância dos custos indiretos do trabalho sobre as práticas empresariais adotadas. Deve-se, portanto, avaliar o impacto da terceirização sobre os rendimentos auferidos do trabalho e não sobre a posição na ocupação ou possíveis fugas da legislação trabalhista. Nesse sentido, proposições recentes, como as veiculadas pela imprensa, de passagem de parte dos encargos trabalhistas para as empresas que terceirizam as atividades com o objetivo de elevação do nível de emprego, devem ser examinadas com maior cautela. Ao mesmo tempo, devem ser verificados os possíveis impactos do processo de terceirização sobre os rendimentos auferidos pelos trabalhadores.

**Apêndice**  
**Atividades Classificadas no código 542 da PNAD/IBGE**

Atividades consideradas pelo código 542 da PNAD  
(Limpeza e conservação)

Serviço de aplicação de DDT, descupinização e desratização
Serviço de desentupimento e serv. de limpeza de fossas, caixas d'água e gordura
Lixamento e vitrificação de assoalho, aplicação de sinteco e calafate
Instalação de persianas e cortinas, colocação de papel de parede
Lavagem de carpetes e tapetes
Limpeza e tratamento de piscinas
Serviços de condomínio de prédio comercial ou residencial
Administradora de condomínio
Conservação de local de trabalho
Empresas limpadoras de local de trabalho
Faxina e faxineiro, exclusive doméstico
Serviços de portaria de edifício
Aluguel de louça, móveis e talheres para serviços domésticos

## Bibliografia

- ABRAHAM, K., TAYLOR, S. Firms' use of outside contractors: theory and evidence. *Journal of Labour Economics*, v.14, n.3, Jul. 1996.
- BARROS, R., MENDONÇA, R. *A estrutura do emprego e a qualidade dos postos de trabalho no setor terciário*. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES (Série Seminários, 03/97), 1997.
- BAUMOL, W. Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of an urban crisis. *American Economic Review*, June, 1967.
- FLORES, R., SANTOS, S. Three hypotheses on the Brazilian service sector. *Review of Income and Wealth*, June 1995.
- GERSHUNY, J. The future of service employment. In: GIARINI, O. (ed.). *The emerging service economy*. Oxford: Pergamon Press, 1987.
- GUTIÉRREZ, J. *El crecimiento de los servicios: causas, repercusiones y políticas*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.
- IBGE. *PNAD. Ocupação e atividade. Ordem numérica*. 1985.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) — 1993. Questionário da pesquisa básica*. 1993a.
- \_\_\_\_\_. *PNAD de 1993. Manual de entrevista da pesquisa básica*. 1993b.
- \_\_\_\_\_. *PME. Códigos de ocupação e atividade. Ordem alfabética e numérica*. 1995.
- ROCHA, F. *Composição do crescimento dos serviços na economia brasileira: uma análise da matriz insumo-produto — 1985/92*. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES (Texto para Discussão, 522), out. 1997.

# **SERVIÇOS PRIVADOS DE VIGILÂNCIA E GUARDA NO BRASIL**

**UM ESTUDO A PARTIR DE INFORMAÇÕES DA PNAD (1985-1995)\***

Leonarda Musumeci\*\*

---

\* Trabalho previamente publicado como *Texto para Discussão*, nº 560. Rio de Janeiro, IPEA, maio de 1998.

\*\* Professora Adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

## Introdução

---

Entre 1985 e 1995, segundo informações da PNAD, o pessoal ocupado na atividade de vigilância e guarda cresceu 112%. Reproduz-se no Brasil um fenômeno que vem ocorrendo desde os anos 70 em outros países - a explosão dos serviços de segurança particular -, cujas causas, conseqüências e significados são objeto de uma literatura bastante extensa e alvo de acirradas controvérsias, além de tema freqüente na mídia.

Para alguns, esse fenômeno ultrapassa muito em seus efeitos a tendência geral de encolhimento do Estado e ampliação dos espaços sob domínio da iniciativa privada, abalando, no limite, a própria definição moderna de Estado - “comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território” (WEBER, 1974), e à qual cumpre garantir ordem e segurança para as vidas e propriedades dos seus cidadãos.<sup>1</sup> A transformação da segurança em mercadoria e a transferência crescente para mãos privadas do “uso legítimo da força” poderia trazer sérias ameaças à manutenção dos direitos humanos e civis penosamente conquistados ao longo dos últimos dois séculos. Afinal, os sistemas públicos de segurança vigentes nas sociedades democráticas constituem-se sobre uma série de princípios que limitam seu poder coercitivo e sua capacidade de interferir legitimamente na vida dos cidadãos, submetendo o uso da força à observância de procedimentos formalizados - o *due process of law* -, destinados a proteger a integridade e privacidade individuais, e a garantir equanimidade na aplicação da lei. Em outras palavras, o monopólio estatal da coerção física, que se exerce em nome da ordem pública e do bem geral, tem como pressuposto mecanismos de proteção do indivíduo e dos grupos sociais contra abusos que o Estado venha a cometer no desempenho dessa função.

A segurança privada, ao contrário, não está submetida a tais constrangimentos. Embora, formalmente, se limite à prevenção de acidentes e crimes em espaços físicos de propriedade dos usuários, seu poder de interferência (portanto de coerção) sobre os indivíduos, assim como seu poder de imprimir lógicas excludentes aos espaços que controla, vai muito além, segundo alguns autores, daquele detido pelos sistemas modernos de segurança pública (cf. SHEARING & STENNING, 1981; PAIXÃO, 1991; T. CALDEIRA, 1997; T. CALDEIRA, no prelo). Portanto

---

<sup>1</sup>Lembremos que o “Estado mínimo” da teoria liberal clássica é definido como “vigia noturno” da sociedade, cabendo-lhe proteger todos os cidadãos contra a violência, o roubo e a fraude.

armas, uniformes e insígnias de autoridade, utilizando sofisticados mecanismos de monitoramento eletrônico e complexos aparatos de vigilância industrial, comercial e residencial, a “indústria da segurança” colocaria a serviço de interesses privados uma capacidade de investigar, fiscalizar, revistar, autorizar, proibir, obstruir e excluir sem precedentes nas sociedades democráticas do século XIX para cá. Esse fenômeno - associado à disseminação da “propriedade privada de massa”<sup>2</sup> e à proliferação de “enclaves fortificados” em diversas cidades do mundo (SHEARING & STENNING, 1992; LÉVY, 1997; T. CALDEIRA, 1997) - implicaria também um retrocesso na concepção do espaço público urbano como *locus* onde se realizam (ou pelo menos se simbolizam) as promessas de igualdade e liberdade universais contidas no ideário liberal-democrático (T. CALDEIRA, 1997). Em nome da segurança (privada), fecham-se ruas, cercam-se praças, constroem-se *shoppings*, condomínios e centros empresariais cujos princípios básicos são *auto-suficiência* (concentrar o máximo de serviços no seu interior; depender o mínimo possível da “rua”) e *exclusão* (afastar potenciais desordeiros e criminosos, mas também indivíduos e grupos “indesejáveis”; garantir a homogeneidade de classe e de estilos de vida na convivência intramuros) (*idem*). A privatização da segurança acarretaria, portanto, um duplo efeito perverso: (a) segregação espacial e social crescente, ou “neofeudalismo” urbano, consagrando a desigualdade e legitimando o princípio de exclusão; (b) controle social crescente, sem as restrições do *due process of law*, no interior dos espaços privadamente policiados, consagrando o modelo de “sociedade disciplinar” e sacrificando a liberdade e privacidade individuais, inclusive dos beneficiários dessa proteção (SHEARING & STENNING, 1992; T. CALDEIRA, 1997).

Na outra ponta do debate, estão os que defendem - com maior ou menor radicalismo - a transferência de funções de segurança para a iniciativa privada, utilizando como argumentos: (1) a incapacidade do Estado de deter o avanço da criminalidade nos grandes centros urbanos; (2) a ineficiência da segurança pública (e dos serviços estatais de um modo geral), em termos de relação custo-benefício; (3) a inoperância concreta dos mecanismos protetores de que o indivíduo dispõe contra os abusos do Estado, mesmo em países democráticos (segundo esse argumento, seria mais fácil defender-se de vigilantes particulares, submetidos à lei comum, do que de policiais, promotores e juízes, acobertados pela corporação estatal); (4) a “disciplina” rigorosa que o mercado impõe sobre as empresas privadas de segurança e estas sobre o comportamento de seus agentes: omissão e abusos implicam perda de mercado, logo perda de lucros, logo serão mais

---

<sup>2</sup>*Mass private property* é o termo cunhado por SHEARING & STENNING (1981; 1992) para descrever espaços urbanos de uso público que estão sob controle privado, citando como exemplos “shopping centers with hundreds of individual retail establishments, enormous residential estates with hundreds, if not thousands, of housing units, equally large office, recreational, industrial, and manufacturing complexes, and many university campuses” (1992, p. 526).

eficazmente coibidos; (5) a possibilidade de aliviar o Estado e os contribuintes da pesada carga que representa a manutenção do sistema carcerário, transformando-o em empreendimento produtivo e lucrativo, capaz de operar a custos mais baixos e garantir uma gestão mais racional e segura desses espaços (cf. REYNOLDS 1990 e 1994; HAKIM & SHACHMUROVE, 1996; ANDERSON & CANNAN, 1997).<sup>3</sup>

Finalmente, encontra-se uma espécie de meio-termo entre autores que, embora preocupados com os possíveis efeitos antidemocráticos da segurança particular, admitem que seu avanço é inevitável - não só em função do aumento do temor e da sensação de falência ou insuficiência dos serviços estatais, mas também em função da própria dinâmica capitalista que, ao transformar segurança em mercadoria, gera novos grupos de interesse que pressionam pela expansão desse mercado.<sup>4</sup> Tais autores acreditam, porém, que o fenômeno não comporta riscos sérios para a ordem social, desde que continuem cabendo ao Estado, quer as atribuições de polícia e justiça criminais, quer o monopólio da *delegação e regulação* do uso da força; se esse monopólio é exercido de modo rigoroso, se se delimitam com clareza atribuições públicas e privadas, os serviços particulares tornam-se, ao invés de uma ameaça, um *junior partner*, um braço auxiliar da força pública na tarefa de garantir a segurança dos cidadãos (KRISTENSEN, 1983; RICO & SALAS, 1992; SILVA, 1992; SPENCER, 1997).

A última tese, em seu pragmatismo, pressupõe um Estado com recursos, legitimidade e vontade política (vale dizer, alguma capacidade de resistência aos *lobbies*) para manter sob controle a crescente indústria de segurança. É uma tese muito otimista, segundo PAIXÃO (1991), sobretudo quando aplicada às “novas democracias”, países saídos há pouco de regimes autoritários, como o Brasil (cf. também PINHEIRO, 1997 e OCQUETEAU, 1997). Sem estrutura institucional e tradição cultural de defesa da cidadania, com problemas sociais gigantescos - entre eles a criminalidade urbana e a violência no campo -, com Estados em crise e polícias herdadas do autoritarismo, que escapam ao controle da sociedade, quando não ao seu próprio controle interno, a multiplicação dos serviços de segurança particular representaria uma ameaça especialmente perigosa para a garantia dos direitos humanos e para a efetivação dos

---

<sup>3</sup>Um dos temas mais candentes hoje nos Estados Unidos é o da privatização do Sistema Penitenciário, havendo autores que defendem seu controle empresarial completo - incluindo o uso de trabalho forçado com fins lucrativos (cf., por exemplo REYNOLDS, 1994; ANDERSON & CANNAN, 1997) - e outros que denunciam o caráter anti-social de um tipo de “indústria” como essa, autorizada a extrair lucros legais do crime e, portanto, interessada, não na sua diminuição, mas no seu incremento (cf. SMITH, 1993).

<sup>4</sup>O papel decisivo dos *lobbies* de empresas de vigilância e companhias de seguros fica mais claro num caso como o da França, onde a forte tradição estatista opôs maiores resistências à apropriação de funções de segurança pelo setor privado, do que em outros países, como os Estados Unidos, de forte tradição privatista (cf. OCQUETEAU, 1997, p. 189; SPITZER & SCULL, 1992).

direitos civis recém-conquistados (PAIXÃO, 1991; T. CALDEIRA, 1991; 1997). No Brasil, por exemplo, verifica-se que a capacidade da força pública de normatizar e fiscalizar tais serviços não tem sido maior do que a sua capacidade de prevenir diretamente o crime e a desordem (SILVA, 1992; HERINGER, 1992). Além disso, a lógica da exclusão embutida no modelo de vigilância particular já faz parte da forma rotineira de atuação do Estado, tanto no provimento de segurança e justiça, quanto no dos serviços públicos de um modo geral. O que determina, paralelamente ao crescimento da segurança privada legal (ou semilegal, visto ser muito frouxo o controle público sobre ela), consumida pelos grupos de média e alta renda, outra manifestação, francamente ilegal, do “neovigilantismo”, que se espalha em comunidades periféricas, “desprotegidas pelo Estado (ou - o que vem a dar no mesmo - agredidas pela brutalidade e pela corrupção de autoridades)” (PAIXÃO, 1991, p. 131): a segurança clandestina, as patrulhas de traficantes, os grupos de extermínio, as “polícias mineiras”, as “máfias” de proteção e extorsão. Acrescente-se ainda o sucateamento e deterioração salarial das polícias, estimulando não apenas seu envolvimento na corrupção e no crime, mas também seu engajamento (ilegal, no Brasil) em atividades de segurança particular, cujo resultado, pela promiscuidade de interesses que gera, é tornar ainda mais remotas as chances de o poder público exercer um controle efetivo sobre esses serviços (HERINGER, 1992, p. 61).

O histórico da implantação e desenvolvimento da vigilância privada no Brasil, desde fins dos anos 60, parece confirmar o pessimismo de autores como PAIXÃO e HERINGER quanto às vantagens trazidas pelo crescimento da “indústria de segurança” e quanto à garantia de manutenção do “monopólio regulatório” nas mãos do Estado. Oficialmente, os serviços particulares de vigilância e guarda surgem em 1969, através de um decreto-lei que obriga as instituições financeiras a contratá-los - sob pena de interdição pelo Banco Central -, com o objetivo específico de prevenir assaltos praticados por grupos “subversivos”. Daí em diante, sem vínculo direto com esse contexto político (embora por longo tempo continuasse constituindo reserva de mercado de militares e policiais aposentados), a “indústria” se expandiu rapidamente nos grandes centros urbanos, transbordando a esfera da vigilância bancária. De meados dos anos 70 ao início dos 80, as empresas de segurança constituem-se num problema para as autoridades e em assunto freqüente das páginas policiais, com notícias de fechamento de firmas por não-cumprimento da legislação; denúncias de envolvimento criminoso de guardas particulares; advertências sobre o baixo nível sócio-educacional dos trabalhadores empregados pelo setor; apreensões ante o crescimento de uma força paralela, armada e precariamente treinada, usurpando funções públicas; alertas sobre a multiplicação de empresas clandestinas, recrutando policiais na

ativa, vigilantes demitidos de empresas regulares ou reprovados nos exames da Academia de Polícia, agentes expulsos dos órgãos de segurança pública ou das Forças Armadas e pessoas desempregadas, sem qualquer qualificação e sem outra alternativa de inserção no mercado de trabalho.<sup>5</sup>

Nesse período, há algumas tentativas de enquadramento da atividade por parte das Secretarias de Segurança Pública, às quais, junto com o Banco Central, cabia normatizá-la e fiscalizá-la, mas os fracos resultados obtidos e a falta de aparatos eficientes no âmbito dos governos estaduais serviram de argumento, em 1983, para que tais atribuições passassem à responsabilidade direta do Ministério da Justiça. No final desse ano, é sancionada a Lei nº 7.102, que, além de centralizar o controle no governo federal e revogar os decretos-leis preexistentes, regulamenta a profissão de vigilante e institui normas rígidas para o funcionamento das empresas especializadas, cujo âmbito de atuação continua explicitamente limitado à guarda ostensiva de instituições financeiras e ao transporte de valores. Um decreto vindo logo a seguir estende, porém, esse âmbito, pelo simples acréscimo das palavras “ou a outros estabelecimentos”, sem especificar a natureza, nem regulamentar a prestação dos serviços de segurança privada fora do setor bancário (SILVA, 1992, pp. 12-13). Até 1995, quando se edita um novo decreto-lei, detalhando normas para o exercício da atividade, esta permanece regida pela Lei 7.102 e por sucessivas Portarias do Ministério da Justiça, numa das quais (nº 601/86) cria-se a Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores, com incumbências deliberativas, e com a participação de representantes de empresas e sindicatos de vigilantes. Noutra Portaria (nº 214/89), expedida pelo presidente da Comissão, “oficializam-se” os serviços de *segurança pessoal* (guarda-costas), sem qualquer respaldo em lei, e sem definição ou regulamentação específica (*idem*, pp. 15-19). Uma terceira Portaria (nº 091/92), novamente sem respaldo em lei, aumenta o poder de fogo das empresas, autorizando-as a adquirir equipamento para recarga de munições, até então incumbência exclusiva das Forças Armadas (*idem*, p. 21).

Além das brechas oriundas do próprio processo de normatização do setor (e da interferência direta de interesses privados nesse processo), o controle efetivamente exercido pelo Ministério, através da Polícia Federal, sobre o crescente mercado de segurança tampouco contou com recursos e força suficientes para coibir a multiplicação dos serviços clandestinos, ou mesmo para fiscalizar o funcionamento rotineiro das firmas legais e contrapor-se ao *lobby* de empresas e

---

<sup>5</sup>Cf., por exemplo, *Jornal do Brasil*, 26/10/1975, 4/3/1976, 13/8/1978 e 7/10/1979; *O Estado de São Paulo*, 5/6/1977; *O Globo*, 30/4/1982; *Folha de São Paulo*, 9/9/1979 e 16/5/1982. Ver também HERINGER (1992, cap. III).

sindicatos ligados à atividade.<sup>6</sup> Ao longo dos anos 80 e 90, tornam-se ainda mais abundantes na mídia as denúncias focalizando, entre outras coisas: descumprimento da legislação; violências praticadas por vigilantes particulares; agenciamento do “bico” policial por “máfias” organizadas dentro das próprias polícias; multiplicação de firmas “de fachada”, com registro em outros ramos de atividades, exercendo segurança ilegal; incompetência e omissão por parte da vigilância bancária, ou mesmo envolvimento direto desta com a criminalidade, acarretando aumento de assaltos a instituições financeiras e desvio de armas para os arsenais criminosos; péssima qualidade dos cursos de formação profissional, alguns deles meros vendedores de falsos diplomas; carência de pessoal e - mais uma vez - inoperância dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização...<sup>7</sup>

No Rio de Janeiro, criou-se um quadro peculiar, com resultados especialmente caóticos. Ao contrário de outros estados, que parecem ter aceito sem maiores resistências a centralização do controle no governo federal (HERINGER, 1992, p. 47), aqui ocorreu uma disputa por esse controle, determinando em 1990, como fórmula conciliatória, a assinatura de um convênio que repassava novamente para a Polícia Civil, através da Divisão de Segurança de Órgãos e Sistemas (DSOS), a responsabilidade pela fiscalização das empresas locais. O convênio, que levou o coronel-presidente da comissão ministerial a demitir-se, foi suspenso poucos meses depois, mas o governo do estado continuou baixando normas próprias sobre a matéria (Resolução 440/91), alegando que a competência federal estabelecida pela lei 7.102 dizia respeito exclusivamente à vigilância bancária (HERINGER, 1992, pp. 46-50).

Em 1990, causam grande comoção três assassinatos consecutivos de estudantes por seguranças particulares na cidade do Rio de Janeiro, determinando a instalação de uma CPI municipal (cf. MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1991) e a aprovação de uma lei, também municipal (nº 1890/92), para regulamentar o emprego de vigilantes privados em bares, restaurantes e casas noturnas da cidade, com um nível de detalhamento muito maior que o definido pelas normas federais e estaduais (SILVA, 1992, pp. 40). Em 1991, ainda se discute no

---

<sup>6</sup>Em 1987, uma nova iniciativa do Ministério da Justiça no sentido de moralizar o setor, motivada por diversas denúncias de irregularidades, despertou reações imediatas de parlamentares, que tentaram impedir a devassa, e de empresários, que procuraram barrar a vistoria da Polícia Federal, impetrando mandados de segurança contra a exigência de apresentação de alvarás (*O Estado de São Paulo*, 12/03/97; HERINGER, 1992, p. 46). O próprio presidente da Comissão Executiva do Ministério, Cel. Kurt Pessek, foi acusado, nessa época, de estar centralizando sozinho todas as concessões de licenças, beneficiando firmas irregulares, e favorecendo parentes seus, proprietários de empresas de vigilância (*Jornal do Brasil*, 12/9/87; HERINGER, 1992, p. 44). Quanto à falta de recursos da Polícia Federal para exercer a fiscalização dos serviços privados, basta mencionar que, em 1992, no Rio de Janeiro, o órgão contava com apenas um agente e dois peritos para controlar um universo estimado em 55 empresas legais e outras 50 clandestinas, empregando ao todo cerca de 140 mil pessoas (HERINGER, 1992, pp. 23 e 51).

Rio de Janeiro se tal controle deve ser responsabilidade da Polícia Civil ou da Polícia Militar, se deve continuar na esfera estadual ou passar para os municípios (HERINGER, 1992, pp. 49-52). A superposição e os conflitos de competência, segundo afirma Rosana Heringer, longe de favorecerem a efetividade desse controle, só contribuíram para superburocratizar os processos de licenciamento e tornar ainda mais frouxa a fiscalização rotineira do setor - o que, na hipótese da autora, pode ter resultado da ação do *lobby* de empresas locais: não fosse assim, ela pergunta, por que uma tarefa trabalhosa, teoricamente não geradora de receita - fiscalizar vigilantes particulares - produziria tamanha disputa entre as várias instâncias de governo? (*idem*, p. 52).

No final da gestão Brizola/Nilo Batista, em 1994, é aprovada uma polêmica lei estadual (nº 2816), que ficou conhecida como “Lei do Bico”, legalizando e regulamentando o segundo emprego de policiais militares e civis na segurança particular, com o argumento de que isto apenas sancionaria uma situação de fato e tiraria da clandestinidade grande parte dos serviços prestados, facilitando seu controle pelo poder público: de acordo com estimativas do próprio governo, mais de 70% dos policiais fluminenses tinham envolvimento em atividades complementadoras de renda, sobretudo na vigilância privada.<sup>8</sup> Outro argumento reportava-se à experiência internacional, lembrando que, em diversos países desenvolvidos (EUA e Alemanha, por exemplo), permite-se o exercício de uma segunda atividade pelos agentes de segurança pública, dentro de certas normas e limites estipulados por lei (cf. SILVA, 1992, pp. 34-36).<sup>9</sup> Paralelamente à discussão sobre prós e contras do segundo emprego, o noticiário da época sugere que ele contrariava os interesses das empresas regulares do ramo, ao oferecer serviços pela metade do preço e açambarcar parcela considerável do mercado não-clandestino de segurança comercial e residencial.<sup>10</sup> Entretanto, foi com base no argumento contrário - de que a legalização representava uma prova de força do *lobby* empresarial - que o governo seguinte revogou a Lei 2816 e restabeleceu a proibição do “bico” para policiais na ativa, através da Lei 2465, aprovada no final de 1995 e em vigor desde junho de 1996.<sup>11</sup>

---

<sup>7</sup>Diversos jornais e revistas, diversos exemplares, entre 1983 e 1997.

<sup>8</sup>Cf. *O Globo*, 1/11 e 9/11/1994.

<sup>9</sup>Nos EUA, segundo RICO & SALAS (1992, p. 177), 85% dos policiais urbanos exercem funções privadas - de vigilância e outras - nas suas horas livres. Lá também, contudo, essa prática, conhecida como *moonlighting*, gera controvérsias e tem pouca aprovação entre os chefes de polícia, que ressaltam como problemas: (a) o conflito de interesses e lealdades daí derivado; (b) a possível responsabilização legal dos órgãos de segurança pública por abusos cometidos em ocupações particulares; (c) a queda de qualidade de ambos os serviços e a elevação de riscos, devidos ao esgotamento físico dos agentes com dupla jornada de trabalho (*idem, ibidem*; cf. também SPENCER, 1997, s/p).

<sup>10</sup> Por exemplo, *Jornal do Brasil*, 26/7/1994; *O Globo*, 26/8 e 9/11/1994.

<sup>11</sup> *Jornal do Brasil*, 28/10/1995; *O Globo*, 29/9/1996.

De volta ao noticiário nacional, percebe-se que o elenco aparentemente inesgotável de denúncias alarmantes relacionadas ao crescimento da segurança particular é vez por outra entremeado de matérias que reportam o crescimento de uma “indústria VIP” nas regiões Sudeste e Nordeste, voltada para consumidores de alta renda, oferecendo “seguranças de primeira classe” para proteção pessoal a executivos ou para vigilância de ambientes “nobres”, além de sofisticados aparatos de rastreamento eletrônico e diversos serviços (investigação, perícia, recuperação de bens etc.) muito mais modernos e alegadamente mais eficazes que aqueles prestados pelos órgãos de segurança pública.<sup>12</sup> Em outras palavras, registra-se um processo de segmentação da oferta, não só entre serviços privados e públicos (mercantis e não-mercantis), mas também no interior dos primeiros, diferenciando qualidade segundo estratos de renda. Se esse processo é comum a grande parte dos mercados, torna-se entretanto um fator especialmente perverso, do ponto de vista da consolidação democrática, quando atinge requisitos essenciais da cidadania, como são os serviços de saúde, educação, segurança e justiça (SAAVEDRA, 1997). A “eficiência” desigualmente distribuída no provimento desses serviços gera efeitos diretos de exclusão social; no caso específico da segurança, combinando uma proteção “VIP” para as elites econômicas à desproteção e maior exposição à violência nas outras camadas sociais (T. CALDEIRA, 1991; HERINGER, 1992). Ou, como afirma PAIXÃO, institucionalizando “o pior dos mundos possíveis”, onde se somam “aos dilemas ‘antigos’ de domesticação da polícia e abertura do judiciário às classes populares (...) os problemas ‘modernos’ postos pela privatização da segurança” (1991, p. 138; cf. também PAIXÃO & BEATO, 1997).

Tal segmentação afeta não só os “usuários”, como também os trabalhadores do setor, diferenciando a qualidade dos empregos no que se refere a condições de trabalho, renda, recursos materiais, treinamento e risco de vida. A baixa qualificação da mão-de-obra recrutada nesses serviços, sobretudo nos particulares (excetuando-se os segmentos de elite), é outro alvo recorrente de notícias da mídia desde a criação oficial da segurança privada no Brasil, quase três décadas atrás.<sup>13</sup> Por seu turno, o sucateamento e a deterioração salarial das polícias nos anos 80 e 90 são temas que vêm à tona quando se discute, por exemplo, o “bico” em atividades de vigilância particular, a corrupção policial, ou a ineficiência das políticas de segurança pública. No

---

<sup>12</sup>Cf., por exemplo, *Jornal do Brasil*, 31/5, 14/7, 9/12/1990 e 29/9/1991; *O Globo*, 10/6/1990 e 29/9/1991; *Manchete*, 15/9/1990; *O Dia*, 23/6/1991; *Veja*, 26/2/1997; *Isto É*, 2/4/1997; *Gazeta Mercantil*, 7/5/1997.

<sup>13</sup>Esse problema desperta preocupações também nos EUA, onde, tomando-se como referência a segurança pública, o nível de qualificação e treinamento dos vigilantes particulares é considerado, em média, muito baixo (Cf. RICO & SALAS, 1992; SPENCER, 1997). Ressalte-se que, numa atividade que envolve porte de armas e risco de vida, o treinamento específico e o preparo psicológico são requisitos fundamentais de segurança, tanto para os trabalhadores, quanto para terceiros, e que dificilmente se atingem padrões adequados de treinamento em empregos desprestigiados, de baixa renda, que atraem apenas mão-de-obra de baixo nível educacional.

momento em que este trabalho foi escrito (meados de 1997), assistia-se a uma inédita mobilização de policiais em todo o país, reivindicando melhores salários.

O problema “moderno” da privatização da segurança e sua articulação com os “antigos” problemas da segurança pública no Brasil ainda carecem de análises mais aprofundadas. Postula-se geralmente, de uma forma unívoca e simplista, que o aumento da criminalidade (ou do medo do crime) e a “falência” objetiva do aparato estatal são *causas* do crescimento vertiginoso da indústria de segurança. Sem abandonar essa explicação, é necessário refletir também sobre uma outra ordem de causalidade possível: o imperativo ideológico do livre-mercado e o “darwinismo social” correlato, responsáveis pelo desmonte do *Welfare State*, talvez estejam na origem tanto da generalização da insegurança, quanto de uma profecia autocumprida - a “falência” estatal - e das pressões para a ampliação do *security business* em todos os países, mesmo onde houve estabilização ou declínio dos índices de criminalidade e violência (cf. SMITH, 1993). Ao criar (literalmente) o mercado de vigilância e permitir sua expansão desordenada, exercendo sobre ele um controle puramente “cerimonial” (PAIXÃO, 1991), ao mesmo tempo que se desobrigava de investir na melhoria dos serviços públicos, o Estado brasileiro parece ter obedecido fielmente ao imperativo do neoliberalismo, resultante na prática em favorecimento das elites econômicas - quer como “consumidoras”, quer como “produtoras” de segurança.<sup>14</sup>

Talvez seja exagero falar, genericamente, em “ineficiência planejada”, pois existiram e existem iniciativas, embora restritas, ou de vida curta, que apontam na direção contrária - como as experiências de policiamento comunitário e as reformas policiais empreendidas por alguns estados (cf. MUSUMECI, MUNIZ & LARVIE, 1997); o esforço de articular propostas para uma reestruturação global do aparelho de segurança pública, como parte do Programa Nacional de Direitos Humanos, além de sucessivas leis e medidas que demonstram pelo menos uma intenção de recuperar para o poder público o controle sobre a segurança privada. Mas parece muito longo ainda o caminho a ser percorrido até que se possa acreditar, sem ingênuo otimismo, na tese da complementaridade entre os dois setores e na garantia de que o crescimento da “indústria de segurança” não necessariamente compromete a consolidação da ordem democrática no país.

\*

---

<sup>14</sup>Entretanto, conforme alerta SAAVEDRA (1997), mesmo o “Estado ultramínimo” da nova doutrina liberal deveria continuar detendo o “monopólio das competências” em três funções básicas: *regulatória* (poder de “impor leis e regulações [e] punir os que não as cumprem”; supervisionar a qualidade dos bens e serviços produzidos pelo setor privado); *redistributiva* (reduzir a pobreza e as desigualdades; garantir acesso à educação e a outros serviços básicos pelos setores menos favorecidos da população) e *negociadora* (representar os interesses nacionais no sistema internacional globalizado). Renunciando a uma ou mais dessas funções, ou não as exercendo na prática, o Estado não se tornaria “mínimo” nem “ultramínimo”: ele simplesmente deixaria de existir (*idem*, p. 31).

Este trabalho tem como objetivo mapear o perfil e a evolução dos serviços privados de vigilância e guarda no Brasil, a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) referentes à década 1985-1995. Constitui-se num dos desdobramentos do projeto *Diagnóstico do Setor Serviços no Brasil* (IPEA/ANPEC/MICT), que, após uma análise geral desse setor (MELO, coord. *et al.*, 1996), recortou cinco segmentos para a realização de estudos de caso mais detalhados, entre eles o de vigilância particular, devido ao seu crescimento explosivo na década. Se abrimos o estudo com algumas considerações que ultrapassam os problemas de estrutura, emprego e renda em serviços foi para assinalar a importância do enfoque mais amplo, não estritamente econômico, sobre uma atividade que diz respeito à segurança, à cidadania, e que coloca em jogo, de modo particularmente enfático, as relações entre poder público e poder privado no atual estágio de desenvolvimento do país. Não perdendo de vista essas questões de fundo, o trabalho que apresentamos a seguir focaliza, mais especificamente, as características do pessoal ocupado e dos postos de trabalho na atividade de vigilância particular, comparando-as às de outros segmentos do setor serviços e sobretudo aos serviços públicos de segurança, com base nas informações geradas pela pesquisa domiciliar do IBGE.

A primeira seção expõe algumas notas metodológicas relativas ao recorte do objeto de análise e às categorias classificatórias da PNAD; na seção seguinte, mostra-se a evolução e distribuição regional dos serviços de segurança durante a década 1985-1995; a terceira e quarta seções focalizam, respectivamente, o perfil do pessoal ocupado (gênero, idade, cor, posição na família, escolaridade) e alguns indicadores de qualidade dos postos de trabalho (posição na ocupação, horas trabalhadas, renda, taxa de desemprego) nos segmentos público e privado de prestação desses serviços. A quinta seção apresenta, por fim, uma síntese das principais características apontadas pelos números da PNAD e algumas sugestões de desdobramentos necessários para aprofundar o estudo de caso. Este deve ser lido, ressaltamos, como tentativa de ampliar as informações disponíveis sobre um tema ainda pouco estudado no Brasil, que demanda, portanto, uma continuidade dos esforços de investigação e de análise em trabalhos futuros.

## 1. Conceituação e notas metodológicas

Antes de abordarmos as categorias da PNAD relevantes para o nosso estudo de caso, é necessário definirmos as esferas de atuação da segurança pública e privada estabelecidas pela legislação brasileira e mostrarmos como os dois segmentos se localizam nas taxonomias de serviços utilizadas para o diagnóstico geral do setor. Tais definições, expostas de forma esquemática nos itens 1.1 e 1.2, orientam o recorte do universo de análise - tema da seção 1.3 - e as comparações intra-setoriais que serão feitas ao longo de todo o trabalho.

### 1.1 - Segurança pública e privada

A Tabela 1, resumindo conceitos extraídos do texto constitucional e de estudos especializados sobre o tema, procura diferenciar as atividades de segurança nas quais existe alguma superposição de tarefas entre os dois setores e aquelas que, por princípio, são de competência exclusiva do poder público ou da iniciativa privada.

Como foi descrito na Introdução, o crescimento dos serviços particulares de segurança nos últimos anos, as mudanças e falhas na legislação específica e a precariedade dos mecanismos de fiscalização desses serviços dificultam, na prática, traçar uma fronteira nítida entre os dois setores. Aqui, porém, interessa-nos apenas fixar conceitos e limites formais, enquanto ponto de referência para a delimitação das categorias da PNAD que utilizaremos no estudo de caso.

TABELA 1

OBJETIVOS/ATRIBUIÇÕES	SETOR PÚBLICO*	SETOR PRIVADO
• Preservação da ordem pública	• Polícia Militar	• Não compete
• Preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio	• Polícias e Guardas Municipais	• Serviços privados de segurança e vigilância
• Segurança contra sinistros	• Corpo de Bombeiros, Defesa Civil	• Serviços privados antiincêndio e salva-vidas
• Investigação	• Polícias Militar, Civil e Federal	• Investigação particular
• Inquérito policial	• Polícias Civil e Federal	• Não compete
• Segurança de presídios	• Sistema Penitenciário	• Não compete
• Outros serviços relacionados à segurança, para consumo particular	• Não compete	• Transporte de valores • Venda, instalação, manutenção e reparo de equipamentos de segurança • Venda e adestramento de cães de guarda • Guarda de bens valiosos • Proteção especial a executivos • Seguro contra perdas patrimoniais
• Autorização, fiscalização e controle de atividades ligadas à segurança pública e privada	• Ministério da Justiça (Departamento de Polícia Federal), Secretarias Estaduais de Segurança	• Não compete

	Pública e Exército (controle de armamentos e munições)	
--	--	--

(\*) O subsistema Segurança Pública não inclui os órgãos de Defesa Nacional (Forças Armadas), nem os órgãos judiciários do Sistema Criminal (Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunais - cf. SILVA, 1990, Cap. VI).

Fontes: *Constituição da República Federativa do Brasil*, Art. 144 (“Da Segurança Pública”); SILVA (1990 e 1992); HERINGER (1992).

### 1.2 - Posição das atividades de segurança pública e privada nos sistemas de classificação de serviços

Outra referência importante, base dos quadros comparativos intra-setoriais apresentados nas próximas seções, é o esquema de compatibilização das taxonomias de serviços elaborado para o diagnóstico geral do setor (MELO, coord. *et al.*, 1996). A Tabela 2 mostra sinteticamente como se situam nesse esquema os segmentos de atividades aqui analisados.

TABELA 2

SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO	SEGURANÇA PÚBLICA	SEGURANÇA PRIVADA
1. Browning-Singelmann	Serviços sociais	Serviços produtivos
2. Intermediários/finais	Finais	Intermediários
3. Mercantis/não-mercantis	Não-mercantis	Mercantis
4. Contas Nacionais	Administração pública	Outros serviços
5. PNAD/PME*	Cód. de atividades 724 a 727	Cód. de atividade 543
6. Classif. compatibilizada Contas Nacionais/PNAD	Administração pública propriamente dita (F1)	Outros serviços / prestados princip. às empresas (G1.2)

(\*) Ver seção 1.3, abaixo

Fontes: IBGE (1985; 1995); MELO, coord. *et al.* (1996).

### 1.3 - Categorias da PNAD: atividade e ocupação

#### 1.3.1 - Segurança privada

A PNAD define como *atividade* do trabalhador o ramo ou finalidade principal do empreendimento em que ele estava ocupado na semana de referência (ou a sua própria atividade-fim, se for autônomo) e como *ocupação* o tipo de trabalho - cargo, função, profissão ou ofício - exercido (IBGE, 1993). Assim, por exemplo, alguém que desempenhe a tarefa de vigia como empregado de um restaurante será classificado na atividade “serviços de alimentação” (cód. 512) e na ocupação “vigia” (cód. 843), enquanto o vigia empregado de uma firma de segurança particular

que preste serviços ao restaurante será computado na mesma ocupação, mas na atividade “vigilância e guarda” (cód. 543).

Este estudo focalizará essencialmente os dados da PNAD relativos ao pessoal ocupado na *atividade* de vigilância e guarda. Cabe ressaltar que os códigos de três dígitos, com os quais trabalhamos, já se referem a *grupos* de atividades relacionadas, não-desmembráveis, e isto coloca alguns problemas para a delimitação do objeto de análise, conforme esclareceremos a seguir. Eis o conjunto de descritores primários que o IBGE agrega sob o código de atividades 543 (IBGE, 1985; 1995):

#### **Vigilância e Guarda (VG) - cód. 543**

Guarda de segurança, empresa particular - serviço de  
 Guarda diurna, empresa particular - serviço de  
 Guarda noturna, empresa particular - serviço de  
 Guarda patrimonial, empresa particular - serviço de  
 Segurança domiciliar - por conta própria  
 Segurança, empresa particular - serviço de  
 Transporte de valores, empresa particular- serviço de  
 Vigilância domiciliar - por conta própria  
 Vigilância, empresa particular - serviço de

O grupo abrange, basicamente, serviços de vigilância e transporte de valores fornecidos por empresas.<sup>1</sup> Não cobre todo o universo da segurança privada, pois, como já dito, esta inclui vários tipos de serviços além de vigilância - investigação, venda e instalação de equipamentos etc. -, que em parte podem estar incluídos nas rubricas acima (empresas de segurança), mas em parte se encontram dispersos por outros códigos, misturados a atividades de natureza distinta: detetives particulares e agências de investigação, por exemplo, aparecem no mesmo grupo que estatísticos, escritores, tradutores e jornalistas por conta própria, não sendo possível focalizá-los em separado. Além disso, mesmo se consideramos somente serviços de vigilância e guarda, o recorte por *ocupação* revela que grande parte do pessoal neles envolvido encontra-se fora da atividade 543, em outros ramos e até em outros setores da economia. As Tabelas 3 e 4 permitem visualizar essa diferença, mostrando, primeiro, quais as ocupações contidas dentro da atividade e, a seguir, como as duas ocupações mais importantes se distribuem pelos diversos segmentos, setores e subsetores:

---

<sup>1</sup> Apenas 1,4% do pessoal ocupado na atividade trabalhava por conta própria em 1995 (ver seção 4.1, adiante).

TABELA 3  
BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NA ATIVIDADE  
DE VIGILÂNCIA E GUARDA, POR TIPOS DE OCUPAÇÕES  
1995

CÓDIGO DE OCUPAÇÃO	DESCRIÇÃO	PESSOAL OCUPADO %
869	VIGILANTE	57,7
843	VIGIA	23,7
751	MOTORISTA	1,9
040	ENCARREGADO ADMINISTRATIVO	1,9
844	SERVEnte	1,7
841	PORTEIRO	1,5
015	SÓCIO/EMPREGADOR	1,4
064	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1,1
927	OCUPAÇÃO MAL-DEFINIDA	2,3
vários	OUTRAS OCUPAÇÕES	6,8
	TOTAL	100,0

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

As duas ocupações mais numerosas nessa atividade, como mostra o quadro acima, são as de *vigilante* e *vigia*, que representam, juntas, 81,4% do pessoal ocupado.<sup>2</sup> Mas, quando examinamos, ao inverso, como as duas ocupações se distribuem pelos vários ramos de atividades, constatamos que a primeira está praticamente toda contida no segmento vigilância e guarda (98,7%), enquanto a segunda se encontra majoritariamente (85,2%) *fora* dessa atividade (Tabela 4).

TABELA 4  
BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NAS OCUPAÇÕES DE VIGILANTE E VIGIA,  
POR SETORES E SEGMENTOS DE ATIVIDADES (%)  
1995

SETORES E SEGMENTOS DE ATIVIDADES	OCUPAÇÕES	
	VIGIL	VIGIA
VIGILÂNCIA E GUARDA (ATIVIDADE 543)	98,7	14,8
OUTROS SERV. PREST. PRINC. ÀS EMPRESAS*	0,3	8,6
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0,0	27,1
COMÉRCIO	0,0	10,8
SERVIÇOS - VÁRIOS SEGMENTOS	0,0	6,4
OUTROS SERVIÇOS/SOCIAIS	0,0	7,1
TRANSPORTES	1,0	2,8
OUTROS SERVIÇOS/PESSOAIS	0,0	1,7
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,0	0,6
SETOR SERVIÇOS	100,0	79,9
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,0	13,6
CONSTRUÇÃO CIVIL	0,0	4,2
AGROPECUÁRIA E EXTRATIVA MINERAL	0,0	2,2
NÃO IDENTIFICADO	0,0	0,1
TOTAL	100,0	100,0

(\*) Menos Vigilância e Guarda

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

<sup>2</sup> Ver as categorias agrupadas pelos dois códigos de ocupação na Tabela A.1 do anexo.

Só a ocupação de *vigilante*, portanto, pode ser considerada típica do segmento especializado na prestação de serviços particulares de segurança e transporte de valores; a de *vigia*, embora também apareça em proporção significativa nesse segmento, é encontrável em muitos outros ramos de atividades, notadamente na administração pública, na indústria de transformação, no comércio e nos demais “outros serviços prestados principalmente às empresas”.<sup>3</sup>

Em números absolutos (amostra expandida da PNAD 1995), os vigias são cerca de 675 mil no país como um todo e os vigilantes, cerca de 247 mil - num total aproximado de 922 mil pessoas, pouco inferior à estimativa de um milhão feita pelo Ministério da Justiça em período próximo ao da pesquisa do IBGE (*O Estado de São Paulo*, 6/3/1995). Por sua vez, a *atividade* de vigilância e guarda, com todas as ocupações que a compõem, abrange aproximadamente 420 mil pessoas (ver seção 2, abaixo).

Nosso estudo preliminar, utilizando o recorte por atividade, focaliza, assim, menos da metade do pessoal oficialmente estimado como universo da vigilância privada - legal e clandestina - no Brasil.<sup>4</sup> Tal recorte é necessário, num primeiro momento, para possibilitar a comparação com outros ramos do setor serviços, definidos a partir dos códigos de atividades da PNAD, e, particularmente, com os serviços de segurança pública, que descreveremos na seção 1.3.2, abaixo. Desdobramentos posteriores deste trabalho poderão, contudo, adicionar outros recortes, através do cruzamento entre funções, atividades e categorias de posição na ocupação, de forma a ampliar e diferenciar melhor internamente o universo investigado com base nos dados primários do IBGE.

Cabe ainda uma nota a respeito da polêmica questão da segurança privada exercida como segundo emprego, ou “bico”, por policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários na

---

<sup>3</sup> O presidente do sindicato de vigilantes de Brasília, em entrevista publicada por *O Globo* de 13/2/1994, diz que “a diferença entre um vigia e um vigilante é enorme”, associando a primeira ocupação a serviços clandestinos de segurança, sem registro na Polícia Federal. De acordo com *O Estado de São Paulo* (6/3/1995), a profissão de vigia não é regulamentada pela Lei 7102/83, que define as normas da segurança particular, e isto deixa uma brecha para o exercício ilegal da atividade. Diversas matérias da imprensa denunciam a existência de empresas clandestinas de segurança sob a fachada legal de firmas com registro em outros ramos de negócios, especialmente no de limpeza e conservação (*O Estado de São Paulo*, 15/4/1984; *O Globo*, 24/8/1991, 5/7/1993 e 19/2/1995; *Jornal do Brasil*, 3/3 e 27/4/1995), que emprega um número significativo de vigias (8% do seu pessoal ocupado - ver, neste livro, o estudo de caso sobre o segmento “limpeza e conservação”). Mas, embora o ofício de vigilante pareça ser mais institucionalizado, como indicam os números da PNAD que analisaremos na 3ª parte deste trabalho, não se pode afirmar que todos os vigias pratiquem segurança informal ou ilegal: não só a maior parte deles tem carteira assinada ou é funcionário público, como a legislação prevê a existência de “corpos orgânicos” de segurança - isto é, a contratação direta de vigias ou vigilantes por empresas e órgãos de qualquer ramo de atividades (cf. SILVA, 1992, pp. 12-13 e HERINGER, 1992, p. 12). A brecha parece estar, portanto, na própria legislação, que autoriza, mas não regulamenta adequadamente essas funções, e sobretudo no precaríssimo controle que o Estado tem exercido sobre elas.

<sup>4</sup> De acordo com o Ministério da Justiça, seriam 600 mil trabalhadores regulares e 400 mil ilegais (*idem, ibidem*). Isto confirma que não há correspondência entre o número de pessoas registrado pela PNAD na ocupação de vigia e o “exército” da segurança clandestina admitido pelo órgão que fiscaliza o setor.

ativa - fato seguidamente veiculado pela imprensa e reconhecido por autoridades da segurança pública. Os números da PNAD, ao que tudo indica, não contemplam essa atividade paralela, já que a maior parte das perguntas sobre emprego refere-se à ocupação *única* ou *principal*, e é pouco provável que policiais na ativa declarem como seu trabalho principal a vigilância privada exercida ilegalmente, ainda que a renda ganha nesta última possa ser superior à que obtêm no serviço público. Duas perguntas sobre outras ocupações (se o entrevistado possuía mais de um trabalho na semana de referência e que função exercia no segundo trabalho - cf. IBGE, 1993a) poderiam fornecer uma idéia aproximada do número de agentes que fazem “bico”, mas o total de respostas positivas, em confronto com estimativas da mídia, sugere que, por se tratar, neste caso, de uma prática ilícita, o segundo emprego é omitido pela maior parte dos entrevistados: em 1995, no país como um todo, só 10% das pessoas com ocupação principal em atividades de segurança pública disseram possuir outro trabalho e apenas 1,5% declararam como trabalho secundário a ocupação de vigilante ou vigia (ver Tabela A.2 do Anexo).<sup>5</sup>

Em resumo, ao focalizarmos a *atividade* “vigilância e guarda”, estaremos abrangendo somente uma fatia dos serviços de segurança privada no país, fatia que não inclui certos segmentos importantes (detetives particulares, por exemplo), misturados a outros códigos de atividades, não engloba a maior parte dos vigias, ocupada noutros segmentos e setores, nem contempla, ao que tudo indica, o segundo emprego de policiais. Utilizaremos, para fins comparativos, alguns indicadores (taxa de crescimento, nível educacional, grau de formalização dos postos de trabalho e renda) referentes às ocupações de vigilante e vigia dentro e fora da atividade 543, mas é sobretudo a esta última que se restringe nosso estudo preliminar sobre o tema. Feitas essas observações e salvo especificação em contrário, empregaremos indiferentemente no trabalho que se segue a abreviatura “VG” e os termos “segurança privada (ou particular)”, “vigilância privada (ou particular)” e “vigilância e guarda” para designar o segmento de atividades analisado.

---

<sup>5</sup> Tais proporções contrastam fortemente com aquelas divulgadas na mídia: pesquisa de opinião realizada pelo jornal *O Globo* em 1992 concluiu que 66% dos policiais militares brasileiros possuíam outra atividade, 36% deles dedicando-se à segurança comercial (HERINGER, 1992, p. 56). No Estado do Rio de Janeiro, tanto antes quanto depois da “Lei do Bico”, calculava-se que 70% do efetivo da Polícia Civil e 50% do efetivo da Polícia Militar possuíam outras atividades, especialmente de segurança privada (*Jornal do Brasil*, 10/7/1991; *O Globo*, 6/7/1997). Em São Paulo, segundo a revista *Isto É* de 2/4/1997, boa parte dos cem mil seguranças não regulamentados são policiais militares e civis na ativa. Em Mato Grosso, segundo o *Jornal do Brasil* (17/10/1995), 20 das 36 empresas de segurança operando clandestinamente em 1995 eram de propriedade de oficiais da PM, que recrutavam como mão-de-obra soldados sob seu comando, além de “pistoleiros tradicionais”. Ainda que possa haver exagero por parte da imprensa, insuflada pelo *lobby* das empresas de segurança e dos sindicatos de vigilantes (que sofrem concorrência direta dos serviços, mais baratos, prestados por policiais), as percentagens de segundo emprego mostradas pela PNAD parecem excessivamente baixas, face, inclusive, à deterioração salarial ocorrida nos serviços de segurança pública ao longo do período sob exame (ver, mais adiante, seção 4.3).

### 1.3.2 - Segurança pública

De acordo com as definições expostas na seção 1.1, o universo da segurança pública corresponde a quatro grupos de atividades delimitados pela PNAD - que denominaremos simplificadaamente “Polícia Militar” (PM), “Polícia Civil” (PC), “Corpo de Bombeiros” (CB) e “Sistema Penitenciário” (SP). Eis os descritores primários agregados em cada um desses grupos (IBGE, 1995):

#### Polícia Militar (PM) - cód. 724

Brigada Militar	Hospital da PM
Centro de Operações da PM - COPM	Polícia Militar
Destacamento de Policiamento Ostensivo - DPO	Posto Policial Comunitário
Força Pública Estadual	Quartéis da PM
Hospital da Brigada	

#### Polícias Civil, Federal e Municipal, outras polícias e órgãos técnicos (PC) - cód. 725

Assistência Policial	Polícia Federal
Delegacia Policial - DP	Polícia Interestadual
Departamento de Polícia Federal - DPF	Polícia Marítima
Departamento de Polícia Judiciária - DPJ	Polícia Municipal
Distrito Policial - DP	Polícia Rodoviária
Divisão de Censura de Diversões Públicas - DCDP	Polícia Técnica Civil
Divisão de Ordem Política e Social - DOPS	Polinter
Guarda Civil Pública	Rádio Patrulha
Guarda Noturna Pública	Rondas Ostensivas Candango - ROCAN (DF)
Instituto de Criminalística Carlos Eboli - ICCE	Rondas Ostensivas Tobias Aguiar - ROTA (SP)
Instituto Félix Pacheco - IFP	Secretaria de Segurança Pública - SSP
Instituto Médico Legal - IML	Serviço de Polícia Criminal Internacional - INTERPOL
Instituto Nacional de Identificação	
Polícia Civil	

#### Corpo de Bombeiros (CB) - cód. 726

Corpo de Bombeiros	Hospital do Corpo de Bombeiros
Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - CBDF	

#### Sistema Penitenciário (SP) - cód. 727

Cadeia pública	DESIPE
Casa de Correção	Penitenciária
Casa de Detenção	Presídio

Dois problemas ressaltam na listagem acima: primeiro, a impossibilidade de separar o efetivo policial *stricto sensu* do contingente ocupado em serviços de apoio (hospitais, por exemplo). Segundo, a mistura de diversas polícias e órgãos técnicos num único código (725), que, para simplificar, apelidamos de “grupo Polícia Civil” (em função da predominância, nesse grupo, de funcionários estaduais - cerca de 72%), mas que abrange atividades as mais variadas e grande contingente de pessoas não diretamente ocupadas em serviços de segurança (ver Tabela A.3 do Anexo). A rigor, para uma comparação numérica com o segmento privado de vigilância e guarda,

deveríamos levar em conta apenas as atividades de *policimento ostensivo*, excluindo o Corpo de Bombeiros, as polícias judiciárias e técnicas, os hospitais etc.. Mas como não é possível, através dos dados da PNAD, diferenciar diretamente tarefas ostensivas de outros tipos de tarefas, optamos pela inclusão integral dos quatro códigos de atividades, que abrangem praticamente todo o universo relacionado à segurança pública, conforme as definições estabelecidas no item 1.1.<sup>6</sup> Ou seja, estaremos comparando uma fatia da segurança particular ao conjunto dos serviços públicos de segurança - não em números absolutos, mas em termos relativos, no que se refere a taxas de crescimento, perfil do pessoal ocupado e qualidade dos postos de trabalho existentes num e noutro setor.

## 2. Evolução e distribuição regional do pessoal ocupado em vigilância e guarda

### *2.1 - Taxas de crescimento: atividade e ocupações*

Segundo os números da PNAD (amostra expandida), o total de pessoas ocupadas na atividade de vigilância e guarda saltou de 199.137 em 1985 para 422.057 em 1995 - crescimento de 112%, muito superior ao do conjunto do setor serviços (43%) e daquele verificado nos subsetores que o compõem: comércio (54%); transportes (33%); comunicações (24%); instituições financeiras (-29%); administração pública (12%) e outros serviços (56%). Por ser um segmento pequeno, que representava 0,8% dos postos de trabalho do setor terciário em 1985 e passou a representar pouco mais de 1% em 1995, sua contribuição absoluta para o acréscimo do emprego em serviços foi de apenas 2%. Mas, em termos relativos, sua contribuição para o crescimento foi 162% maior que a sua participação no estoque de postos de trabalho desse setor (ver Tabela A.5 do anexo).

Lembremos que o recorte por *atividade* circunscreve essencialmente o segmento das empresas especializadas em vigilância e transporte de valores, não englobando a maioria das pessoas que declararam exercer *ocupações* de segurança particular em outros ramos de atividades.

---

<sup>6</sup> As Guardas Municipais, que exercem vigilância ostensiva, assim como as Polícias Rodoviária e Marítima, teriam de ser separadas das Polícias Civil e Federal, o que poderia ser feito de modo indireto e aproximativo, através de cruzamentos entre funções, atividades e categorias de posição na ocupação. Entretanto, as "ocupações" discriminadas pela PNAD, sobretudo no caso dos órgãos com estrutura militar, não revelam necessariamente o tipo de trabalho exercido: um soldado, sargento ou suboficial da PM pode estar alocado tanto em tarefas externas de policiamento, quanto em funções de investigação ou em rotinas administrativas internas - logo, a comparação com a vigilância e guarda seria de qualquer forma imprecisa (ver lista de ocupações da segurança pública na Tabela A.3, em anexo).

Quando se focaliza a evolução das ocupações de vigilante e vigia, dentro e fora dessa atividade (Tabela 5), percebe-se que apenas uma parte do acréscimo havido na última representou criação efetiva de novos postos de trabalho, enquanto outra parte correspondeu ao fechamento de postos de trabalho noutros setores e subsetores, isto é, a uma transferência entre categorias de atividades, associada, provavelmente, ao processo de terceirização.

TABELA 5  
BRASIL - OCUPAÇÕES DE VIGILANTE E VIGIA\*  
EVOLUÇÃO DO PESSOAL OCUPADO, POR SEGMENTOS, SUBSETORES E SETORES DE ATIVIDADES  
1985-1995

ATIVIDADES	OCUPAÇÕES								
	VIGILANTE			VIGIA			VIGILANTE+VIGIA		
	1985	1995	CRESC %	1985	1995	CRESC %	1985	1995	CRESC %
VIGILÂNCIA E GUARDA (ATIV. 543)	135611	243620	79,6	46534	99923	114,7	182145	343543	88,6
OUTROS/PRINC. ÀS EMPRESAS**	5882	845	-85,6	39085	57968	48,3	44967	58813	30,8
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-	-	-	84794	183110	115,9	84794	183110	115,9
COMÉRCIO	-	-	-	54524	72715	33,4	54524	72715	33,4
SERVIÇOS - VÁRIOS SEGMENTOS	1380	-	-100,0	25588	43150	68,6	26968	43150	60,0
OUTROS SERVIÇOS/SOCIAIS	-	-	-	33510	48206	43,9	33510	48206	43,9
TRANSPORTES	2969	2389	-19,5	13543	18620	37,5	16512	21009	27,2
OUTROS SERVIÇOS/PESSOAIS	172	-	-100,0	14806	11156	-24,7	14978	11156	-25,5
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	13824	4165	-69,9	13824	4165	-69,9
SETOR SERVIÇOS	146014	246854	69,1	326208	539013	65,2	472222	785867	66,4
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	-	-	-	100130	91807	-8,3	100130	91807	-8,3
CONSTRUÇÃO CIVIL	-	-	-	33069	28524	-13,7	33069	28524	-13,7
AGROPEC. E EXTRAT. MINERAL	-	-	-	15924	15001	-5,8	15924	15001	-5,8
NÃO IDENTIFICADO	-	-	-	2202	584	-73,5	2202	584	-73,5
TOTAL	146014	246854	69,1	477533	674929	41,3	623547	921783	47,8

(\*) Vigilante: cód. 859 (PNAD 1985) e 869 (PNAD 1995). Vigia: cód. 843 (PNAD 1985 e 1995).

(\*\*) Menos Vigilância e Guarda

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

Os vigilantes desapareceram de alguns segmentos, onde já eram poucos em 1985, diminuíram em outros e aumentaram somente dentro da atividade 543, representando, ainda assim, um acréscimo líquido de 69,1% nos postos de trabalho desse tipo de ocupação. Por seu turno, o número de vigias cresceu em vários segmentos e subsetores (especialmente na administração pública e na atividade 543), mas decresceu nos serviços pessoais, nas instituições financeiras, na indústria de transformação, na construção civil e na agropecuária, representando um acréscimo líquido de empregos da ordem de 41%. Somados, os postos de trabalho nas duas ocupações, em todos os setores, aumentaram 47,8% - bem menos que a atividade de vigilância e guarda

considerada isoladamente. Mas, como esta não inclui apenas ocupações de vigilante e vigia (ver Tabela 5), um cálculo mais abrangente da evolução dos postos de trabalho ligados à segurança privada - somando o total de pessoas do segmento 543 ao de vigias e vigilantes ocupados em outras atividades - apontaria para uma taxa líquida de crescimento da ordem de 56,2% na década 1985-1995 (Tabela 6).<sup>7</sup>

TABELA 6  
BRASIL - ATIVIDADE E OCUPAÇÕES DE VIGILÂNCIA  
EVOLUÇÃO DO PESSOAL OCUPADO  
1985-1995

	1985	1995	CRESC. %
VIGILÂNCIA E GUARDA (ATIVIDADE 543)	199137	422057	111,9
VIGIAS E VIGILANTES DE OUTRAS ATIVIDADES	441402	578240	31,0
TOTAL	640539	1000297	56,2

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

Ao lado do processo de terceirização e de expansão do segmento empresarial, houve também, portanto, um considerável acréscimo (31%) dos chamados “corpos orgânicos de segurança”, compostos de vigias diretamente empregados por órgãos públicos, empresas de transporte, estabelecimentos comerciais etc.<sup>8</sup> Embora previsto em lei e formalmente sujeito à fiscalização do Ministério da Justiça, este é o espaço, segundo HERINGER (1992, p. 27), no qual prolifera a segurança clandestina, fomentada sobretudo “por pequenos estabelecimentos que não têm condições de custear a contratação de empresas de vigilância”. As informações da PNAD não permitem diferenciar segurança legal e ilegal, mas mostram que o grau de formalização dos postos de trabalho na ocupação de vigia, embora menor que na de vigilante, é significativamente alto (cerca de 78% do pessoal ocupado têm carteira assinada ou são funcionários públicos) e é praticamente o mesmo dentro e fora da atividade 543 (ver seção 4.1, adiante). Duas hipóteses podem resultar daí: ou essa função comporta empregos ao mesmo tempo *formais* e *ilegais*, ou a segurança clandestina não está entre os que declaram ao IBGE trabalhar como vigias, e sim em outras ocupações “de fachada” e no segundo emprego (subdeclarado) de agentes da segurança pública.

<sup>7</sup>Isto não inclui, é bom insistir, o segundo emprego de policiais. Inclui, porém, os empregadores, categoria que cresceu mais de 300% na atividade de vigilância e guarda, seguida dos empregados com carteira (110%) - ver seção 4.1, adiante.

<sup>8</sup>O *Globo* de 19/5/1996 reporta o aumento de vigias e vigilantes particulares utilizados por órgãos públicos, principalmente via contratos com empresas de segurança (que em Brasília, segundo o autor da matéria, constituiriam um verdadeiro cartel, impondo preços mais altos que no Rio de Janeiro e em São Paulo), mas também via admissão de “seguranças orgânicos” concursados. De acordo com a amostra expandida da PNAD 1995 para o país como um todo, mais de um terço dos vigias que estão fora da atividade “vigilância e guarda” são funcionários públicos, estatutários ou não - o que representa um contingente de cerca de 200 mil pessoas (ver item 4.1, adiante).

## 2.2 - Segurança pública versus segurança privada

No período focalizado, os postos de trabalho em atividades de segurança pública cresceram cerca de 44% (Tabela 7) - mais que a população ocupada total (32,8%), porém menos que o conjunto do setor serviços (45,8%), que as ocupações ligadas à segurança particular (56,2 %) e sobretudo que o segmento empresarial de vigilância e guarda (112%).

TABELA 7  
BRASIL - SEGURANÇA PÚBLICA, SETOR SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
EVOLUÇÃO DO PESSOAL OCUPADO 1985-1995

ATIVIDADES	PESSOAL OCUPADO		
	1985	1995	CRESC. %
Polícia Militar	234777	339762	44,7
Policías Civil, Federal etc.	105234	154435	46,8
Corpo de Bombeiros	22459	35692	58,9
Sistema Penitenciário	25110	27676	10,2
SEGURANÇA PÚBLICA (TOTAL)	387580	557565	43,9
SETOR SERVIÇOS	26117084	38075291	45,8
POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL	52411248	69627385	32,8

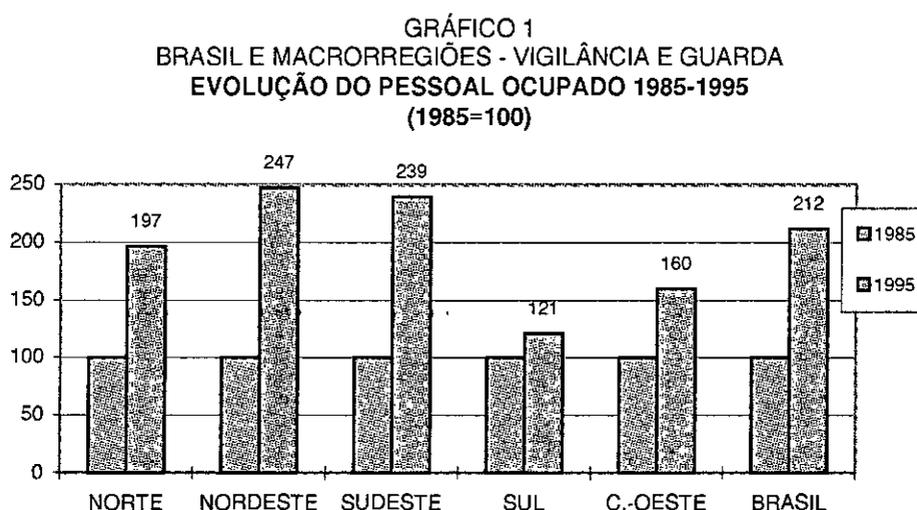
Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

Como já dito, o recorte por categorias de atividade da PNAD não permite uma comparação precisa, em números absolutos, dos contingentes envolvidos nas atividades de segurança pública e particular, pois engloba na primeira muitas funções não estritamente policiais, enquanto na segunda só contabiliza vigilância e transporte de valores, excluindo investigação e outros tipos de serviços pertinentes, além de não computar os vigias “orgânicos” - logo, superestimam a força pública e subestimam a força privada. Ainda assim, os dados da amostra expandida (quando se somam os “corpos orgânicos” à atividade 543 - ver Tabela 6) mostram que, só em funções ligadas a vigilância e guarda, o “exército” da segurança particular já era 1,7 vezes maior que o total de pessoas ocupadas no conjunto dos serviços de segurança pública em 1985 e que essa relação aumentou para 1,8 posto de trabalho privado por posto de trabalho público em 1995. Evidentemente, se a análise focalizasse apenas vigilância privada *versus* “vigilância pública” (polícia ostensiva) - o que não é possível através dos dados da PNAD -, encontraríamos uma relação muito mais alta, talvez igual ou até superior à estimada para os Estados Unidos, onde se calcula que existam hoje três vigilantes particulares para cada policial, devendo essa razão chegar a

quatro para um até o ano 2000 (CUNNINGHAM, STRAUCHS & VAN METER, 1990, *apud* REYNOLDS, 1994, p. 215; SPENCER, 1997, s/p).<sup>9</sup>

### 2.3 - Distribuição regional

De acordo com a PNAD, a atividade de vigilância e guarda cresceu em todas as macrorregiões do país entre 1985 e 1995, mas a taxas bastante diferenciadas, bem mais altas no Nordeste, Sudeste e Norte (147, 139 e 97%, respectivamente) do que no Centro-Oeste e Sul (respectivamente 60 e 21% - ver Gráfico 1).<sup>10</sup>



**Fonte:** Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

Quando se focaliza a evolução das ocupações de vigilante e vigia nos vários ramos de atividades (Tabela 8), evidenciam-se outras diferenças, que apontam para a necessidade de estudos de caso regionalizados, capazes de apreender configurações específicas da segurança privada em cada área. Observa-se, por exemplo: (a) que no Sul e Centro-Oeste, contrariando a tendência geral (definida pela região Sudeste), houve redução absoluta do número de vigilantes, mesmo dentro do segmento 543; (b) que nessas duas regiões (e, em menor escala, no Norte e Nordeste) houve acréscimo do número de vigias no setor primário, provavelmente associado ao recrudescimento de

<sup>9</sup>O caso da França evidencia uma tendência distinta: apesar de ter quase dobrado o contingente da segurança particular desde meados dos anos 80, continuava havendo, em 1994, uma relação de dois policiais para cada vigilante privado, segundo informa LÉVY (1997, p. 65).

<sup>10</sup>Em alguns estados, os postos de trabalho nessa atividade aumentaram mais de 200%: Ceará (445%), Sergipe (643%), Espírito Santo (369%) e Alagoas (276%); nos demais, verificaram-se acréscimos nunca inferiores a 20%, com exceção do Paraná, único estado a registrar um decréscimo (-2%) dos postos em vigilância e guarda durante o período considerado. A taxa mais alta de crescimento foi registrada em Roraima (1149%), mas as informações da PNAD para esse estado (e para a região Norte, de um modo geral), não são muito confiáveis, devido ao ínfimo tamanho e a possíveis vieses da amostra.

conflitos de terras; (c) que no Norte, Nordeste e Sul aumentou o contingente “orgânico” da indústria de transformação, e nas regiões Norte e Sul, também o da construção civil - enquanto a nível nacional, como vimos mais acima (Tabela 4), não se percebe qualquer crescimento da vigilância privada fora do setor terciário.

TABELA 8  
MACRORREGIÕES - OCUPAÇÕES DE VIGILANTE E VIGIA  
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PESSOAL OCUPADO,  
POR SEGMENTOS, SUBSETORES E SETORES DE ATIVIDADES (%)  
1985-1995

SEGMENTO/SUBSETOR	VIGILANTE				
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.-OESTE
VIGILÂNCIA E GUARDA (ATIV. 543)	62,0	151,5	106,6	-28,3	-27,4
OUTROS SERV/PREST. PRINC. EMPRESAS*	-80,6	-83,1	-85,6	-100,0	-100,0
TRANSPORTES	-	-	-12,1	-100,0	-
OUTROS SERVIÇOS/PESSOAIS	-	-	-	-	-100,0
SERVIÇOS - VÁRIOS SEGMENTOS	-100,0	-	-100,0	-100,0	-100,0
TOTAL	40,9	142,4	92,4	-31,4	-31,1

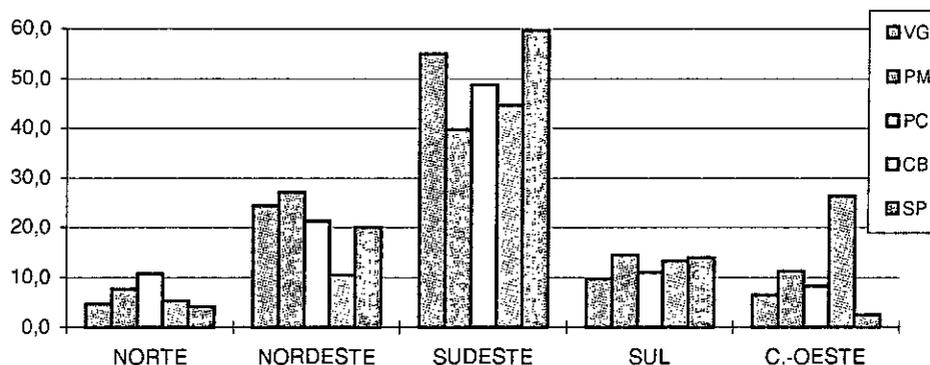
SETOR/SEGMENTO	VIGIA				
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.-OESTE
VIGILÂNCIA E GUARDA (ATIVIDADE 543)	77,4	105,3	118,1	86,0	209,6
OUROS SERV./ PREST. PRINC. EMPRESAS*	328,2	63,2	41,2	59,2	1,3
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	205,3	136,1	72,0	173,2	61,2
COMÉRCIO	173,1	57,8	4,1	73,7	8,4
OUTROS SERVIÇOS/SOCIAIS	222,1	105,3	10,0	4,9	179,7
OUTROS SERVIÇOS/PESSOAIS	-71,1	42,4	40,7	64,8	131,9
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	-100,0	-53,4	-64,7	-100,0	-58,7
TRANSPORTES	112,1	4,3	47,7	99,2	-64,0
SERVIÇOS - VÁRIOS SEGMENTOS	4,5	4,0	22,3	97,4	25,2
SETOR SERVIÇOS	152,1	89,6	41,3	81,6	62,2
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	16,8	44,9	-23,5	10,8	-2,7
CONSTRUÇÃO CIVIL	37,4	-21,9	-22,0	41,4	-8,6
AGROPECUÁRIA E EXTRATIVA MINERAL	36,1	19,6	-48,7	49,9	92,6
NÃO IDENTIFICADO	219,5	-	-100,0	-100,0	-
TOTAL	113,6	73,2	16,0	61,1	50,6

(\*) Menos Vigilância e Guarda

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

Examinando agora como se distribui regionalmente o pessoal ocupado na segurança pública e no segmento empresarial da segurança particular, nota-se uma concentração no Sudeste de ambos os tipos de atividades, o que de resto ocorre com a maior parte dos serviços (cf. MELO, coord. *et al.* 1996): 55% da vigilância e guarda; 40% da Polícia Militar; 49% do grupo “Polícia Civil”; 45% do Corpo de Bombeiros e 60% do Sistema Penitenciário encontravam-se em 1995 nessa região (Gráfico 2).

GRÁFICO 2  
MACRORREGIÕES - SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO (%)  
1995



Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

Entretanto, quando se ponderam os dados da PNAD pelas populações regionais (pessoal ocupado em atividades de segurança por cem mil habitantes), resulta uma distribuição bem distinta, conforme se pode visualizar na Tabela 9 e no Gráfico 3, abaixo:

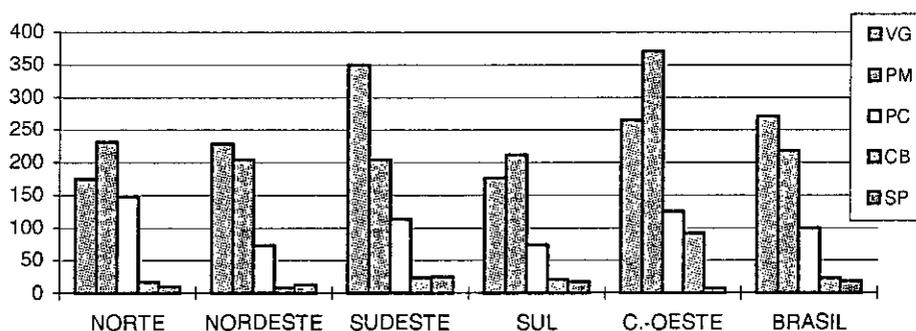
TABELA 9  
BRASIL E MACRORREGIÕES - SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E GUARDA  
PESSOAL OCUPADO POR 100 MIL HABITANTES  
1985-1995

	PESSOAL OCUPADO/100 MIL HABITANTES						RELAÇÃO INTER-REGIONAL (SUDESTE=100)			
	SEGURANÇA PÚBLICA			VIGILÂNCIA E GUARDA			SEGURANÇA PÚBLICA		VIGILÂNCIA E GUARDA	
	1985	1995	85-95*	1985	1995	85-95*	1985	1995	1985	1995
NORTE	224	406	81,6	130	175	34,4	68	111	79	50
NORDESTE	190	298	56,7	107	229	114,4	58	81	65	65
SUDESTE	330	366	10,8	164	350	113,4	100	100	100	100
SUL	286	322	12,7	163	176	8,1	87	88	99	50
C.-OESTE	460	593	29,0	187	265	41,2	139	162	114	76
BRASIL	286	358	25,2	147	271	84,4	87	98	90	77

(\*) Taxa de crescimento (%)

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD (pessoal ocupado) e dos Anuários Estatísticos do Brasil 1985 e 1995 (população estimada)

GRÁFICO 3  
BRASIL E MACRORREGIÕES - SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E GUARDA  
PESSOAL OCUPADO POR 100.000 HABITANTES  
1995



Fonte: Construído a partir de informações da PNAD (pessoal ocupado) e do Anuário Estatístico do Brasil 1995 (população estimada).

Em 1995 o contingente da segurança pública proporcional à população, no Sudeste, embora ligeiramente superior à média nacional, é inferior ao das regiões Centro-Oeste e Norte, além de não muito mais alto que o das regiões Nordeste e Sul.<sup>11</sup> Foi, portanto, na área de maior concentração populacional e econômica do país onde menos cresceram, proporcionalmente, os postos de trabalho ligados à segurança pública (apenas 10,8%), tendo havido mesmo um decréscimo, no caso da PM - instituição responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo -, de 216 para 204 policiais/100 mil habitantes.<sup>12</sup> Entre 1985 e 1995, como mostra o quadro acima, piorou sensivelmente a posição relativa do Sudeste no que se refere à disponibilidade de serviços de segurança pública, ao mesmo tempo que aumentou sua distância em relação às demais regiões no que se refere à disponibilidade de serviços particulares de vigilância.

Isto, contudo, não pode ser tomado como relação unívoca de causa e efeito - insuficiência da força pública determinando crescimento da força privada -, pois não esclarece o fato de a maior taxa de crescimento dos serviços de vigilância e guarda ter-se verificado na região Nordeste, onde o contingente proporcional da segurança pública aumentou 57% durante o mesmo período.

<sup>11</sup> Um artigo recente de *O Globo* (6/7/1997), citando pesquisa efetuada pela Fundação Getúlio Vargas, afirma que o Estado do Rio de Janeiro tem um policial para cada 265 habitantes (ou 377 policiais por cem mil habitantes) e um vigilante particular para cada 88 habitantes (ou 1136/100.000), incluindo aí a segurança clandestina praticada como "bico" por policiais da ativa. Os dados da PNAD 1995 para o Rio de Janeiro são: 438 agentes de segurança pública (computando funções não estritamente policiais) e 475 seguranças privados (só do segmento vigilância e guarda) para cada 100.000 habitantes.

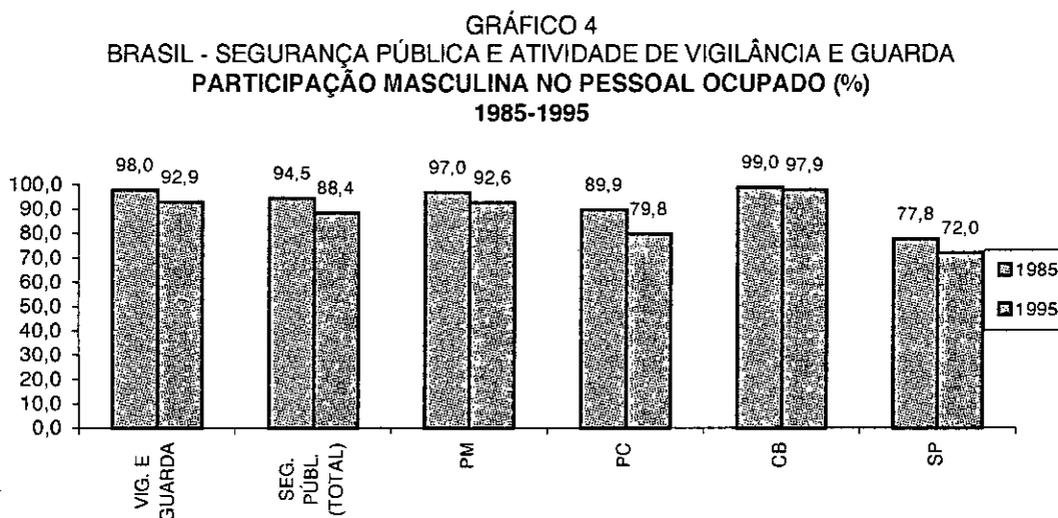
<sup>12</sup> Segundo dados do Clube de Oficiais da PM e do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, houve um decréscimo absoluto de 15% do efetivo da PMERJ na década considerada: de 33.374 homens em 1985 para 28.185 em 1995. Tais números são inferiores aos da amostra expandida da PNAD (40.469 em 1985 e 29.260 em 1995, uma queda de 27,7%), provavelmente porque contabilizam apenas o efetivo policial *stricto sensu*, enquanto a pesquisa do IBGE inclui todas as funções auxiliares e de apoio na esfera da Polícia Militar.

Evidencia-se aqui, mais uma vez, a necessidade de empreender estudos de caso regionais, para que se possam visualizar melhor os fatores ligados à expansão desses serviços na última década.<sup>13</sup>

### 3 - Perfil do pessoal ocupado

#### 3.1 - Gênero

Apesar de ter havido aumento da participação feminina no período 1985-95 (ver Gráfico 4), as atividades de segurança, tanto públicas quanto particulares, continuam sendo eminentemente masculinas: em 1995, 93% dos postos de trabalho em vigilância e guarda, e 88% nas atividades de segurança pública eram ocupados por homens, devendo-se a percentagem mais baixa do setor público exclusivamente aos grupos Polícia Civil e Sistema Penitenciário, onde tradicionalmente há maior participação de mulheres (delegadas, guardas de presídios femininos, funcionárias de órgãos técnicos etc.).



Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

Como se observa no gráfico, o perfil de gênero da segurança privada é quase idêntico ao da Polícia Militar e ligeiramente mais feminino que o do Corpo de Bombeiros.<sup>14</sup> Dentro do subsetor “outros serviços”, a vigilância e guarda tem um perfil análogo ao do segmento “reparação e

<sup>13</sup>As tabelas A.6 a A.18, em anexo, fornecem a evolução regional de alguns indicadores relativos ao perfil do pessoal ocupado e à qualidade dos postos de trabalho, cuja análise, entretanto, não foi possível desenvolver no âmbito deste estudo.

<sup>14</sup> Em matérias de 9/12/1990 e 3/1/1992, o *Jornal do Brasil* noticia o crescimento da demanda e da oferta de mulheres vigilantes - as chamadas *guardetes*, algumas com função específica de prestar segurança pessoal a esposas e filhas de empresários.

conservação” (96% masculino) e, no conjunto do setor serviços, ao do subsetor “transportes” (95% masculino), diferenciando-se sensivelmente dos demais segmentos e subsetores, em particular dos tradicionais bolsões de subemprego - “doméstico remunerado” e demais “outros pessoais” - onde há esmagadora predominância de mão-de-obra feminina, conforme mostra a Tabela 10, abaixo.

TABELA 10  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA,  
DEMAIS SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO PESSOAL OCUPADO (%)  
1995

SEGMENTO/SUBSETOR	% HOMENS
VIGILÂNCIA E GUARDA	92,9
OUTROS/PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS*	66,8
OUTROS/TÉCNICO-PROFISSIONAIS	59,3
OUTROS/SOCIAIS	35,4
OUTROS/REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO	96,0
OUTROS/PESSOAIS	14,4
OUTROS/HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	55,1
OUTROS/DISTRIBUTIVOS	63,6
OUTROS/DOMÉSTICO REMUNERADO	6,8
TOTAL OUTROS SERVIÇOS	41,9
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	58,6
TRANSPORTES	94,5
COMUNICAÇÕES	68,4
COMÉRCIO	64,3
SEGURANÇA PÚBLICA	88,4
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**	38,2
TOTAL SERVIÇOS	50,1
POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL	60,1

(\*) Menos Vigilância e Guarda

(\*\*) Menos Segurança Pública

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

### 3.2 - Idade

Em contraste com outros setores e segmentos, é pouco expressiva a participação de menores de idade (10 a 17 anos) nas atividades de segurança, sejam públicas ou privadas. No caso da segurança pública, é também relativamente pequena a participação das faixas etárias superiores (50 anos ou mais), que representam apenas 4,7% do pessoal ocupado, contra 13,4% na vigilância particular, 13,3% no setor serviços como um todo e 15,8% na população ocupada total (Tabela 11 e Gráfico 5). Os intervalos de maior frequência, tanto na segurança pública quanto na privada, são

30-39 e 25-29 anos; cerca de 86% do pessoal ocupado em vigilância particular e 95% dos agentes de segurança pública têm entre 18 e 49 anos de idade.<sup>15</sup>

TABELA 11  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA,  
DEMAIS SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR FAIXAS ETÁRIAS (%)  
1995

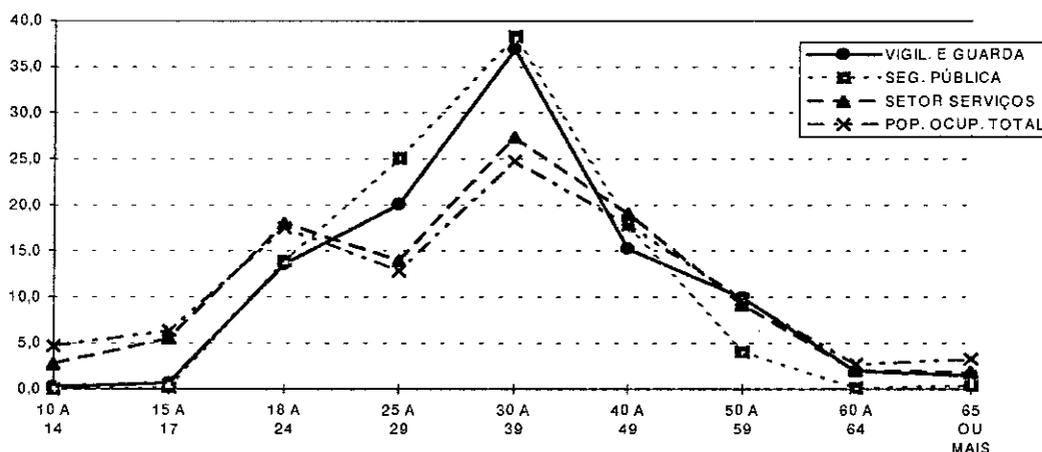
SEGMENTO/SUBSETOR	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 59	60 A 64	≥65	TOTAL
VIGILÂNCIA E GUARDA	0,2	0,7	13,5	20,0	36,9	15,2	9,9	2,0	1,5	100,0
OUTROS PRESTADOS PRINC. ÀS EMPRESAS*	1,1	4,1	17,4	14,0	27,8	20,0	10,5	2,9	2,2	100,0
OUTROS/TÉCN-PROF.	1,1	5,6	22,7	15,3	25,1	16,8	8,8	2,0	2,6	100,0
OUTROS/SOCIAIS	1,1	4,3	19,4	15,3	28,5	18,3	9,0	2,2	1,9	100,0
OUTROS/REP. E CONS.	4,3	8,7	21,4	13,3	24,7	15,6	8,4	2,1	1,5	100,0
OUTROS/PESSOAIS	4,2	8,4	18,9	12,6	24,5	17,1	9,6	2,3	2,4	100,0
OUTROS/HOSP. E ALIM.	5,1	7,1	17,7	11,9	23,8	19,3	10,4	2,4	2,3	100,0
OUTROS/DISTRIBUTIVOS	1,8	5,5	18,5	12,2	28,7	18,3	9,7	2,8	2,6	100,0
TOTAL OUTROS SERVIÇOS	3,2	6,8	19,1	13,4	25,8	17,6	9,5	2,3	2,2	100,0
INSTIT. FINANCEIRAS	0,2	3,5	18,2	18,7	35,6	19,8	3,2	0,3	0,5	100,0
TRANSPORTES	1,0	2,4	13,2	14,0	30,6	23,9	11,0	2,5	1,5	100,0
COMUNICAÇÕES	0,5	4,2	17,0	9,7	33,3	27,3	7,7	0,3	0,0	100,0
COMÉRCIO	4,5	6,9	21,0	14,5	25,3	16,1	8,0	1,9	2,0	100,0
SEGURANÇA PÚBLICA	0,0	0,2	14,0	25,0	38,3	17,7	4,1	0,2	0,4	100,0
ADMINISTR. PÚBLICA**	0,4	1,2	12,6	13,6	31,8	26,1	11,0	2,0	1,3	100,0
TOTAL SERVIÇOS	2,8	5,5	18,0	14,0	27,4	19,1	9,3	2,1	1,9	100,0
POP. OCUPADA TOTAL	4,7	6,4	17,5	12,9	24,8	17,9	9,8	2,7	3,3	100,0

(\*) Menos Vigilância e Guarda

(\*\*) Menos Segurança Pública

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

GRÁFICO 5  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA, SETOR SERVIÇOS  
E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR FAIXAS ETÁRIAS (%)  
1995



Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

<sup>15</sup> A lei 7102, de 1983, que regulamenta as atividades de segurança particular, exige 21 anos completos para a função de vigilante - exigência reiterada no decreto 1592, de 28/10/1995, que estabelece novas normas para o setor e cria a *Divisão de Segurança Privada* no Ministério da Justiça (*O Globo*, 29/10/1995; *Jornal do Brasil*, 6/11/1995).

Apesar de ambas as atividades de segurança ainda possuírem um perfil mais velho que o da população ocupada total (especialmente em virtude da baixa participação de crianças e adolescentes), e embora tenha havido um pequeno acréscimo da parcela de idosos (65 anos ou mais) nos dois segmentos, estes “rejuvenesceram” entre 1985 e 1995, diminuindo neles a proporção de pessoas com 40 anos ou mais e aumentando a do intervalo 25-39 anos, como mostra a Tabela 12, abaixo. No caso da segurança particular, parece não ser muito representativa a figura tradicional do “guarda idoso” (RICO & SALAS, 1992, p. 178) - militar reformado ou policial aposentado que se dedica a serviços de vigilância; lembremos, porém, que o recorte dos dados da PNAD por *atividade* circunscreve o segmento empresarial desses serviços - onde a barreira etária deve ser mais rígida -<sup>16</sup> e deixa de fora grande parte das pessoas ocupadas como *vigias*, segmento menos formalizado, no qual, provavelmente, há maior espaço para as faixas superiores de idade (isto poderá ser esclarecido em desdobramentos do presente estudo de caso, verificando-se a distribuição etária dentro das *ocupações* de vigia e vigilante, cruzada com os códigos de atividades e as categorias de posição na ocupação).

TABELA 12  
BRASIL - SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR FAIXAS ETÁRIAS (%)  
1985-1995

	ANO	< 18	18 A 24	25 A 39	40 A 49	50 A 64	65 OU +
SEGURANÇA PÚBLICA	1985	0,2	18,3	50,6	24,3	6,6	0,1
	1995	0,3	14,0	63,3	17,7	4,3	0,4
VIGILÂNCIA E GUARDA	1985	0,4	16,5	52,6	16,4	12,9	1,1
	1995	0,9	13,5	56,9	15,2	11,9	1,5

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

### 3.3 - Cor<sup>17</sup>

Os serviços de vigilância e guarda apresentam distribuição por categorias de cor bastante próxima à da população ocupada total e à do conjunto da população brasileira, registrando, porém, uma participação mais alta de pessoas classificadas como negras: 7,4%, contra 5,2 e 5,1%, respectivamente (Tabela 13).

<sup>16</sup> Em 22/12/1985, o *Jornal do Brasil* reportava uma tentativa de modernização e melhoria da imagem das empresas de segurança particular, envolvendo, entre outras coisas, o esforço de desvincular-se da pecha de “entulho autoritário”, mediante substituição de delegados e coronéis aposentados por jovens executivos, com alta escolaridade, na direção de algumas dessas empresas (ver também *O Globo*, 6/10/1990; Revista *Manchete*, 15/9/1990 e HERINGER, 1992).

<sup>17</sup> Só a partir de 1988 a PNAD passou a registrar a cor dos entrevistados. Em 1990 registra “branca”, “amarela”, “preta”, “parda” e “não-identificada”. Em 1995 inclui, além dessas, a categoria “indígena”. Dada a ínfima participação das categorias “amarela” e “indígena” nas atividades aqui examinadas, fizemos as seguintes

TABELA 13  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA, DEMAIS SERVIÇOS,  
POPULAÇÃO OCUPADA E POPULAÇÃO BRASILEIRA TOTAL  
DISTRIBUIÇÃO POR COR (%)  
1995

SEGMENTO/SUBSETOR	BRANCA <sup>a</sup>	PRETA	PARDA	OUTRAS <sup>b</sup>	TOTAL <sup>c</sup>
VIGILÂNCIA E GUARDA	52,3	7,4	40,2	0,0	100,0
OUTROS/PRESTADOS PRINC. ÀS EMPRESAS*	60,6	7,0	32,4	0,0	100,0
OUTROS/TÉCNICO-PROFISSIONAIS	77,6	3,0	19,1	0,2	100,0
OUTROS/SOCIAIS	64,9	5,2	29,9	0,1	100,0
OUTROS/REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO	57,3	5,0	37,6	0,0	100,0
OUTROS/PESSOAIS	49,7	8,3	41,9	0,1	100,0
OUTROS/HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	59,2	4,2	36,6	0,0	100,0
OUTROS/DISTRIBUTIVOS	72,6	3,3	24,0	0,2	100,0
TOTAL OUTROS SERVIÇOS	57,8	6,3	35,8	0,1	100,0
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	78,7	3,0	18,4	0,0	100,0
TRANSPORTES	59,6	5,1	35,2	0,0	100,0
COMUNICAÇÕES	62,6	6,0	31,3	0,1	100,0
COMÉRCIO	61,1	3,0	35,8	0,0	100,0
SEGURANÇA PÚBLICA	56,7	5,7	37,6	0,0	100,0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**	60,0	4,2	35,7	0,1	100,0
TOTAL SERVIÇOS	59,5	5,1	35,3	0,1	100,0
POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL	55,6	5,2	39,1	0,1	100,0
POPULAÇÃO BRASILEIRA TOTAL (1993)	54,7	5,1	40,1	0,1	100,0

(a) Branca + amarela

(b) Não identificada + indígena

(\*) Menos Vigilância e Guarda

(\*\*) Menos Segurança Pública

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995 e do Anuário Estatístico do Brasil 1995

Observe-se que, dos segmentos acima, só “outros serviços/pessoais” (onde se incluem os serviços domésticos remunerados) apresenta participação de pessoas negras (8,3%) maior que na vigilância e guarda, seguindo-se a esta atividade os demais “outros serviços/prestados principalmente às empresas” (onde se incluem os serviços de limpeza e conservação), com 7% de negros no total de pessoas ocupadas.<sup>18</sup>

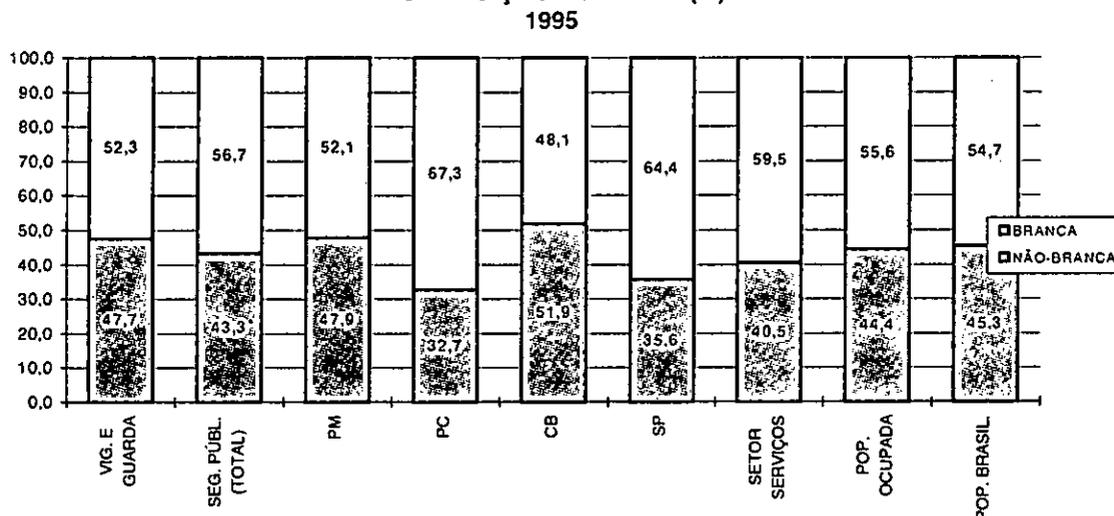
Utilizando apenas duas categorias de cor - “branca”/“não-branca” -, o Gráfico 6 ressalta os seguintes aspectos: (a) o perfil do pessoal ocupado em vigilância e guarda é praticamente idêntico ao da PM (52% brancos; 48% não-brancos) - ambos com participação um pouco maior de não-brancos do que a verificada no conjunto do setor serviços (40%), na população ocupada total (44%) e na população brasileira como um todo (45%); (b) o Corpo de Bombeiros apresenta uma percentagem de não-brancos (52%) mais alta que a de todos os grupos acima mencionados; já

agregações: incluímos “amarela” em “branca” (segundo indicação de BARROS & MENDONÇA, 1997, Tabela 9) e somamos “indígena” e “não-identificada” na categoria residual “outras”.

<sup>18</sup>Ainda assim, a parcela de negros na atividade de vigilância e guarda é muito pequena, se comparada, por exemplo, à da França, onde, segundo OCQUETEAU (1997, p. 193, n. 3), “as funções de guarda particular são massivamente exercidas por negros e magrebinos (70%). São missões difíceis e pouco valorizadas, que não atraem os brancos. Evita-se ao menos a acusação de racismo contra os guardas particulares”.

“Polícia Civil” e Sistema Penitenciário apresentam participações bem mais baixas de não-brancos (respectivamente, 32,7% e 35,6%) - o que, no primeiro caso, se associa a uma escolaridade média superior à das outras atividades de segurança, mas no segundo caso não, pois o nível educacional médio dos agentes penitenciários é inferior ao do Corpo de Bombeiros e apenas ligeiramente superior ao da Polícia Militar (cf. seção 3.5, adiante).

GRÁFICO 6  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA, SETOR SERVIÇOS,  
POPULAÇÃO OCUPADA E POPULAÇÃO BRASILEIRA TOTAL  
DISTRIBUIÇÃO POR COR\* (%)



(\* ) Branca = branca + amarela

Não-branca = preta + parda + indígena + não-identificada

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995 e do Anuário Estatístico do Brasil 1995

É provável então que existam barreiras raciais à entrada naqueles dois segmentos e inexistentem na PM, no Corpo de Bombeiros e na segurança particular.<sup>19</sup> Observa-se, por outro lado, que entre 1990 e 1995 aumentou a proporção de pessoas não-brancas nas atividades de segurança pública, enquanto diminuiu na atividade de vigilância e guarda (ver Tabela 14). Isto talvez se associe ao processo de segmentação do mercado, resultante da crescente demanda de serviços de *proteção pessoal* (guarda-costas) por parte da elite “seqüestrável”: segundo notícias da mídia, desenvolveu-se no período uma “indústria de segurança VIP” (Revista *Manchete*, 15/9/1990), oferecendo profissionais “de primeira classe” (Veja, 22/2/1997), com escolaridade mais alta que a média e com “boa aparência” (eufemismo usual para cor branca), capazes de passar despercebidos nos ambientes onde são chamados a atuar (*O Globo*, 29/12/1991).<sup>20</sup>

<sup>19</sup>O que não significa que não existam internamente barreiras de acesso aos degraus hierárquicos superiores.

<sup>20</sup>Sem alusão direta a cor, *O Globo* (29/12/1991) cita boa aparência entre os “dez mandamentos da profissão de segurança”: “Barba bem feita, terno bem passado ou um traje esporte fino fazem com que ele possa ir a qualquer lugar com o patrão, sem destoar muito do ambiente”. A mesma matéria enumera os modelos cinematográficos

TABELA 14  
BRASIL - SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR COR  
1990-1995

	ANO	BRANCA	NÃO-BRANCA
SEGURANÇA PÚBLICA	1990	59,0	41,0
	1995	56,7	43,3
VIGILÂNCIA E GUARDA	1990	46,7	53,3
	1995	52,3	47,7

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

### 3.4 - Posição na família

Coerentemente com seu perfil de gênero e idade, mais de 70% do pessoal ocupado em serviços de segurança, tanto públicos quanto particulares, são chefes de família - proporção bem mais alta que as verificadas nos outros segmentos do setor serviços (excetuando-se o subsetor transportes) e na população ocupada total, como mostram a Tabela 15 e o Gráfico 7, abaixo.

TABELA 15  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA,  
DEMAIS SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO A POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)  
1995

SEGMENTO/SUBSETOR	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS	TOTAL
VIGILÂNCIA E GUARDA	73,8	4,1	17,0	5,1	100,0
OUTROS/PRESTADOS PRINC. ÀS EMPRESAS*	56,4	15,7	23,5	4,4	100,0
OUTROS/TÉCNICO-PROFISSIONAIS	43,6	16,9	35,3	4,2	100,0
OUTROS/SOCIAIS	37,1	30,1	28,1	4,7	100,0
OUTROS/REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO	60,0	2,8	32,9	4,2	100,0
OUTROS/PESSOAIS	28,3	38,4	21,2	12,1	100,0
OUTROS/HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	46,3	23,4	25,3	4,9	100,0
OUTROS/DISTRIBUTIVOS	52,5	17,7	25,2	4,6	100,0
TOTAL OUTROS SERVIÇOS	40,3	26,8	25,2	7,7	100,0
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	50,0	17,3	29,7	3,0	100,0
TRANSPORTES	75,4	3,1	17,8	3,7	100,0
COMUNICAÇÕES	56,1	14,2	25,8	3,9	100,0
COMÉRCIO	45,6	20,1	29,8	4,6	100,0
SEGURANÇA PÚBLICA	71,6	7,4	17,9	3,2	100,0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**	41,1	36,6	19,1	3,2	100,0
TOTAL SERVIÇOS	44,5	24,8	24,9	5,8	100,0
POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL	47,1	21,1	26,8	5,0	100,0

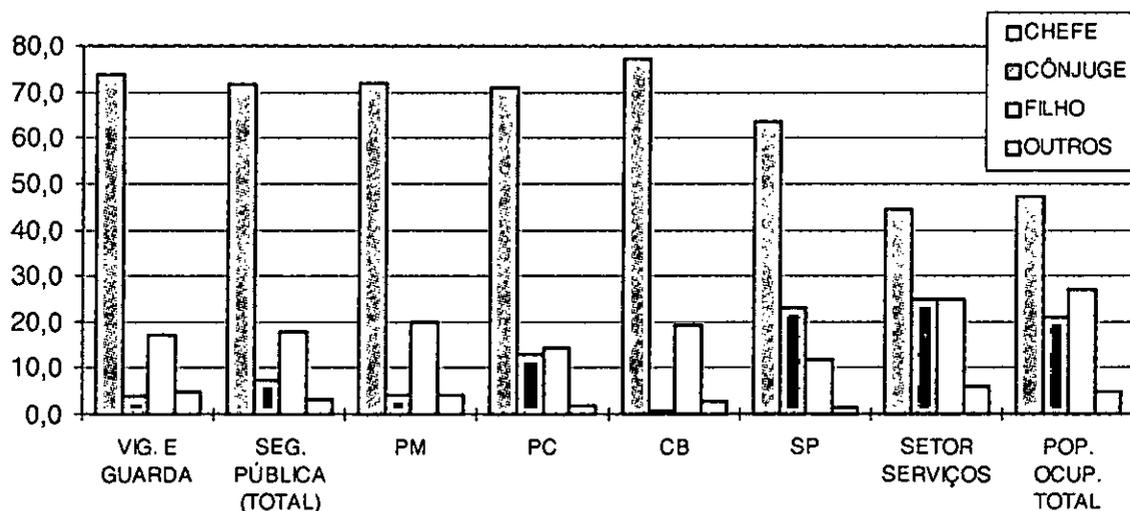
(\*) Menos Vigilância e Guarda

(\*\*) Menos Segurança Pública

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

(todos brancos) que devem ser seguidos pelo "segurança de hoje": "a agilidade do belga Claude Van Damme, a frieza de Charles Bronson e Clint Eastwood e a habilidade de Sylvester Stallone como pugilista". De acordo com o *Jornal do Brasil* de 31/5/1990, vinha aumentando muito, no Rio de Janeiro, a demanda por segurança pessoal, em função da onda de seqüestros, mas a atividade ainda não estava regulamentada pelo Ministério da Justiça, nem pela Secretaria de Segurança Pública do estado (Para a discussão do conceito de "segurança pessoal", cf. SILVA, 1992. Sobre o perfil das vítimas de seqüestros no Rio de Janeiro, ver C. CALDEIRA, 1997).

GRÁFICO 7  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA, SETOR SERVIÇOS  
E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO A POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)  
1995



Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

Entre 1985 e 1995 houve, porém, acréscimo da participação de cônjuges, filhos e “outros” em ambos os segmentos da segurança (Tabela 16), possivelmente relacionado ao aumento da participação de mulheres e de pessoas mais jovens nesses serviços, conforme foi visto nas seções 3.1 e 3.2, acima.

TABELA 16  
BRASIL - SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO A POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)  
1985-1995

	ANO	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS	TOTAL
SEGURANÇA PÚBLICA	1985	78,1	2,6	16,8	2,5	100,0
	1995	71,6	7,4	17,9	3,2	100,0
VIGILÂNCIA E GUARDA	1985	79,3	1,4	14,3	5,0	100,0
	1995	73,9	4,0	17,1	5,1	100,0

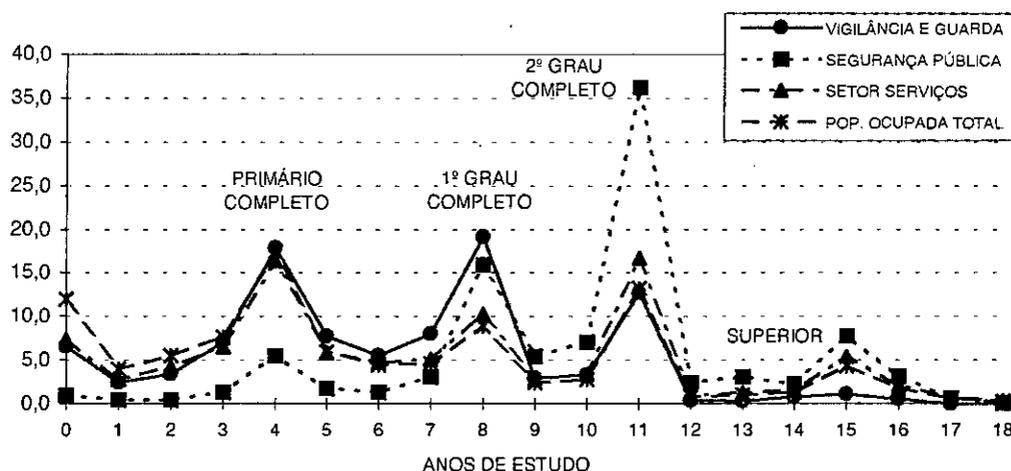
Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

### 3.5 - Escolaridade

Se até agora verificamos poucas disparidades entre os perfis da segurança pública e privada, torna-se patente a diferença quando a variável em foco é nível educacional. Há um mínimo de escolaridade exigido para a função de vigilante (4ª série do primeiro grau), mas 19,5% das pessoas ocupadas na atividade de vigilância e guarda (lembramos que ela cobre, essencialmente, serviços de empresas especializadas) não atendem a essa exigência, segundo os números da PNAD (ver Gráfico 8). O nível médio de instrução no segmento cresceu entre 1985 e 1995, passando de

4,5 para 6,3 anos de estudo e superando o da população ocupada total (5,6), mas continua sendo muito inferior ao da segurança pública, quer tomada em conjunto, quer considerando-se cada um dos grupos de atividades que a compõem (Gráfico 9).

GRÁFICO 8  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA,  
SETOR SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO NÍVEL EDUCACIONAL (%)  
1995



Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

A proporção de pessoas sem nenhuma escolaridade (6,6%), assim como a de pessoas que não têm sequer primeiro grau completo (68,8%), é mais baixa na vigilância e guarda que em diversos outros segmentos do setor serviços, mas é muito mais alta que na segurança pública, onde se exige primeiro grau completo para a maior parte das ocupações (incluindo soldado PM e soldado bombeiro). Nesta, ademais, 36,5% do pessoal ocupado têm 11 anos de estudo (secundário completo) e quase 20% têm pelo menos um ano de curso superior, contra, respectivamente, 12,7% e 3,1% na vigilância particular (Tabela 17).

Observe-se que o nível de escolaridade da segurança pública está entre os melhores do setor serviços: baixa percentagem de analfabetos (1%, só perdendo para instituições financeiras, que têm 0,3%) e alta parcela de pessoas com segundo grau ou curso superior (56,2%) - quase o triplo da existente na população ocupada total (19,8%), praticamente a mesma que no restante da Administração Pública (onde se incluem universidades, órgãos de pesquisa, hospitais públicos etc.) e um pouco mais alta que a do subsetor "outros/sociais" (onde se incluem saúde e ensino privados, associações cívicas e políticas, instituições culturais etc.).

TABELA 17  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA,  
DEMAIS SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO NÍVEL EDUCACIONAL (%)  
1995

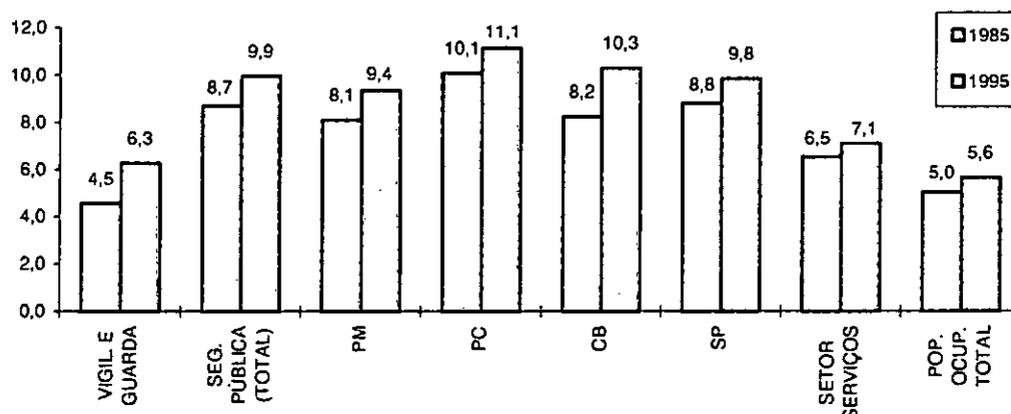
SEGMENTO/SUBSETOR	SEM ESCOL.	1º GRAU INCOMPL.	1º GRAU COMPL.	2º GRAU INCOMPL.	2º GRAU COMPL.	SUPE-RIOR	TOTAL
VIGILÂNCIA E GUARDA	6,6	52,2	19,2	6,3	12,7	3,1	100,0
OUTROS/PRINC. ÀS EMPRESAS*	7,8	48,6	9,3	5,9	16,2	12,2	100,0
OUTROS/TECN.-PROFISSIONAIS	1,2	13,3	8,7	8,8	27,4	40,6	100,0
OUTROS/SOCIAIS	4,9	28,4	9,1	7,6	23,3	26,7	100,0
OUTROS/REPAR.E CONSERV.	5,7	61,4	13,7	7,0	9,8	2,3	100,0
OUTROS/PESSOAIS	14,3	67,3	8,1	3,9	5,1	1,3	100,0
OUTROS/HOSPED. E ALIMENT.	8,3	59,8	11,5	5,8	11,3	3,3	100,0
OUTROS/DISTRIBUTIVOS	2,8	31,9	13,5	9,8	26,3	15,7	100,0
OUTROS/DOMÉST. REMUN.	16,5	72,1	6,5	2,9	1,9	0,1	100,0
TOTAL OUTROS SERVIÇOS	9,2	52,8	9,9	5,8	12,6	9,7	100,0
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,3	7,4	6,3	8,1	35,8	42,0	100,0
TRANSPORTES	6,6	60,7	13,0	4,4	11,5	3,9	100,0
COMUNICAÇÕES	1,4	18,5	11,7	9,4	35,7	23,3	100,0
COMÉRCIO	7,0	48,6	12,6	7,9	17,9	6,0	100,0
SEGURANÇA PÚBLICA	1,0	14,1	16,1	12,6	36,5	19,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**	4,5	26,0	7,8	5,5	26,0	30,3	100,0
TOTAL SERVIÇOS	7,4	46,3	10,4	6,3	16,9	12,7	100,0
POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL	14,7	52,4	8,3	4,7	11,5	8,3	100,0

(\*) Menos Vigilância e Guarda

(\*\*) Menos Segurança Pública

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

GRÁFICO 9  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA,  
SETOR SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
NÍVEL EDUCACIONAL MÉDIO (ANOS DE ESTUDO)  
1985-1995



Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

O aumento do nível de escolaridade na vigilância particular, mostrado pelo gráfico acima e pela Tabela 18, abaixo, refere-se apenas - é bom insistir - ao segmento de atividades que estamos assumindo como fatia mais especializada e institucionalizada de provimento desses serviços,

composta das empresas de segurança e transporte de valores. Quando se analisam o perfil e a evolução educacional das *ocupações* de vigilância - lembrando que o pessoal ocupado é mais numeroso *fora* do segmento 543 -, percebe-se uma disparidade ainda maior na qualificação (ou pelo menos num dos requisitos básicos de qualificação) dos agentes públicos e privados envolvidos em atividades de segurança, e também entre as categorias ocupacionais relacionáveis à vigilância particular, segundo a classificação da PNAD. Inicialmente, o Gráfico 10 compara níveis de escolaridade de vigilantes (tomados em conjunto, já que 99% estão dentro do segmento empresarial), vigias da atividade 543 e vigias ocupados em outras atividades, no ano de 1995. Mostra, por exemplo, que a proporção de trabalhadores analfabetos é de aproximadamente 4% entre os vigilantes, 14% entre os vigias de empresas de segurança e 21% entre os vigias “orgânicos” - sendo esta última parcela 50% maior que a existente na população ocupada total, três vezes maior que no conjunto do setor serviços e significativamente mais alta do que no serviço doméstico, um dos tradicionais bolsões de mão-de-obra desqualificada. Ainda em relação aos vigias, observa-se que mais de 80% dos “orgânicos” e quase três quartos dos alocados na atividade 543 não possuem sequer primeiro grau completo, enquanto essa proporção cai para 58,5% entre as pessoas que declararam trabalhar como vigilantes.

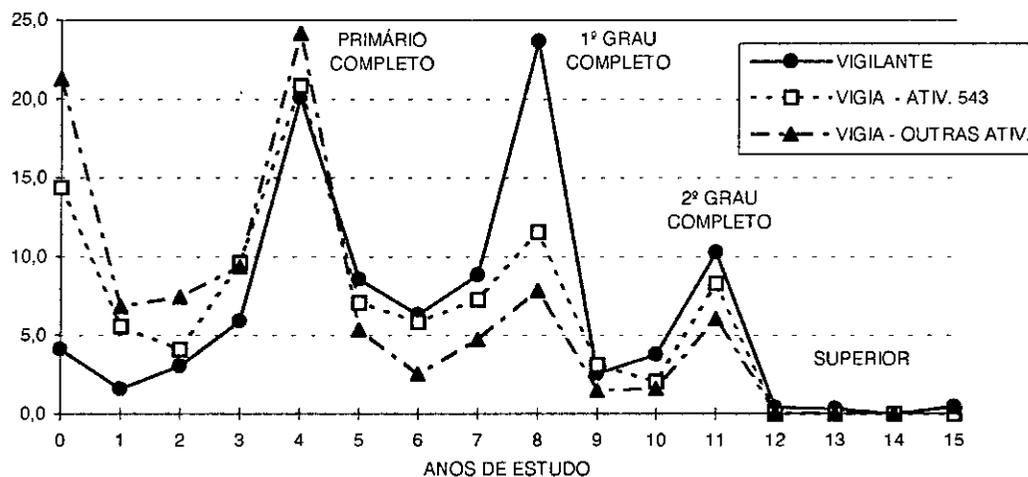
Na Tabela 19 verifica-se, por fim, que a escolaridade média dos vigias do segmento 543, embora continue inferior à da população ocupada total, passou de 3,5 para 4,8 anos de estudo entre 1985 e 1995, enquanto a dos vigias de outros segmentos e setores cresceu bem menos (de 3,4 para 3,9), permanecendo abaixo do nível mínimo legalmente requerido (primário completo, ou 4ª série do 1º grau - afora treinamento específico) para que alguém possa desempenhar funções particulares de segurança.

TABELA 18  
BRASIL - SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO O NÍVEL EDUCACIONAL (%)  
1985-1995

	ANO	SEM. ESCOL.	1º GRAU INCOMPL.	1º GRAU COMPL.	2º GRAU INCOMPL.	2º GRAU COMPL.	SUPERIOR	N/I	TOTAL
SEGURANÇA PÚBLICA	1985	0,9	31,2	22,5	9,5	21,5	14,3	0,0	100,0
	1995	0,9	14,0	16,0	12,5	36,2	19,5	0,8	100,0
VIGILÂNCIA E GUARDA	1985	14,3	66,6	8,0	4,1	6,2	0,9	0,0	100,0
	1995	6,6	52,1	19,1	6,2	12,6	3,1	0,2	100,0

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

GRÁFICO 10  
BRASIL - OCUPAÇÕES DE VIGILANTE E VIGIA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO NÍVEL EDUCACIONAL (%)  
1995



Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

TABELA 19  
BRASIL - OCUPAÇÕES DE VIGILANTE E VIGIA  
NÍVEL EDUCACIONAL MÉDIO (ANOS DE ESTUDO)  
1985-1995

OCUPAÇÕES	1985	1995
VIGILANTE - TOTAL	4,7	6,3
VIGIA - ATIVIDADE 543	3,5	4,8
VIGIA - OUTRAS ATIVIDADES	3,4	3,9

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

## 4. Qualidade dos postos de trabalho

### 4.1 - Posição na ocupação

Esta variável da PNAD permite aferir o grau de formalização das relações de trabalho num determinado segmento ou setor de atividades, entendendo-se por grau de formalização a proporção de trabalhadores que são empregados com carteira assinada ou funcionários públicos (BARROS & MENDONÇA, 1997, p. 17). Como mostra a Tabela 20, a atividade de vigilância e guarda apresenta uma parcela mais alta de empregos formais (87%)<sup>21</sup> do que todos os outros setores, subsetores e segmentos listados, com exceção daqueles onde há forte presença de

<sup>21</sup> Não se computando aí os funcionários públicos não-estatutários sem carteira.

empresas e/ou de órgãos estatais (instituições financeiras, comunicações, administração pública e serviços industriais de utilidade pública).

TABELA 20  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA,  
DEMAIS SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (%)  
1995

SEGMENTO/SUBSETOR	EMPR.. C/ CART.	EMPR.. S/ CART.	CONTA PRÓ- PRIA	EM- PRE- GADOR	FUNC. PÚBL. ESTAT.	FUNC.. PÚBL. N/ EST. OU C/ CART.	NÃO REM.	NÃO IDENT.	TOTAL
VIGILÂNCIA E GUARDA (ATIV. 543)	85,7	9,5	1,4	1,4	1,3	0,3	0,2	0,2	100,0
OUTROS/PREST. PRINC. ÀS EMPRESAS*	60,6	16,6	11,1	5,9	4,8	0,3	0,8	0,1	100,0
OUTROS/TECNICO-PROFISSIONAIS	33,9	15,7	35,0	10,4	2,1	0,2	2,6	0,0	100,0
OUTROS/SOCIAIS	51,3	16,3	11,4	4,2	11,1	2,9	2,8	0,0	100,0
OUTROS/REPAR. E CONSERVAÇÃO	18,2	27,5	41,8	7,9	0,1	0,0	4,6	0,0	100,0
OUTROS/PESSOAIS	14,9	56,0	26,9	1,0	0,1	0,0	1,0	0,0	100,0
OUTROS/HOSPEDAGEM E ALIMENT.	26,6	19,8	30,9	7,5	0,1	0,0	15,0	0,0	100,0
OUTROS/DISTRIBUTIVOS	31,4	16,4	36,4	9,3	1,1	0,1	5,3	0,0	100,0
TOTAL OUTROS SERVIÇOS	29,1	34,0	25,9	4,4	2,3	0,5	3,7	0,0	100,0
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	54,5	4,8	1,8	1,4	34,7	2,5	0,4	0,0	100,0
TRANSPORTES	48,3	13,8	29,6	2,9	4,0	0,2	1,1	0,0	100,0
COMUNICAÇÕES	26,3	3,8	0,9	0,8	63,5	4,6	0,1	0,0	100,0
COMÉRCIO	32,7	15,7	35,0	7,3	0,3	0,1	9,0	0,0	100,0
SEGURANÇA PÚBLICA	0,6	0,2	0,0	0,0	92,2	6,9	0,0	0,0	100,0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**	2,0	0,6	0,0	0,1	83,2	13,9	0,3	0,0	100,0
TOTAL SERVIÇOS	27,0	22,1	23,0	4,1	17,0	2,6	4,0	0,0	100,0
AGROPEC. E EXTRAT. MINERAL	7,7	19,2	24,8	3,0	0,1	0,0	27,7	0,0	82,5 <sup>a</sup>
CONSTRUÇÃO CIVIL	24,8	25,7	39,2	3,8	0,6	0,3	1,7	0,0	96,1 <sup>a</sup>
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	65,8	17,6	7,0	5,2	1,3	0,2	3,0	0,0	100,0
SERVIÇOS INDUSTR. DE UTIL. PÚBLICA	18,3	1,6	0,0	0,6	75,6	3,7	0,3	0,0	100,0
NÃO IDENTIFICADO	7,9	2,4	73,6	0,6	0,0	0,0	12,1	3,3	100,0
POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL	25,9	20,9	22,8	3,9	10,0	1,5	10,1	0,0	95,1 <sup>a</sup>

(\*) Menos Vigilância e Guarda

(<sup>a</sup>) A parcela faltante corresponde a autoconsumo

(\*\*) Menos Segurança Pública

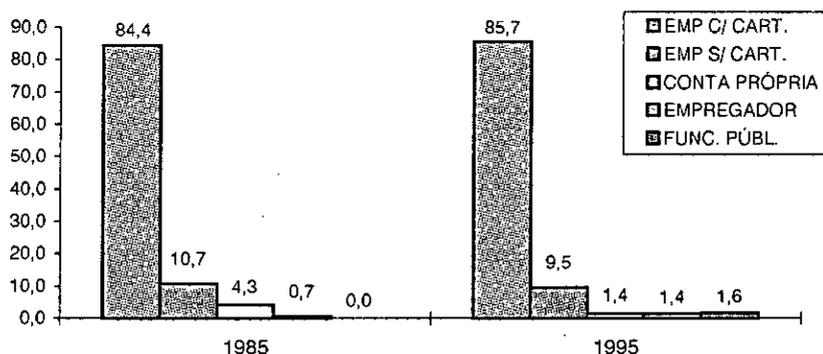
Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

Entre 1985 e 1995 houve acréscimo do grau de formalização na atividade vigilância e guarda, reduzindo-se a parcela de empregados sem carteira e sobretudo a de trabalhadores por conta própria, e aparecendo uma pequena percentagem de funcionários públicos, não registrados anteriormente nessa atividade (Gráfico 11). Em termos absolutos, a categoria que mais cresceu foi a dos empregadores (318%) - indicando ter-se multiplicado o número de firmas operantes no ramo de segurança particular.<sup>22</sup> Os empregados com carteira aumentaram 110% e os sem carteira,

<sup>22</sup>Não há dados precisos sobre a evolução do número de empresas nesse período. Em 1987, segundo o *Jornal do Brasil* (6/3), nem a própria Polícia Federal possuía informações detalhadas a respeito e em 1995, segundo *O Globo* (5/11), continuavam inexistindo números oficiais para o setor. As estimativas divulgadas pela imprensa tampouco

embora diminuindo como proporção do pessoal ocupado, aumentaram em número 84,2%, diferentemente dos trabalhadores por conta própria, que decresceram também em números absolutos (cerca de 30%) no período em questão.

GRÁFICO 11  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (%)  
1985-1995

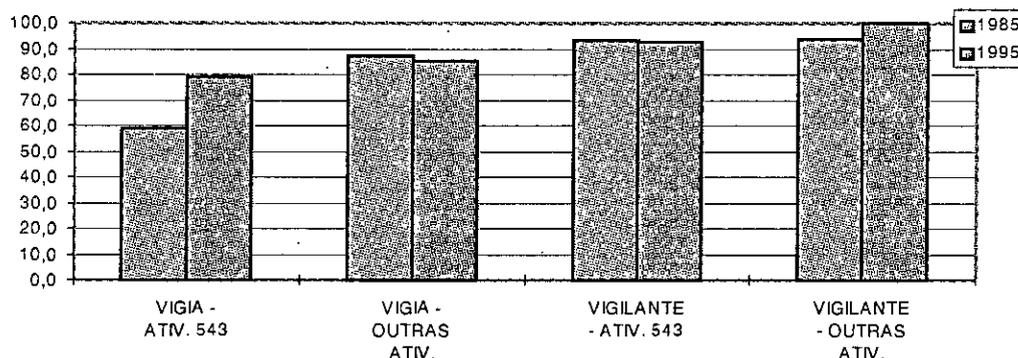


Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

Examinando agora o desempenho das ocupações ligadas à vigilância, observam-se algumas diferenças, quer entre vigilantes e vigias, quer entre os postos de trabalho dentro e fora da atividade 543 (Gráfico 12). O grau de formalização do emprego de vigilante era em 1985 e continuava sendo em 1995 bem mais alto que o do emprego de vigia, independentemente do ramo de atividades declarado pelos trabalhadores. Contudo, cresceu substancialmente no período (de 59 para 79%) a formalidade dos postos de vigia dentro do segmento empresarial, enquanto a dos postos de vigilante manteve-se inalterada. Fora do segmento, ao contrário, houve uma pequena queda no grau de formalização dos postos de vigia, enquanto os poucos vigilantes “orgânicos” remanescentes na amostra da PNAD (ver seção 2.1, acima) atingiram em 1995 um índice de formalidade de 100%.

forneem uma base para comparações. Eis os dados que localizamos, referentes ao país como um todo: *Jornal do Brasil*, 22/12/1985: 500 empresas; *Jornal do Brasil*, 5/3/1987: mais de 1100, sendo apenas 353 cadastradas no Ministério da Justiça; *O Globo*, 5/3/1987: 1200, sendo 600 regularizadas; *Jornal do Brasil*, 15/4/1987: “quase mil” firmas, 238 das quais em situação regular; *O Globo*, 10/1/1991: 516 empresas autorizadas, sendo 77% de vigilância e 21% de transporte de valores; *O Globo*, 12/8/1993: 2 mil, sendo 890 regulares; *O Estado de São Paulo*, 6/3/1995: 1162 legalizadas.

GRÁFICO 12  
BRASIL - OCUPAÇÕES DE VIGILANTE E VIGIA  
GRAU DE FORMALIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO (%) \*  
1985-1995



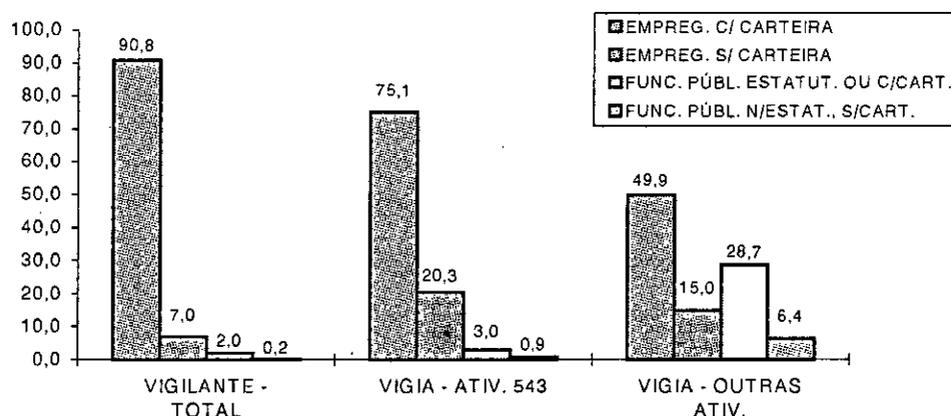
(\*) Grau de formalização = (empregados com carteira + funcionários públicos estatutários + func. públ. não-estatutários com carteira)/total do pessoal ocupado

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

Quando se focalizam mais em detalhe os dados sobre posição na ocupação para 1995 (Gráfico 13), ressaltam ainda os seguintes aspectos: (a) não há registro na PNAD de vigias ou vigilantes por conta própria; logo, a pequena parcela (1,4%) de autônomos remanescentes na atividade 543 (ver Gráfico 11, mais acima) exerce outras ocupações, não ligadas de modo direto à vigilância; (b) confirma-se o peso da Administração Pública como empregadora de vigias “orgânicos”: 28,7% do pessoal neste segmento da ocupação são funcionários públicos formais (estatutários ou não-estatutários com carteira assinada) e outros 6,4% são funcionários públicos informais (não-estatutários sem carteira);<sup>23</sup> (c) ao contrário do que se poderia esperar, a proporção de vigias sem carteira é maior no segmento especializado em vigilância e guarda do que fora dele (embora em números absolutos haja quatro vezes mais trabalhadores sem carteira entre os vigias “orgânicos” do que entre os vigias empregados pelas empresas do ramo).

<sup>23</sup> Segundo *O Estado de São Paulo* (6/3/1995), trata-se geralmente de pessoas de baixa qualificação, que recebem salários baixíssimos. O sindicato da categoria em Brasília chegou ao ponto de ter de pedir proteção policial [sic!] para alguns dos trabalhadores contratados por órgãos públicos, que haviam-se tornado “alvo fácil dos bandidos”, tamanho o seu grau de despreparo e desnutrição. Além disso, a Administração Pública estaria entre os maiores contratantes de empresas de vigilância, tanto legais quanto clandestinas, no Brasil, segundo notícias da imprensa. Em 1988, Francisco Domingos dos Santos, presidente do Sindicato de Vigilantes de Brasília, afirmava que as empresas locais já haviam constituído um cartel “para tirar ouro em pó dos cofres do governo” e até em órgãos como o Ministério do Exército e o SNI verificava-se a contratação de firmas clandestinas, facilitada pelo frouxo controle da Polícia Federal sobre os serviços de segurança particular (*Veja*, 10/2/1988). Em 1995, segundo *O Estado de São Paulo* (8/3), as próprias Superintendências da Polícia Federal na Bahia, Pernambuco e Ceará passaram a utilizar vigilantes privados, por imposição do Ministério da Justiça, que alegava falta de pessoal e de recursos para garantir a segurança do seu próprio patrimônio.

GRÁFICO 13  
BRASIL - OCUPAÇÕES DE VIGILANTE E VIGIA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (%)  
1995



Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

É importante ressaltar, mais uma vez, que os indicadores de formalização não são indicadores de *legalização* da segurança privada, nem mesmo no que se refere ao segmento empresarial, pois pode haver firmas que cumprem as leis trabalhistas e descumprem as normas específicas para o funcionamento da atividade. Além disso, pode haver um contingente de trabalhadores informais e clandestinos, empregados por empresas de segurança ou de outros ramos, que não declaram ao IBGE a ocupação de vigilante ou vigia, e sim ocupações “de fachada” sob as quais exercem, na prática, tarefas de vigilância -,<sup>24</sup> sem falar nos agentes da segurança pública que fazem “bico” e cujo segundo emprego, como já vimos, parece estar fortemente subdeclarado na amostra da PNAD.

#### 4.2 - Horas semanais de trabalho

Cerca de 89% do pessoal ocupado em vigilância e guarda trabalhavam 40 horas ou mais por semana em 1995, proporção superior à registrada nos serviços de segurança pública (com exceção do Corpo de Bombeiros), assim como à verificada na ocupação total e em todos os subsetores do terciário, excetuando-se serviços de transporte (Tabela 21 e Gráfico 14).<sup>25</sup>

<sup>24</sup> “Auxiliar de serviços gerais”, de acordo com *O Globo* (23/11/1990), é um dos cargos frequentemente utilizados para contratar seguranças clandestinos. Outras ocupações onde também é comum esconderem-se atividades de vigilância, muitas vezes armada, seriam as de porteiro e garagista de edifícios residenciais e comerciais (*Jornal do Brasil*, 3/3/1995; *O Estado de São Paulo*, 6/3/1995).

<sup>25</sup> Ressalte-se que muitas vezes a atividade de vigilância - analogamente ao policiamento público ostensivo - é exercida em sistema de plantão, com escalas descontínuas e variáveis (12 x 36, ou 24 x 72, isto é, 12 horas consecutivas de trabalho para 24 de descanso, ou 24 horas de trabalho para 48 de descanso). *O Estado de São Paulo* (17/1/1993) afirma que um vigilante particular trabalha em média 12 horas por dia, mas não esclarece se a média se refere a todos os dias da semana, ou apenas ao tamanho da jornada, independentemente do número de horas de descanso. No intervalo de maior frequência registrado pelo IBGE para a atividade de vigilância e guarda

TABELA 21  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA,  
DEMAIS SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR HORAS SEMANAIS DE TRABALHO (%)  
1995

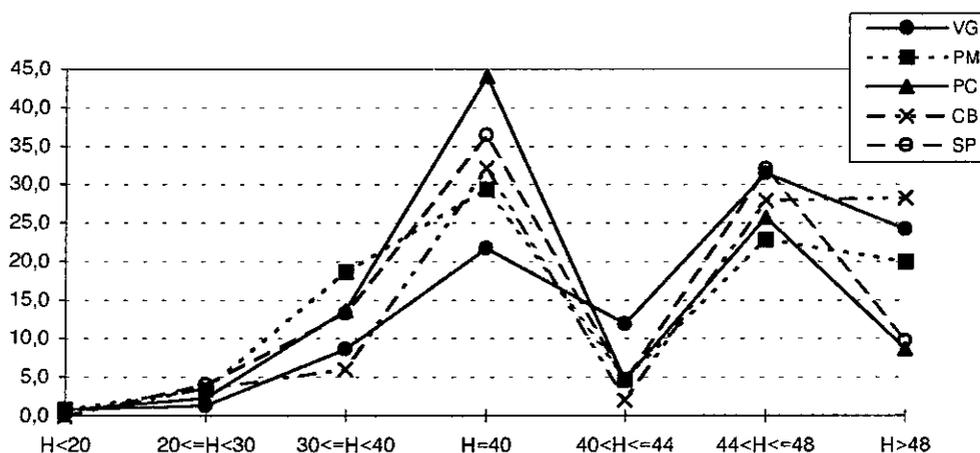
SEGMENTO/SUBSETOR	H<20	20≤H<30	30≤H<40	H=40	40<H≤44	44<H≤48	H>48	TOTAL
VIGILÂNCIA E GUARDA	0,8	1,3	8,6	21,7	11,9	31,5	24,2	100,0
OUTROS/PRINC. EMPR.*	2,1	4,2	8,1	30,4	14,3	23,9	17,0	100,0
OUTROS/TÉCN.-PROFIS.	4,3	9,0	11,3	44,5	8,0	10,2	12,6	100,0
OUTROS/SOCIAIS	8,3	15,5	16,3	29,5	9,2	12,0	9,1	100,0
OUTROS/REPAR.E CONS.	2,2	5,6	6,5	17,5	16,6	24,3	27,4	100,0
OUTROS/PESSOAIS	13,2	12,8	13,1	14,4	5,8	15,8	24,8	100,0
OUTROS/HOSP. E ALIM.	5,3	8,0	9,3	9,5	7,0	18,6	42,3	100,0
OUTROS/DISTRIBUTIVOS	3,4	6,6	10,6	22,0	15,0	19,6	22,8	100,0
TOTAL OUTROS SERV.	8,2	10,5	11,7	20,2	8,9	17,1	23,4	100,0
INSTIT. FINANCEIRAS	0,6	4,3	27,8	51,5	3,6	7,0	5,4	100,0
TRANSPORTES	1,9	2,5	6,4	15,7	11,3	23,8	38,4	100,0
COMUNICAÇÕES	0,9	3,3	9,2	54,7	15,4	11,7	4,8	100,0
COMÉRCIO	7,5	9,3	8,8	12,4	14,0	21,0	27,0	100,0
SEGURANÇA PÚBLICA	0,7	3,2	16,2	34,0	4,6	24,4	16,9	100,0
ADMINISTR. PÚBLICA**	2,9	19,1	19,3	43,3	4,3	6,5	4,6	100,0
TOTAL SERVIÇOS	6,5	10,8	12,3	22,9	9,3	16,6	21,5	100,0
POP. OCUPADA TOTAL	8,8	10,4	10,4	22,1	10,4	17,3	20,6	100,0

(\*) Menos Vigilância e Guarda

(\*\*) Menos Segurança Pública

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

GRÁFICO 14  
BRASIL - SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO O NÚMERO DE HORAS SEMANAIS DE TRABALHO (%)  
1995

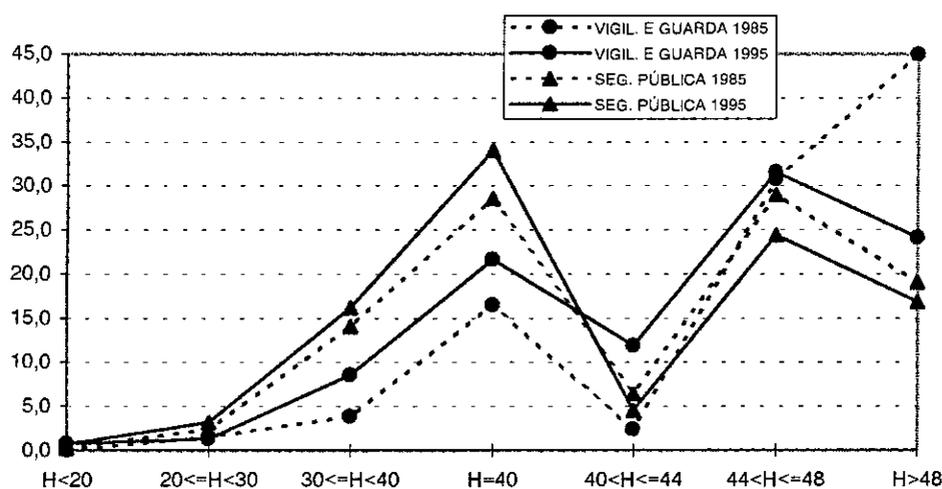


Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

(44 a 48 horas - ver Gráfico 4.2.1, abaixo), a jornada média é inferior a 12 horas, se se consideram cinco dias de trabalho na semana.

O Gráfico 15, a seguir, mostra que entre 1985 e 1995 decresceu substancialmente (de 45 para 24%) a parcela do pessoal ocupado na atividade de vigilância e guarda que trabalhava mais de 48 horas por semana, indicando uma melhora nas condições de trabalho desse segmento, enquanto na segurança pública como um todo tais condições se alteraram muito pouco durante a década considerada.

GRÁFICO 15  
BRASIL - SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO O NÚMERO DE HORAS SEMANAIS DE TRABALHO (%)  
1985-1995

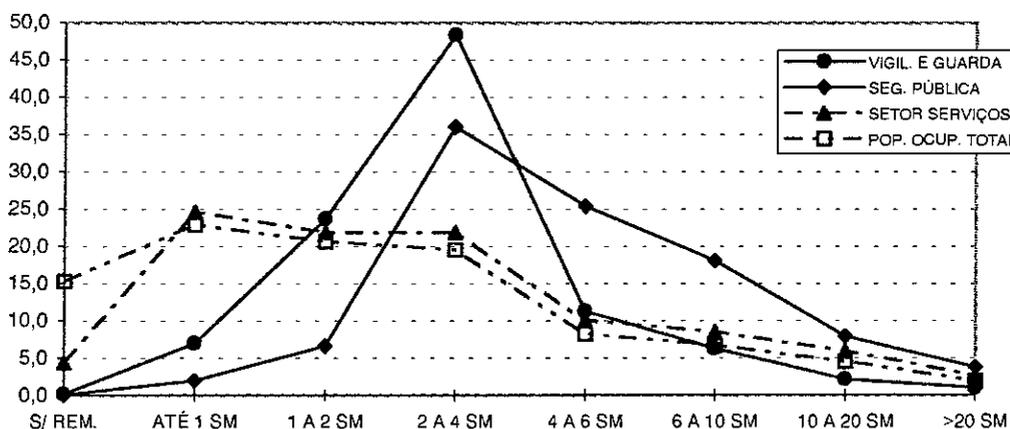


Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

### 4.3 - Renda

A atividade de vigilância e guarda apresentava em 1995 um perfil de rendimentos bem melhor que o do conjunto do setor serviços e que o da população ocupada total, mas pior que o dos serviços de segurança pública, como se pode observar no Gráfico 16 e na Tabela 22, abaixo.

GRÁFICO 16  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA,  
SETOR SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR FAIXAS DE RENDA (%)  
1995



Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

TABELA 22  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA, SEGURANÇA PÚBLICA,  
DEMAIS SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR FAIXAS DE RENDA (%)  
1995

SEGMENTO/SUBSETOR	SEM REMUN.	ATÉ 1 SM	1 A 2 SM	2 A 4 SM	4 A 6 SM	6 A 10 SM	10 A 20 SM	>20 SM	TOTAL
VIGILÂNCIA E GUARDA	0,2	7,0	23,7	48,4	11,3	6,3	2,2	1,0	100,0
OUTROS/PRINC. ÀS EMPR. *	0,9	15,0	30,0	26,0	8,1	8,9	7,4	3,7	100,0
OUTROS/TÉCN.-PROFIS.	2,7	12,6	14,2	19,1	12,3	14,8	14,6	9,7	100,0
OUTROS/SOCIAIS	3,1	19,9	24,2	22,9	10,3	8,2	6,7	4,6	100,0
OUTROS/REPAR. E CONSERV.	4,7	18,5	22,9	26,2	13,0	9,6	4,1	1,0	100,0
OUTROS/PESSOAIS	1,9	55,6	24,3	12,1	3,1	2,0	0,9	0,3	100,0
OUTROS/HOSP. E ALIMENT.	15,2	19,0	24,6	20,8	8,6	7,1	3,6	1,1	100,0
OUTROS/DISTRIBUTIVOS	5,3	12,5	17,5	20,8	11,6	12,3	13,3	6,7	100,0
OUTROS/DOMÉSTICO REMUN.	1,2	64,2	24,4	8,5	1,3	0,4	0,0	0,0	100,0
TOTAL OUTROS SERVIÇOS	4,1	32,8	23,5	18,9	7,5	6,3	4,5	2,3	100,0
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,6	2,7	7,0	14,4	17,1	23,9	24,5	9,8	100,0
TRANSPORTES	1,2	7,9	15,5	32,8	20,3	12,7	7,5	2,2	100,0
COMUNICAÇÕES	0,1	7,0	11,1	23,4	20,7	17,7	16,4	3,6	100,0
COMÉRCIO	9,2	19,4	23,1	23,4	9,9	7,8	5,0	2,2	100,0
SEGURANÇA PÚBLICA	0,1	2,0	6,7	36,0	25,5	18,1	7,9	3,8	100,0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**	0,5	18,2	21,1	24,9	12,1	11,9	8,0	3,2	100,0
TOTAL SERVIÇOS	4,4	24,7	21,9	21,9	10,1	8,6	5,9	2,6	100,0
POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL	15,4	22,9	20,7	19,6	8,3	6,7	4,5	2,0	100,0

SM = salário(s) mínimo(s)

(\*) Menos Vigilância e Guarda

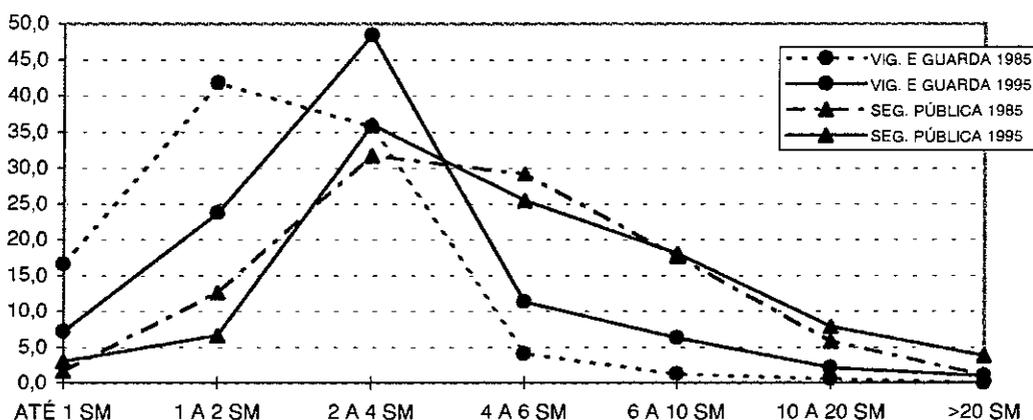
(\*\*) Menos Segurança Pública

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

Quase 80% do pessoal ocupado na vigilância particular recebem até 4 salários mínimos mensais,<sup>26</sup> contra 44,8% na segurança pública, sendo a faixa de maior frequência, em ambas, 2 a 4 salários mínimos (48 % do pessoal ocupado em vigilância e guarda, e 36% do pessoal ocupado no conjunto dos serviços de segurança pública). Se examinarmos, todavia, como evoluiu a distribuição por faixas de renda num e noutro segmento entre 1985 e 1995, verificaremos que houve uma melhora muito mais acentuada na esfera da vigilância particular do que na da segurança pública (Gráfico 17) - o que fica ainda mais evidente quando se compara a evolução da renda média por hora de trabalho em cada segmento das duas atividades (Gráfico 18).

O Gráfico 17 mostra que pouco se alterou em dez anos a distribuição de renda nos serviços de segurança pública, enquanto nos privados ocorreram variações bastante significativas: em 1985, a faixa de maior frequência era 1 a 2 salários mínimos, representando mais de 42% do pessoal ocupado, parcela que cai para 24% em 1995; além disso, reduz-se de 17 para 7% a proporção dos que recebem até um salário mínimo e aumenta de 36 para 48% a dos que ganham de 2 a 4 salários mínimos, crescendo também as frequências dos intervalos de renda mais altos.

GRÁFICO 17  
BRASIL - SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR FAIXAS DE RENDA (%)  
1985-1995



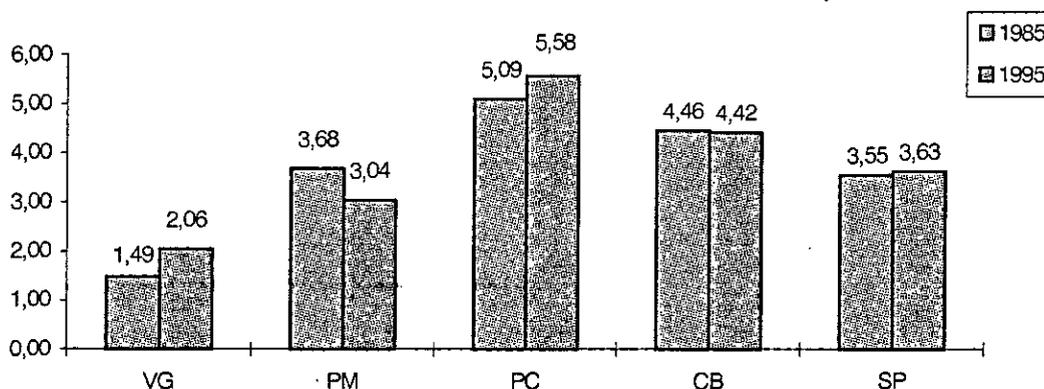
Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

No Gráfico 18 observa-se que o rendimento real médio por hora trabalhada aumentou 38% na vigilância particular, enquanto cresceu menos de 10% no grupo “Polícia Civil”, apenas 2% no

<sup>26</sup>Em 6/3/1995, *O Estado de São Paulo* divulgava que, segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Privada, a renda média de um vigilante era de 2,5 salários mínimos mensais e que, segundo o Sindicato dos Vigilantes de Brasília, as empresas cobravam dos clientes cinco vezes mais do que pagavam aos seus empregados. O piso salarial da categoria (sindicalizada) no Rio de Janeiro era de R\$280,00, com 30% de adicional de periculosidade para os vigilantes de carros-fortes (*Jornal do Brasil*, 29/10/1995).

Sistema Penitenciário, e *decreceu* 17% na Polícia Militar e cerca de 1% no Corpo de Bombeiros. Ou seja, embora continue significativamente mais alta que no setor privado, a qualidade dos postos de trabalho da segurança pública deteriorou-se de forma acentuada, tanto em relação à da segurança particular, como também em termos absolutos, no caso das duas últimas corporações - não acompanhando a melhoria do nível educacional médio ocorrida nesse setor (ver Tabela 18, mais acima).

GRÁFICO 18  
BRASIL - SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E GUARDA  
RENDIMENTO MÉDIO DO PESSOAL OCUPADO POR HORA DE TRABALHO (em R\$ de 1995)  
1985-1995

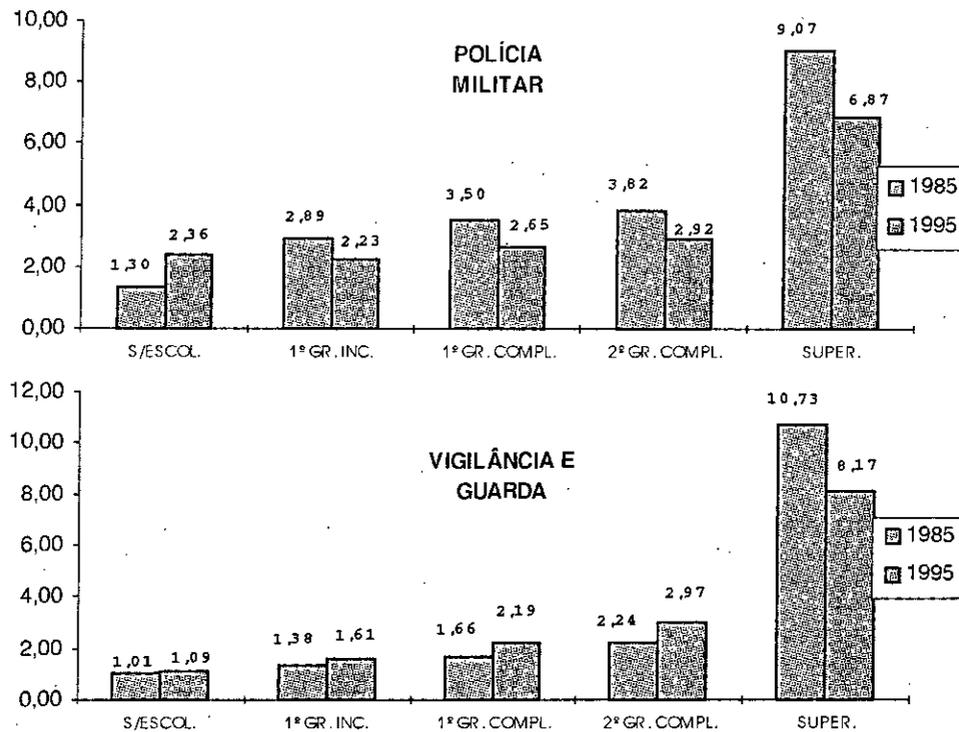


Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

O Gráfico 19, comparando, mais especificamente, a evolução da renda média por níveis educacionais na atividade de vigilância e guarda e na Polícia Militar, mostra que na primeira houve acréscimo de rendimentos por hora de trabalho em todas as faixas de escolaridade, com exceção de curso superior, ao passo que, na segunda, houve queda em todas as faixas, excetuando-se a de escolaridade zero (correspondente a apenas 0,9% do pessoal ocupado). Mostra ainda que o rendimento médio das pessoas com segundo grau completo na vigilância privada ultrapassou em 1995 o das pessoas com a mesma escolaridade na PM (onde essa é a faixa de maior frequência, representando cerca de 38% do pessoal ocupado, contra 12,6% na atividade particular), e que houve uma pequena queda do diferencial privado/público (de 1,66 para 1,30 reais/hora) no que se refere ao rendimento médio das pessoas com pelo menos um ano de curso superior (correspondentes a 9,5% do pessoal ocupado na PM e 3,1% do ocupado na vigilância particular).

GRÁFICO 19  
BRASIL - POLÍCIA MILITAR E ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E GUARDA

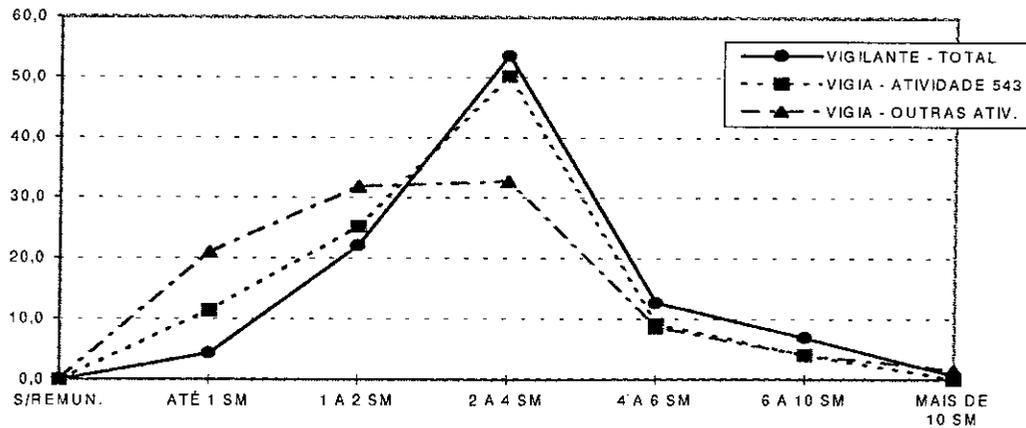
RÉNDIA MÉDIA POR HORA DE TRABALHO, SEGUNDO NÍVEL EDUCACIONAL (em R\$ de 1995)  
1985-1995



Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

Os dados acima, vale lembrar, dizem respeito apenas à fatia empresarial da vigilância privada. No Gráfico 20, a seguir, compara-se a distribuição de renda das *ocupações* de vigia e vigilante para o ano de 1995, podendo-se perceber que o pior perfil de rendimentos está entre os vigias “orgânicos”, com uma proporção mais alta do pessoal ocupado nas faixas inferiores a 2 salários mínimos mensais, e que é bem menos expressiva a diferença entre as duas ocupações quando se consideram os vigias empregados pelo segmento empresarial.

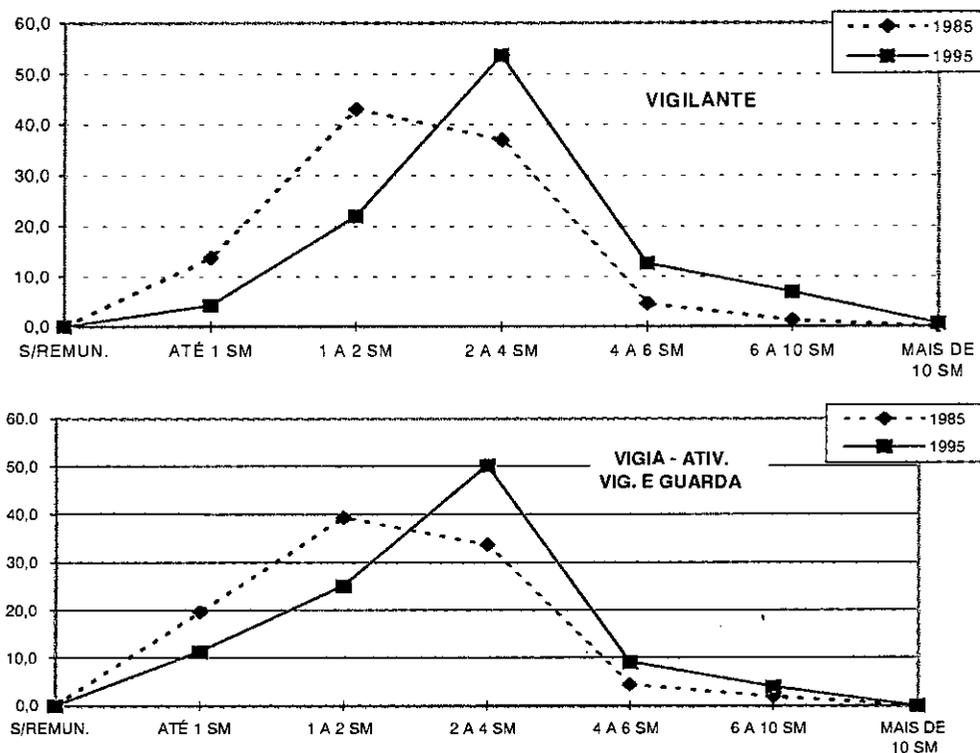
GRÁFICO 20  
BRASIL - OCUPAÇÕES DE VIGILANTE E VIGIA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR FAIXAS DE RENDA (%)  
1995



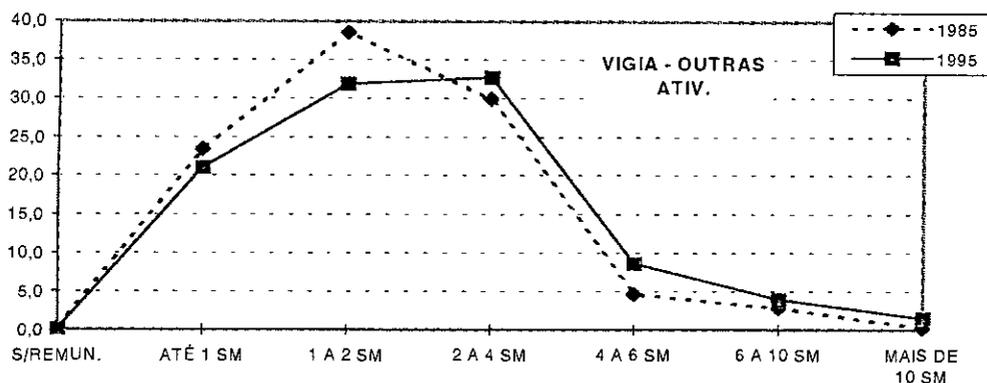
Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

Por fim, o Gráfico 21 mostra como a distribuição de renda evoluiu nas duas ocupações entre 1985 e 1995, evidenciando uma melhora no perfil dos três grupos considerados - vigilantes como um todo, vigias da atividade 543 e vigias de outras atividades -, de forma menos acentuada, porém, no grupo dos vigias “orgânicos”, que continuaram com alta proporção de postos de trabalho nas faixas inferiores de renda (0 a 2 salários mínimos).<sup>27</sup>

GRÁFICO 21  
BRASIL - OCUPAÇÕES DE VIGILANTE E VIGIA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR FAIXAS DE RENDA (%)  
1985-1995



<sup>27</sup> Não dispomos, no momento, dos dados sobre renda média por hora de trabalho para as ocupações de vigia e vigilante, que deverão ser acrescentados à análise num possível desdobramento deste estudo de caso.

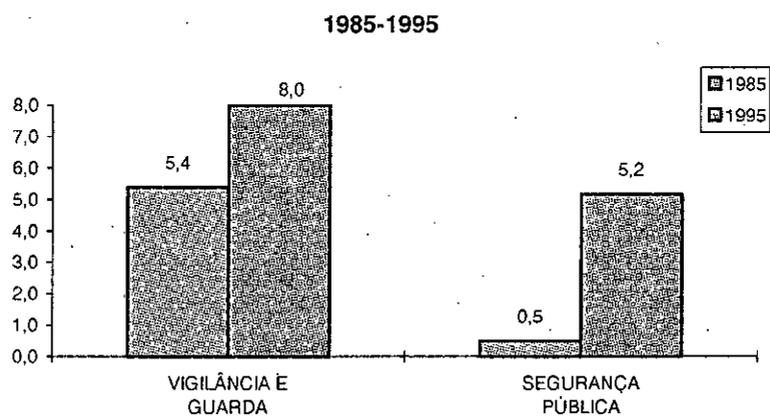


Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

#### 4.4 - Contribuição para o desemprego

A contribuição de um determinado segmento para o desemprego é a relação entre o número de pessoas desempregadas cujo último emprego foi no segmento em questão e a soma desse número com o de pessoas ocupadas no mesmo segmento - sendo um indicador de falta de qualidade: quanto mais altos seus valores, menor a qualidade dos postos de trabalho considerados (BARROS & MENDONÇA, 1997, pp. 17-18).

No Gráfico 22 compara-se a evolução desse indicador para a atividade de vigilância e guarda e para o conjunto dos serviços de segurança pública durante o período 1985-1995. Observa-se que o segmento privado, tanto em 1985 quanto em 1995, apresenta uma contribuição para o desemprego significativamente mais alta (portanto, menor qualidade) que a do segmento público - como seria de esperar, visto que o último se compõe, em maioria, de funcionários estatutários. Porém, o que mais ressalta no gráfico é a acentuada perda de qualidade dos postos de trabalho na segurança pública, tendo sua contribuição para o desemprego saltado de 0,5 para 5,2% ao longo da década. Entre os fatores que poderiam explicar essa evolução negativa, num segmento onde a maioria dos trabalhadores goza de estabilidade empregatícia, estão um possível aumento do número de policiais expulsos por práticas ilegais e a possível demissão de agentes não-estáveis, como parte da política de enxugamento da máquina governamental levada a efeito nesse período. Outra hipótese é de que o “desemprego” declarado ao IBGE por ex-policiais resulte de uma opção voluntária de trocar o serviço público pelo exercício de atividades não-declaradas, talvez clandestinas, mais atraentes em face da deterioração salarial que se verificou nos órgãos de segurança pública durante a década em questão.



(\*) Contribuição para o desemprego =  $d/(d+o)$ ;  
d = pessoal desocupado cujo último emprego foi na atividade  
o = pessoal ocupado na atividade

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995

### *Síntese e conclusões*

---

Os números da PNAD revelam que, durante a década 1985-1995, mais do que dobrou o pessoal ocupado em empresas de vigilância e guarda no Brasil, e sugerem que esse crescimento se deve, em parte, ao avanço do processo de terceirização, visto ter havido ao mesmo tempo um decréscimo absoluto do número de vigias e vigilantes “orgânicos” (diretamente empregados) em outros setores da economia. Considerando-se o país como um todo (embora não ocorra o mesmo quando se focalizam algumas macrorregiões), as duas ocupações diminuem na agropecuária, na indústria de transformação, na construção civil e em diversos segmentos do setor serviços. Entretanto, os *vigias*, diferentemente dos *vigilantes* (ocupação típica do segmento especializado), aumentaram em alguns ramos do terciário - Administração Pública, Transportes, Comércio, Outros Serviços/Sociais e Outros Serviços/Prestados Principalmente às Empresas (além de Vigilância e Guarda) -, e continuavam representando, em 1995, mais da metade (57%) do total de postos de trabalho ligados à vigilância particular no país. Apesar da terceirização e da grande expansão do segmento empresarial, tais serviços, portanto, ainda são obtidos majoritariamente através do emprego de vigias “orgânicos” - emprego autorizado pela lei brasileira, mas não regulamentado nem fiscalizado, o que abre uma brecha para a segurança clandestina e para o uso de mão-de-obra desqualificada, sem os requisitos mínimos indispensáveis ao exercício da atividade.

No cálculo que é possível fazer a partir dos dados do IBGE, mesmo subestimando o “exército” da segurança privada (por não se incluírem nem detetives particulares e outros serviços pertinentes, nem o “bico” policial) e superestimando o da segurança pública (por se incluírem hospitais e órgãos técnicos), constata-se que o primeiro representava quase o dobro do segundo em 1995, ou, mais precisamente, que a cada posto de trabalho público correspondia 1,8 posto de trabalho privado - relação certamente inferior à que se obteria caso se comparassem apenas as funções de vigilância ostensiva num e noutro segmento. Isso indica que estamos mais próximos da situação hoje existente nos EUA (três vigilantes privados para cada policial) do que daquela existente na França, onde também ocorreu um enorme crescimento dos serviços mercantis durante a última década, mas as polícias continuam ocupando um efetivo duas vezes superior ao da “indústria” privada. No caso francês, a força da tradição estatista (e dos sindicatos policiais) fez com que essa “indústria” encontrasse maiores resistências para expandir-se e legitimar-se, facilitando seu enquadramento em regras do jogo ditadas pelo poder público (OCQUETEAU, 1997).

Os problemas específicos que a literatura sinaliza no sistema norte-americano (afora as questões de fundo relativas à privatização da segurança, comuns a todos os países) reproduzem-se no Brasil de modo muito mais dramático: baixa escolaridade da mão-de-obra recrutada, treinamento precário ou inexistente, proliferação de serviços clandestinos e falta de controle sobre o desempenho rotineiro das atividades de vigilância privada, mesmo daquelas legais.<sup>28</sup> Nos Estados Unidos, pelo menos, as tarefas de segurança pública conservam algum prestígio social e oferecem condições de trabalho razoáveis, constituindo até certo ponto um espelho, ou modelo, para a segurança particular (cf. SPENCER, 1997), enquanto, no Brasil, o sucateamento e desmoralização das polícias somam-se às falhas da legislação e à ineficiência dos mecanismos de fiscalização como fatores estimulantes do crescimento vertiginoso de uma “indústria” privada sem critérios ou padrões de qualidade, salvo nas faixas “VIP”, destinadas a consumidores de alta renda.

A análise das informações da PNAD feita neste trabalho delineou como perfil típico do pessoal ocupado na atividade empresarial de vigilância e guarda: homens com idades entre 18 e 49 anos, chefes de família e de baixa qualificação (média de 6,3 anos de estudo; 7% de analfabetos e 69% sem primeiro grau completo em 1995). Embora a escolaridade média tenha aumentado durante a década 1985-1995, ultrapassando a da população ocupada total, continua muito inferior à dos serviços de segurança pública, cujo nível educacional está entre os melhores do setor terciário (média de 9,9 anos de estudo; 1% de analfabetos; 67% com pelo menos 1º grau completo e 56% com pelo menos 2º grau completo) - diferença que se torna ainda mais gritante quando se consideram também os vigias “orgânicos”, empregados em outros ramos e setores da economia, cuja qualificação média em 1995 (3,9 anos de estudo) continuava abaixo do mínimo legalmente exigido para o exercício da atividade (4ª série do 1º grau).

Quanto à qualidade dos postos de trabalho, verificou-se, resumidamente:

(a) alto grau de formalização (parcela de empregados ou funcionários com carteira assinada e funcionários estatutários) - maior dentro da atividade empresarial, mas também bastante elevado entre os vigias “orgânicos”;

(b) no segmento empresarial, jornada de trabalho média superior à do conjunto do setor serviços e à da população ocupada total, prevalecendo o intervalo de 44 a 48 horas semanais, tendo havido, porém, uma melhora nesse indicador de qualidade do emprego entre 1985 e 1995, com expressiva redução do número de pessoas trabalhando mais de 48 horas por semana, enquanto

---

<sup>28</sup>Para o caso dos EUA, cf. RICO & SALAS (1992) e SPENCER (1997).

na segurança pública o tempo médio de trabalho sofreu poucas alterações ao longo do período focalizado;

(c) remuneração com maior frequência no intervalo de 2 a 4 salários mínimos, em média superior à da população ocupada total, mas inferior à dos serviços de segurança pública; é de se notar, porém, que enquanto a rendimento real médio por hora de trabalho cresceu na vigilância particular, manteve-se praticamente estagnado em dois segmentos da segurança pública (grupos Polícia Civil e Sistema Penitenciário), e caiu nos outros dois (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) - ampliando-se a disparidade entre níveis de qualificação (que permaneceram bem mais altos na segurança pública do que na atividade empresarial) e níveis de renda (que cresceram muito mais no segmento privado), salvo para a faixa de alta escolaridade (curso superior), onde esse *gap* entre os dois setores se reduziu ao longo da década;

(d) o perfil de rendimentos dos vigias “orgânicos” teve uma melhora bem menos significativa que o dos vigias e vigilantes da atividade empresarial, permanecendo a maior parte do pessoal ocupado (53,1%) nos estratos de renda inferiores a dois salários mínimos mensais;

(e) a contribuição para o desemprego cresceu de 5,4 para 8,0% no segmento de vigilância e guarda, o que indica aumento da rotatividade da mão-de-obra e perda de qualidade dos postos de trabalho; mais surpreendente que isso, porém, é o salto verificado na taxa de desemprego das atividades de segurança pública (de 0,5 para 5,2%) durante o mesmo período, indicando ter havido ou um crescimento do número de policiais expulsos por práticas ilícitas, ou a demissão de funcionários não-estáveis, como parte da política de enxugamento da máquina estatal, ou ainda o abandono voluntário do serviço público, em prol de outras atividades, não-declaradas, que aparecem formalmente como “desemprego” na pesquisa do IBGE.

De um modo geral, a análise feita a partir dos números da PNAD confirma visões pessimistas sobre as consequências sociais mais amplas do estímulo dado direta ou indiretamente à expansão da segurança particular no Brasil, que implicou, entre outras coisas, “trocar” o investimento em mão-de-obra qualificada, disponível nos órgãos de segurança pública, pelo incentivo ao uso de mão-de-obra desqualificada, considerando-se os requisitos mínimos necessários ao desempenho de uma atividade de alto risco, seja para os próprios trabalhadores, seja para as pessoas “protegidas”. Não estamos afirmando com isso que maior escolaridade, por si só, constitua garantia de qualidade dos serviços: a prática cotidiana das instituições policiais brasileiras freqüentemente demonstra o contrário. Queremos apenas sugerir que a reforma e revalorização

dessas instituições, hoje novamente colocadas na pauta prioritária do debate social, têm grandes possibilidades de produzir a curto prazo efeitos positivos para a segurança da população como um todo, visto que contam com força de trabalho de nível relativamente elevado, podendo e devendo, inclusive, estabelecer o modelo que falta aos serviços particulares de vigilância no Brasil. Sem o quê, para usar as palavras de PAIXÃO (1991), continuaremos no “pior dos mundos possíveis”, onde se somam problemas “tradicionais” e “modernos”, resultando em acréscimo, não em decréscimo, da insegurança.

\*

Como foi dito na Introdução, o estudo realizado constitui uma abordagem preliminar ao tema, buscando, a partir dos dados da PNAD, caracterizar os serviços privados de vigilância e guarda, em comparação com outras atividades do setor terciário e particularmente com os serviços públicos de segurança. Podem-se visualizar, no atual estágio da pesquisa, alguns desdobramentos necessários para aprofundar a análise desse fenômeno tão complexo quanto pouco conhecido, ainda, em nosso país:

- Estudo mais detido das ocupações de *vigia* e *vigilante*, dentro e fora da atividade “vigilância e guarda”, através de cruzamentos de diversas variáveis da PNAD e da complementação desses dados com informações a serem colhidas junto às organizações patronais e de trabalhadores do ramo, assim como aos órgãos reguladores dos serviços de segurança privada.
- Análise interna mais minuciosa dos quatro segmentos de atividades que compõem a segurança pública (PM, PC, CB, SP), e de suas semelhanças e diferenças em relação à segurança privada, trabalhando-se igualmente com cruzamentos entre atividades, funções e categorias de posição na ocupação.
- Estudos de caso regionais sobre a situação da segurança pública e privada, com prioridade para as regiões Sudeste e Nordeste, onde a atividade de vigilância e guarda mais cresceu na última década. Aqui também, dever-se-ia cotejar e complementar os dados da PNAD com levantamentos junto às secretarias de segurança estaduais, sindicatos de trabalhadores e de empresas, entre outras fontes.
- Ampliação do escopo da análise para além de questões relacionadas ao emprego, utilizando-se outros dados disponíveis na pesquisa do IBGE, referentes às condições sócio-econômicas gerais dos entrevistados: características da família e do domicílio, trajetória escolar etc.

- Discussão detalhada das hipóteses existentes na literatura para explicar o crescimento explosivo dos serviços de segurança privada em diversos países do mundo, bem como do debate sobre as conseqüências desse fenômeno para a manutenção da ordem democrática, especialmente nos países em desenvolvimento e/ou recém-saídos de longos períodos autoritários.

## Bibliografia

---

- ANDERSON, Teresa & CANNAN, Patrick (1997). *Private security behind bars*.
- BARROS, Ricardo Paes de & MENDONÇA, Rosane (1997). *A estrutura do emprego e a qualidade dos postos de trabalho no setor de serviços*. Rio de Janeiro, IPEA (Série Seminários 03/87), abril.
- BENSON, Bruce L. (1984). "Guns for protection and other private sector responses to the fear of rising crime". In: Kates, Don B., Jr., ed. *Firearms and violence: issues of public policy*. San Francisco, Pacific Institute for Public Policy Research/Cambridge, Mass., Harper & Row/Ballinger, pp. 329-56.
- BENSON, Bruce L. (1990). *The enterprise of law: Justice without the State*. San Francisco, Pacific Research Institute for Public Policy.
- CALDEIRA, Cesar (1997). "Segurança pública e seqüestros no Rio de Janeiro, 1995-1996". *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 9, n. 1, maio, pp.115-49.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (1991). "Direitos humanos ou 'privilégio de bandidos'? Desventuras da democratização brasileira". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 30, julho, pp. 162-74.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (1997). "Enclaves fortificados: a nova segregação urbana". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47, março, pp. 155-76.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (no prelo). *City of walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo*. Berkeley, Univ. of California Press.
- CARDIA, Nancy (1977). "O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos". *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 9, n. 1, maio, pp. 249-65.
- CUNNINGHAM, William C.; STRAUCHS, John J. & VAN METER, Clifford W. (1990). *Private security trends, 1970 to 2000: The Hallcrest Report II*. Boston, Butterworth-Heinemann.
- HAKIM, Simon & SHACHMUROVE, Yochanan (1996). "Social cost benefit analysis of commercial and residential burglar and fire alarms". *Journal of Policy-Modeling*, v. 18, n. 1, February, pp. 49-67.

- HAKIM, Simon, RENGERT, George F. & SHACHMUROVE, Yochanan (1995). "Burglar and fire alarms: costs and benefits to the locality". *American Journal of Economics and Sociology*, v. 54, n. 2, April, pp. 145-61.
- HERINGER, Rosana Rodrigues (1992). *A indústria da segurança privada no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- IBGE (1985). *PNAD. Ocupação e atividade. Ordem numérica*.
- IBGE (1993a). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 1993. Questionário da pesquisa básica*.
- IBGE (1993b). *Manual de entrevista da pesquisa básica - PNAD de 1993*.
- IBGE (1995). *PME. Códigos de ocupação e atividade. Ordem alfabética e numérica*.
- KRISTENSEN, Ole P. (1983). "Public versus private provision of governmental services: the case of Danish fire protection services". *Urban Studies*, v. 20, n. 1, Feb., pp. 1-9.
- LÉVY, René (1997). "A crise do sistema policial francês hoje: da inserção local aos riscos europeus". *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 9, n. 1, maio, pp. 53-77.
- MARGARITA, Mona (1980). "Killing the Police: myths and motives". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 452, Nov., pp. 63-71.
- McGRATH, Roger D. (1984). *Gunfighters, highwaymen and vigilantes*. Berkeley, Univ. of California Press.
- McGUIGAN, Patrick B. & PASCALE, Jon S., eds. (1986). *Crime and punishment in modern America*. Washington, DC, Free Congress Resource and Educational Foundation.
- MEHAY, Stephen L. (1973). "Police and productivity: can the invisible hand of competition extend the long arm of the law?". *Federal Reserve Bank Business Review of Philadelphia*, n. 0, May, pp. 3-12.
- MELO, Hildete Pereira de, coord., et al. (1996). *Os serviços no Brasil - uma avaliação global*. Relatório de pesquisa do Projeto "Diagnóstico do Setor Serviços no Brasil". Rio de Janeiro, MICT/ANPEC/IPEA, dezembro.
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (1991). *Relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 648/90*. Rio de Janeiro, Câmara Municipal.
- MUSHENO, Michael C.; LEVINE, James P. & PALUMBO, Denis J. (1978). "Television surveillance and crime prevention: evaluating an attempt to create defensible space in public housing". *Social Science Quarterly*, v. 58, n. 4, March, pp. 647-56.
- MUSUMECI, Leonarda, coord. (1996). *Segurança pública e cidadania. A experiência de policiamento comunitário em Copacabana (1994-95)*. Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa/ISER.
- MUSUMECI, Leonarda; MUNIZ, Jacqueline & LARVIE, Patrick (1998). "Imagens da desordem e modelos de policiamento". *Comunicações do ISER*. Rio de Janeiro, a sair.

- OCQUETEAU, Frédéric & POTTIER, M. L. (1995). *Vigilance et sécurité dans les grandes surfaces*. Paris, IHESI-L'Harttman.
- OCQUETEAU, Frédéric (1994). "La sécurité 'marchandisée'". *Project*, n. 238, pp. 63-72.
- OCQUETEAU, Frédéric (1997). "A expansão da segurança privada na França: privatização submissa da ação policial ou melhor gestão da segurança coletiva?". *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 9, n. 1, maio, pp. 185-95.
- PAIXÃO, Antônio Luiz (1991). "Segurança privada, direitos humanos e democracia. Notas preliminares sobre novos dilemas políticos". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 31, outubro, pp. 131-41
- PAIXÃO, Antônio Luiz (*in memoriam*) & BEATO F., Cláudio C. (1997). "Crimes, vítimas e policiais". *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 9, n. 1, maio, pp. 233-48.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (1997). "Volência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias". *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 9, n. 1, maio, pp.43-52.
- POST, Richard S. & KINGSBURY, Arthur A. (1991). *Security administration: an introduction to the protective services*. Boston, Butterworth-Heineman, 4th ed.
- REYNOLDS, Morgan O. (1990). "Crime pays, but so does imprisonment". *The Journal of Social, Political & Economic Studies*, v. 15, n. 3, Fall, pp. 259-300.
- REYNOLDS, Morgan O. (1994). "Using the private sector to deter crime". *The Journal of Social, Political & Economic Studies*, v. 19, n. 2, Summer, pp. 207-43.
- RICO, José Maria & SALAS, Luís (1992). "A segurança privada". *Delito, insegurança do cidadão e polícia*. Rio de Janeiro, Biblioteca da Polícia Militar/PMERJ, Cap. V, pp. 157-89.
- S/ AUTOR (1996). "A indústria da vigilância". *Tiradentes*. Revista do Clube de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, ago.-out., pp. 7-10.
- SAAVEDRA, Gustavo Fernández (1997). "O futuro já não é o que era antes: o novo sentido da mudança". *Política Comparada - Revista Brasileira de Políticas Comparadas*, ano I, vol. 1, jan-abr., pp. 15-42.
- SELLERS, Martin P. (1993). *The history and politics of private prisons: A comparative analysis*. Rutherford, N.J., Fairleigh Dickinson Univ. Press; London and Toronto, Associated University Presses.
- SHEARING, Clifford & STENNING, Philip (1981). "Modern private security and its implications". In: M. Tonry & N. Morris, orgs. *Crime and Justice*. Chicago, Chicago Univ. Press, pp. 193-245.
- SHEARING, Clifford & STENNING, Philip (1992). "Private security: implications for social control". In: McCORMICK, K. R. E. & VISANO, L. A. *Understanding policing*. Toronto, Canadian Scholars' Press, pp. 521-44.
- SILVA, Jorge da (1990). *Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, Forense, 2ª ed.

- SILVA, Jorge da (1992). *Segurança pública e privada no Brasil*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- SMITH, Phil (1993). *Private prisons: profits of crime*. (From the Fall 1993 issue of Covert Action Quarterly) [[http://mediafilter.org/Images/Drooker/Penal\\_Industry.jpg](http://mediafilter.org/Images/Drooker/Penal_Industry.jpg)]
- SPENCER, Suzy (1997). "Private security". *On Patrol*, v. 1, n. 4, Winter 1996-97, s/p. [<http://www.onpatrol.com/cs.privsec.html>]
- SPITZER, Steven & SCULL, Andrew T. (1992). "Privatization and capitalist development: the case of the private police". In: McCORMICK, K. R. E. & VISANO, L. A. *Understanding policing*. Toronto, Canadian Scholars' Press, pp. 545-62.
- SUGDEN, Robert (1995). Review of "The Sicilian mafia: the business of private protection", by Diego Gambetta. *Journal of Economic Literature*, v. XXXIII, June, pp. 863-5.
- VAZ, Oswaldo Augusto (1992). *A Polícia Militar e a segurança privada paralelamente à missão de prevenção da criminalidade*. Monografia. Rio de Janeiro, Escola Superior de Polícia Militar.
- WEBER, Max (1974). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 3ª ed. brasileira.
- WEINSTOCK, Arthur C., Jr. (1995). *Criminal law procedure for private security*. Springfield, Ill., Charles C. Thomas Publisher, 2nd. ed.

• **Jornais e revistas (vários exemplares, entre 1972 e 1997):**

*O Dia*  
*O Estado de São Paulo*  
*Folha de São Paulo*  
*Gazeta Mercantil*  
*O Globo*  
*Isto É - Senhor*  
*Jornal do Brasil*  
*Manchete*  
*Veja*

# ANEXO

TABELA A.1  
OCUPAÇÕES DE VIGILANTE E VIGIA  
DESCRITORES PRIMÁRIOS AGREGADOS PELA PNAD

Vigilante - Cód. de ocupação 859 (PNAD 1985) e 869 (PNAD 1995)	Vigia - Cód. de ocupação 843 (PNAD 1985 e 1995)
Agente de segurança ferroviária	Celeireiro
Encarregado de vigilância - org. partic. de segurança	Fiscal de vigilância
Fiscal de vigilância - org. partic. de segurança	Guarda - vigia
Guarda de banco - org. partic. de segurança	Guarda da noite
Guarda de cais do porto - org. partic. de segurança	Guarda de estação
Guarda de segurança - empresa partic. de segurança	Guarda-noturno - vigia
Guarda de vigilância - org. partic. de segurança	Guarda-noturno - particular
Guarda ferroviário	Olheiro - vigia
Guarda portuário	Ronda - vigia
Guarda - vigia - org. partic. de segurança	Rondante - vigia
Inspetor de vigilância	Vigia
Ronda - org. partic. de segurança	Vigiador
Rondante - org. partic. de segurança	Vigilante - vigia
Supervisor de vigilância - org. particulares	
Vigilante - org. partic. de segurança	

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.2  
BRASIL - SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADE VIGILÂNCIA E GUARDA  
OCUPAÇÕES SECUNDÁRIAS DECLARADAS PELO PESSOAL OCUPADO NA ATIVIDADE (%)  
1995

SEGURANÇA PÚBLICA (724 A 727)		
CÓD.	SEGUNDA OCUPAÇÃO	%
0	NENHUMA	89,9
751	MOTORISTA	1,4
617	VENDEDOR AMBULANTE	0,9
843	VIGIA	0,8
869	VIGILANTE	0,7
601	COMERC. CONTA PRÓPRIA	0,4
512	PEDREIRO	0,3
10	COMERCIANTE EMPREGADOR	0,2
15	EMPREGADOR (VÁRIAS ATIV.)	0,2
20	CARGO PODER EXEC./LEGISL.	0,2
151	MEDICO	0,2
301	PROD. AGROPEC. AUTÔNOMO	0,2
927	OCUPAÇÃO MAL-DEFINIDA	0,5
vários	OUTRAS OCUPAÇÕES	4,1

VIGILÂNCIA E GUARDA (543)		
CÓD.	SEGUNDA OCUPAÇÃO	%
0	NENHUMA	95,4
512	PEDREIRO	0,4
843	VIGIA	0,3
613+617	VENDEDOR AMBULANTE	0,5
274	FOTÓGRAFO	0,2
602	VENDEDOR EMPREGADO	0,2
503	ELETRICISTA	0,2
841	PORTEIRO	0,2
927	OCUPAÇÃO MAL-DEFINIDA	0,4
vários	OUTRAS OCUPAÇÕES	2,3

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995.

**TABELA A.3**  
**BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO**  
**NAS ATIVIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA, POR TIPOS DE OCUPAÇÕES**  
**1995**

POLÍCIA MILITAR (PM - 724)		
CÓD.	OCUPAÇÃO	%
862	PRAÇA (SOLDADO A SARGENTO)	88,2
861	OFICIAL/SUBOFICIAL/ASPIRANTE	7,0
52+64	AUXILIAR/ASSIST. ADMINISTR.	1,0
151	MÉDICO	0,5
63	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	0,4
162	ENFERMEIRO NÃO-DIPLOMADO	0,3
927	OCUPAÇÃO MAL-DEFINIDA	0,4
vários	OUTRAS OCUPAÇÕES	2,3

POLÍCIAS CIVIL, FEDERAL etc. (PC - 725)		
CÓD.	OCUPAÇÃO	%
865	AGENTE/DETETIVE/INVESTIG.	36,3
866	GUARDA (SERVIÇO PÚBLICO)*	20,4
864	DELEGADO/SUBDELEG./PERITO	13,5
242	ESCRIVÃO	12,6
52+64	AUXIL./ASSIST. ADMIN.	4,8
868	DATILOSCOPISTA/PAPILOSC.	2,6
21	DIRETOR/ASSESSOR	2,0
774	TELEFONISTA	1,1
751	MOTORISTA	1,0
927	OCUPAÇÃO MAL-DEFINIDA	1,4
vários	OUTRAS OCUPAÇÕES	4,2

(\*) Civil, Municipal, Rodoviário, Marítimo etc.

CORPO DE BOMBEIROS (CB - 726)		
CÓD.	OCUPAÇÃO	%
863	SOLDADO E OFICIAL	91,5
52	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2,5
112	TÉCNICO DE EDIFICAÇÃO	1,5
927	OCUPAÇÃO MAL-DEFINIDA	2,4
vários	OUTRAS OCUPAÇÕES	2,1

SISTEMA PENITENCIÁRIO (SP - 727)		
CÓD.	OCUPAÇÃO	%
867	CARCEREIRO/GUARDA PENIT.	70,2
64	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	6,5
21	DIRETOR/ASSESSOR	6,2
429	FERREIRO/SERRALHEIRO	3,0
162	ENFERMEIRO NÃO-DIPLOMADO	2,9
218	PROFESSOR PROFISSIONALIZ.	2,9
151	MÉDICO	2,1
926	CRECHEIRO/MONITOR INFANTIL	2,0
813	COZINHEIRO	1,4
815	ATENDENTE DE BAR	1,4
vários	OUTRAS OCUPAÇÕES	1,5

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1995

TABELA A.4  
INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO E GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO (1985-95)

	EMPREGO EM 1985	EMPREGO EM 1995	VARIAÇÃO ABSOLUTA	PROPORÇÃO DO EMPREGO EM SERVIÇOS EM 1995	CRESCIMENTO RELATIVO AO EMPREGO EM SERVIÇOS EM 1985	CRESCIMENTO RELATIVO AO EMPREGO NO SUBSETOR OU SEGMENTO	CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO	CONTRIBUIÇÃO RELATIVA PARA O CRESCIMENTO
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
Subsetor 1	A1	B1	C1=B1-A1	B1/B3	C1/A3	F1=C1/A1	C1/C3	F1/F3
Subsetor 2	A2	B2	C2=B2-A2	B2/B3	C2/A3	F2=C2/A2	C2/C3	F2/F3
Total do setor	A3=A1+A2	B3=B1+B2	C3=C1+C2	100	C3/A3	F3=C3/A3	100	1,00

Fonte: BARROS & MENDONÇA (1997, Apêndice)

TABELA A.5  
BRASIL - VIGILÂNCIA E GUARDA E SEGURANÇA PÚBLICA  
INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO E GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO (1985-95)

	EMPREGO EM 1985	EMPREGO EM 1995	VARIAÇÃO ABSOLUTA	PROPORÇÃO DO EMPREGO EM SERVIÇOS EM 1995	CRESCIMENTO RELATIVO AO EMPREGO EM SERVIÇOS EM 1985	CRESCIMENTO RELATIVO AO EMPREGO NO SUBSETOR OU SEGMENTO	CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO	CONTRIBUIÇÃO RELATIVA PARA O CRESCIMENTO
VIGIL. E GUARDA	199137	422057	222920	1,11	0,84	111,94	1,96	2,62
SEG. PÚBLICA	387580	557565	169985	1,47	0,64	43,86	1,49	1,02
COMÉRCIO	5575903	8561952	2986049	22,53	11,22	53,55	26,21	1,25
TRANSPORTE	1694594	2248009	553415	5,92	2,08	32,66	4,86	0,76
COMUNICAÇÕES	236853	293773	56920	0,77	0,21	24,03	0,50	0,56
INSTIT. FINANCEIRAS	1266039	895285	-370754	2,36	-1,39	-29,28	-3,25	-0,68
ADM. PÚBLICA*	4328783	5740082	1411299	15,10	23,90	32,60	12,39	0,76
OUTROS SERVIÇOS**	12923862	19285601	6361739	50,75	5,30	49,22	55,85	1,15
TOTAL SERVIÇOS	26612751	38004324	11391573	100,00	42,80	42,80	100,00	1,00

(\*) Menos Segurança Pública (\*\*) Menos Vigilância e Guarda

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.6  
BRASIL E MACRORREGIÕES - VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR FAIXAS ETÁRIAS (%)  
1985-1995

REGIÃO	ANO	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 59	60 A 64	65 OU +	TOTAL
NORTE	1985	0,0	0,0	12,8	18,8	23,8	18,5	17,6	6,3	2,4	100,0
	1995	0,0	0,0	15,5	14,5	37,8	10,8	14,3	3,7	3,4	100,0
NORDESTE	1985	0,0	0,3	18,3	18,7	32,4	18,0	8,8	1,0	2,5	100,0
	1995	0,0	1,0	14,0	19,1	41,8	11,1	9,9	1,5	1,6	100,0
SUDESTE	1985	0,0	0,4	17,8	27,3	29,5	13,5	9,8	1,3	0,5	100,0
	1995	0,4	0,7	12,9	21,0	37,2	16,0	8,5	1,7	1,6	100,0
SUL	1985	1,1	0,0	11,5	18,1	31,0	21,5	13,7	1,8	1,4	100,0
	1995	0,0	0,0	14,9	18,5	32,0	21,9	12,2	0,5	0,0	100,0
C.-OESTE	1985	0,0	0,0	17,3	20,8	24,9	18,1	18,0	1,0	0,0	100,0
	1995	0,0	0,8	13,4	22,3	22,9	17,4	15,3	7,1	0,8	100,0
BRASIL	1985	0,2	0,3	16,5	23,0	29,7	16,4	11,3	1,5	1,1	100,0
	1995	0,2	0,7	13,5	20,0	36,9	15,2	9,9	2,0	1,5	100,0

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.7  
BRASIL E MACRORREGIÕES - SEGURANÇA PÚBLICA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR FAIXAS ETÁRIAS (%)  
1985-1995

REGIÃO	ANO	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 59	60 A 64	65 OU +	TOTAL
NORTE	1985	0,0	0,7	24,9	30,9	26,4	13,1	2,6	0,0	1,3	100,0
	1995	0,0	0,2	21,1	28,1	35,7	11,6	2,2	0,3	0,8	100,0
NORDESTE	1985	0,0	0,2	15,2	25,2	26,5	21,3	10,8	0,7	0,1	100,0
	1995	0,2	0,8	14,8	23,3	40,0	14,3	5,5	0,6	0,4	100,0
SUDESTE	1985	0,0	0,2	14,5	17,5	31,3	30,4	5,5	0,4	0,1	100,0
	1995	0,0	0,0	13,2	24,3	35,8	22,4	4,0	0,0	0,5	100,0
SUL	1985	0,0	0,0	26,5	19,9	31,1	17,6	4,2	0,6	0,0	100,0
	1995	0,0	0,0	9,7	22,3	44,9	17,4	5,1	0,0	0,6	100,0
C.-OESTE	1985	0,0	0,0	30,3	25,6	28,9	11,3	4,0	0,0	0,0	100,0
	1995	0,0	0,0	15,1	32,9	38,6	11,7	1,7	0,0	0,0	100,0
BRASIL	1985	0,0	0,2	18,3	20,6	29,9	24,3	6,1	0,4	0,1	100,0
	1995	0,0	0,2	14,0	25,0	38,3	17,7	4,1	0,2	0,4	100,0

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.8  
BRASIL E MACRORREGIÕES - VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR COR (%)  
1990-1995

REGIÃO	ANO	BRANCA*	PRETA	PARDA	OUTRAS**	TOTAL
NORTE	1990	23,2	2,5	74,3	0,0	100,0
	1995	31,0	0,0	69,0	0,0	100,0
NORDESTE	1990	26,5	7,8	65,7	0,0	100,0
	1995	24,5	7,2	68,1	0,2	100,0
SUDESTE	1990	53,3	7,4	39,3	0,0	100,0
	1995	62,1	8,1	29,8	0,0	100,0
SUL	1990	77,0	1,3	21,8	0,0	100,0
	1995	81,3	9,9	8,8	0,0	100,0
C.-OESTE	1990	47,7	7,0	45,2	0,0	100,0
	1995	45,5	4,4	50,0	0,0	100,0
BRASIL	1990	46,7	6,3	47,0	0,0	100,0
	1995	52,3	7,4	40,2	0,0	100,0

(\*) Branca + amarela

(\*\*) N/identif. + indígena

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.9  
BRASIL E MACRORREGIÕES - SEGURANÇA PÚBLICA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR COR (%)  
1990-1995

REGIÃO	ANO	BRANCA*	PRETA	PARDA	OUTRAS**	TOTAL
NORTE	1990	33,1	0,0	66,9	0,0	100,0
	1995	36,2	4,1	59,7	0,0	100,0
NORDESTE	1990	28,2	5,0	66,9	0,0	100,0
	1995	31,3	5,3	63,3	0,0	100,0
SUDESTE	1990	73,7	2,8	23,6	0,0	100,0
	1995	68,2	7,3	24,5	0,0	100,0
SUL	1990	84,7	4,9	10,4	0,0	100,0
	1995	85,3	4,7	10,1	0,0	100,0
C.-OESTE	1990	38,8	4,8	56,4	0,0	100,0
	1995	46,5	2,8	50,7	0,0	100,0
BRASIL	1990	59,0	3,7	37,3	0,0	100,0
	1995	56,7	5,7	37,6	0,0	100,0

(\*) Branca + amarela

(\*\*) N/identif. + indígena

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.10  
BRASIL E MACRORREGIÕES - VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO A POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)  
1985-1995

REGIÃO	ANO	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS	TOTAL
NORTE	1985	85,3	0,5	10,3	3,8	100,0
	1995	70,3	10,3	13,5	5,9	100,0
NORDESTE	1985	78,4	1,7	17,5	2,5	100,0
	1995	76,1	3,2	16,7	4,0	100,0
SUDESTE	1985	76,1	1,0	16,4	6,5	100,0
	1995	72,7	3,6	18,2	5,4	100,0
SUL	1985	85,5	2,9	7,4	4,2	100,0
	1995	72,7	3,6	18,2	5,4	100,0
C.-OESTE	1985	84,2	0,0	10,9	5,0	100,0
	1995	70,4	7,6	16,9	5,1	100,0
BRASIL	1985	79,3	1,4	14,3	5,0	100,0
	1995	73,9	4,0	17,1	5,1	100,0

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.11  
BRASIL E MACRORREGIÕES - SEGURANÇA PÚBLICA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO A POSIÇÃO NA FAMÍLIA (%)  
1985-1995

REGIÃO	ANO	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS	TOTAL
NORTE	1985	74,5	4,0	16,8	4,7	100,0
	1995	67,5	11,0	17,7	3,8	100,0
NORDESTE	1985	78,9	3,7	15,3	2,0	100,0
	1995	73,3	5,8	18,0	2,9	100,0
SUDESTE	1985	80,5	1,8	15,5	2,2	100,0
	1995	68,1	6,9	21,4	3,6	100,0
SUL	1985	76,5	1,7	18,7	3,1	100,0
	1995	78,3	10,2	8,6	2,9	100,0
C.-OESTE	1985	68,5	5,5	22,6	3,4	100,0
	1995	76,3	6,5	15,0	2,2	100,0
BRASIL	1985	78,1	2,6	16,8	2,5	100,0
	1995	71,6	7,4	17,9	3,2	100,0

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.12  
BRASIL E MACRORREGIÕES - VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO NÍVEL EDUCACIONAL (%)  
1985-1995

REGIÃO	ANO	S/ ESCOL.	1º GRAU INCOMPL.	1º GRAU COMPL.	2º GRAU INCOMPL.	2º GRAU COMPL.	SUPE- RIOR	N/ IDENT.	TOTAL
NORTE	1985	22,3	64,7	3,4	4,5	4,5	0,6	0,0	100,0
	1995	14,5	44,7	13,3	3,5	19,6	3,5	0,8	100,0
NORDESTE	1985	19,2	61,3	6,4	2,7	10,1	0,2	0,0	100,0
	1995	10,3	53,1	14,8	6,7	13,1	2,0	0,0	100,0
SUDESTE	1985	10,3	69,6	8,4	4,6	5,6	1,4	0,0	100,0
	1995	4,5	50,8	21,9	6,6	11,9	3,9	0,4	100,0
SUL	1985	14,3	67,4	9,4	4,4	4,2	0,3	0,0	100,0
	1995	2,5	54,9	24,1	4,2	11,8	2,5	0,0	100,0
C.-OESTE	1985	19,3	62,4	9,1	4,5	3,9	0,7	0,0	100,0
	1995	10,5	60,1	8,9	6,2	12,9	1,5	0,0	100,0
BRASIL	1985	14,29	66,6	8,0	4,1	6,2	0,9	0,0	100,0
	1995	6,6	52,1	19,1	6,2	12,6	3,1	0,2	100,0

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.13  
BRASIL E MACRORREGIÕES - SEGURANÇA PÚBLICA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO NÍVEL EDUCACIONAL (%)  
1985-1995

REGIÃO	ANO	S/ ESCOL.	1º GRAU INCOMPL.	1º GRAU COMPL.	2º GRAU INCOMPL.	2º GRAU COMPL.	SUPE- RIOR	N/ IDENT.	TOTAL
NORTE	1985	2,6	34,0	21,4	9,9	22,4	9,7	0,0	100,0
	1995	2,3	16,2	21,3	11,6	35,4	11,1	2,1	100,0
NORDESTE	1985	2,4	38,9	17,6	11,7	20,4	9,0	0,0	100,0
	1995	1,3	19,4	11,9	12,3	41,4	12,1	1,6	100,0
SUDESTE	1985	0,4	29,0	23,4	7,3	23,1	16,7	0,0	100,0
	1995	0,8	11,5	16,2	12,5	32,4	26,4	0,2	100,0
SUL	1985	0,0	27,0	26,5	13,4	16,7	16,3	0,0	100,0
	1995	0,0	11,1	20,8	9,8	37,7	19,9	0,8	100,0
C.-OESTE	1985	0,6	31,2	22,8	10,1	23,6	11,7	0,0	100,0
	1995	0,9	13,7	14,2	17,0	39,0	14,2	0,9	100,0
BRASIL	1985	0,9	31,2	22,5	9,5	21,5	14,3	0,0	100,0
	1995	0,9	14,0	16,0	12,5	36,2	19,5	0,8	100,0

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.14  
BRASIL E MACRORREGIÕES - VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (%)  
1985-1995

REGIÃO	ANO	EMPR. C/ CART.	EMPR. S/ CART.	CONTA PRÓPRIA	EMPRE- GADOR	FUNC. PÚBLICO	NÃO- REMUN.	TOTAL
NORTE	1985	81,6	14,6	3,9	0,0	0,0	0,0	100,0
	1995	80,1	18,1	0,0	0,0	1,8	0,0	100,0
NORDESTE	1985	85,3	11,7	3,0	0,0	0,0	0,0	100,0
	1995	83,2	10,8	1,5	1,7	2,8	0,0	100,0
SUDESTE	1985	85,5	9,2	4,5	0,8	0,0	0,0	100,0
	1995	87,9	7,4	1,7	1,1	1,2	0,6	100,0
SUL	1985	81,0	11,3	7,1	0,7	0,0	0,0	100,0
	1995	82,0	13,2	1,4	2,8	0,0	0,6	100,0
C.-OESTE	1985	83,9	12,9	1,0	2,2	0,0	0,0	100,0
	1995	85,1	10,6	0,0	1,3	3,0	0,0	100,0
BRASIL	1985	84,4	10,7	4,3	0,7	0,0	0,0	100,0
	1995	85,7	9,5	1,4	1,4	1,6	0,4	100,0

(\*) A PNAD 1985 não registra "trabalho não remunerado" nesta atividade.

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

[Para a segurança pública, não é possível comparar indicadores de posição na ocupação, devido a mudanças nas categorias classificatórias da PNAD relativas ao funcionalismo público entre 1985 e 1995]

TABELA A.15  
BRASIL E MACRORREGIÕES - VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR HORAS SEMANAIS DE TRABALHO (%)  
1985-1995

REGIÃO	ANO	H<20	20≤H<30	30≤H<40	H=40	40<H≤44	44<H≤48	H>48	TOTAL
NORTE	1985	0,0	1,2	1,0	14,2	1,6	28,4	53,7	100,0
	1995	0,0	1,9	13,4	20,4	11,5	22,9	30,0	100,0
NORDESTE	1985	0,0	2,3	6,4	16,4	1,6	30,8	42,5	100,0
	1995	0,7	1,9	7,8	20,1	12,1	31,6	25,8	100,0
SUDESTE	1985	0,0	1,0	3,3	16,4	2,1	32,4	44,7	100,0
	1995	1,1	0,4	7,9	22,0	11,7	34,9	21,9	100,0
SUL	1985	0,0	2,5	2,2	16,2	4,3	28,0	46,8	100,0
	1995	0,0	4,0	6,4	20,8	15,9	25,4	27,4	100,0
C.-OESTE	1985	0,0	1,0	5,7	18,8	2,9	28,1	43,5	100,0
	1995	0,0	2,0	17,4	26,9	7,4	18,1	28,2	100,0
BRASIL	1985	0,0	1,5	3,9	16,5	2,4	30,8	45,0	100,0
	1995	0,8	1,3	8,6	21,7	11,9	31,5	24,2	100,0

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.16  
BRASIL E MACRORREGIÕES - SEGURANÇA PÚBLICA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR HORAS SEMANAIS DE TRABALHO (%)  
1985-1995

REGIÃO	ANO	H<20	20≤H<30	30≤H<40	H=40	40<H≤44	44<H≤48	H>48	TOTAL
NORTE	1985	0,0	1,3	8,0	25,3	1,2	36,0	28,1	100,0
	1995	0,2	5,6	18,9	22,6	2,7	25,6	24,3	100,0
NORDESTE	1985	0,4	4,0	15,4	27,7	5,7	24,7	22,1	100,0
	1995	1,1	4,3	21,2	27,8	3,2	22,0	20,4	100,0
SUDESTE	1985	0,1	2,3	15,7	27,4	6,1	33,4	15,1	100,0
	1995	0,8	2,8	14,9	38,5	4,4	28,9	9,7	100,0
SUL	1985	1,2	1,3	12,1	28,4	11,2	20,1	25,6	100,0
	1995	0,0	1,1	11,9	36,4	9,8	14,8	26,0	100,0
C.-OESTE	1985	0,0	1,5	7,9	41,6	4,4	24,2	20,4	100,0
	1995	1,1	2,9	13,3	35,5	3,6	22,7	21,0	100,0
BRASIL	1985	0,3	2,4	14,1	28,6	6,5	29,0	19,1	100,0
	1995	0,7	3,2	16,2	34,0	4,6	24,4	16,9	100,0

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.17  
BRASIL E MACRORREGIÕES - VIGILÂNCIA E GUARDA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR FAIXAS DE RENDA (%)  
1985-1995

REGIAO	ANO	ATE 1 SM	1 A 2 SM	2 A 4 SM	4 A 6 SM	6 A 10 SM	10 A 20 SM	>20 SM	TOTAL
NORTE	1985	18,7	49,7	27,7	3,4	0,5	0,0	0,0	100,0
	1995	8,3	37,5	40,6	5,7	3,3	4,7	0,0	100,0
NORDESTE	1985	33,6	44,5	19,9	1,6	0,0	0,3	0,0	100,0
	1995	18,4	38,3	39,8	2,1	0,4	0,4	0,6	100,0
SUDESTE	1985	8,4	37,3	45,2	6,8	1,8	0,5	0,0	100,0
	1995	2,5	17,1	51,1	15,5	9,7	2,9	1,6	100,0
SUL	1985	16,4	45,6	35,3	1,0	1,0	0,7	0,0	100,0
	1995	6,7	16,3	56,4	14,7	4,5	1,4	0,0	100,0
C.-OESTE	1985	20,9	49,0	26,2	0,7	1,7	1,5	0,0	100,0
	1995	6,6	26,8	51,0	9,6	3,9	2,0	0,0	100,0
BRASIL	1985	16,6	41,8	35,8	4,1	1,2	0,5	0,0	100,0
	1995	7,4	23,7	48,4	11,3	6,3	2,2	1,0	100,0

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

TABELA A.18  
BRASIL E MACRORREGIÕES - SEGURANÇA PÚBLICA  
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR FAIXAS DE RENDA (%)  
1985-1995

REGIAO	ANO	ATE 1 SM	1 A 2 SM	2 A 4 SM	4 A 6 SM	6 A 10 SM	10 A 20 SM	>20 SM	TOTAL
NORTE	1985	3,9	24,8	34,0	17,8	12,4	4,8	2,2	100,0
	1995	4,0	11,3	32,2	24,9	20,6	5,2	2,0	100,0
NORDESTE	1985	3,7	28,2	49,5	8,3	5,9	3,6	0,8	100,0
	1995	5,3	13,6	48,7	16,3	9,8	5,5	0,8	100,0
SUDESTE	1985	0,7	7,0	20,4	41,5	23,7	5,4	1,3	100,0
	1995	0,8	4,3	25,9	32,9	21,7	9,0	5,3	100,0
SUL	1985	0,8	7,3	43,5	21,0	18,7	8,3	0,4	100,0
	1995	0,0	2,4	43,8	26,6	16,5	6,3	4,5	100,0
C.-OESTE	1985	3,0	14,2	36,4	25,2	11,5	8,7	1,0	100,0
	1995	0,5	2,4	41,8	15,2	22,0	12,8	5,2	100,0
BRASIL	1985	1,7	12,6	31,8	29,2	17,7	5,9	1,1	100,0
	1995	2,0	6,7	36,0	25,5	18,1	7,9	3,8	100,0

Fonte: Construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

**A beleza como variável econômica:  
reflexo nos mercados  
de trabalho e de bens e serviços**

**Ruth Helena Dweck\***

---

\* Professora Doutora da Faculdade de Economia/UFF.

## 1 - Introdução — contextualização do estudo

Este estudo tem por objetivo a análise da evolução do perfil da mão-de-obra das atividades que compõem o segmento de estética e higiene pessoal, no período 1985-1995, no Brasil. A escolha deste segmento deve-se a um conjunto de fatores relativos à característica intrínseca do emprego gerado por esse segmento, assim como pelo volume de recursos que ele movimenta, seja na indústria de bens como de serviços. Além da importância que a “Beleza”, como fator discriminatório, passou a assumir no mercado de trabalho, transformando-se em variável econômica importante nessa área, com forte impacto no segmento em estudo, conforme indicam pesquisas realizadas nos Estados Unidos e Canadá.<sup>1</sup>

Até a década de setenta somente a discriminação por sexo e racial no mercado de trabalho era objeto de debate na literatura socioeconômica. Os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos e o das mulheres na Europa e nas Américas geraram inúmeras pesquisas sobre esse tema, realizadas por antropólogos, sociólogos e psicólogos sociais, envolvendo análises teóricas alternativas à natureza do processo discriminatório.<sup>2</sup> Só nos Estados Unidos foram feitos vários estudos sobre discriminação com relação a negros, latinos, mulheres, minorias étnicas e deficientes físicos.<sup>3</sup> Em consequência, produziu-se uma legislação consistente para proteger esses grupos de atitudes discriminatórias, principalmente no mercado de trabalho. Com o tempo, esse tema foi se ampliando, conforme registra a literatura, passando a incorporar também uma nova forma de discriminação relativa à aparência física. Este estudo limitar-se-á à exploração apenas desse aspecto da questão, devido à sua influência no segmento de higiene pessoal, objeto de análise, e também pelo caráter pioneiro desse enfoque.<sup>4</sup>

A ampliação do conceito de discriminação, incorporando a questão da aparência física fez com que a “beleza”, expressão máxima da aparência pessoal, se revelasse como tema importante de pesquisa na literatura econômica internacional, pela repercussão que tal predicado tem exercido no mercado de trabalho. Segundo Hamermesh e Briddle (1994) as pessoas de aparência simples ganham muito menos que as pessoas de boa aparência. Ademais, eles afirmam que a

---

<sup>1</sup>Ver: Brand, H. & Ahmed, Z. Z. (1986) e Hamermesh, D. & Briddle, J. E. (1994).

<sup>2</sup>Ver Cain (1986) e Jacobsen (1994).

<sup>3</sup>Destacam-se os trabalhos de Francine Blau (1976, 1979, 1986); Andrea Beller (1986); Victor Fuchs (1975); Barbara Bergmann (1974); sobre a discriminação por gênero e raça no mercado de trabalho.

<sup>4</sup>A pesquisa bibliográfica realizada não encontrou um só estudo sobre este tema na literatura sócio-econômica brasileira.

penalidade pela simplicidade é de 5% a 10% maior do que o prêmio pela beleza. E isso se verifica tanto para as mulheres como para os homens, o que explica, em parte, a mudança na demanda de serviços de estética e higiene pessoal, nos anos 70 e 80. Esses autores observaram que as barbearias, restritas basicamente a cortes de cabelo, estão desaparecendo, não apenas nos Estados Unidos como no mundo inteiro, dando lugar aos chamados salões de beleza *unissex*.

As pesquisas empíricas, realizadas nesse período,<sup>5</sup> procuraram mostrar a influência da beleza no mercado de mão-de-obra e como ela afeta a seleção para ocupação dos postos de trabalho. Outra questão econômica importante diz respeito à relação desse predicado com o sucesso econômico individual, ou seja, qual a influência que este atributo tem na renda pessoal. Os resultados das pesquisas norte-americana e canadense, evidenciam também o impacto positivo da aparência do trabalhador em seus rendimentos.<sup>6</sup>

A importância da beleza como um elemento do processo discriminatório, tanto pode ser analisada pelo ângulo do mercado de trabalho, como dos capitais envolvidos na produção dos insumos requeridos ao atendimento dos serviços de beleza. Como variável econômica com forte impacto sobre o mercado de trabalho, trata-se de desvendar os mecanismos de segregação ou diferencial de salários entre trabalhadores (as), o novo perfil da mão-de-obra na prestação desses serviços e nas indústrias produtoras de insumos e a expansão da força de trabalho neste segmento. Quanto ao capital, a exigência de uma boa aparência requer gastos com serviços e produtos que movem atualmente volumes vultosos de capitais. A relevância desses investimentos expressa-se no surgimento de novos produtos, em resposta à demanda gerada pelos motivos expostos anteriormente. Mundialmente a indústria de cosméticos e perfumaria realiza negócios que envolvem bilhões de dólares e ocupam milhões de pessoas, e no Brasil, passou nos últimos anos por um grande crescimento.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Dois "surveys" realizados nos Estados Unidos e um no Canadá: Quality of American life Survey (QAL) — 1971, com 2.164 participantes, com um espectro de análise mais amplo; não prioriza, porém, o mercado de trabalho; Quality of Employment Survey (QES) — 1977, envolvendo 1.515 trabalhadores; The Canadian Quality of Life Study — QOL, com 3.415 observações. Para o Brasil não foi encontrada nenhuma pesquisa sobre o assunto.

<sup>6</sup> A conclusão de tais investigações é de que, tudo o mais permanecendo constante, o salário das pessoas com aparência abaixo da média é menor do que o daqueles cuja aparência está dentro da média, e além disso, há um prêmio em salário para as pessoas com muito boa aparência; esse diferencial, porém, é menor do que a penalidade pela má aparência. Surpreendentemente os autores concluem que a penalidade e o prêmio podem ser mais altos para os homens, mas essas diferenças de gênero aparentemente não são relevantes. Esta conclusão foi possível pela análise combinada das três pesquisas.

<sup>7</sup> Nesse texto as indústrias produtoras de insumos referem-se a cosméticos e perfumaria que na literatura mundial está sempre referida a esses serviços. Para uma idéia da importância dessa indústria no mundo, a Avon atua em 131 países com 43 fábricas e 33.700 funcionários, emprega como revendedoras 2,3 milhões de pessoas, tendo auferido, com seus negócios mundiais, em 1996, uma receita líquida de cerca de US\$ 5,08 bilhões; No Brasil essa empresa, em 1995 e 1996, cresceu 33% e 20% respectivamente (*Gazeta Mercantil*, 11 de fevereiro de 1998). O grupo Beiersdorf (BDF),

A incipiente bibliografia sobre a beleza e seus serviços restringe a discussão teórica sobre o assunto, ficando limitada basicamente às referências de origem norte-americana. A leitura desses estudos permite o estabelecimento de algumas hipóteses sobre essas questões, que nortearão este trabalho. Primeiro, deve-se ressaltar a importância que as culturas, em geral, têm dado ao atributo beleza e à possibilidade que todos têm, de com um *banho de beleza* melhorar sua aparência física. Tal comportamento se reflete na economia, seja no crescimento da indústria de perfumaria e cosméticos, como também nos serviços relativos a esse predicado (serviços de higiene pessoal). Segundo, a literatura de ciências sociais admite que a aparência física é um grande discriminador nos processos seletivos de mão-de-obra. Aristóteles já considerava *a beleza pessoal uma apresentação melhor do que uma carta de recomendação*.<sup>8</sup> Como foi enfatizado anteriormente, há pesquisas mostrando a importância desse atributo no mercado de trabalho, sendo responsável inclusive pelo diferencial de renda entre os trabalhadores. Por essa razão, cresceu a demanda de serviços ligados à beleza e à melhoria da aparência física. Por fim, essa nova forma de discriminação e a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, nos últimos anos, provocaram um forte impacto na demanda de bens e serviços de higiene pessoal.

Outro aspecto que merece ser avaliado diz respeito ao fato de que as atividades de higiene pessoal correspondem a um conjunto de serviços locais de consumo final, os quais não são afetados pelo movimento de globalização, característico de outros segmentos do setor serviços, principalmente aqueles ligados à produção (financeiro, seguro, informática, engenharia e transporte). A questão tecnológica e a internacionalização do segmento estão diretamente ligadas à oferta de produtos (cosméticos/perfumaria), mas a prestação dos serviços de beleza permanece com uma marca local/individual. Assim, os aspectos relevantes da análise dessas atividades devem-se, principalmente, à sua capacidade de gerar postos de trabalho, embora estes possam ser de qualidade bastante precária; e, secundariamente, contribuir para melhor compreensão do motivo por que o atributo beleza tem um papel não-desprezível no processo de discriminação no mercado de trabalho.

Este trabalho, sobre a estrutura ocupacional das atividades de higiene pessoal, tem como referência uma síntese da evolução deste segmento nos Estados Unidos nos anos 70 e 80, assim

---

detentor da marca Nívea, em 1996 teve um faturamento mundial de cerca de US\$ 3,5 bilhões, está presente em 149 países nos cinco continentes e é apenas o nono no *ranking* mundial de cosméticos. Esse grupo deve investir no Brasil cerca de US\$ 30 milhões na construção de sua primeira fábrica, e no período de 1996 a 2001 (*Gazeta Mercantil*, 28/29 maio de 1997).

como uma breve discussão sobre o mercado de bens e serviços de beleza brasileiro. Para tal, estabeleceu-se como variável principal o emprego, mensurado a partir dos dados sobre pessoal ocupado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE, nos anos de 1985 e 1995; para avaliar a estrutura empresarial a principal referência foi o último Censo Econômico de 1985/IBGE, além de informações dos órgãos ligados à atividade de higiene e estética pessoal como: sindicatos profissionais, Associação Brasileira de Indústria de Higiene Pessoal, perfumaria e cosméticos e Sebrae e pesquisas publicadas em revistas e jornais.

A atividade de higiene e estética pessoal, na classificação utilizada neste trabalho, está inserida no subsetor de serviços intitulado *serviços pessoais*. Tais serviços são relativamente simples, não exigem um conhecimento especializado e muito menos tecnológico, muitos deles são personalizados, isto é, realizados especificamente para cada cliente, com grau de substituição relativamente baixo. As ocupações mais relevantes desse segmento são: cabeleireiros, manicuras, barbeiros; massagistas, esteticistas, técnicos de esporte das academias de ginástica, ioga e dança; pedicuros, calistas e trabalhadores de clínicas de estética, institutos de beleza, termas, saunas; tratamento capilar e depilação. Para efeito da análise específica foram considerados apenas: *cabeleireiros, manicuras, barbeiros, massagistas, esteticistas, técnicos de esporte das academias (incluindo professores de ginástica)*, que juntos representam mais de 90% do emprego nesse segmento. Para traçar o perfil dos trabalhadores que atuam nesses serviços e suas relações econômicas e sociais levantaram-se informações referentes à distribuição por sexo, faixa etária, nível de escolaridade, renda, horas trabalhadas e posição na ocupação, tanto em termos globais, quanto para os principais profissionais que atuam nesta atividade. Do ponto de vista espacial, o estudo, de caráter nacional, envolveu dois níveis de abordagem: global e regional com base nas Macrorregiões brasileiras.

## **2 - As atividades relativas à “beleza”: estrutura e mercado**

A análise do segmento brasileiro de higiene pessoal, objeto deste trabalho, tem como referência as relações econômicas estabelecidas nas pesquisas norte-americanas. Em primeiro lugar essas pesquisas procuram resgatar a influência da “beleza” no mercado de trabalho, não apenas na estrutura de emprego mas também no nível de renda individual e suas conseqüências. Entendendo-se que esse predicado, sujeito aos ditames da moda, passa a ser uma variável-chave no desempenho dos serviços relativos a esse segmento. Entretanto, para o caso brasileiro não foi

---

<sup>8</sup> Hamermesh e Briddle (1994).

possível estabelecer tais relações. Por esta razão, o trabalho, tendo este dado como pano de fundo, restringiu-se à análise da ocupação nas atividades relativas a esse predicado. Em segundo lugar, tais pesquisas ressaltam a relação entre os produtos e os serviços de beleza; exigindo, por conseguinte uma breve análise da indústria de perfumaria e cosméticos fornecedores dos produtos para o segmento em estudo, atuantes no Brasil.

## 2.1 - Síntese da evolução dos serviços de beleza norte-americanos

As pesquisas realizadas nos Estados Unidos e Canadá, sobre a expansão dos serviços de beleza naqueles países, têm enfatizado a influência que a aparência física tem no mercado de trabalho, suplantando inclusive os efeitos da maciça entrada das mulheres no mundo do trabalho fora de casa na década de 1970.<sup>9</sup> E além disso ressaltam que o elemento crucial na trajetória dos serviços de beleza é dado pela *moda*, que é construída pela indústria de cosméticos/perfumaria, mídia e movimentos sociais que, ao valorizarem certos aspectos raciais e culturais, influenciam num determinado espaço de tempo, em escala mundial e nacional, o consumo desses serviços e produtos.

Os dados publicados e as entrevistas realizadas com representantes da indústria de beleza confirmam que o *modismo* é um dos fatores mais explicativos para o desempenho dos serviços de estética e higiene pessoal. Em alguns momentos as variações nos estilos de cabelo provocaram a transferência de determinados tratamentos de cabelo, dos salões de beleza para o *auto-serviço*,<sup>10</sup> ou seja, realizado em casa, pelas próprias pessoas. As décadas de 70 e 80 nos Estados Unidos mostram bem esse movimento. Entre 1972 e 1984 o conjunto de serviços oferecidos pelos salões de beleza mudou significativamente, devido, basicamente, às mudanças na moda. No final dos anos 60 e início dos anos 70 o cabelo longo tornou-se popular, requerendo mais atenção dos estilistas de cabelo nesse período, que no período seguinte cuja moda era mais simples.<sup>11</sup> Depois de 1972, veio a moda do cabelo curto e o *natural look*, que requeria menos estilo, diminuindo a importância do estilista profissional.<sup>12</sup> No final dos anos 80, as mulheres passaram a visitar os salões de beleza, basicamente para cortar os cabelos, lavados, em geral, por elas mesmas. Isso reduziu o tempo necessário para realização de serviços de lavagem e penteado do cabelo.

---

<sup>9</sup> Não cabe no escopo deste trabalho analisar por que as mulheres são mais sensíveis à questão da beleza, embora a falta desse atributo afete a ambos os sexos.

<sup>10</sup> Traduzido do inglês *do it yourself*.

<sup>11</sup> O penteado bufante, *bouffant hairdos*, que exigia trabalho adicional, tornou-se popular. *Modern Beauty Shop* Feb. 1972, p. 15.

<sup>12</sup> *Modern Beauty Shop* Jan 1973, p. 40 ff.

Assim, no período entre 1972 e 1984 a produtividade dessas atividades cresceu a uma taxa média anual de 0,8%, graças muito mais à queda nas horas trabalhadas (a uma taxa de 0,6% ao ano nesse período) que ao aumento do produto, que se manteve relativamente constante nesse período. Esse fraco desempenho do produto se explica pela redução do número de barbearias, pois os salões de beleza registraram um pequeno aumento, com ligeiro ganho no produto, assim como nas horas trabalhadas no longo prazo.<sup>13</sup> No entanto, esse período não tem um comportamento uniforme: nos anos de 1972/76, a queda da produtividade dos serviços de higiene pessoal nos Estados Unidos, está associada à restrição dos serviços realizados nos salões de beleza, devido tanto à expansão do auto-serviço, como pela mudança na moda dos estilos de cabelo, reduzindo o número de serviços requeridos. Já o aumento da produtividade, depois de 1976, está ligado ao declínio do emprego por conta própria e às mudanças na moda que passaram a exigir uma variedade de outros serviços. Havia uma segmentação por sexo na oferta desses serviços: os salões de beleza eram restritos às mulheres e as barbearias, aos homens. O corte de cabelo constituía a principal atividade nos dois casos. Os salões de beleza dispunham, entretanto, de um conjunto de serviços bem mais diversificado que as barbearias — permanente, tintura, condicionamento, manicura e uma série de outros serviços cada vez mais sofisticados, como tratamento facial e capilar.

A *moda* do cabelo longo masculino, realçado pelo movimento *hippie* e as revoltas estudantis contra a Guerra do Vietnã, levou os homens a exigir um tratamento profissional, que não se restringia ao corte de cabelo, puro e simplesmente; por isso eles se tornaram também usuários dos salões de beleza.<sup>14</sup> Esse movimento provocou o surgimento dos chamados salões *unissex*, prestadores de uma série de serviços comuns a ambos os sexos (corte de cabelo, permanente, lavagem/condicionador além de tratamento facial). A principal característica destes estabelecimentos é prestar serviços sem espera e sem marcação de hora, o que representava uma

---

<sup>13</sup>Nesse período, o produto dos serviços de salão de beleza cresceu a uma taxa média de 1,4%, enquanto o produto das barbearias decresceu a uma taxa média de 4,8% a.a. Nenhum outro serviço de consumo, para o qual o *Bureau of Labor Statistics* – BLS computa dados registrou tão forte reversão de tendência nesta década. Sobre a questão da produtividade de salão de beleza e barbearia ver: “A Contrast in Productivity Trends Within Personal Services: The Beauty and Barber Shop Industries, in Victor Fuchs and Jean Alexander Wilburn, *Productivity Differences Within the Service Sector* (New York, National Bureau of Economic Research, 1967). pp.55-109. Este estudo cobriu o período de 1939/63, mas usou dados censitários. Os estudos Wilburn e BLS procuraram comparar os períodos 1939/63 e 1972/82.

<sup>14</sup> Informação da Beauty and Barber Supply Institutes, Englewood, Mais detalhes no Wall Street Journal, May, 1978, pp. 40.

mudança de *marketing* fundamental, contribuindo para o persistente declínio do número de barbearias nas últimas décadas.<sup>15</sup>

Contudo, as variações na moda e a resultante mudança nos serviços realizados pelos salões de beleza e as barbearias remanescentes, aparentemente não afetaram o volume de trabalho requerido. Houve, na realidade, modificação nos tipos de serviços prestados. Enquanto a tintura de cabelo perdeu importância em relação ao conjunto de serviços prestados por esses estabelecimentos, o permanente foi valorizado. O resultado desse movimento se reflete na participação relativa do fator trabalho no custo total médio desses estabelecimentos, que se manteve em torno de 60%, no período. Essas duas modalidades representam metade dos serviços realizados no salões de beleza. A importância relativa dos demais serviços - lavagem (*shampooing*), condicionador e corte de cabelo - tem variado pouco no período.<sup>16</sup> Os serviços das barbearia sempre foram muito limitados, basicamente restritos ao corte de cabelo. No entanto, os novos estilos de cabelo (*hair styling*) aumentaram a qualidade dos serviços de corte de cabelo realizados nesses estabelecimentos.<sup>17</sup>

As mudanças tecnológicas que envolveram as indústrias de perfumaria e cosméticos e material elétrico, dando origem a uma série de novos produtos lançados sob uma forte propaganda,<sup>18</sup> também tiveram um papel importante no desempenho dos serviços de higiene pessoal. Esses novos produtos, pela facilidade de aplicação, estimularam o *auto-serviço*. Além disso o cabelo tingido, que se tornara moda nos anos 70, perdeu importância com o *natural look* dos anos 80. Assim a demanda por *wash and wear* continuou crescendo nessa década, reduzindo cada vez mais os penteados e conseqüentemente as visitas aos salões de beleza.<sup>19</sup> Mas, nos anos 90, a longevidade da população provocou uma nova onda para os cabelos tingidos que além das mulheres, também atingiu os homens.

A influência da *moda* nos serviços prestados pelos salões de beleza sobrepuja a tradicional relação com a composição da população feminina por faixa de idade,<sup>20</sup> assim como com o nível de

---

<sup>15</sup> Tanto nos Estados Unidos como no Brasil uma década depois.

<sup>16</sup> Ver as pesquisas anuais sobre o mercado de profissionais de salões de beleza, *Modern Beauty Shop Magazine*.

<sup>17</sup> Em uma recente amostra de preços do Consumer Price Index, a modelagem representava 1/3 de todos os cortes realizados nas barbearias.

<sup>18</sup> A Wella Corporation lançou estes produtos com a seguinte propaganda: "No fuss, wash and wear". (ver in *Modern Beauty Shop*, Feb 1974, pp. 84). Surgiram novos produtos elétricos como: secadores manuais, pentes quentes, bobs quentes etc.

<sup>19</sup> Informação da National Hairdressers and Cosmetologists Association, St. Louis, MO.

<sup>20</sup> Ver Bassin (1973).

renda deste segmento da população.<sup>21</sup> As pesquisas industriais registram que as mulheres entre 35 e 54 anos têm a probabilidade de visitar os salões de beleza com maior frequência, principalmente as que trabalham fora de casa. De acordo com a pesquisa realizada pela *Vance Research Services*, o emprego feminino, nos Estados Unidos, cresceu a uma taxa média anual de 3,3% ao ano entre 1972 e 1984, sem grandes modificações na composição etária,<sup>22</sup> e a renda média das mulheres trabalhando em tempo integral cresceu a uma taxa de 8% a.a..<sup>23</sup> O aumento do número de mulheres empregadas assim como de seus rendimentos, gerou um paradoxo: embora as mulheres dispusessem de mais dinheiro para gastar com a beleza e de condições para fazer tratamento completo com maior frequência,<sup>24</sup> tinham menos tempo para frequentar salões de beleza; por conseguinte, cada vez mais os cabelos passaram a ser cuidados em casa. Essa contradição resulta em duas alternativas observadas nos Estados Unidos na década de 80: o *auto-serviço* (tratamento em casa) e os salões *unissex* que oferecem serviços mais simples (*no frills*), sem marcação de hora e sem espera.

## 2.2 - Os mercados de produtos e serviços de beleza no Brasil

As experiências internacionais mencionadas revelam também um paralelo no perfil dos mercados de produtos e serviços de beleza..<sup>25</sup> O consumo de cosméticos no Brasil cresceu muito nos últimos anos, refletindo uma mudança de hábito dos brasileiros. De acordo com a pesquisa realizada pela revista da *Folha de S.Paulo*,<sup>26</sup> quase todas as mulheres brasileiras se preocupam com a beleza e compram produtos para tratá-la. Apenas 2% das mulheres entrevistadas não têm esse tipo de preocupação. Ademais, cerca de 44% das entrevistadas revelaram também que gastam mais de 20% de seus salários com produtos de beleza. Tal comportamento não se restringe apenas às camadas sociais mais elevadas. Pelo contrário, as mulheres de renda mais baixa, proporcionalmente, comprometem uma parcela maior de sua renda com cosméticos do que as mulheres de renda mais elevada.<sup>27</sup> Segundo a revista *Veja* de 18/06/97, os brasileiros gastaram, em 1996, R\$ 3,7 bilhões

<sup>21</sup> Em geral, de acordo com as pesquisas, a frequência de visitas ao salão aumenta com a renda, ainda que a pressão do tempo possa reduzir os serviços desejados ou requeridos pelo cliente.

<sup>22</sup> A participação das mulheres empregadas nesta faixa de idade caiu de 38%, em 1972 para 34% em 1977 e aumentou para 37% em 1984.

<sup>23</sup> Dados da pesquisa conduzida pela Vance Research Services Lincolnshire, IL. 1983 "Salon Client Surveys". Dados do Bureau of Labor Statistics.

<sup>24</sup> Ver "1983 Salon Client Survey," *Modern Salon*, September 1983, p. 92.

<sup>25</sup> Esse item não pretende fazer uma análise da indústria de cosméticos/perfumaria e material elétrico, mas apenas levantar algumas questões quanto ao crescimento do mercado desses produtos.

<sup>26</sup> Publicada na edição de 22/09/96, sob o título "Beleza a qualquer custo". Trata-se de uma pesquisa que envolveu uma amostra de 476 mulheres, estratificada por idade da população adulta, distribuída geograficamente pela cidade de São Paulo.

<sup>27</sup> 54% das mulheres que ganham até dez salários mínimos gastam mais de 20% de seus salários com cosméticos.

com produtos de beleza e a expectativa dos analistas era de que a conta do ano de 1997 chegasse a 5 bilhões de reais (35% a mais do que em 1996).

Os grandes produtores de cosméticos — Avon, Natura, Payot e outras marcas — estão vendendo muito<sup>28</sup>. O Brasil que, historicamente, ocupava o modesto 18º lugar no *ranking* mundial da Avon, desde 1996 passou a ocupar a segunda posição nas vendas desta marca. Entre 1992 e 1996, o mercado de produtos de higiene pessoal cresceu 63%, saltando de 8,82 toneladas para 13,2 toneladas, em termos de encomendas ao produtor. Nesse período, o faturamento total da indústria da beleza cresceu 2,6 vezes, uma média de 7% a. a.. A expectativa para o ano de 1997 era bastante otimista, e a previsão era de que o faturamento global dessa indústria continuaria crescendo. No primeiro trimestre de 1997 o mercado nacional cresceu 12,8% em volume e 8,5% em valor, e deve ter terminado o ano com um movimento de cerca de US\$ 8,4 bilhões; provavelmente o quinto maior mercado na área de cosméticos no mundo. Esse crescimento tem estimulado investimentos de grandes grupos internacionais como os do Grupo Beiersdorf (BDF), detentor da marca Nívea, que anunciou a implantação de sua primeira fábrica no Brasil para este ano de 1998 [*Gazeta Mercantil* (29/7/97 e 28 e 29/5/97)].

As vendas de perfume da marca Boticário, quinta maior empresa nacional do setor, cresceram mais de 200% (3,2 vezes), nos últimos cinco anos. Em 1992, a empresa comercializou 6,1 milhões de unidades em suas 1.088 lojas franqueadas. Em 1996, triplicou o volume de comércio e aumentou em 30% o número franquias no Brasil.<sup>29</sup> As vendas de fragrância da Avon, líder no setor de cosméticos por venda direta, cresceram no mesmo ritmo de sua receita global, que saltou de US\$ 362 milhões em 1992 para US\$ 1,2 bilhão em 1996. A empresa lançou 70 novas fragrâncias entre 1993 e 1996. Embora no último ano as vendas tenham crescido apenas 2%, seu faturamento alcançou US\$ 1,224 bilhão; o mercado de cosméticos e produtos de beleza no Brasil, porém, cresceu de forma geral 4% em 1997 [*Gazeta Mercantil* (11/2/1998)].

O mercado brasileiro de perfumaria de luxo (só produtos importados) cresceu quase oito vezes, nos últimos cinco anos. As importações saltaram de US\$ 3,14 milhões em 1992 para US\$ 23,78 milhões em 1996. O Brasil ocupa a sexta posição entre os maiores mercados consumidores do mundo, depois dos Estados Unidos, França, Alemanha, Espanha e Inglaterra. O seu consumo

---

<sup>28</sup>A venda de cremes de beleza no Brasil cresceu mais de 500% nos últimos 3 anos [Veja (18/06/97)].

<sup>29</sup>Além de Portugal (56), Espanha e México e 300 pontos de venda no Canadá e no Japão.

*per capita* ocupa a 20ª posição do *ranking* mundial. O mercado de varejo de perfumes do país movimentou cerca de US\$ 1 bilhão em 1997.

Alguns fatores explicam essa mudança de hábito dos brasileiros que provocou o crescimento no consumo de produtos de beleza. Em primeiro lugar, como em outras sociedades, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho. Em 1970 a taxa de participação feminina na população economicamente ativa (PEA) era de 11% e em 1995 atingia 38%, representando um crescimento enorme, apesar das desigualdades de rendimentos existentes no mercado de trabalho. Essa maior inserção elevou o nível de renda da população feminina e conseqüentemente o consumo de produtos e serviços de beleza.<sup>30</sup> Em segundo lugar essa busca da beleza é reforçada pela segmentação que existe do mercado de trabalho estimulando o sentimento de vaidade e a preocupação com a aparência.<sup>31</sup> Agrega-se a isso o medo de envelhecer, segundo o depoimento de mulheres entrevistadas pelo jornal *Folha de S.Paulo*, revista dominical de 22/9/96. Em terceiro lugar, o mercado de trabalho, cada vez mais seletivo, exigiu também que os homens cuidassem mais da aparência física, levando o sexo masculino a procurar também os produtos e serviços de beleza. O mais interessante é que esse comportamento da população brasileira provocou não só a sofisticação e diversificação da produção de cosméticos,<sup>32</sup> mas também, mudanças tecnológicas nos serviços de beleza que utilizam tais produtos.

O crescimento da demanda por serviços de beleza pode ser um dos fatores explicativos do aumento dos preços desses serviços, nos primeiros anos do Plano Real. Entretanto, outros fatores devem ser considerados, na análise dos preços dessas atividades, como o fato delas serem *non-tradeable*, personalizadas e por conseguinte menos sujeitas à concorrência. Soma-se a isso a atitude de defesa dos proprietários de salões contra um possível congelamento, jogando os preços para um nível muito acima do estabelecido pelo mercado. Entre julho de 1994 e dezembro de 1997 o preço dos serviços de cabeleireiros e manicuras cresceu 159%, mais que o dobro da inflação do período (68,8%) [*Gazeta Mercantil* (28/1/98, p. 11 e 14)]. Entretanto no último ano (1996/1997) houve uma desaceleração nos preços desses serviços (aumento de 0,26%, enquanto a variação do IPC foi de 4,8%, nesse período) provavelmente devido à perda de poder aquisitivo da classe média, principal usuária dessas atividades. Há uma expectativa de que esse movimento descendente dos preços provoque reestruturação do segmento, que além de grandes promoções,

<sup>30</sup> Ver sobre a desigualdade de rendas entre os sexos: Barros, e Mendonça, "Os Determinantes da Desigualdade no Brasil", Rio de Janeiro, IPEA, Texto para Discussão nº 377, julho de 1995; Lavinias, L. "Emprego Feminino: O que há de Novo e o que se Repete", Rio de Janeiro, DADOS - Revista de Ciências Sociais, v. 40, n.1, 1997

<sup>31</sup> Como demonstraram as pesquisas norte-americanas, já referenciadas.

está realizando investimentos para modernizar os estabelecimentos e aumentar a qualidade e a produtividade dos serviços, para atrair mais clientes. Isto ocorrendo provocará efeitos positivos tanto na indústria de perfumaria e cosméticos,<sup>33</sup> como também de material elétrico.

A expansão e a diversificação dos produtos de beleza provocaram modificações em cadeia nos serviços e no setor industrial relativos a esse predicado. O resultado concreto foi o crescimento do número de salões de beleza e a redução do número de barbearias, como ocorreu nos Estados Unidos, nos anos 80.<sup>34</sup> O trabalho das barbearias remanescentes ficou restrito ao corte de cabelo, enquanto os salões de beleza, por pressão da concorrência dos novos produtos de modelagem e tratamento de cabelo para uso doméstico, procuraram introduzir melhorias não só na qualidade dos serviços prestados, mas também, no ambiente de trabalho, sofisticando o espaço, exigindo maiores gastos. Essa reação deverá repercutir positivamente em outros setores da economia, como na indústria de material elétrico como aconteceu nos Estados Unidos, no final da década de 70 e início dos anos 80. Naquele país, os estilistas de cabelo trocaram os equipamentos mais pesados por uma variedade de instrumentos manuais elétricos e não-elétricos, que permitem maior liberdade de movimento do profissional, reduzindo o tempo de trabalho e aumentando a produtividade. No Brasil tal mudança ocorreu 10 anos depois. O mais interessante é que, como os serviços de cabeleireiro e barbeiro são altamente personalizados, a evolução tecnológica não poupou mão-de-obra; pelo contrário cresceu muito o número de profissionais atuando no segmento de higiene pessoal, nos Estados Unidos.<sup>35</sup> No Brasil, como será mostrado, entre 1985 e 1995, quase dobrou o pessoal ocupado neste segmento.<sup>36</sup>

### **2.3 - A estrutura do segmento de higiene pessoal no Brasil**

Como já foi indicado, o segmento de estética e higiene pessoal envolve um grupo diversificado de profissionais, como: cabeleireiros, manicuras, pedicuros, barbeiros, massagistas, calistas, esteticistas atuando nos institutos de beleza e técnicos que trabalham nas academias de ginástica e de dança, constituem mais de 90% do pessoal ocupado na atividade.<sup>37</sup> Sendo que apenas cabeleireiros e manicuras representam quase 80% dos trabalhadores da atividade (ver Gráfico 2.3.1). Tais serviços, “centrados no indivíduo”, eram realizados principalmente por conta própria (66,4% média, em

---

<sup>32</sup>A indústria criou várias linhas para diferentes tipos de consumidores: linha jovem, meia-idade etc.

<sup>33</sup>Com as várias linhas criadas citadas na nota anterior.

<sup>34</sup> Ver Wilburn (1967).

<sup>35</sup>National Beauty and Barber Manufacturing Association, National Hair Dressers and Cosmetologists Association.

<sup>36</sup>De acordo com os dados da PNAD, passou de 361 mil para 679 mil entre 1985 e 1995.

<sup>37</sup> Os demais profissionais relacionados constituem o pessoal de apoio a estas atividades.

1985), mas a modernização das suas atividades diminuiu essa forma de ocupação ao longo da última década, quando se observa um crescimento dos assalariados, semelhante ao movimento observado nos Estados Unidos nos anos 70 e 80.<sup>38</sup>

Gráfico 2.3.1



FONTE: PNAD/IBGE-1995

Obs: O item Outros representa o pessoal de apoio à realização das atividades de Higiene Pessoal.

\* Inclui também professores de ginástica

Segundo o Censo de Serviços do IBGE, em 1985, essas atividades ocupavam 6,1% dos estabelecimentos do setor de outros serviços<sup>39</sup>, empregavam 3,6% do pessoal ocupado que percebia 2,3% do montante das remunerações do setor e geravam 1,7% da receita. Esses números revelam que tais serviços, considerados tradicionais, empregavam mão-de-obra não qualificada que percebia remunerações muito baixas, cuja média em 1985 girava em torno de 1,7 salários mínimos da época, muito abaixo da média dos salários pagos pelo setor de prestação de serviços como um todo (três salários mínimos).<sup>40</sup> Mas, embora o nível de remuneração desse segmento, seja baixo, é relativamente superior a outros segmentos como limpeza e conservação e serviços domésticos, provavelmente em decorrência da baixa elasticidade-cruzada de sua demanda, tendo em vista o grau de substituição relativamente baixo de seus produtos.

Porque essas atividades não requerem alto nível de qualificação da mão-de-obra e exigem pequeno montante de capital para instalação, operando, preferencialmente, em estabelecimentos de pequeno porte, a maior parte (86,1%) composta de no máximo quatro pessoas, não apresentam barreiras à entrada. Estes estabelecimentos eram responsáveis por 60% da receita,

<sup>38</sup>Para o caso americano ver Hammersh e Briddle, 1994

<sup>39</sup>Esta rubrica engloba desde serviços técnico-profissionais, outros serviços prestados principalmente às empresas, até serviços pessoais como reparação e conservação e serviços pessoais. Detalhes sobre esta classificação em Melo, H.P. *et alli*, *Os Serviços no Brasil*.

<sup>40</sup>Censo de Serviços Brasil 1985 — IBGE

divergindo um pouco do perfil do setor de outros serviços<sup>41</sup> como um todo, no qual 43% de sua receita foi gerado nos estabelecimentos médios (50 pessoas ou mais), que representavam menos de 1% do total dos estabelecimentos, sugerindo um nível de concentração razoável.<sup>42</sup>

A população ocupada nas atividades de higiene pessoal (incluindo empregadores, empregados com carteira e sem carteira e conta própria) no Brasil, em 1985, totalizava 361 mil profissionais, tendo dobrado ao longo da década, representando uma taxa média de crescimento de 6,7% a.a.. Em 1995, esse segmento empregava 679 mil pessoas (ver Tabela 1). Em termos absolutos, observa-se um crescimento de todos os profissionais, porém com participações relativas diferentes. O grande aumento do número de técnicos de esporte (com uma taxa de crescimento 37% a.a. no período) dificulta a avaliação da participação relativa dos demais profissionais que atuam nesse segmento (ver Gráfico 2.3.2). O aumento destes profissionais se deu tanto em termos absolutos, como referido acima, como em termos relativos: em 1985 estes profissionais não chegavam a 0,3% do total do segmento e em 1995 já representavam 3,4% (ver tabela 2). Enquanto os barbeiros, com uma taxa de crescimento bem menor do que os demais profissionais (2,5% a.a.), perderam participação nessa década (de 12% para 7%),<sup>43</sup> revelando um movimento semelhante àquele observado na América do Norte.<sup>44</sup> Em contraposição, os profissionais que atuam nos salões de beleza (cabeleireiros, manicuras, massagistas e esteticistas) cresceram nessa década a taxas relativamente altas (entre 12% e 6,0% a.a, ver Gráfico 2.3.2). Enquanto nos Estados Unidos a taxa de crescimento dos empregos nos salões de beleza, entre 1972/84 era de 1,1% ao ano, estes empregavam 591,4 mil pessoas em 1984. Esse crescimento se manteve, mesmo nos períodos de recessão, quando se observa uma queda na renda dos serviços. Já as horas trabalhadas tiveram um movimento semelhante ao do produto, tendo crescido a uma taxa de 0,5% a.a. nesse período.

---

<sup>41</sup>Outros serviços engloba uma série de serviços que vai desde Serviços Domésticos, Higiene Pessoal até Técnicos de Informática.

<sup>42</sup>Informação do Censo de Serviços de 1985-IBGE.

<sup>43</sup> Ver tabelas 1 e 2.

<sup>44</sup>No período 1972 e 1977, o número de barbearias diminuiu 25% e o número de empregados caiu 17%, e mais ainda entre 1977/83 (25%). Dados da *Internal Revenue Service, Statistics of Income, Partnership Returns and Sole Proprietorship Returns*.

TABELA 1  
Composição dos profissionais de higiene pessoal por sexo

Profissão	1985				Total	1995				
	Homem		Mulher			Homem		Mulher		
	Total	%	Total	%		Total	%	Total	%	
Cabeleireiro	27.517	23,76	88.277	76,24	115.794	66.944	22,72	227.753	77,28	294.697
Manicure	1.144	0,75	150.698	99,25	151.842	528	0,24	221.578	99,76	222.106
Barbeiro	40.372	100,00	0	0,00	40.372	50.007	98,38	826	1,62	50.833
Esteticista	339	2,70	12.223	97,30	12.562	798	3,34	23.075	96,66	23.873
Massagista	1.039	30,73	2.342	69,27	3.381	891	8,79	9247	91,21	10.138
Téc. Esport.	422	43,55	547	56,45	969	12.772	54,95	10.470	45,05	23.242
Outros	13.744	37,25	23.149	62,75	36.893	11.748	21,55	42.755	78,45	54.503
<b>TOTAL</b>	<b>84.577</b>	<b>23,38</b>	<b>277.236</b>	<b>76,62</b>	<b>361.813</b>	<b>143.688</b>	<b>21,15</b>	<b>535.704</b>	<b>78,85</b>	<b>679.392</b>

FONTE: PNAD/IBGE - 1985/95

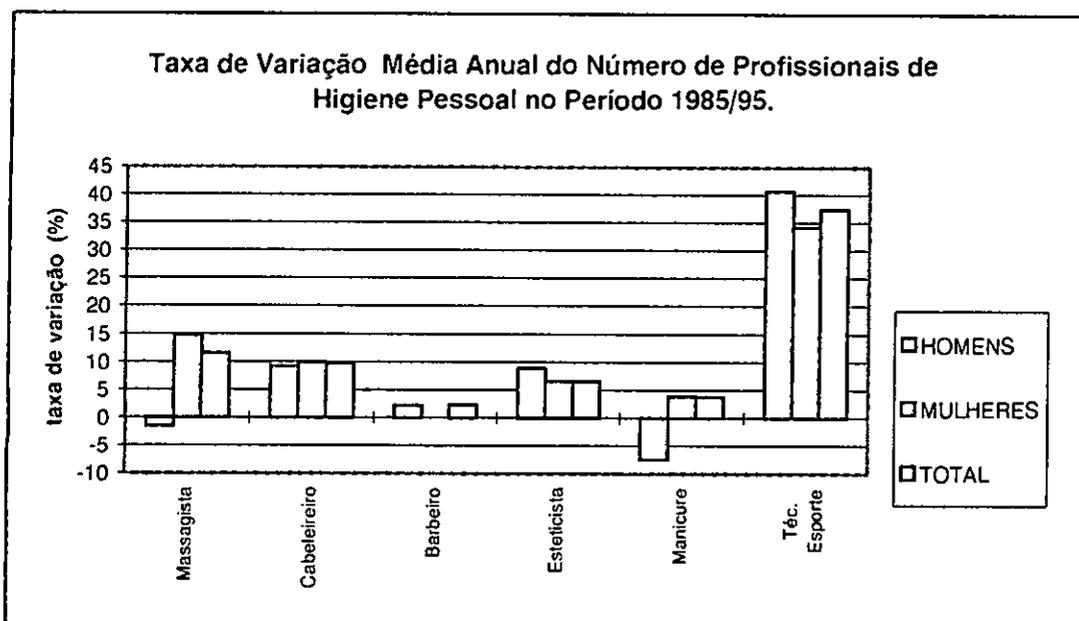
TABELA - 2  
Distribuição dos principais profissionais de higiene pessoal por sexo

Profissão	1985			1995		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Cabeleireiro	32,53	31,84	32,00	46,59	42,51	43,38
Manicure	1,35	54,36	41,97	0,37	41,36	32,69
Barbeiro	47,73	0,00	11,16	34,80	0,15	7,48
Esteticista	0,40	4,41	3,47	0,56	4,31	3,51
Massagista	1,23	0,84	0,93	0,62	1,73	1,49
Téc. Esport.	0,50	0,20	0,27	8,89	1,95	3,42
Outros	16,25	8,35	10,20	8,18	7,98	8,02
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

FONTE: PNAD/IBGE - 1985/95

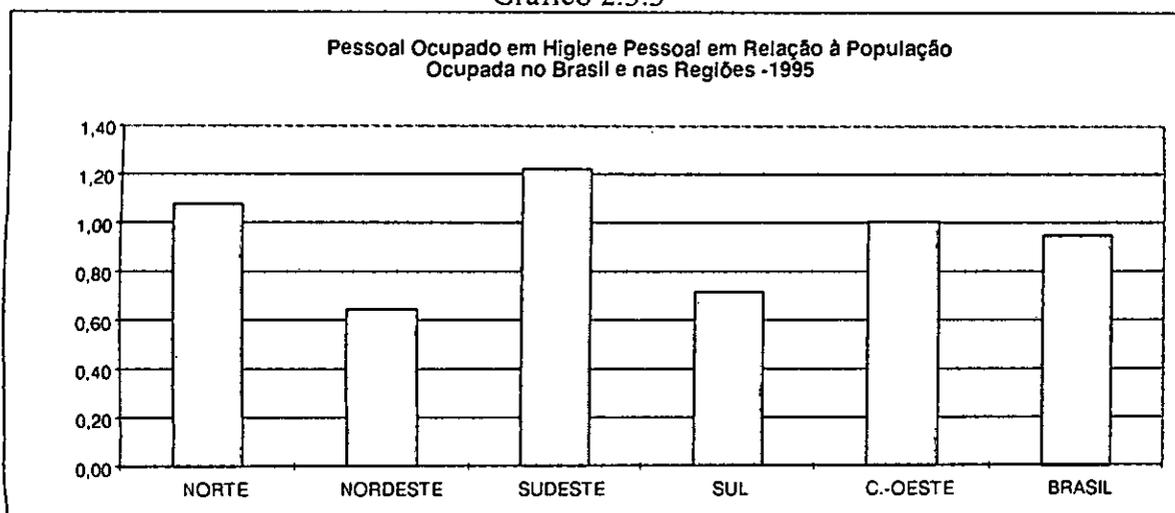
Entre 1985/95, o segmento de higiene pessoal se revelou grande absorvedor de mão-de-obra, tendo dobrado a taxa de ocupação. Em 1995, o emprego neste segmento representava quase 1% do total da população ocupada no país. Nas regiões Norte e Sudeste, porém, essa participação era maior (acima de 1%), enquanto na região Nordeste estava em torno de 0,7% (ver Gráfico 2.3.3). Essa capacidade de absorção de mão-de-obra deve-se à pouca exigência quanto ao nível de qualificação no exercício dessas tarefas, principalmente para as mulheres, depois de empregadas domésticas, tais atividades constituem, provavelmente, a porta de entrada para mercado de trabalho urbano.

Gráfico 2.3.2



FONTE: PNAD/IBGE - 1985/95

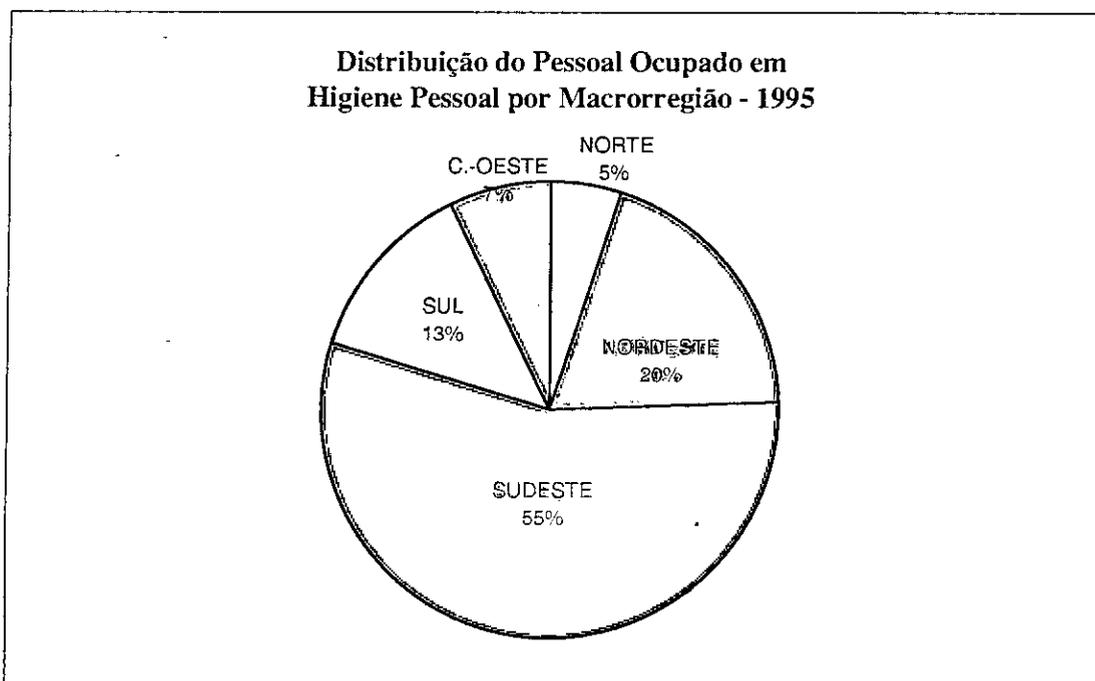
Gráfico 2.3.3



FONTE: PNAD/IBGE - 1995

A região Sudeste, com suas capitais da moda e da beleza — Rio de Janeiro e São Paulo — concentra o maior contingente de trabalhadores em higiene pessoal, não apenas em termos absolutos, como mostra o gráfico acima, como também em termos relativos. Mais da metade dos profissionais desse segmento trabalham nessa região (55%, ver Gráfico 2.3.4). Enquanto a região Norte, que também tem uma parte mais significativa da população ocupada nessa atividade, abriga apenas 5% dos profissionais da beleza do país. Já o Nordeste, com a menor taxa de participação (0,7%), detém 20% dos profissionais do segmento. Esses dados sugerem uma relação positiva entre o grau de desenvolvimento regional, o nível de renda da população e sua capacidade de formar opinião, e a demanda por serviços de beleza.

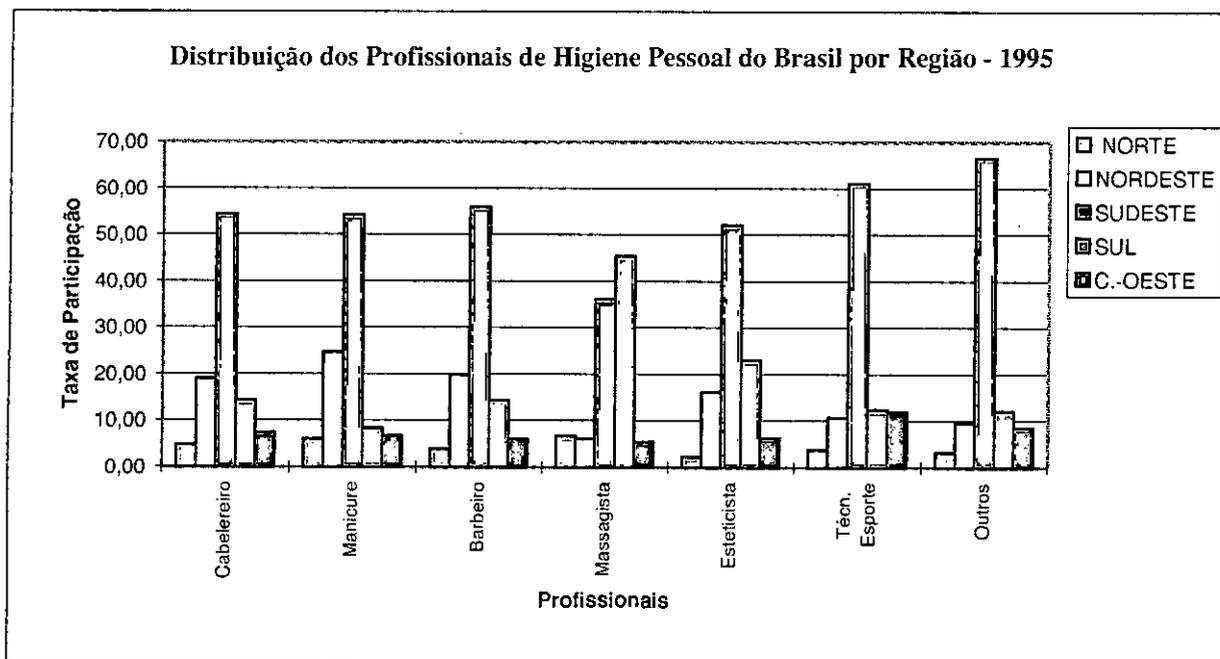
Gráfico 2.3.4



FONTE: PNAD/IBGE - 1995

Essa estrutura regional se reproduz, em parte, em termos ocupacionais, corroborando a influência do nível de renda nos serviços de beleza. O Sudeste, com maior participação, tem o maior contingente de todos os profissionais, excetuando apenas massagistas que estão mais concentradas no Sul; enquanto o Norte tem o menor número desses profissionais. O Nordeste, embora absorvendo 20% dos profissionais de higiene pessoal do país, concentra apenas nas ocupações tradicionais: cabeleireiros, manicuras e barbeiros, perdendo posição nas demais ocupações, principalmente para a região Sul, mais rica e conseqüentemente demandante dos serviços mais sofisticados (ver gráfico 2.3.5).

Gráfico 2.3.5



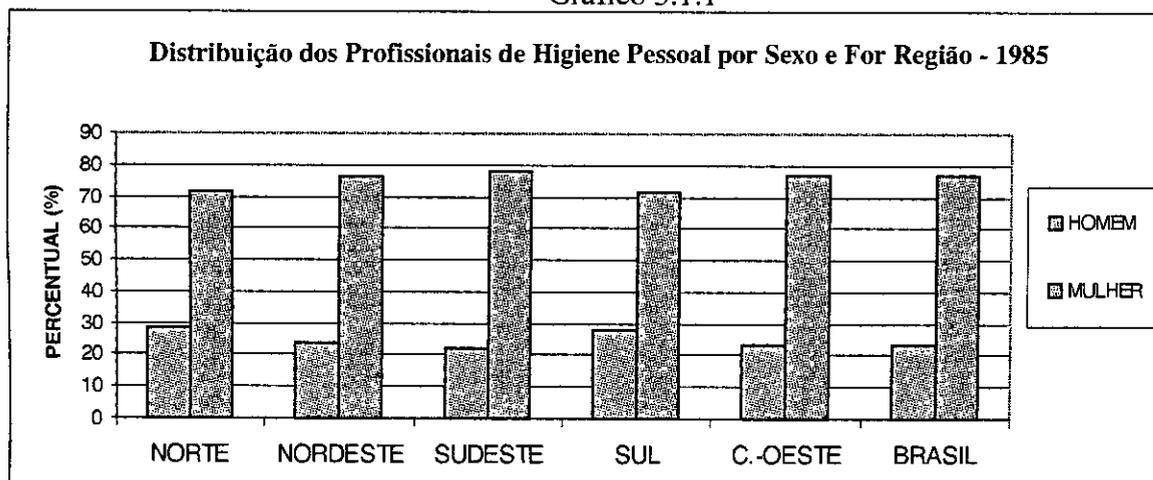
FONTE: PNAD/IBGE-1995

### 3 - Perfil da mão-de-obra nos serviços de beleza

#### 3.1 - Segundo a condição de sexo

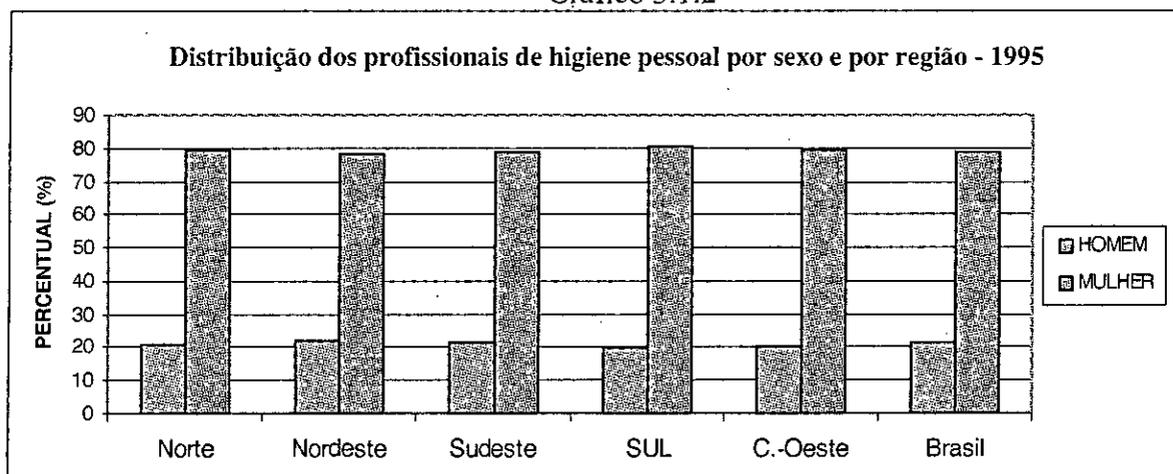
Os serviços de beleza constituem atividades executadas predominantemente por mulheres: a taxa de participação feminina alcançou cerca de 77% do total da ocupação em 1985, passando para quase 80% em 1995 (Ver Tabelas 1 e 2). São principalmente manicuras, cabeleireiras, esteticistas, massagistas e secundariamente técnicos de esporte e uma miscelânea de outras atividades. Os Gráficos 3.1.1 e 3.1.2, de distribuição dessas profissões segundo o sexo para os anos de 1985 e 1995, para o Brasil e para cada uma das macrorregiões, revelam o aumento do grau de feminização dessas atividades em todo o país, mas, principalmente nas regiões Norte e Sul.

Gráfico 3.1.1



FONTE: PNAD/IBGE - 1985

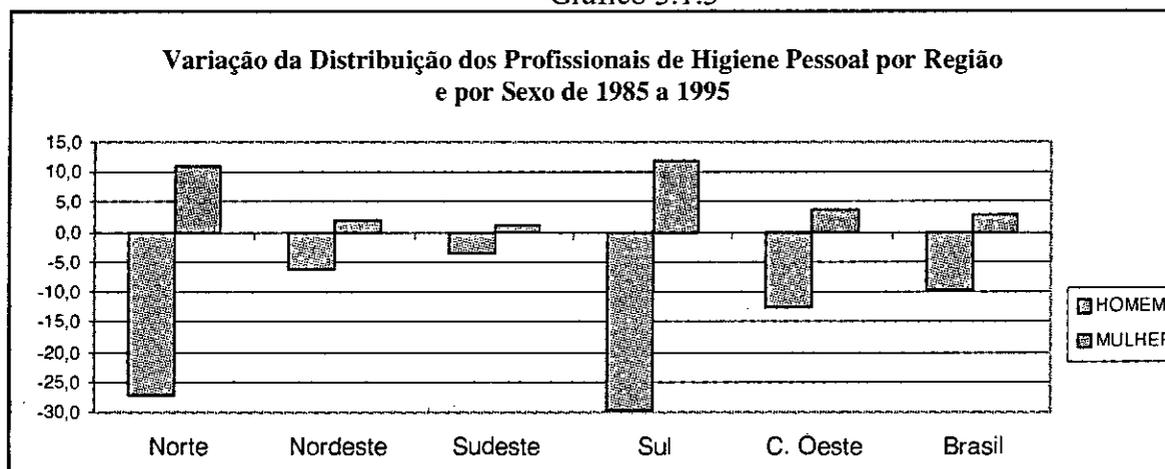
Gráfico 3.1.2



O conjunto das atividades dos serviços da beleza é tradicionalmente reconhecido como tarefa feminina, como extensão dos cuidados do lar. As informações da PNAD/IBGE confirmam essa condição que está estritamente relacionada às exigências de *ser bela*, atributo requerido principalmente ao sexo feminino. Por essa razão é natural o exercício dessas tarefas pelas mulheres. Para cuidar da aparência do sexo masculino havia as barbearias, que, diante do novo papel da mulher e das novas exigências do mercado de trabalho quanto à aparência para ambos os sexos, teriam de ser reformuladas para não desaparecer, caso mantivessem o formato antigo.

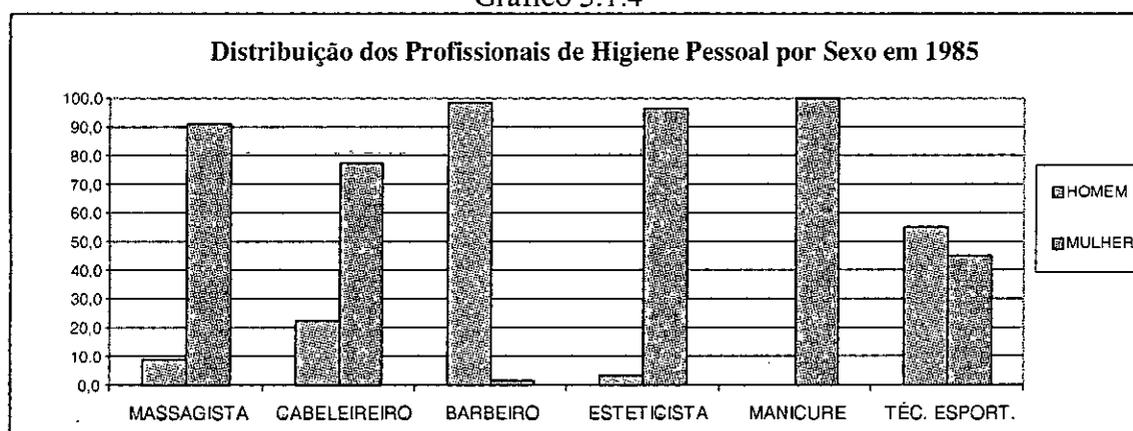
Observa-se no Gráfico 3.1.3, de variação na distribuição dos profissionais por sexo, uma queda acentuada da participação masculina nas atividades relativas à beleza, principalmente nas duas regiões extremas do país.

Gráfico 3.1.3



A força de trabalho feminina predomina em quase todas as ocupações, exceto a de barbeiros, que é uma atividade eminentemente masculina. Mas que, como se constata, seja pelos dados nacionais, seja nas pesquisas internacionais, essa atividade, em sua forma tradicional, tende a desaparecer. Em contraposição, manicura, atividade basicamente exercida pelas mulheres, cresceu nesse período. O aumento da participação da mão-de-obra feminina no conjunto só não foi maior graças ao crescimento dos técnicos de esporte, atividade que em 1985 a participação masculina na força de trabalho era maior (ver Gráfico 3.1.4).

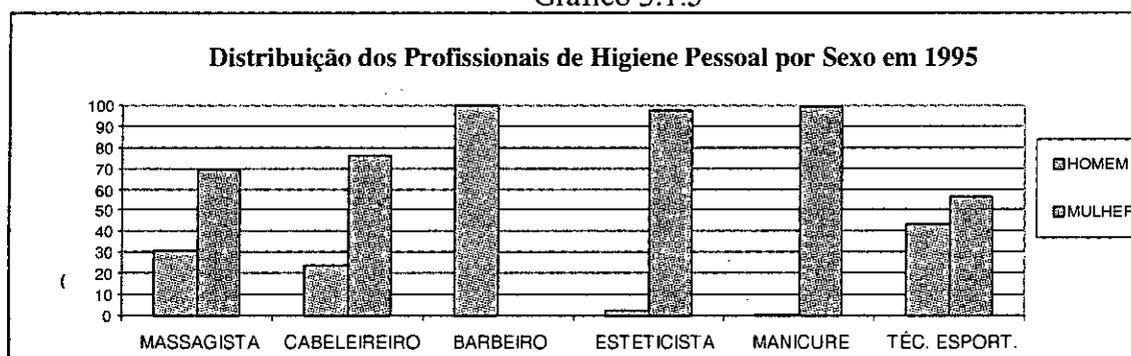
Gráfico 3.1.4



FONTE: PNAD/IBGE - 1985

Entretanto, observa-se o aumento da participação feminina nesse segmento, no período estudado, em todas as ocupações, inclusive entre os técnicos de esporte, que inicialmente absorvia, uma proporção maior de homens. Por outro lado, chama a atenção o aumento da participação masculina na atividade de massagistas, considerada anteriormente atividade tipicamente feminina (ver Gráfico 3.1.5).

Gráfico 3.1.5

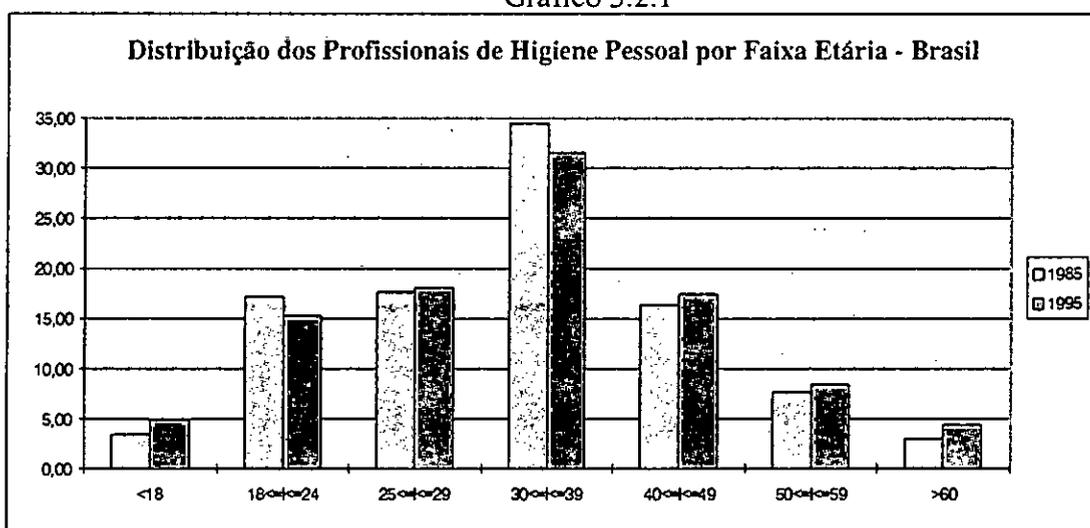


FONTE: PNAD/IBGE - 1995

### 3.2 - Faixa etária

A idade é uma das variáveis clássicas nos estudos sobre mercado de trabalho para determinar a desigualdade de rendimentos individuais, pois esse fator está, de certa forma, associado à experiência adquirida no decorrer da atuação dos profissionais no mercado de trabalho. Tal variável é também considerada uma *proxy* para as transições ocupacionais. No Brasil, os serviços de beleza absorvem uma força de trabalho mais madura, pois mais de 30% do pessoal ocupado está na faixa mediana, entre 30 e 39 anos; 17,5%, entre 25 e 29 anos. (ver Gráfico 3.2.1).

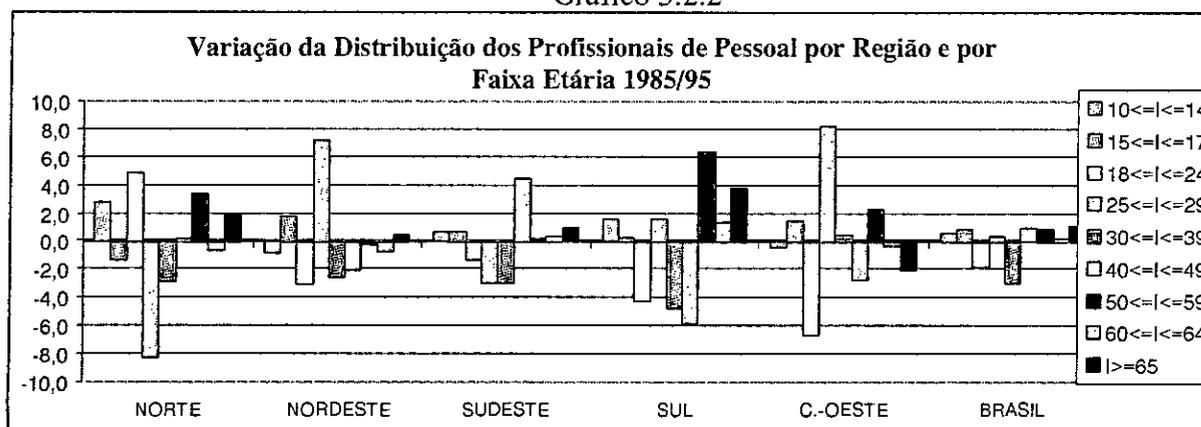
Gráfico 3.2.1



FONTE: PNAD/IBGE - 1985/95

Esse processo de amadurecimento do pessoal ocupado nas atividades de higiene pessoal se confirma ao longo da década, inclusive com aumento da participação do pessoal com mais de 60 anos (ver Gráfico 3.2.1). Tal processo, entretanto, foi mais forte na região Sul, onde se observa uma queda na participação do pessoal mais jovem e aumento de participação do pessoal com mais de 50 anos, sugerindo que pode se constituir em alternativa ao desemprego ou complemento de renda para pensionistas e aposentados (ver Gráfico 3.2.2). Na região Nordeste, porém, observa-se um processo inverso, com aumento da participação de jovens entrantes no mercado de trabalho, sugerindo que esta pode ser uma escolha profissional, não-alternativa ao desemprego. Somente uma análise mais acurada da ocupação nas unidades da Federação seria capaz de esclarecer essa contradição.

Gráfico 3.2.2



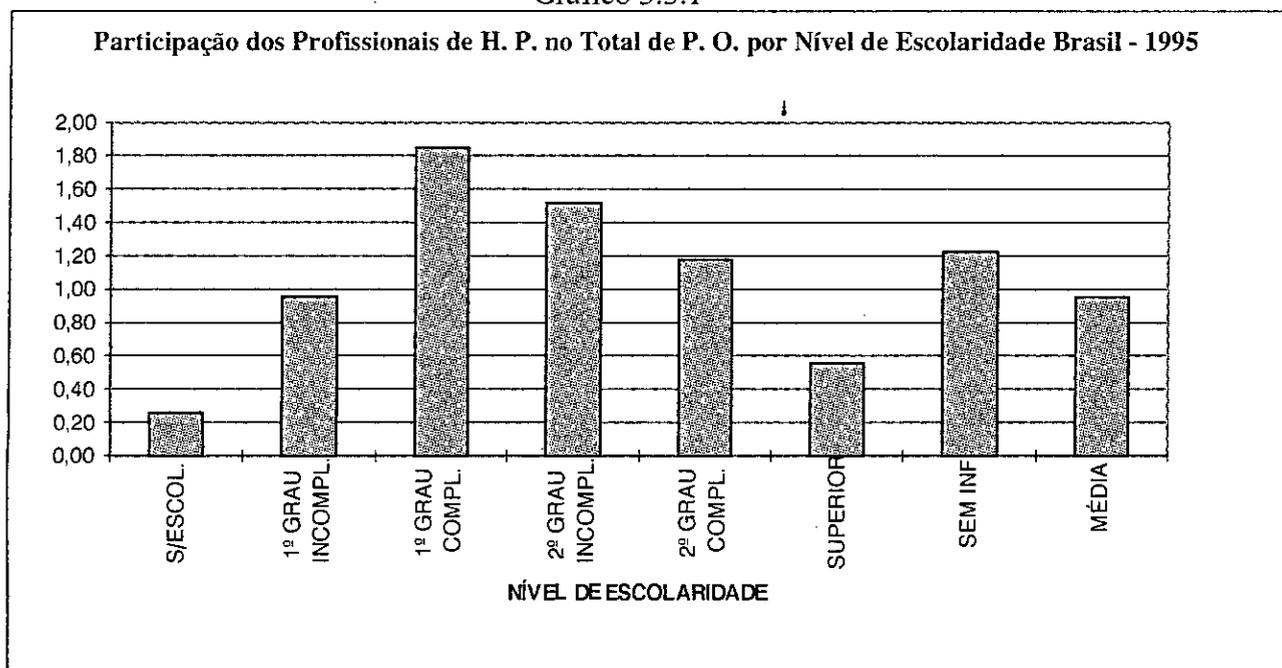
### 3.3 - Escolaridade

A variável educação é um elemento importante na teoria do capital humano para explicar as desigualdades de rendimentos entre as pessoas e de ampla utilização em qualquer tipo de análise sobre mercado de trabalho. A maioria das atividades deste segmento exige um treinamento mínimo, tanto aqui como em qualquer lugar do mundo. Entretanto no Brasil não há grandes exigências na educação formal. O Gráfico 3.3.1 mostra que os profissionais desse segmento, com baixo nível de escolaridade, têm um peso relativamente maior na população ocupada total, do que os profissionais com maior nível de instrução: enquanto o conjunto dos profissionais que atuam no segmento de higiene pessoal não chega a 1% da população ocupada do país, o grupo com baixo nível de escolaridade (sem completar o primeiro grau) representava 3% daquela fração da população ocupada total. Diferentemente, nos Estados Unidos, essas atividades, regulamentadas pelos governos estaduais, exigem um nível de especialização que requer pelo menos 1.800 horas de treinamento para concessão de licença.<sup>45</sup> Contudo, há ainda uma reserva desses profissionais licenciados, sem trabalho, cujo contingente é bem maior do que o de trabalhadores em atividade.<sup>46</sup>

<sup>45</sup>Mais detalhes em Brand e Ahmed (1986).

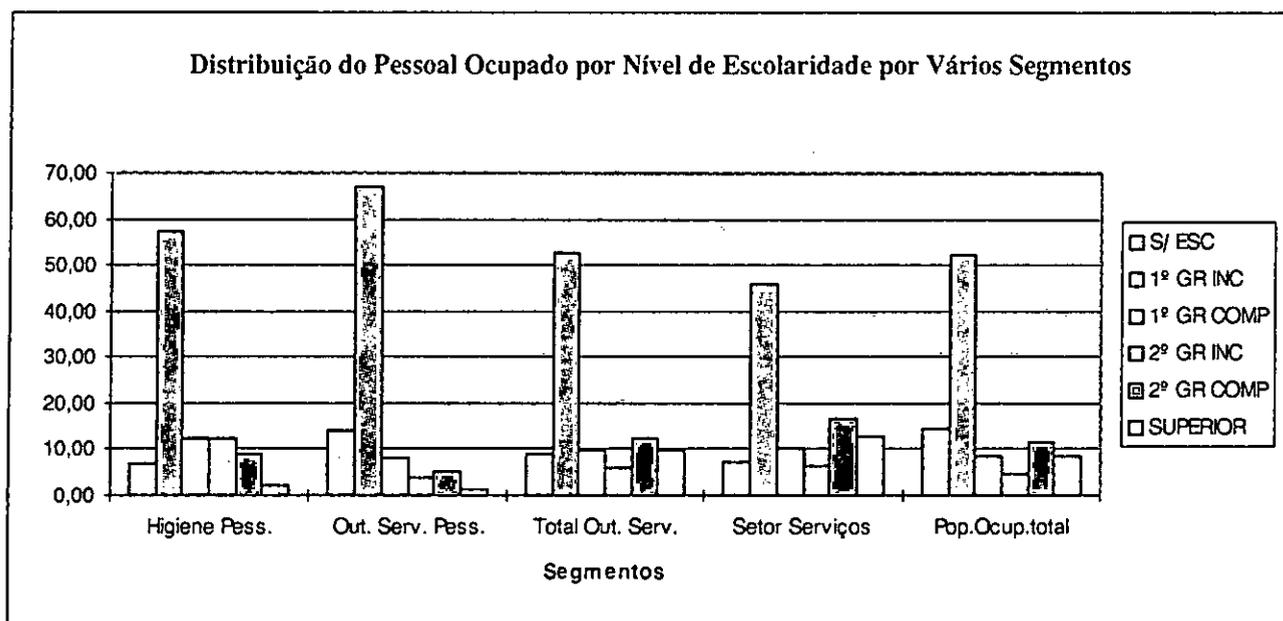
<sup>46</sup>A American Hairdresser estimou que o número de estilistas licenciados é cinco vezes maior do que os que estão trabalhando.

Gráfico 3.3.1



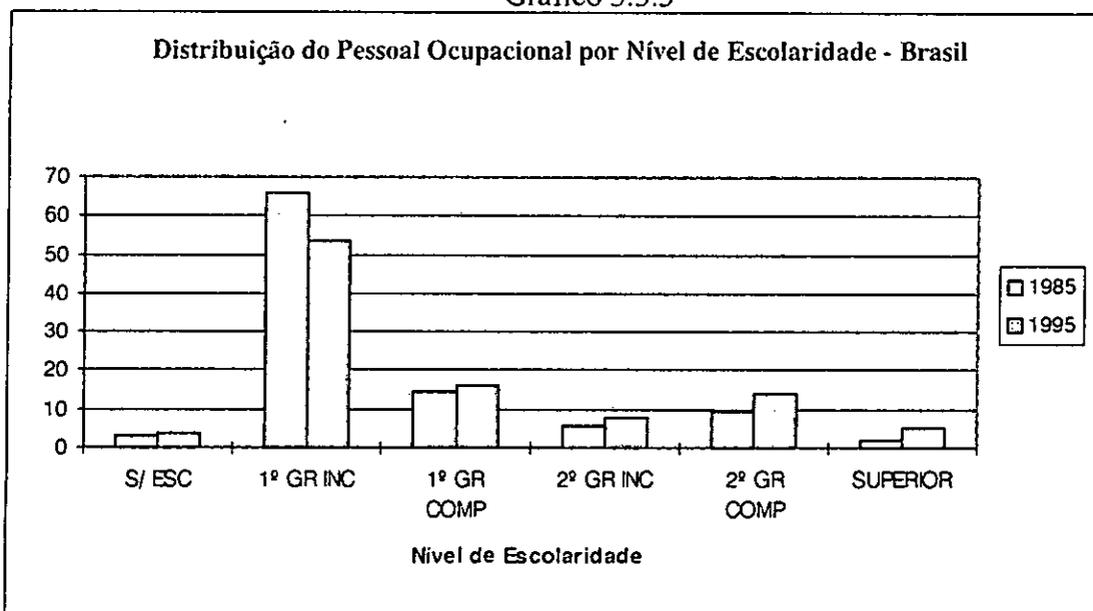
Entretanto, se analisarmos outros segmentos da economia, constata-se que o baixo grau de instrução é uma constante da força de trabalho brasileira. Em 1995 mais de 50% da população ocupada do país não completara o primeiro grau (ver Gráfico 3.3.2). No segmento de outros serviços pessoais (que inclui serviços domésticos, vigilância e guarda e alguns serviços de limpeza), essa participação chega a quase 70%. Mais grave ainda é que 15% da população ocupada não tem qualquer nível de escolaridade. Conclui-se, portanto, que essa característica não é exclusiva do segmento de higiene pessoal. Ele pode ser classificado como de nível de escolaridade baixo, com maior participação nas faixas de primeiro grau completo e segundo incompleto e uma participação muito pequena no nível de escolaridade superior (ver Gráfico 3.3.2).

Gráfico 3.3.2



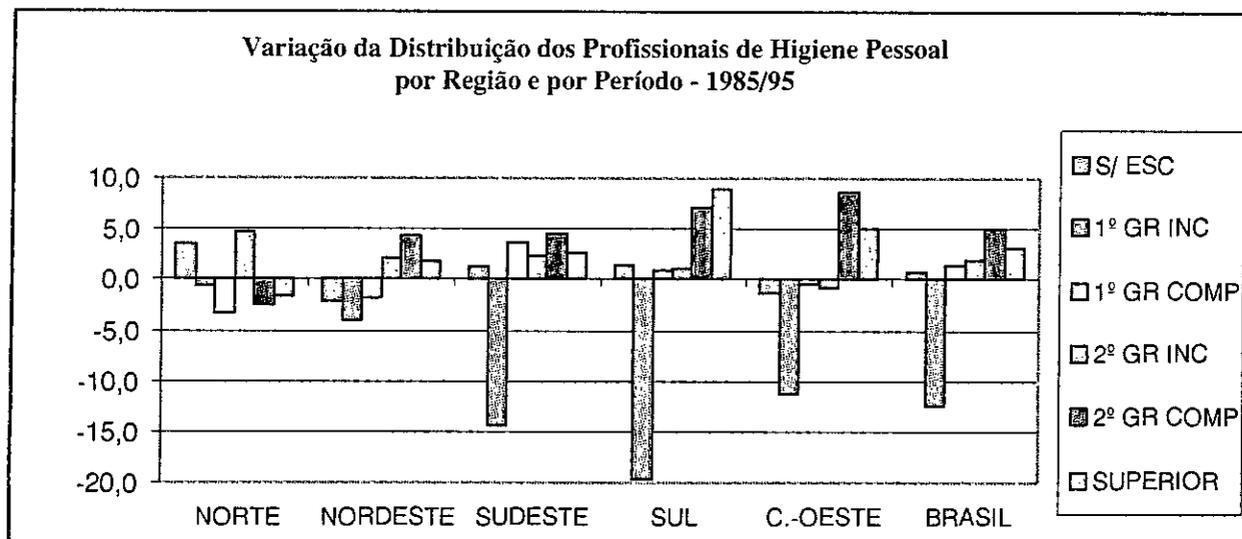
Os dados da PNAD mostram que, embora as atividades de higiene pessoal no Brasil sejam desempenhadas por profissionais com baixo grau de qualificação, houve uma melhora no nível de instrução do pessoal ocupado nesse segmento, no período em estudo. Em 1985, cerca de 66% deste pessoal não tinha sequer completado o primeiro grau escolar, e menos de 10% tinham o segundo grau completo. Entretanto, dez anos depois, observa-se uma queda na participação relativa do pessoal com primeiro grau incompleto e aumento do pessoal com maior nível de escolaridade. Aumentou também a participação do pessoal com nível superior. Esse aumento pode ser explicado pela expansão do número dos técnicos de esporte, profissão que exige diploma universitário para seu exercício (ver Gráfico 3.3.3).

Gráfico 3.3.3



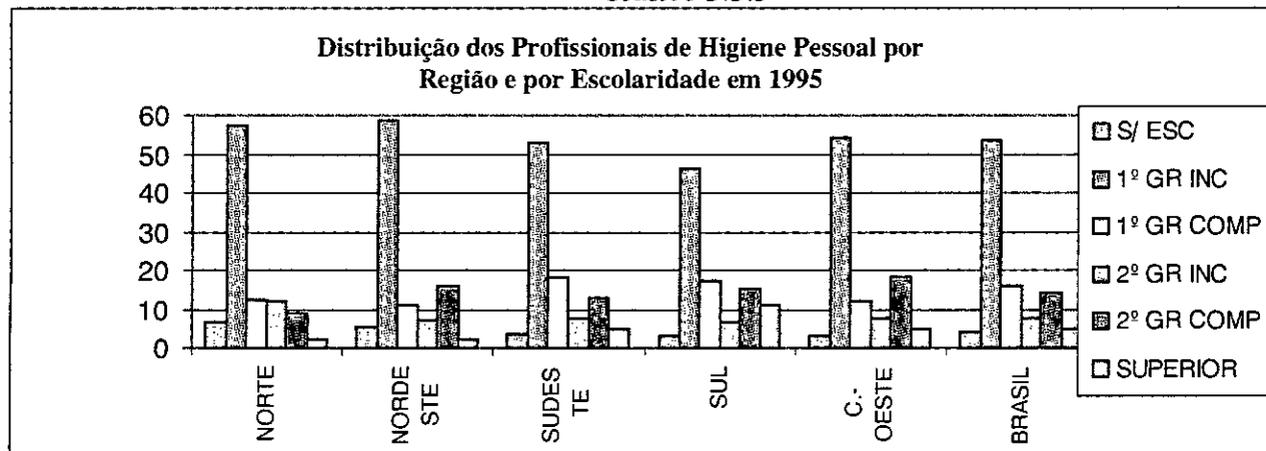
O Gráfico 3.3.4 mostra como evoluiu o mercado de trabalho do ponto de vista regional, durante a década 1985-1995. Observa-se nesse período uma perda relativamente acentuada de participação do pessoal com baixo nível de escolaridade e um aumento significativo do pessoal com nível mais alto de escolaridade. Esse movimento ocorreu principalmente na região Sul, com o registro de queda de mais de 20 % da participação do pessoal sem o primeiro grau completo e o aumento de mais de 15% do pessoal com pelo menos segundo grau. Inclusive cresceu muito a participação do pessoal com nível superior, provavelmente devido ao aumento relativamente grande do número de técnicos de esporte (37% no período). Em contraposição, a região Norte exibe o pior quadro de formação do pessoal ocupado nessa atividade, com redução relativa do pessoal com maior nível de escolaridade (pelo menos com segundo grau) e aumento de participação do pessoal com baixo nível de escolaridade. A região Nordeste apresenta uma variação bem uniforme com um pequeno aumento do pessoal mais qualificado e uma redução, na mesma proporção, do pessoal não-qualificado.

Gráfico 3.3.4



Apesar desta variação positiva em termos de qualificação de mão de obra, em 1995 ainda prevalecia um nível de escolaridade muito baixo nesse segmento (representado pela grande participação do pessoal sem o primeiro grau completo), em todas as regiões. A região Sul tinha a melhor performance (25% do pessoal que trabalha com a beleza naquela região tinha pelo menos segundo grau completo, dos quais 11% com diploma universitário (ver Gráfico 3.3.5).

Gráfico 3.3.5



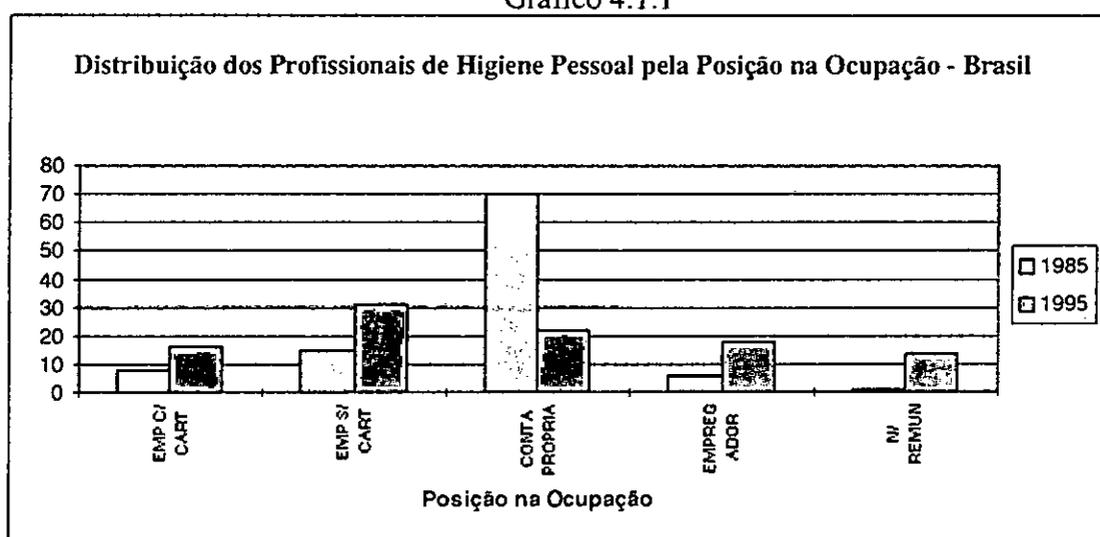
## 4 - Características dos postos de trabalho

### 4.1 - Posição na ocupação

Os dados da PNAD/IBGE mostram que houve uma transformação na estrutura ocupacional da atividade de higiene pessoal, na última década, graças, provavelmente, às mudanças tecnológicas

por que passaram os setores relacionados a esse segmento, provocando o aparecimento dos chamados salões *unissex*. Muitos destes estabelecimentos, com estrutura física sofisticada, mantêm ainda relações de trabalho atrasadas. Este fenômeno pode ser constatado pela diminuição do número de trabalhadores por conta própria e pelo aumento do número de empregados sem carteira assinada, nesse período. Em 1985, grande parte dos trabalhadores da atividade de higiene pessoal (70%) atuava por conta própria. Na década seguinte os trabalhadores por conta própria representavam apenas 23% do total da ocupação nesse segmento, correspondendo uma perda de participação de quase 50%. Nesse ano, mais de 45% dos trabalhadores eram assalariados, porém 30% deles não tinham carteira assinada (ver Gráfico 4.1.1).<sup>47</sup>

Gráfico 4.1.1



FONTE: PNAD/IBGE 1985/95

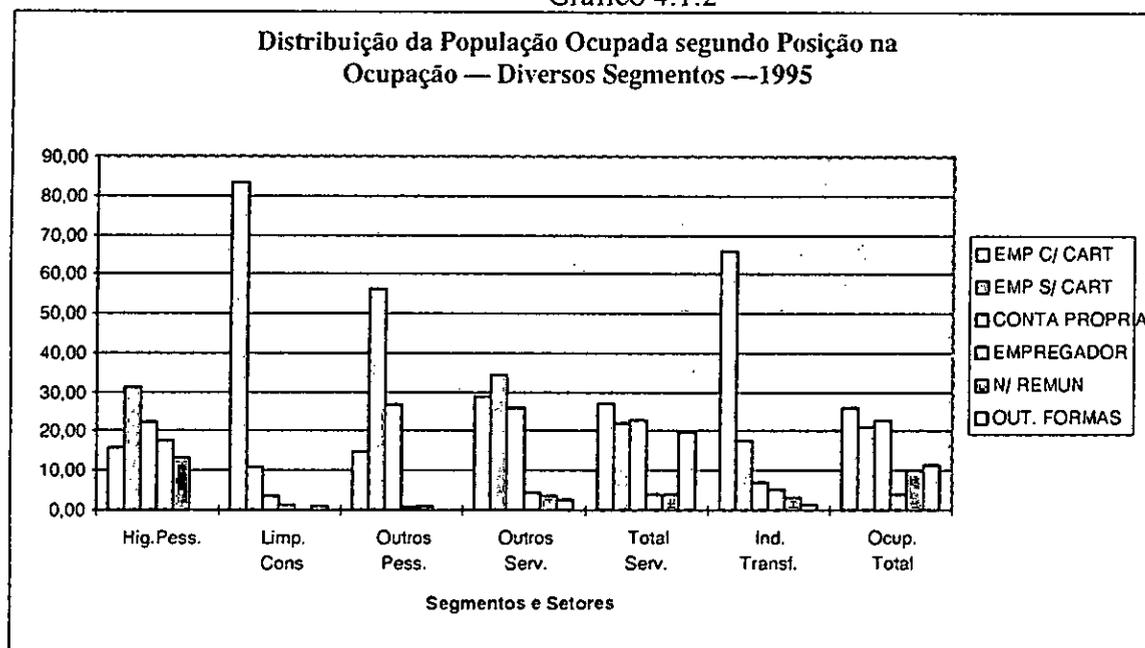
Esta característica da estrutura ocupacional do segmento de higiene pessoal fica mais nítida se comparada ao segmento de limpeza e conservação, que, embora realizando serviços simples, não qualificados, mantém relações trabalhistas mais formais (mais de 80% do pessoal ocupado têm carteira assinada). A análise setorial revela que a indústria, por razões técnicas, também tem a maior parte de sua força de trabalho assalariada com carteira assinada (70%, em 1995) (ver Gráfico 4.1.2). A estrutura dos serviços de higiene pessoal assemelha-se à de *outros serviços*,<sup>48</sup> que, por ser muito heterogênea, tem uma parte do pessoal ocupado em atividades tradicionais, trabalhando por conta própria ou, se assalariado, sem carteira assinada, semelhante à estrutura de higiene pessoal. Entretanto, esse segmento envolve também um conjunto de atividades mais modernas, mantendo relações trabalhistas adequadas, de modo que quase 30% do

<sup>47</sup>Nesse período a participação dos trabalhadores por conta própria caiu 50%, enquanto a participação dos empregados sem carteira aumentou 16%, em todo o país. Na região Sudeste esse movimento foi mais marcante, ver Gráfico 5.1.4.

<sup>48</sup>Este item engloba uma variedade de serviços como: técnico-profissionais, serviços prestados às empresas e outros serviços pessoais no qual está inserido higiene pessoal.

pessoal ocupado nesse segmento tem carteira assinada. Ainda dentro de uma análise comparativa, é interessante observar a estrutura ocupacional de *outros serviços pessoais*, que engloba as atividades de higiene pessoal. A tônica desse segmento é dada pelos serviços domésticos, no qual a maioria dos trabalhadores não tem carteira assinada (ver Gráfico 4.1.2).

Gráfico 4.1.2

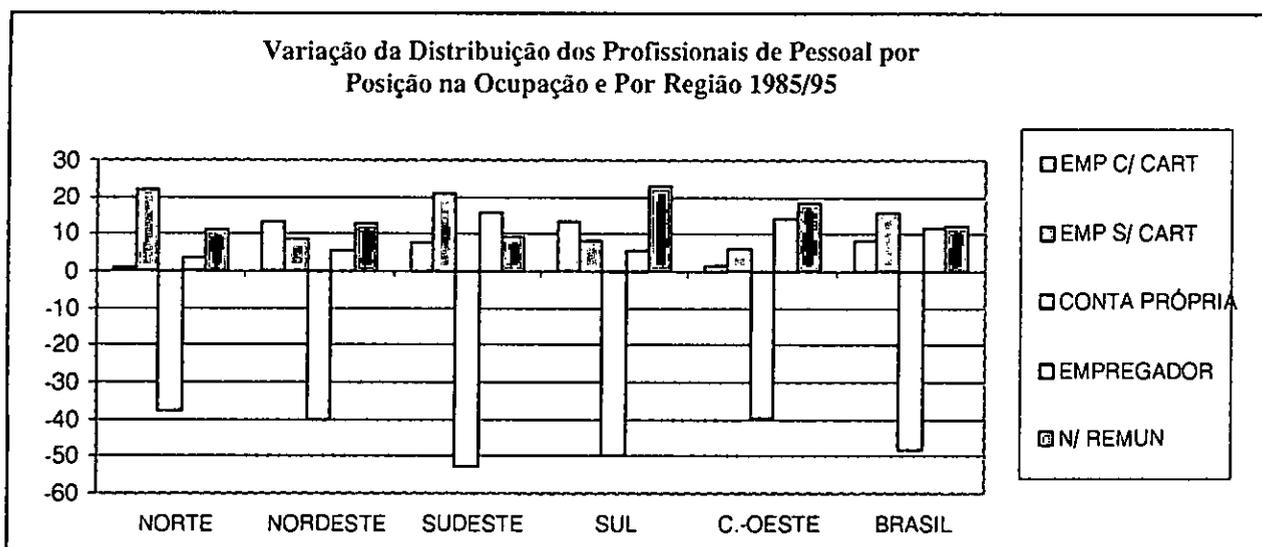


FONTE: PNAD/IBGE - 1995

Obs.: "Outras formas" refere-se basicamente aos servidores públicos, estatutários ou não, e constitui uma grande parcela dos trabalhadores do setor serviços e da população ocupada.

O Gráfico 4.1.3 mostra que em todas as Macrorregiões brasileiras houve uma redução em torno de 40% do pessoal ocupado por conta própria, na década 1985-1995, ao mesmo tempo em que cresceu a participação dos assalariados, principalmente sem carteira assinada. Na região Sudeste esse movimento foi mais intenso.

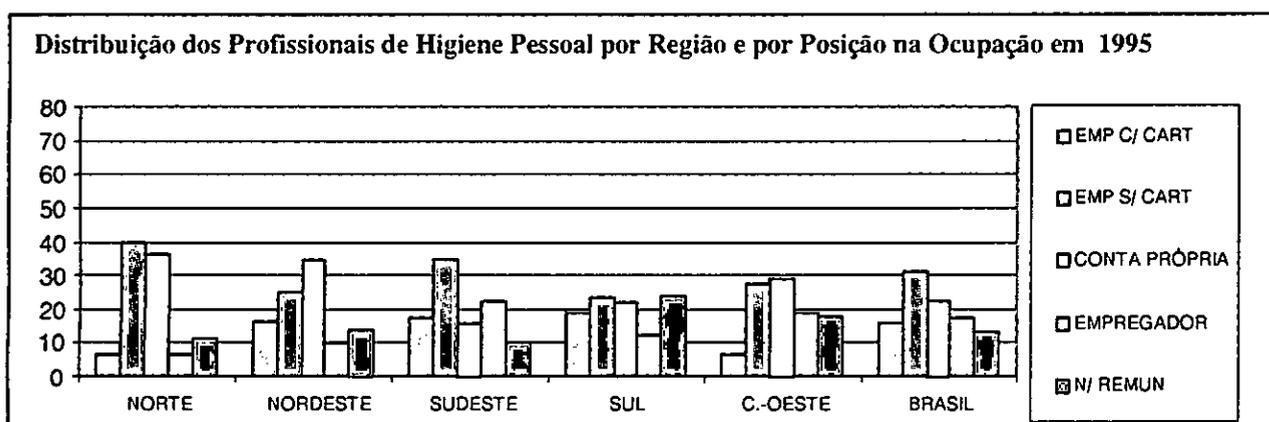
Gráfico 4.1.3



FONTES: PNAD/IBGE - 1995

A nova estrutura do segmento de higiene pessoal brasileiro que se estabeleceu nos anos 90, reproduz, em parte, a mudança ocorrida nos Estados Unidos na década anterior. Naquele país, porém, a modernização dos estabelecimentos se deu tanto em termos físicos como também nas relações de trabalho.<sup>49</sup> Essa nova estrutura ocupacional, mais homogênea, das atividades de higiene pessoal é definida pela região Sudeste (que concentra 55% do PO desse segmento) onde mais da metade dos profissionais de beleza em 1995 era assalariada, e 35% deles não tinham carteira assinada. Já as regiões Norte e Nordeste têm um perfil distinto: a maior parte da força de trabalho é informal (36% por conta própria e 40% não têm carteira assinada, no Norte e no Nordeste 35% trabalham por conta própria) (ver Gráfico 4.1.4).

Gráfico 4.1.4

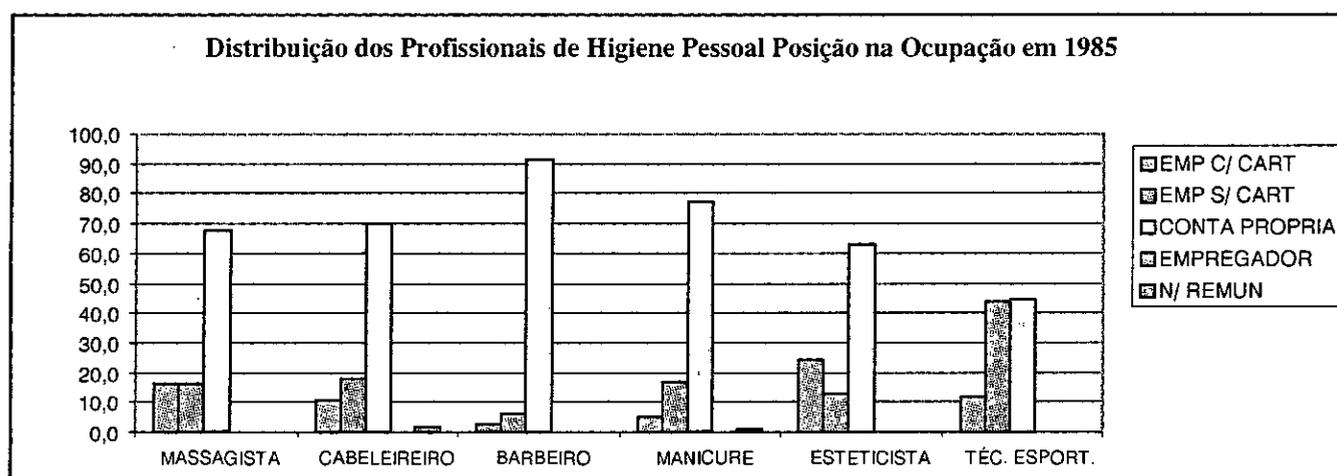


FONTES: PNAD/IBGE - 1995

<sup>49</sup>Nesse período 40% dos salões de beleza (que juntos representam 80% da receita do setor) empregavam trabalhadores assalariados (em média, quatro por salão).

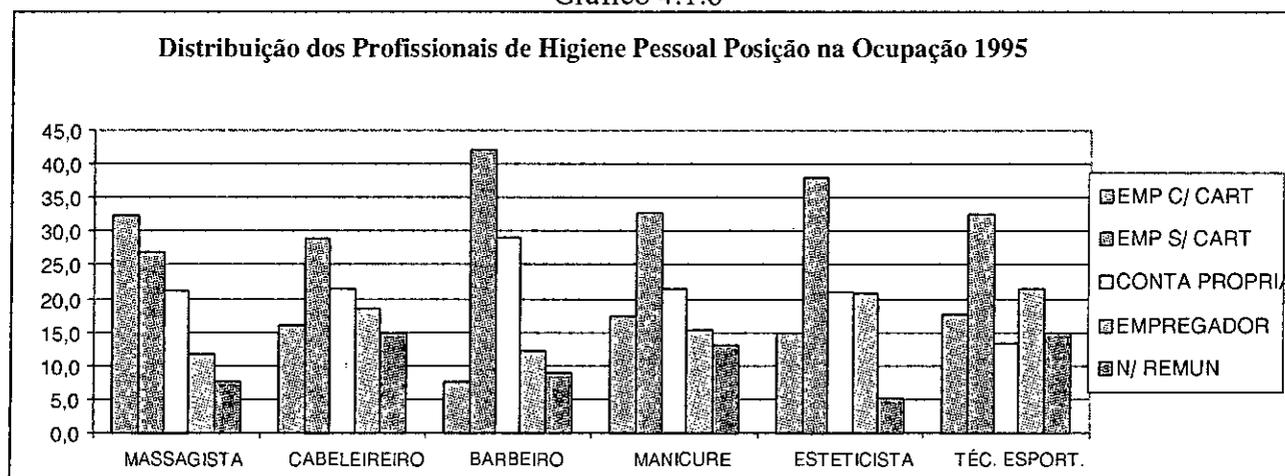
A mudança na estrutura ocupacional ocorreu em todas as atividades do segmento de higiene pessoal. Como foi indicado, até 1985 a maior parte dos profissionais atuava por conta própria, com exceção dos técnicos de esporte, atividade emergente e crescente, cuja maioria era assalariada, embora ainda sem carteira assinada (Gráfico 4.1.5). Em contraposição, 90% dos barbeiros, atividade em extinção) atuava por conta própria, em 1985. Dez anos depois menos de 30% tinham essa posição na ocupação, talvez porque parte desses profissionais tenha se especializado para exercer outras atividades demandadas pela população em geral (mulheres e homens).<sup>50</sup> Quanto aos demais profissionais da beleza — cabeleireiros, manicuras, esteticistas e massagistas — há um forte indício, fruto do processo de modernização deste segmento, de que grande parte deles esteja trabalhando em conjunto neste novo modelo de estabelecimentos de beleza (os chamados salões *unissex*) como assalariados, embora ainda a maior parte sem carteira assinada. Excetuam-se apenas as massagistas, a maioria atuando no Sul, que estabeleceram outra relação de trabalho (ver Gráfico 4.1.6).

Gráfico 4.1.5



<sup>50</sup> A demanda das atividades desse segmento deixou de ser apenas feminina.

Gráfico 4.1.6



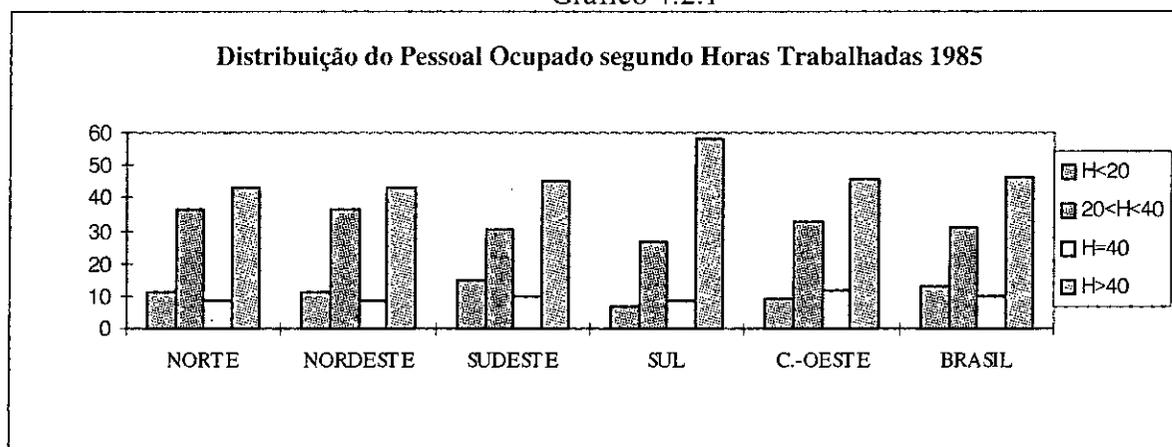
FONTE PNAD/IBGE 1995

## 4.2 - Jornada de trabalho

Outro elemento revelador das mudanças nas condições de trabalho deste segmento é a jornada de trabalho. Em 1985, mais de 40% dos profissionais da beleza, no Brasil, trabalhavam mais de 40 horas por semana ( $H > 40$ ), porque, como foi mostrado, a maioria deles atuava por conta própria, sendo que na região Sul a proporção era maior (quase 60%) (ver Gráfico 4.2.1). Entre 1985-95 houve uma redução na média das horas trabalhadas, ao mesmo tempo em que cresceu o número de trabalhadores assalariados nesta atividade, confirmando o aumento do número de pessoas em tempo parcial, ou seja, trabalhando menos de 20 horas semanais ( $H < 20$ ). Nesse aspecto, destaca-se a região Nordeste, onde se observa um aumento significativo do número de pessoas trabalhando em tempo parcial (quase 15%, no período) e uma queda, não-desprezível, na participação do pessoal com mais de 40 horas (ver Gráfico 4.2.3). Trata-se de uma tendência semelhante à ocorrida nos Estados Unidos, nos anos 80, quando o Boletim do *Labor Statistic* (BLS) estimou que os trabalhadores (não supervisores) dos salões de beleza trabalhavam, em média, 29,6 horas por semana, refletindo o peso dos trabalhadores em tempo parcial (39%).<sup>51</sup> Tal média é muito maior do que a observada para os trabalhadores em geral, dos quais apenas 13% atuavam voluntariamente em tempo parcial em 1984; ou mesmo do pessoal ocupado no setor serviços como um todo, entre os quais 18% trabalhava em tempo parcial, como observaram os analistas do Bureau of Labor Statistic.

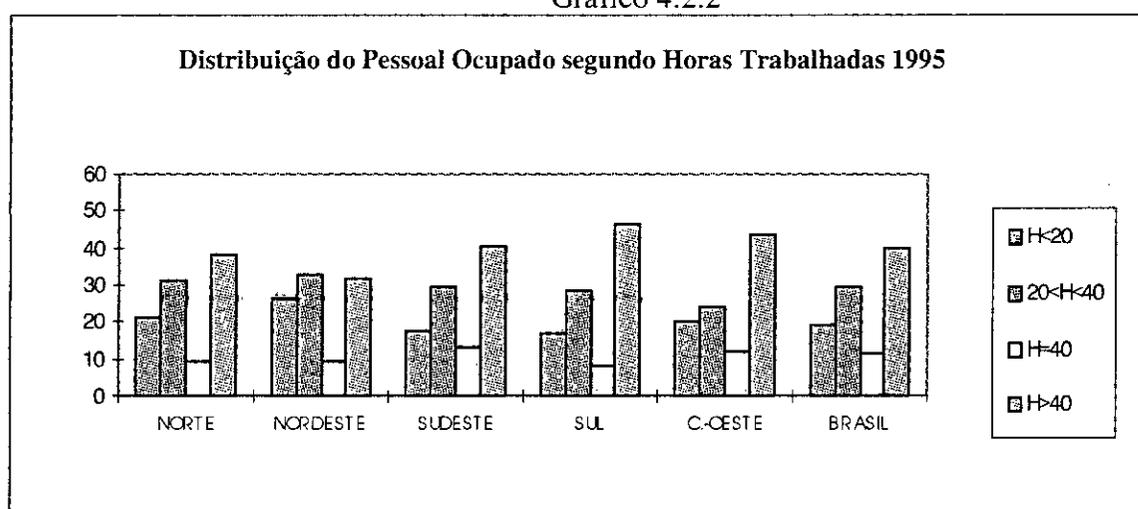
<sup>51</sup>Dados sobre treinamento e projeção ocupacional, Bulletin 2206 (Bureau of Labor Statistics, 1984). pp. 52-53.

Gráfico 4.2.1



FONTE: PNAD/IBGE - 1985

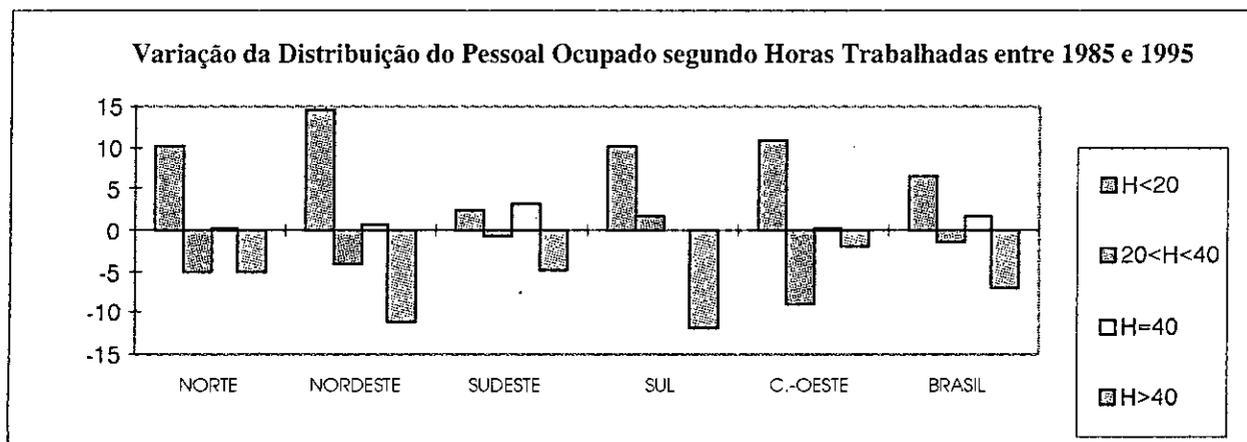
Gráfico 4.2.2



FONTE: PNAD/IBGE - 1995

Embora tenha havido uma redução na jornada de trabalho deste segmento, refletida no aumento da participação dos trabalhadores em tempo parcial e diminuição dos trabalhadores com maior carga horária (10% em média) (ver Gráfico 4.2.3), há ainda uma grande parcela desses profissionais trabalhando mais de 40 horas semanais, em todas as regiões do país (ver Gráfico 4.2.2).

Gráfico 4.2.3



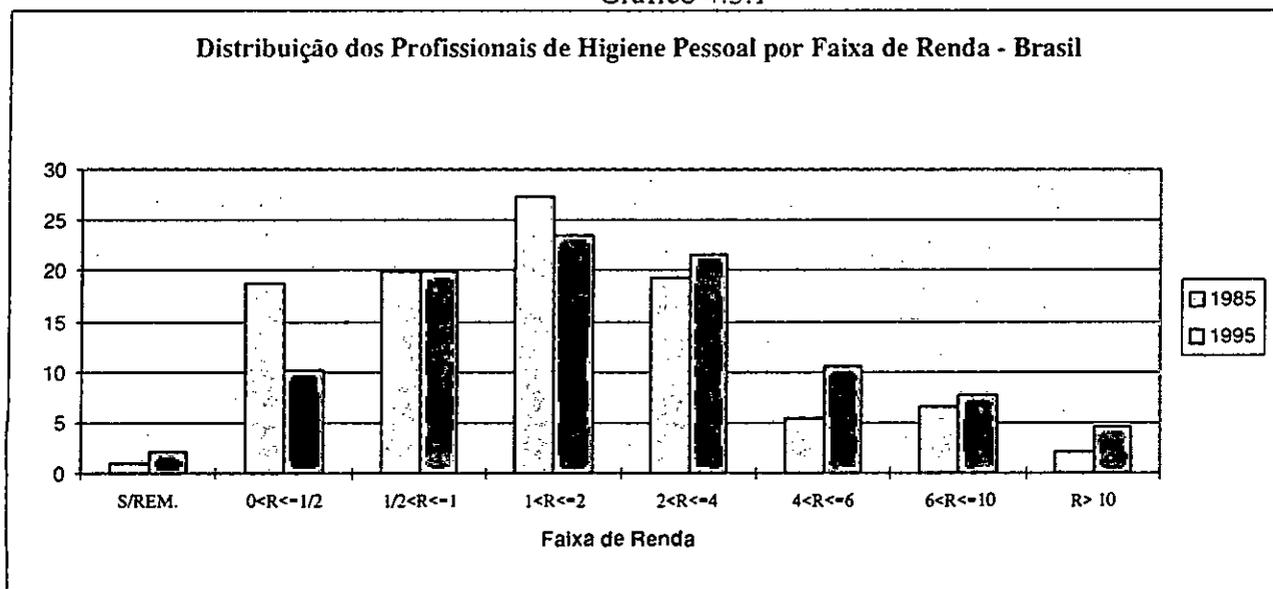
### 4.3 - Rendimentos

Os profissionais da beleza ganham relativamente menos que os trabalhadores da indústria e dos serviços em geral. Entretanto, eles recebem gorjetas e geralmente são pagos com base em comissões, gerando dúvidas quanto à mensuração do rendimento real desse tipo de serviço. Considerando que a principal fonte de dados são as pesquisas domiciliares (PNAD e PME), ambas auto-declaratórias, pela forma da pergunta feita aos entrevistados, é bem provável que as remunerações extra-oficiais estejam incluídas na declaração de rendimento do trabalhador, tornando-se mais dramático o nível de rendimento dos profissionais da beleza.<sup>52</sup> Nos Estados Unidos os rendimentos desses serviços são publicados regularmente, o que permite inferir melhor a renda da categoria.<sup>53</sup>

<sup>52</sup>De acordo com a nota metodológica destas pesquisas a pergunta feita ao entrevistado é: "qual o rendimento mensal que ganhava normalmente em setembro (mês em que se realiza a pesquisa) em dinheiro e valor de produtos e mercadorias (tickets e vales).

<sup>53</sup>Os lucros dos proprietários de salão são publicados anualmente em *Modern Salon*. Ver a edição de agosto de 1984, p. 82.

Gráfico 4.3.1

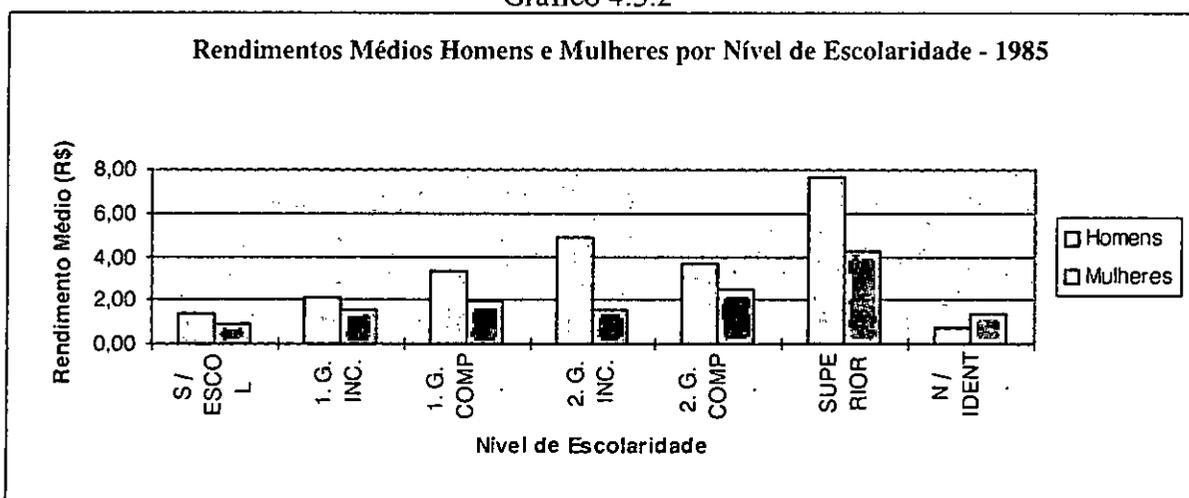


FONTE: PNAD/IBGE - 1985/95

Observando a distribuição dos profissionais da beleza por faixa de rendimento, no Brasil, constata-se que em 1985, 66% deles ganhavam entre meio e quatro salários mínimos, e havia uma concentração destes profissionais (27%) na faixa entre um e dois salários mínimos ( $1 < R < 2$ ). Além disso, a renda de 20% deles não chegava a 0,5 salário mínimo ( $< 1/2$ ), e apenas 14% tinham rendimentos acima de quatro salários mínimos. (ver Gráfico 4.3.1). Em 1995, o movimento de modernização por que passou esse segmento se reflete na estrutura ocupacional, observando-se inclusive uma melhora na distribuição de rendimentos. Embora permanecendo a concentração na faixa entre meio e quatro salários mínimo — (64%) — diminuiu o número de trabalhadores com renda inferior a meio salário mínimo (passou para 12%) e aumentou o contingente com rendimento acima de quatro salários mínimos (22%). Inclusive, nesse ano já havia um contingente de trabalhadores (quase 5%) com rendimento acima de 10 salários mínimos.

Inicialmente, o baixo nível de renda pode ser explicado pela grande participação das mulheres; pelo baixo grau de escolaridade dos profissionais que atuam neste segmento e pela própria estrutura ocupacional. Por estes fatores observa-se que em 1985 o nível de renda *per capita* era bem menor e o diferencial entre homens e mulheres era muito maior do que nos anos 90. Em 1985, o rendimento médio dos homens que trabalhavam nas atividades de higiene pessoal era o dobro do rendimento das mulheres com o mesmo grau de instrução (ver Gráfico 4.3.2). Para dar uma idéia da discriminação que existia, o rendimento dos homens com segundo grau incompleto, naquele ano era de R\$ 5,00/hora e das mulheres, com o mesmo nível de escolaridade, era inferior a R\$ 2,00/hora.

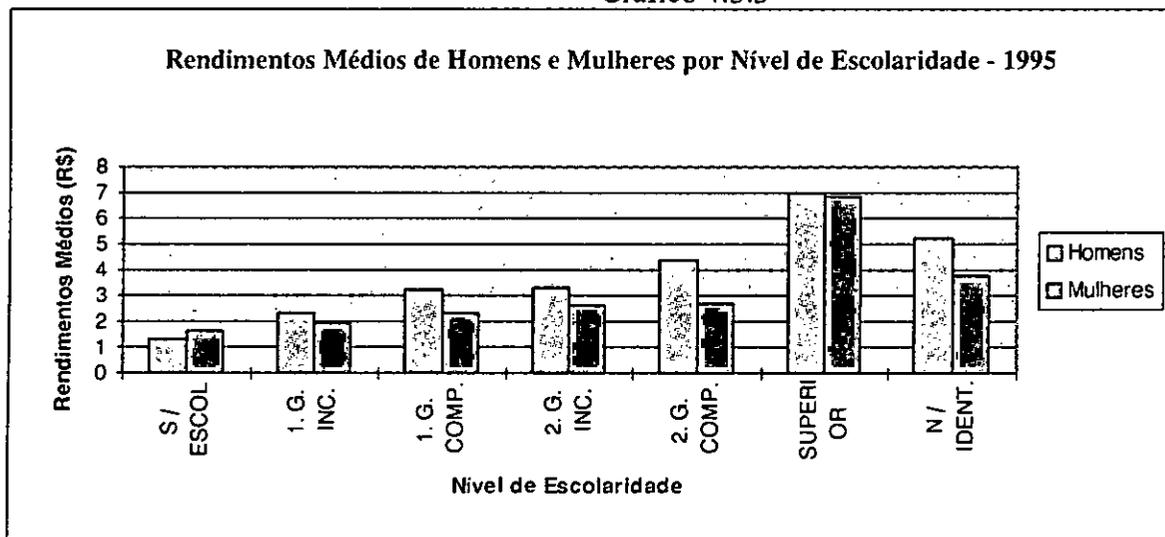
Gráfico 4.3.2



FONTE: PNAD/IBGE - 1985

Entretanto, as mudanças tecnológicas, nas indústrias de perfumaria e cosméticos e de material elétrico, ocorridas nesse período, provocaram uma sofisticação dos serviços ligados à beleza, levando à expansão dos salões de beleza *unissex* no Brasil, como ocorreu nos Estados Unidos, na década anterior.<sup>54</sup> Tal fato provocou melhora no padrão de renda, tanto em termos absolutos como relativos. Nesse período aumentou a renda das mulheres para todos os níveis de escolaridade, assim como diminuiu o diferencial entre o rendimento dos homens, chegando a igualar-se para os profissionais com nível superior de escolaridade (ver Gráfico 4.3.3).

Gráfico 4.3.3



FONTE: PNAD/IBGE - 1995

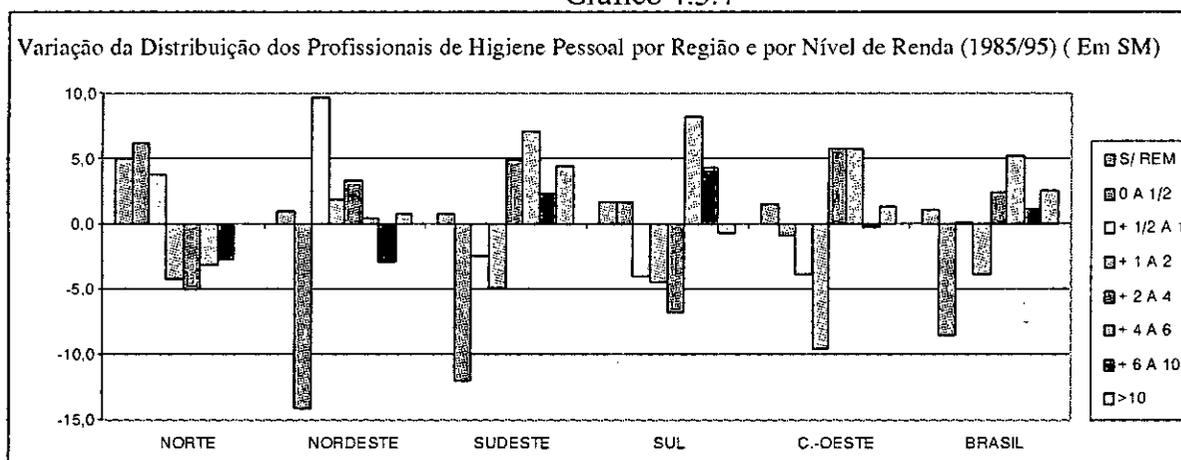
A mudança observada no perfil do rendimento do pessoal que trabalha nos serviços de beleza no Brasil reflete o movimento verificado na região Sudeste, onde estão concentradas tais

<sup>54</sup> Para o caso norte-americano, ver Wilburn, "A Contrast in Productivity Trends," p. 61.

atividades. Para as demais regiões, os ganhos de renda só se verificaram em função do nível de escolaridade. A região Norte, mais uma vez, teve o pior desempenho.

Essa mudança na distribuição de renda regional do segmento é bem distinta. O Gráfico 4.3.4 mostra que na região Sudeste aumentou a participação do pessoal com nível de renda mais alto e diminuiu o contingente de trabalhadores nas faixas de renda mais baixas. Em contraposição, na região Norte houve uma deterioração dos rendimentos do pessoal que trabalha neste segmento: aumenta a participação das pessoas com nível de renda mais baixo e diminui o contingente de pessoas com renda mais elevada.

Gráfico 4.3.4



FONTE: PNAD/IBGE - 1985/95

## 5 - Conclusões

Uma série de pesquisas empíricas, realizadas na América do Norte, tem enfatizado a importância que o mercado de trabalho, em geral, tem dado à beleza, que, como afirma Barro,<sup>55</sup> é um elemento tão discriminador quanto a inteligência. Esse economista considera ainda que o raciocínio econômico tem como implicação que a aparência física é sempre uma característica *bona fide* do trabalhador. Em determinados setores essa característica é altamente valorizada com grande influência na contratação e no diferencial de salário. O estudo de Hamermesh e Biddle (1994), indica que a diferença de salários entre as pessoas atraentes e pessoas não-atraentes é de aproximadamente 10%, para ambos os sexos. Este fato pode ser um dos responsáveis pela expansão de gastos com beleza, que envolve não apenas a aquisição de produtos de perfumaria e cosméticos como também de serviços de estética e higiene pessoal.

<sup>55</sup>No artigo "Empregar gente bonita - e por que não?" publicado na *Gazeta Mercantil* de 19/3/98, p. A2.

As pesquisas revelaram também uma certa volatilidade da produtividade (produto por hora do pessoal empregado) dos serviços de higiene pessoal (restrito a salões de beleza e barbearias) nos Estados Unidos, e, provavelmente, em outros países. Tal volatilidade está ligada à influência da moda nesta atividade. Entre 1972 e 1984 o conjunto de serviços oferecidos pelos salões de beleza norte-americanos mudou significativamente, devido, basicamente, aos ditames da moda. A influência desse fator nos serviços prestados pelos salões de beleza sobrepuja a tradicional relação com a composição da população feminina por faixa de idade, assim como pelo seu nível de renda. Ademais, as indústrias de perfumaria e cosméticos e de material elétrico, com lançamentos de novos produtos, com grande propaganda, têm afetado o desempenho dos serviços de higiene pessoal, pois esses produtos, pela facilidade de aplicação, estimularam o “auto-serviço”.

Esse movimento, observado na sociedade norte-americana no final dos anos 70 e início dos 80, verificou-se no Brasil, na última década, e provocou o crescimento nas atividades relativas à beleza, que pode ser explicada por vários fatores: a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, que elevou seu nível de renda e conseqüentemente o consumo de produtos e serviços de beleza; a discriminação existente do mercado de trabalho, que estimulou o sentimento de vaidade e a preocupação com a aparência; o medo de envelhecer, ou de refletir os sinais de velhice; e também a seletividade do mercado de trabalho, exigindo também que os homens cuidassem mais da aparência física.

O novo comportamento da população brasileira, mais preocupada com a aparência, e conseqüentemente demandante de bens e serviços relativos à beleza, pode justificar parcialmente o aumento do número de profissionais atuando neste segmento, na última década. Outro fator explicativo é de ordem técnica, refere-se ao fato de que tais atividades por não requererem mão-de-obra qualificada, e por exigirem pequeno montante de capital para instalação, não apresentam barreiras à entrada, pelo contrário operaram, preferencialmente, em estabelecimentos de pequeno porte, a maior parte (86,1%) composta de no máximo quatro pessoas.

O mais interessante é que esse comportamento da população brasileira provocou não só a sofisticação e diversificação da produção de cosméticos, mas também mudanças tecnológicas nos serviços de beleza que utilizam esses produtos. Entretanto, como tais serviços são altamente personalizados, tal evolução tecnológica não foi poupadora de mão-de-obra. Pelo contrário,

creceu muito o número de profissionais atuando no segmento de higiene pessoal. Entre 1985 e 1995, dobrou o pessoal ocupado neste segmento, o que equivale a um crescimento médio de 6,7% ao ano.

Analisando a distribuição por gênero, observa-se que a atividade tornou-se ainda mais feminina na última década (passou de 77% para quase 80% a participação das mulheres). Este movimento ocorreu na maioria das profissões, excetuando os técnicos de esporte, em que predomina a força de trabalho masculina e esteticistas, que, mesmo sendo uma profissão predominantemente feminina, incorporou mais homens neste período.

Outra conclusão interessante é que este segmento absorve uma força de trabalho mais madura: quase 35% do pessoal ocupado está na faixa mediana, entre 30 e 39 anos, e 17,5% entre 25 e 29 anos, inclusive cresceu a participação do pessoal com mais de 60 anos no período em análise.

Os dados da PNAD/IBGE revelam, ainda, uma transformação na estrutura ocupacional da atividade de higiene pessoal, na última década, em virtude do processo de modernização desse segmento, semelhante ao que se observou nos Estados Unidos entre os anos 70 e 80. Em 1995, constata-se uma redução das horas trabalhadas, ao mesmo tempo em que cresceu o número de trabalhadores nessa atividade. Os dados revelam ainda que aumentou muito o número de pessoas trabalhando menos de 20 horas semanais, ou seja, em tempo parcial.

Os rendimentos dos trabalhadores dessas atividades são menores do que os percebidos pelos da indústria e dos serviços em geral. Esta diferença torna-se maior se consideramos que parte do rendimento desses trabalhadores é proveniente de gorjetas e outras formas não oficiais de renda. Entretanto, em 1995, com a maior formalização da estrutura ocupacional desse segmento (medida pelo aumento de participação dos assalariados), constata-se uma melhora na distribuição dos rendimentos. Além disso, as mudanças tecnológicas ocorridas nesse período, provocando uma sofisticação dos serviços ligados à beleza, levou à expansão dos salões de beleza e à redução das barbearias nos Estados Unidos, assim como no Brasil, contribuindo também para a melhoria do nível de renda dos trabalhadores desse segmento, tanto em termos absolutos como relativos.

As pesquisas realizadas nos EUA constataram mudanças organizacionais (estruturais) nas atividades de estética e higiene pessoal, as quais tenderam à padronização de práticas operacionais e de estabelecimento de modelos gerenciais eficientes. Hoje, eles dispõem de uma série de serviços de consultoria para dar assistência à instalação e compra de equipamentos de salões de beleza, tais como: arquitetura, desenho interior, programas de promoção de venda além de assessoria financeira e gerencial. Por analogia, permitida pelo estudo, há a expectativa de que essa tendência ocorra no Brasil, propiciando a criação de novos serviços em virtude da expansão das atividades ligadas à beleza.

Conclui-se que tais atividades, aparentemente simples, podem constituir-se elemento propulsor tanto para o setor industrial (material elétrico e de perfumaria e cosméticos) como para os serviços de engenharia, arquitetura e assessoria financeira, assim como para o comércio. O consumo dos produtos de higiene pessoal cresceu muito nos últimos anos no Brasil, alcançando a posição do terceiro maior mercado mundial<sup>56</sup>. Como tais produtos são tecnologicamente mais avançados, com maior valor agregado, impelem que o faturamento cresça mais que proporcionalmente ao volume.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup>Embora o 27º em termos *per capita*, segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal Perfumaria e Cosméticos (Abihpec).

<sup>57</sup>Entre 1993 e 1996 o faturamento aumentou 61,54% (passou de US\$ 1,43 bilhões em 1993 para US\$ 2,31 bilhões em 1996 — *Gazeta Mercantil* 24/7/97 p. C-1).

## BIBLIOGRAFIA

BASSIN, A. The Consumer Revolt - What's in it for you? *Modern Beauty Shop*, Hjan, 1973.

BELLER, A. Trends of occupational segregation by sex and race, 1960-1981. In: Barbara Reskin ed., *Sexy Segregation in the Workplace*, National Academy Press, Washington D.C. pp. 11-26, 1986.

BERGMANN, B. occupational segregation wages, and profits when employers discriminate by race or sex. *Eastern Economic Journal*, pp.103-10, 1974.

BLAU, F. Economists approaches to sex segregation in the labor market: An Appraisal. In: Blaxal and Reagan, Eds., *Women and the Workplace* Chicago : University of Chicago Press, 181-99, 1976.

\_\_\_\_\_. *The economics of women men and work* ( Englewood Cliffs: Prantice-Halls), 1986.

\_\_\_\_\_. and HENDRICKS, W. Occupational segregation by sex: trends and prospects, *Journal of Human Resources*. Spring, 14, pp. 197-210, 1979.

BRAND, H. and AHMED, Z. Z. Beauty and barber shops: the trend of labor productivity. In: *Monthly Labor Review*, vol 109, number 3, March 1986.

CAIN, G. The economic analysis of labor market discrimination: a survey. In Orley Ashenfelter and Richard Layard, eds., *Handbook of Labor Economics*. Amsterdam: North-Holland, pp. 693-785, 1986.

FUCHS, V. and WILBURN, J. A. *Productivity differences within the service sector*, New York: National Bureau of Economic Research. (NBER). (Occasional Paper, 102).

\_\_\_\_\_. A note on sex segregation in Professional Occupations *explorations in economics research*, 2, Winter 1975, pp. 489-509, 1975.

HAMERMESH, D. and BRIDDLE, J., E. Beauty and the labor market. In: *The American economic review*, vol. 84 no. 5, December, 1994.

JACOBSEN, J. P. *The economics of gender*. Blackivell Publishers. Cambridge. MA and Oxford UK, 1994.

MELO, H. P. *et alii*. O setor serviços no Brasil: uma visão global — 1985/95. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, mar. 98 (Texto para Discussão, 549).

WILBURN, J. A. "A Contrast in Productivity Trends within Personal Services: The Beauty and Barber Shop Industries in Fuchs & Wilburn *Productivity Differences Within the Service Sector*, New York: National Bureau of Economic Research, (NBER). (Occasional Paper, 102). 1967.

## ARTIGOS DE JORNAIS

*Gazeta Mercantil*, 24/7/97, p. C-1

*Gazeta Mercantil*, 29/7/97, p C-8

*Gazeta Mercantil*, 28/1/98, pp. A.1, A.4.

*Gazeta Mercantil*, 19/3/98, p. A-2.

*Revista do Folha de São Paulo*, 22/9/96.

*Revista Veja*, 18/6/97.

# **O SERVIÇO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL: DE CRIADAS A TRABALHADORAS**

**Hildete Pereira de Melo \***

*Este trabalho é dedicado a Maria das Graças da Silva, uma das faces do meu papel feminino, a Nair Jane, Odete da Conceição e Zica, bravas lutadoras por melhores condições de trabalho para as domésticas brasileiras.*

---

\* Professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

## 1 – APRESENTAÇÃO

O interesse pelo estudo do serviço doméstico remunerado prende-se ao fato de que as trabalhadoras domésticas — definidas como pessoas que servem a um indivíduo ou família dentro de casa — representam cerca de 20% da PEA feminina na América Latina e no Caribe [Chaney e Castro (1993)]. No Brasil, em 1995, representavam 19% das mulheres trabalhadoras e essa participação se manteve constante ao longo da última década (PNAD/IBGE). Conhecer a dinâmica dessas atividades é um passo importante para desvendar a realidade de um país, com tão grandes contradições sociais e 20 milhões<sup>1</sup> de pessoas vivendo na mais absoluta miséria [Rocha (1997)]. O serviço doméstico remunerado é um bolsão de ocupação para a mão-de-obra feminina no Brasil, porque constitui culturalmente o *lugar da mulher* e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação. Essa atividade, por isso, é o refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento na sociedade.

## 2 – INTRODUÇÃO

A história do serviço doméstico no Brasil não difere muito da acontecida nos Estados Unidos. Aqui como lá, antes da abolição da escravatura, escravos domésticos eram encarregados das tarefas do lar. Ao longo do século XIX, as famílias tinham além das escravas domésticas a possibilidade de contar com mocinhas para uma espécie de “ajuda contratada”. Essa era uma fonte adicional de trabalho doméstico que no Brasil e nos Estados Unidos, depois da Abolição, tornou-se a maior fonte de trabalho feminino. A ajudante era enviada pela sua família para outra casa, como um passo intermediário entre a casa de sua família e o matrimônio. A industrialização e a urbanização, com a expansão da classe média, transformaram a chamada “ajuda” em serviço doméstico — realizado sobre as bases de casa e comida — para a população migrante de mulheres jovens brancas e não-brancas nascidas no campo. Essa idéia de “ajuda” perdurou na primeira metade deste século no Brasil, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste e mesmo no Sudeste, para desaparecer praticamente nas últimas décadas.<sup>1</sup> A exigüidade do mercado de trabalho numa sociedade tipicamente rural fez com que nem sempre o serviço doméstico fosse uma ocupação exclusivamente feminina [Kuznesof e Higman (1989)]. Todavia, nas últimas décadas, tanto no Brasil como em toda a América Latina e Caribe, cerca de 95% de todos os trabalhadores domésticos são mulheres. Essa predominância feminina direcionou este estudo para a análise dessas atividades apenas pelo ótica de gênero.

A mais importante questão para o estudo das atividades do serviço doméstico remunerado é o peso que elas têm para a ocupação das mulheres brasileiras. É difícil fazer uma análise econômica do serviço doméstico remunerado, porque os indicadores econômicos não permitem captar as sutilezas ideológicas e culturais que essa questão envolve. Essas atividades não são organizadas de forma

---

<sup>1</sup> Sobre a história do serviço doméstico nos Estados Unidos, ver Colen (1993).

capitalista, porque se realizam no interior de residências particulares e as patroas/patrões não são empresários. O contrato de trabalho firmado, seja verbal ou escrito, define que as empregadas realizam tarefas cujo produto — cozimento de alimentos (bens) ou lavagem de roupas e pratos (serviços) — é consumido diretamente pela família. Esses bens/serviços não circulam no mercado e não se mobiliza capital para a realização dessas tarefas, mas rendas pessoais.<sup>2</sup>

O caráter especial com que a sociedade as encara fica explícito pela utilização de uma legislação especial para regulamentar suas funções. A legislação brasileira que organiza o mercado de trabalho nacional — a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) — estabelece um modelo formal das relações assalariadas, separando atividades incluídas e excluídas da legislação. Os trabalhadores domésticos são excluídos da CLT e regidos por uma legislação especial.<sup>3</sup> Não se pode esquecer que existe uma heterogeneidade de situações dentro do serviço doméstico remunerado. Existem as empregadas domésticas residentes, que vivem no local de trabalho, recebem salário mensal, mais casa e comida — *as mensalistas*. No outro extremo, *as diaristas*, isto é, empregadas que não residem no local de trabalho, trabalham em várias casas de famílias, recebem salário diário ou semanal/mensal. É possível que tanto uma categoria como a outra tenham um contrato de trabalho formal.

As relações de trabalho do serviço doméstico são inscritas num contexto mais amplo que as relações estritamente jurídico-trabalhistas, mas estendem-se ao contrato de trabalho, jornada de trabalho, descanso remunerado, férias, fixação do salário, atendimento em acidentes de trabalho, doença, licença-maternidade. O trabalho executado pelos empregados domésticos não constitui apenas relação externa de compra e venda de força de trabalho, mas também *modo de vida*. O trabalho doméstico é uma responsabilidade da mulher, culturalmente definida do ponto de vista social como dona de casa, mãe ou esposa. Esse trabalho dirigido para as atividades de consumo familiar, é um serviço pessoal para o qual cada mulher internaliza a ideologia de servir aos outros, maridos e filhos. O trabalho realizado para sua própria família é visto pela sociedade como uma *situação natural*, pois não tem remuneração e é condicionado por relações afetivas entre a mulher e os demais membros familiares, gratuito e fora do mercado.<sup>4</sup> Quando uma mulher contrata uma terceira para executar essas tarefas, isto é, prestar tais serviços para uma família diferente da sua, esse trabalho doméstico converte-se em

---

<sup>2</sup> Sobre esse assunto ver Saffioti (1984), Castro (1982) e Chaney, e Castro (1989).

<sup>3</sup> Tiveram ou têm legislação especial os trabalhadores(as) rurais, os funcionários públicos, servidores de autarquias paraestatais. Estes têm direitos definidos pela Constituição de 1988, salvo as restrições feitas aos trabalhadores domésticos (artigo 7, inciso XXXIV, parágrafo único). Em 1963, os trabalhadores rurais passaram a ter proteção legal em lei trabalhista específica (Estatuto do Trabalhador Rural); em 1973 foram estendidos aos rurais os mesmos direitos dos urbanos e as domésticas só em 1972 passaram a ter alguns direitos legais por legislação específica. A Constituição de 1988 equiparou os trabalhadores rurais aos urbanos; às empregadas domésticas foram estendidos outros direitos, mas não o conjunto dos direitos trabalhistas.

<sup>4</sup> Existe um amplo debate sobre o trabalho doméstico, desde sua natureza até sua mensuração, já que as mulheres donas-de-casa, para efeito de cálculo do PIB, são consideradas inativas. Ver sobre o assunto Léon (1985) e Wainerman e Lattes (1981).

“serviço doméstico remunerado”. Esse trabalho da empregada doméstica herda socialmente o estigma de desvalorização que acompanha essas atividades. Patroas e empregadas domésticas participam de uma relação de identidade mediada pela lógica de servir aos outros como algo natural [Léon (1989)], embora essa relação trabalhista tenha dois efeitos contraditórios: de um lado, a questão de classe e, de outro, a identidade de gênero que é estabelecida entre as mulheres.<sup>5</sup> Essa questão também envolve um problema de *status* na sociedade, pois a utilização de empregadas domésticas confere uma certa posição à mulher dona-de-casa, independente da renda familiar [Higman (1989)].

Para a realização deste trabalho — avaliar para a última década o serviço doméstico remunerado no Brasil — utilizam-se os dados da PNAD/IBGE. Na PNAD de 1985 a classificação não permitia abertura para uma análise mais abrangente da atividade, a ocupação abrangia conjuntamente os serviços de ama, ama-de-leite, arrumadeira, babá, camareiro, caseiro, copeiro, cozinheiro, criado, dama-de-companhia, doméstica, governanta, mordomo, pajem e servente. Em 1995, essas atividades foram abertas em várias ocupações, num total de seis, o que possibilitou separar cozinheiras de babá, diarista, lavadeira, doméstica polivalente e governanta. No entanto, um aspecto importante para o seu estudo seria a separação das empregadas domésticas que residem no local de trabalho e as chamadas diaristas. Seria possível, assim, afirmar que a “profissionalização” dessas relações favorece o crescimento das diaristas, enquanto as domésticas que residem na casa da patroa estão fadadas a desaparecer. Infelizmente os dados não permitem claramente essa separação. Nos grandes centros urbanos tudo indica que há provavelmente uma tendência de contratar domésticas mensalistas ou diaristas, mas que tenham domicílio próprio.

Este estudo tem a seguinte estrutura: na primeira parte faz-se uma contextualização do mercado de trabalho feminino na década e o papel do serviço doméstico remunerado como principal fonte de ocupação das mulheres brasileiras; na segunda mensura-se a categoria dos trabalhadores domésticos separando por sexo e macrorregiões brasileiras, usando as variáveis faixa etária, cor, posição na família e na ocupação, rendimentos e jornada de trabalho para traçar um quadro da realidade do serviço doméstico remunerado no país e nas suas grandes regiões.

### **3 - O MERCADO DE TRABALHO E O SERVIÇO DOMÉSTICO REMUNERADO — 1985/95**

Os anos compreendidos entre 1970 e 1980 foram significativos para as mulheres brasileiras, quanto a sua participação no espaço público. O emprego feminino

---

<sup>5</sup> Este trabalho não desconhece que existem alguns homens que trabalham como domésticos, mas são marginais para nossa análise. Os dados no corpo do estudo demonstram essa pequena participação.

creceu 92% e o serviço doméstico remunerado, 43%.<sup>6</sup> O avanço do processo de industrialização da economia brasileira e sua ligeira desconcentração, nesta década, explicam a queda na importância do emprego doméstico para as mulheres brasileiras: em 1970, representava 27% e em 1980 aproximadamente 20% das trabalhadoras.<sup>7</sup> É interessante observar que neste nível permanecemos até os dias atuais, apesar da crença de que é uma atividade em extinção, porque o serviço doméstico é considerado pela literatura socioeconômica, como a continuação do trabalho pré-industrial. No caso brasileiro, apresenta-se ainda como ocupação oriunda da senzala, pois com a industrialização processaram-se mudanças, mas não o seu fim. Contudo, as transformações no serviço doméstico remunerado objetivavam modificar a relação patroa/empregada doméstica, tornando-a menos pessoal, sem relações de parentesco fictícias e de ajuda à trabalhadora e sua família. Houve uma certa “profissionalização” ou “mercantilização” do posto de trabalho diferente da antiga relação, construída numa dimensão pessoal muito estreita [Kuznesof (1989)].

O serviço doméstico remunerado como ocupação manteve quantitativamente uma posição importante na sociedade brasileira e latino-americana, claro que o aumento da taxa de atividade das mulheres brasileiras no mercado de trabalho fez-se com uma maior diversificação ocupacional e, assim, a mais tradicional e antiga das ocupações femininas (serviço doméstico) perdeu naturalmente posição. De qualquer maneira é preciso explicitar que em todas as atividades econômicas houve um aumento da participação feminina. Quando se compara a distribuição da população ocupada feminina em 1985 com 1995 (Tabela 1), observa-se um crescimento, que é expresso na passagem do nível de participação no total da população feminina ocupada de 33,42% (1985) para 37,95% (1995), com uma taxa média de crescimento ao ano desta ocupação, de 3,68% contra 2,37%, do total das pessoas ocupadas. Esse crescimento permite concluir que a absorção das mulheres no mercado de trabalho na última década foi mais dinâmica que a dos homens e as atividades econômicas que mais expandiram a ocupação feminina foram o comércio e administração pública.

---

<sup>6</sup> Ver, a respeito do tema, Melo (1989), Bruschini (1994), Mello (1982), Camargo e Serrano (1983) e Paiva (1980).

<sup>7</sup> Essa relação entre industrialização e a diminuição do emprego doméstico é contraditória e historicamente encontram-se exemplos diferentes para alguns países do continente americano [Higman (1989)]. A relação parece mais evidente com o crescimento da migração rural-urbana. Acontece que as economias da América Latina e Caribe tiveram um processo de expulsão da agricultura sem um concomitante avanço do processo de industrialização. No caso brasileiro devia-se também avaliar que as mulheres pobres sempre trabalharam. A novidade da década de 70 foi a entrada maciça das mulheres de classe média no mercado de trabalho, que pode ser uma das explicações para essa menor participação.

Tabela 1

Brasil — Distribuição da População Ocupada Feminina segundo os Setores de Atividades

Setor de Atividade	(Em %)	
	1985	1995
Agropecuária	16,03	14,03
Extração Vegetal/Mineral	2,11	0,97
Indústria Geral	11,73	9,17
Construção Civil	0,32	0,32
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,38	0,51
Comércio	9,90	12,98
Transportes	0,46	0,48
Comunicação	0,39	0,37
Instituições Financeiras	2,47	1,47
Administração Pública	13,85	14,83
Outros Serviços Técnicos Profissionais	1,54	2,25
Outros Serviços Prestados às Empresas	1,54	1,64
Outros Serviços Saúde e Ensino	4,96	5,53
Outros Serviços Comunitários	1,51	1,72
Outros Serviços de Reparação e Conservação	0,15	0,31
Outros Serviços de Hospedagem e Alimentação	3,15	4,35
Outros Serviços Pessoais	28,39	27,43
Outros Serviços Sociais	0,07	0,11
Outros Serviços Distributivos	0,84	1,21
Outros Serviços Auxiliares	0,21	0,32
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE/PNAD, 1985 e 1995.

A relativa diversificação na ocupação das mulheres, na década, não representa ainda uma profunda mudança, pois o serviço doméstico remunerado ainda é a ocupação principal das brasileiras, como demonstra a Tabela 1, ainda que nos seus registros esteja compreendido na rubrica *outros serviços pessoais*. Em números absolutos, são quase 5 milhões de mulheres,<sup>8</sup> que exercem essa ocupação. Em recente pesquisa Barros, Mendonça e Machado (1997) concluem que as mulheres mantiveram-se majoritariamente concentradas num leque restrito de atividades: domésticas, trabalhadoras rurais/camponesas, comerciárias. Essas três atividades representavam em 1995, 46% da mão-de-obra feminina; agregando-se as professoras, enfermeiras/atendentes de saúde, operárias do vestuário, operárias do setor têxtil e do eletroeletrônico, atingiam-se quase 80% das trabalhadoras brasileiras.<sup>9</sup> Essas informações mostram que a despeito do incremento da taxa de

<sup>8</sup> São 4.782.016 (PNAD/IBGE, 1995).

<sup>9</sup> Barros, Mendonça e Machado (1997) afirmam que 50% das mulheres encontram-se em ocupações que correspondem a 5% da força de trabalho masculina e vice-versa.

atividade feminina, não houve grandes mudanças na estrutura ocupacional na última década, com relação a participação das mulheres no mercado de trabalho. Ao longo dos últimos 25 anos essas atividades não foram significativamente alteradas. O Censo Demográfico de 1970 mostrava que as empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, professoras primárias, costureiras, comerciárias, atendentes de saúde, auxiliares de escritório e operárias têxteis representavam quase 80% da população ocupada feminina. Em 1980 ainda eram as principais ocupações das mulheres brasileiras, embora tivessem diminuído sua importância relativa, constituíam ainda cerca de 60% do total da ocupação feminina<sup>10</sup> (de 1985 até 1995 a distribuição das ocupações das mulheres brasileiras pode ser vista na Tabela 1).

Na última década as transformações no mercado de trabalho nacional refletiram-se no aumento da ocupação do setor Serviços. Em 1985 as mulheres que trabalhavam nessas ocupações representavam 69% da população ocupada e em 1995 essas ocupações atingem a participação de 75%. A perda dos postos de trabalho foram na indústria geral e na agropecuária, tradicionais redutos da ocupação masculina. Nos Serviços a participação entre homens e mulheres é praticamente a mesma para os dois sexos (51% e 49%). Nessas atividades o comércio concentra proporcionalmente mais homens e os serviços domésticos mais mulheres. A Tabela 2 permite ainda concluir que além dos serviços domésticos remunerados, são também femininas as atividades de higiene pessoal (classificadas na rubrica *outros serviços pessoais*), saúde/ensino e a administração pública.

O serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. As migrantes rurais-urbanas têm nessas atividades “o caminho de socialização na cidade (...) o abrigo, a comida, a casa e a família” [Castro (1982)], porta de entrada para o mercado de trabalho urbano, as mulheres iniciavam esse trabalho nas casas de famílias a título de “ajuda”. Provavelmente, a oferta e os baixos salários pagos a essas trabalhadoras possibilitaram que as mulheres dos estratos de renda médios e altos ingressassem no mercado de trabalho nas últimas décadas, sem que a sociedade criasse em contrapartida serviços coletivos de creches, escolas em tempo integral, atividades que diminuíssem em parte os encargos familiares com a socialização das crianças. Como as mulheres pobres não têm voz no cenário político, restaram-lhes as soluções improvisadas para a guarda dos seus próprios filhos, sem interferência do Estado. Como essas mulheres sempre trabalharam, seja no eito ou na senzala, a novidade atual é o exercício do trabalho fora de casa das mulheres da classe média.

---

<sup>10</sup> As informações sobre a ocupação das mulheres brasileiras para os anos 70 e dados censitários de 1980 podem ser encontrados nos seguintes trabalhos: Bruschini (1994), Saffioti e Munhoz (1994) e Mello (1982).

Tabela 2

Brasil — População Ocupada nos Setores de Atividades segundo o Sexo

(Em %)

Setor de Atividade	1985		1995	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Agropecuária	79,94	20,06	75,91	24,09
Extração Vegetal/Mineral	66,77	33,23	64,72	35,28
Indústria Geral	73,55	26,45	72,91	27,09
Construção Civil	98,18	1,82	98,03	1,97
Serviços Industriais de Utilidade Pública	85,69	14,31	78,49	21,51
Comércio	68,21	31,79	61,57	38,43
Transportes	95,14	4,86	94,62	5,38
Comunicação	70,94	29,06	68,62	31,38
Instituições Financeiras	65,40	34,60	58,74	41,26
Administração Pública	47,22	52,78	42,57	57,43
Outros Serviços Técnicos Profissionais	65,51	34,49	59,12	40,88
Outros Serviços Prestados às Empresas	72,65	27,35	73,10	26,90
Outros Serviços Saúde e Ensino	29,75	70,25	27,63	72,37
Outros Serviços Comunitários	50,49	49,51	44,36	55,64
Outros Serviços de Reparação e Conservação	97,90	2,10	96,10	3,90
Outros Serviços de Hospedagem e Alimentação	60,58	39,42	55,14	44,86
Outros Serviços Pessoais	14,06	85,94	14,31	85,69
Outros Serviços Sociais	80,96	19,04	70,93	29,07
Outros Serviços Distributivos	72,33	27,67	62,81	37,19
Outros Serviços Auxiliares	84,03	15,97	71,76	28,24
Serviço Doméstico Remunerado	6,43	93,57	6,84	93,16
Total da Economia	66,58	33,42	62,05	37,95

Fonte: IBGE/PNAD, 1985 e 1995.

#### 4 - TRABALHADORES DOMÉSTICOS — A ANTIGA/NOVA OCUPAÇÃO QUANTAS(OS) E QUEM SÃO?

A categoria trabalhadores domésticos é essencialmente feminina, mais de 90% dos seus trabalhadores foram e são mulheres e esta situação não foi alterada na década: em 1985 havia cerca de 3,5 milhões (93,57%) de mulheres para apenas cerca de 250 mil (6,43%) homens e em 1995 são 4,8 milhões (93,16%) mulheres para 350 mil (6,84%) homens. Nota-se um pequenino aumento na taxa de participação masculina (Tabela 3). Tanto em 1985 como em 1995 o significativo peso da mão-de-obra feminina é evidente: uma taxa de participação sempre acima dos 90%.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Para 1990, a ocupação no serviço doméstico remunerado, nas regiões metropolitanas teve algumas variações e as regiões metropolitanas de Recife e Salvador para aquele ano tiveram uma ligeira queda na taxa de participação feminina. Ver Abreu, Jorge e Sorj (1994).

Tabela 3

Brasil e Macrorregiões — Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado segundo o Sexo

(Em %)

Região	1985		1995	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Norte	4,57	95,43	4,93	95,07
Nordeste	6,58	93,42	7,94	92,06
Sudeste	7,25	92,75	7,01	92,99
Sul	3,83	96,17	5,30	94,70
Centro-Oeste	5,94	94,06	6,45	93,55
Brasil	6,43	93,57	6,84	93,16

Fonte: IBGE/PNAD, 1985 e 1995.

Abrindo esses dados pelas macrorregiões brasileiras para os anos de 1985 e 1995, observa-se que houve uma ligeira mudança na distribuição desses trabalhadores. As regiões Norte,<sup>12</sup> Nordeste e Sul aumentaram sua participação nessa ocupação, mas as razões são diferenciadas. As duas primeiras são as menos desenvolvidas do país; para o Nordeste, todavia, esse aumento provavelmente indica não só atraso como uma retração da ocupação nos demais setores econômicos, pois nessa década o Nordeste teve um processo maior de estagnação econômica do que o resto do país;<sup>13</sup> no Norte a explicação deve ser buscada na tibieza do desenvolvimento industrial, apesar da Zona Franca de Manaus. Quanto à região Sul, o seu ligeiro incremento deve ser mais atribuído à reestruturação industrial que expulsou trabalhadores do chão de fábrica. Essa hipótese fica evidenciada quando se separam esses trabalhadores por sexo e se observa que o maior incremento na taxa de participação masculina no serviço doméstico remunerado no Brasil foi nessa região (Tabela 3 e Gráfico 1).

As informações da PNAD anteriores aos anos 90 não permitiam analisar a variável *cor* para os trabalhadores domésticos (Tabela 4). Contudo, uma observação baseada na vivência dos lares brasileiros, memórias de nossas infâncias, o estereótipo de babás e cozinheiras era de negras e mulatas. Tal constatação permite sugerir que no Brasil as negras passaram diretamente da senzala para o trabalho doméstico.<sup>14</sup> Como assinalou Gonzalez (1982, p.98), quando a mulher negra “*não trabalha como doméstica, encontramos esta prestando serviços de baixa remuneração nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de “empregadas de limpeza”*”.

<sup>12</sup> A região Norte nas informações da PNAD/IBGE abrange apenas a área urbana.

<sup>13</sup> O Nordeste foi a única macrorregião brasileira que nesta década teve sua participação PIB total brasileiro diminuída, caindo de 13,4% para 12,9% [Melo *et alii* (1997)].

<sup>14</sup> Exemplos sobre essa questão podem ser encontrados na literatura nacional: os poemas *Essa Nega Fuló* de Jorge de Lima e *Irene* de Manuel Bandeira e a personagem tia Nastácia das narrativas de Monteiro Lobato expressam bem essa idéia da presença de mulheres negras/mulatas nas casas brasileiras.

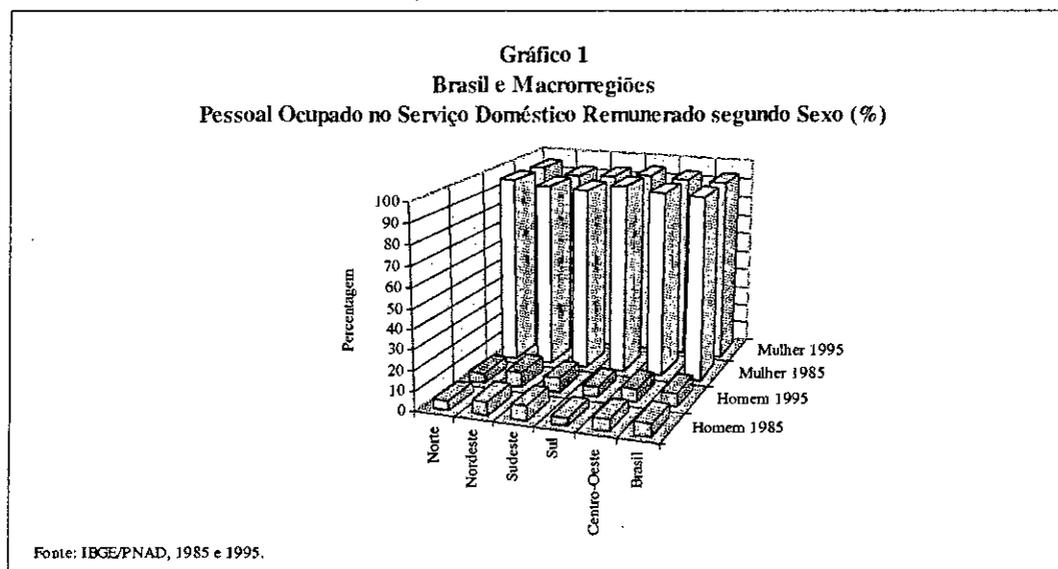


Tabela 4

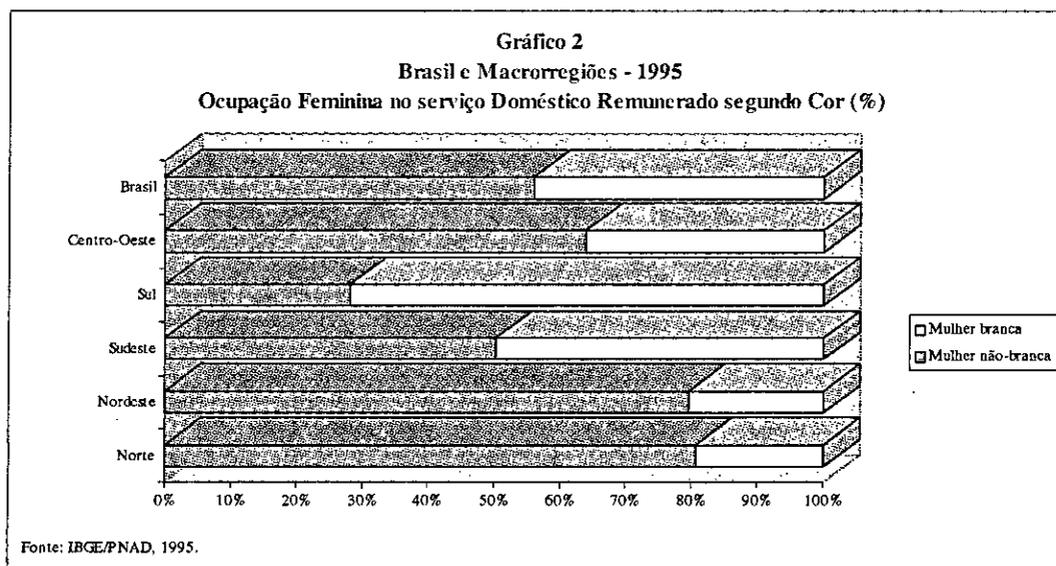
Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado segundo o Sexo e a Cor — 1995

(Em %)

Região	Homem		Mulher		Total	
	Branca	Não-branca	Branca	Não-branca	Branca	Não-branca
Norte	25,78	74,22	19,35	80,65	19,67	80,33
Nordeste	21,39	78,61	20,47	79,53	20,54	79,46
Sudeste	58,77	41,23	49,70	50,30	50,34	49,66
Sul	73,37	26,63	71,79	28,21	71,88	28,12
Centro-Oeste	52,70	47,30	36,05	63,95	37,12	62,88
Brasil	48,86	51,14	43,98	56,02	44,31	55,69

Fonte: IBGE/PNAD, 1995.

A introdução da variável *cor* nos anos 90, particularmente no ano 1995, estudado nessa pesquisa, mostra que esses trabalhadores são 56% não-brancos, para uma taxa de participação de 44% de brancos. Analisando esses dados pelas macrorregiões, nota-se que no Norte e Nordeste há quase 80% de não-brancos na categoria, e o Sul apresenta a mais baixa taxa de participação cerca de 28,12% de não-brancos. Apesar do reduzido número de homens na categoria foi feita a separação por sexo e observa-se que tanto para os homens como para as mulheres o predomínio nesta categoria é dos não-brancos, embora tal separação varie regionalmente, com o Sul pesadamente branco e queda do diferencial para o Sudeste e Centro-Oeste (Tabela 4 e Gráfico 2).



Na análise das diversas atividades arroladas pela PNAD na categoria profissional serviço doméstico remunerado para 1995 é possível separá-las e assim poder saber se no corte por sexo há diferença na ocupação entre homens e mulheres. Na Tabela 5 nota-se que os homens ocupados no subsetor têm algumas diferenças com relação às mulheres. Primeiro, atividades classificadas como domésticas polivalentes agregam 76% das trabalhadoras para uma participação masculina de 55%, todavia a novidade está em que motoristas, jardineiros, cuidando de idosos/doentes, representam 39% dos homens, e as mulheres aparecem em seguida como diaristas/faxineiras, com uma taxa de participação de 12%, lavadeiras/passadeiras com 5% e babás 4,5%. Essas ocupações concentram 97,5% das mulheres alocadas nos serviços domésticos remunerados. Há, portanto, funções diferenciadas por sexo no interior da categoria. De outro ponto de vista a Tabela 6 mostra essas informações separadas por sexo e observa-se que em todas as ocupações, as mulheres têm mais de 90% de taxa de participação, à exceção de atendente/jardineiro/motorista em que os homens surgem com 79,08% de participação.

Uma outra questão suscitada pela análise do serviço doméstico remunerado, cuja resposta esse trabalho não elaborou satisfatoriamente, diz respeito as trabalhadoras mensalistas que moram na casa dos patrões e às diaristas. Há uma mudança que pelo menos nos grandes centros urbanos é visível, mas que os dados não captam muito bem. Ao estudar essa ocupação não é possível esquecer essa questão, ainda que tenhamos de recorrer ao habitual comentário “não foi possível obter informações que permitam conclusões definitivas sobre o assunto”. Dirigentes do Sindicato dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro<sup>15</sup> afirmam que só nos

<sup>15</sup> Até a promulgação da Constituição, em outubro 1988, não se reconhecia o direito de sindicalização dos trabalhadores desta categoria profissional. Em 16 de dezembro de 1988, por isso, a Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro transformou-se em sindicato. Segundo uma de suas dirigentes, o Ministério do Trabalho tinha-lhe negado, por três vezes, a tentativa de reconhecimento.

anos 80, a questão das domésticas com jornadas de trabalho definida irrompe nos grandes centros urbanos. Tanto como uma reivindicação da classe como exigência da própria vida nesses centros (entrevista pessoal). Dois problemas envolvem essa questão. Primeiro, as domésticas externas/diaristas são mulheres pobres com filhos menores, morando nas periferias das zonas metropolitanas, sem creches e escolas em tempo integral, mas que não têm outra forma de ganhar a vida. Segundo, a vida moderna nos grandes centros urbanos ocorre para que algumas patroas prefiram uma empregada que tenha moradia própria, porque a doméstica residente “*rouba liberdade dentro de casa*”. Além disso, não oferecer alojamento e todas as refeições é uma maneira de cortar custos para a classe média. Dessa maneira, trabalhadores domésticos vivendo nas casas dos patrões tendem a desaparecer, portanto o oferecimento de casa e comida de antanho, ranço do escravismo, está sumindo paulatinamente nas metrópoles brasileiras.

Tabela 5

Brasil: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado e Distribuição das Ocupações por Sexo — 1995

Ocupação	(Em %)	
	Homem	Mulher
Arrumadeira/camareiro	0,17	0,33
Babá/Ama/acompanhante	0,58	4,51
Cozinheira/copeira	0,42	1,08
Diarista/faxineira	4,13	11,99
Lavadeira/passadeira	0,57	5,42
Governanta/mordomo	0,12	0,27
Doméstica polivalente	55,44	75,64
Atendente/jardineiro/motorista	38,57	0,75
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE/PNAD, 1995.

Tabela 6

Brasil: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado e a Participação nas Ocupações segundo o Sexo — 1995

Ocupação	(Em %)	
	Homem	Mulher
Arrumadeira/camareiro	3,56	96,44
Babá/Ama/acompanhante	0,94	99,06
Cozinheira/copeira	2,77	97,23
Diarista/faxineira	2,47	97,53
Lavadeira/passadeira	0,76	99,24
Governanta/mordomo	3,15	96,85
Doméstica polivalente	5,10	94,90
Atendente/jardineiro/motorista	79,08	20,92
Total	6,84	93,16

Fonte: IBGE/PNAD, 1995.

A situação dos trabalhadores externos/diaristas na categoria representa uma forma mais clara de relações de trabalho assalariado (com ou sem carteira). Tal permite demarcar as relações de classe, enquanto os trabalhadores domésticos residentes têm essa relação dissimulada: o alojamento, a comida são vistos como uma regalia dos patrões. Ademais, para as externas/diaristas é possível separar mais facilmente a jornada de trabalho e definir melhor a relação patroa/empregada.

Nos anos 90, as informações da PNAD permitem separar os trabalhadores que exercem suas funções em mais de um domicílio. Tal pode ser uma *proxy* para analisar essa problemática, porque pode-se inferir que os trabalhadores trabalhando em dois ou mais domicílios provavelmente moram fora do seu ambiente de trabalho. Sabe-se pela própria vivência dos dias atuais que é cada vez maior o número de trabalhadores domésticos que vão para suas casas ao final do dia, mas como mensurá-lo ainda não foi possível. Na Tabela 7 tem-se o seguinte resultado: 18% das mulheres declararam exercer suas atividades em mais de um domicílio para 15% dos homens. Relativamente, essa questão é mais acentuada na região Sudeste tanto para as mulheres como para os homens.

Tabela 7

Brasil: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado e o Número de Domicílios de Prestação do Serviço segundo o Sexo — 1995

Número de Domicílios	(Em %)	
	Homem	Mulher
Um	86,37	81,73
Mais de um	13,63	18,27
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE/PNAD, 1995.

## 5 - FAIXA ETÁRIA: MENINAS/MOCINHAS E MÃES

As características de precariedade dos serviços domésticos remunerados fica patente na análise da distribuição da população ocupada, nessas atividades, segundo a faixa etária. Apesar da diminuição nessa década da taxa de participação das crianças no subsetor. No mercado de trabalho brasileiro o trabalho infantil aparece com maiores taxas de participação nas ocupações comércio ambulante, feirantes e trabalhadores domésticos,<sup>16</sup> cujas relações de trabalho são extremamente precárias. Em 1985, havia cerca de 9,33% de crianças nessa ocupação e em 1995 a taxa caiu para 5,07%. Examinando-a pelo ângulo do sexo, constata-se que em 1985 as crianças mulheres eram 9,39% e os meninos apareciam com uma menor proporção, 8,44%; em 1995 houve uma inversão e as crianças do sexo masculino ficam com 5,55% e as meninas com 5,03%. Considerando uma faixa etária mais ampla, que englobe o trabalho dos menores adolescentes, por

<sup>16</sup> Em 1995 o comércio ambulante tem uma taxa de participação na faixa de 10/14 anos de 7,58% de trabalhadores. Nas feiras a participação é de 8,36% [Melo *et alii* (1997)].

exemplo, na faixa entre 15/17 anos há uma taxa de participação de 11%, agregando as faixas de 10/17 anos tem-se 16% de trabalhadores domésticos, para uma média nacional de cerca de 11%. Quando se consideram apenas as mulheres no serviço doméstico remunerado, essa taxa de participação chega a 26,67%, o que pode significar que, para as mulheres o serviço doméstico remunerado é a porta de entrada no mercado de trabalho urbano (Tabela 8 Gráfico 3).

Tabela 8

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado segundo o Sexo e a Faixa Etária — 1985

(Em %)

Faixas de Idade (anos)	Homem						Mulher					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
10 a 14	8,59	7,30	8,02	4,58	19,32	8,44	13,11	10,41	8,29	9,02	14,15	9,39
15 a 17	13,01	12,19	7,82	3,99	13,87	8,79	22,39	21,07	14,65	18,54	22,84	17,28
18 a 24	22,23	30,49	17,16	21,48	22,79	20,44	30,40	33,59	25,79	24,58	29,96	27,47
25 a 29	11,35	9,98	10,68	11,75	7,24	10,41	10,34	9,11	11,35	11,05	8,50	10,64
30 a 39	9,97	12,53	17,00	11,69	9,04	14,99	12,19	11,35	18,40	17,92	13,59	16,50
40 a 49	16,66	8,44	14,16	18,92	10,68	13,37	7,05	8,84	12,13	10,59	6,90	10,74
50 a 59	11,47	9,90	12,65	13,47	7,73	11,85	3,03	3,99	6,98	6,16	3,44	5,92
60 a 64	2,58	4,60	5,00	6,86	3,82	4,97	0,73	0,73	1,36	1,18	0,47	1,13
65/ mais	4,14	4,56	7,50	7,26	5,51	6,75	0,75	0,92	1,07	0,96	0,16	0,94
Total	100,0	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE/PNAD, 1985.

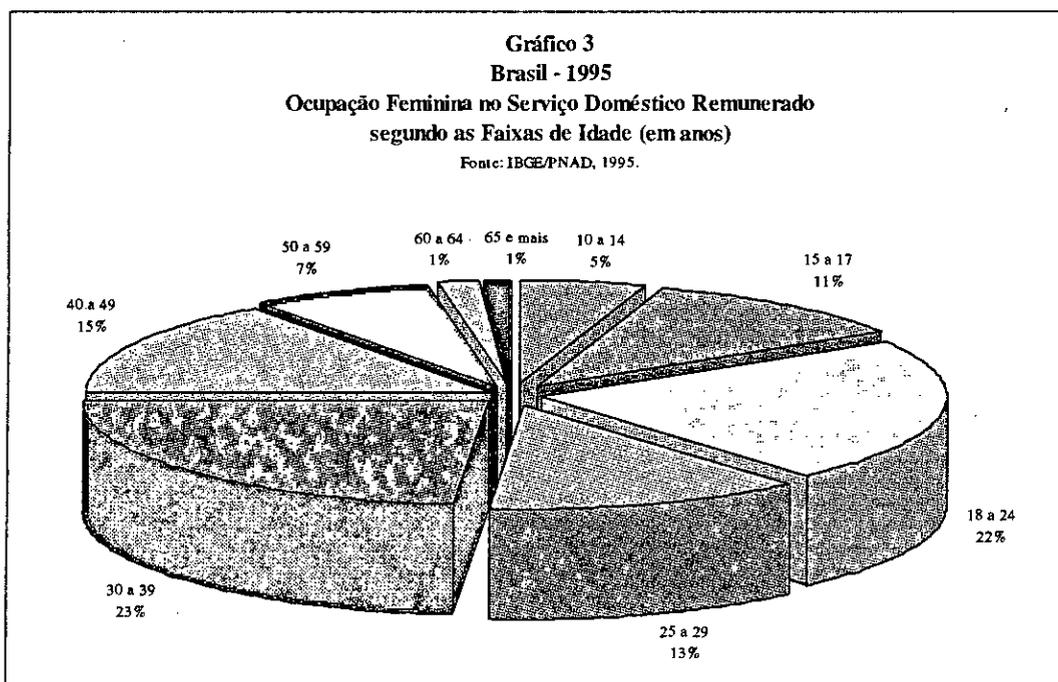


Tabela 9

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado segundo o Sexo e a Faixa Etária — 1995

Faixas de Idade (anos)	Homem						Mulher						(Em %)
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
10 a 14	17,17	8,92	3,13	4,31	6,79	5,55	7,67	6,86	3,90	4,24	6,77	5,03	
15 a 17	3,55	11,50	7,37	4,59	12,09	8,40	21,15	15,61	8,45	9,57	12,29	11,14	
18 a 24	20,85	28,05	11,07	8,80	21,43	16,51	29,93	28,43	19,30	20,19	24,44	22,43	
25 a 29	16,20	12,15	11,48	12,23	8,16	11,64	10,53	13,07	12,09	14,77	14,40	12,86	
30 a 39	23,44	15,63	22,00	18,45	13,74	19,25	18,14	17,97	25,84	26,00	22,83	23,47	
40 a 49	12,63	8,91	16,17	16,89	19,06	14,39	7,61	11,29	17,80	15,11	12,44	15,00	
50 a 59	6,15	7,14	12,42	17,43	8,67	11,10	3,32	4,73	9,19	8,13	5,44	7,43	
60 a 64	0,00	3,63	6,19	4,08	7,61	5,16	1,03	1,23	1,82	1,32	0,86	1,49	
65/ mais	0,00	4,08	10,17	13,23	2,44	7,98	0,62	0,81	1,61	0,68	0,51	1,15	
Total	100,0	100,0	100,0	100,00	100,00	100,0	100,0	100,0	100,0	100,00	100,0	100,0	

Fonte: IBGE/PNAD, 1995.

Uma outra questão interessante na distribuição dos trabalhadores por sexo e faixa etária, diz respeito à tendência de concentração das mulheres nas faixas de 18/49 anos, com 65,35% (1985) e 73,76% (1995) enquanto para os homens nas mesmas faixas etárias as taxas de participação foram de 59,21% (1985) e 61,79% (1995). A diferença entre os dois sexos situa-se na faixa dos trabalhadores acima de 50 anos, porque nela a taxa de participação masculina é superior à feminina (Tabela 8): tudo indica que os homens exerçam esse trabalho como um “bico” para complementação de renda.

Além da importância do significado do trabalho dos menores (10/17 anos) nessa atividade, como se ressaltou e explicitou na Tabela 8, que mostra aumento da taxa de participação destes de 17,23% (1985) para 26,67% (1995), isso pode ser uma pista para a afirmação de que essa atividade é a porta de entrada para o mercado de trabalho. Uma outra observação deve ser feita pelo cruzamento dos dados da distribuição por faixa etária dos trabalhadores domésticos e posição na família. Em 1985, havia um contingente de jovens, nas faixas de 10/24 anos representando quase 38% da categoria, correspondendo a uma posição na família (Tabela 10) de cerca de 34% de filhas(os); considerando-se apenas a faixa de 15/24 anos essa taxa fica em 29% do pessoal ocupado total na atividade. Em 1995, a faixa etária de 10/24 anos tem uma taxa de participação de 54%; considerando apenas a faixa de 15/24 anos essa taxa é de 45% da população ocupada na atividade, enquanto a taxa de participação das filhas(os) caiu para 23%, e as esposas(os) que eram 23% em 1985, aumentaram a taxa de participação para 36% em 1995. Por sua vez os chefes de família também aumentaram na década a participação, passando de 19% para 25% dos trabalhadores domésticos. Que conclusões podem ser tiradas desses percentuais? É significativa a presença de jovens nessa ocupação. Ademais, como a categoria é eminentemente feminina, tal pode representar a expansão do número de

lares chefiados por mulheres, como outras pesquisas já têm enfatizado [ver Barros e Mendonça (1995) e Barros *et alii* (1997)].

Tabela 10

Brasil e Macrorregiões — Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado segundo a Posição na Família

(Em %)

Região	1985					1995				
	Chefe	Cônjuge	Filho	Parente	Outros	Chefe	Cônjuge	Filho	Parente	Outros
Norte	18,23	13,20	27,16	4,75	36,67	23,12	20,93	29,54	7,14	19,28
Nordeste	17,03	11,47	29,24	2,87	39,40	23,39	24,30	25,50	4,62	22,19
Sudeste	20,55	26,83	33,16	4,46	15,00	26,60	39,61	21,01	5,17	7,61
Sul	17,10	27,77	36,84	4,16	14,14	22,41	46,59	19,84	3,11	8,05
Centro-Oeste	15,26	15,40	42,72	4,72	21,91	25,32	34,12	24,55	5,89	10,13
Brasil	18,90	22,94	33,65	4,15	20,36	24,95	35,87	22,53	4,86	11,79

Fonte: IBGE/PNAD, 1985.

## 6 - POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO: A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA AINDA NÃO CHEGOU!

O serviço doméstico remunerado apresenta uma maior informalidade e precariedade das relações de trabalho dentre as diferentes categorias de trabalhadores brasileiros. Em 1985, os trabalhadores domésticos eram apenas 13,56% com carteira para 77,93% sem carteira e 8,52% de trabalhadores por conta própria. Em 1990, encontramos um aumento da formalização nessa categoria profissional com 20,4% com carteira, 74,4% sem carteira e 4,8% por conta própria.<sup>17</sup> Em 1995, houve uma melhora nessas relações, pois aumentou a participação dos trabalhadores com carteira na categoria como demonstra a Tabela 12.<sup>18</sup> É bem verdade que ainda é uma das piores marca da economia nacional. Separando as informações por sexo, nota-se que são especialmente as mulheres dessa categoria que representam um enorme contingente das trabalhadores sem carteira, porque os homens empregados com carteira representam quase o dobro da proporção de mulheres trabalhadoras domésticas com carteira ao longo da década (Tabelas 11 e 12, Gráfico 4).

Na Tabela 13 foi feita uma comparação entre os serviços domésticos remunerados e os demais subsetores de serviços. Nota-se que não há disparidade entre as categorias profissionais quanto à precarização do emprego. Todos apresentam uma ordem de grandeza semelhante quanto ao trabalho sem carteira e conta própria, mas é claro que os trabalhadores domésticos têm nessas posições as maiores taxas de participação no conjunto das atividades de serviços.

<sup>17</sup> Os dados para 1990 são da PNAD/IBGE, mas foram coletados em Abreu, Jorge e Sorj (1994)

<sup>18</sup> A partir de 1992 as PNADs passaram a identificar a posição na ocupação dos trabalhadores domésticos apenas em com carteira e sem carteira, abolindo as outras classificações.

Tabela 11

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado segundo o Sexo e a Posição na Ocupação — 1985

(Em %)

Região	Homem			Mulher			Total		
	Empregada c/ carteira	Empregada s/ carteira	Conta própria	Empregada c/ carteira	Empregada s/ carteira	Conta Própria	Empregada c/ carteira	Empregada s/ carteira	Conta própria
Norte	25,71	66,98	7,31	4,91	94,19	0,90	5,87	92,94	1,20
Nordeste	21,34	74,94	3,72	5,80	91,56	2,64	6,78	90,51	2,71
Sudeste	33,62	61,84	4,53	14,36	74,86	10,79	15,73	73,93	10,34
Sul	36,60	55,45	7,96	17,77	69,59	12,64	18,49	69,05	12,46
Centro-Oeste	16,18	82,35	1,47	5,71	90,85	3,44	6,33	90,35	3,32
Brasil	30,24	65,23	4,53	12,43	78,78	8,79	13,56	77,93	8,52

Fonte: IBGE/PNAD, 1985.

Tabela 12

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado segundo o Sexo e a Posição na Ocupação — 1995

(Em %)

Região	Homem		Mulher		Total	
	Empregada c/ carteira	Empregada s/ carteira	Empregada c/ carteira	Empregada s/ carteira	Empregada c/ carteira	Empregada s/ carteira
Norte	25,92	74,08	6,56	93,44	7,54	92,46
Nordeste	23,41	76,59	8,57	91,43	9,75	90,25
Sudeste	49,63	50,37	22,98	77,02	24,78	75,22
Sul	33,81	66,19	22,97	77,03	23,52	76,48
Centro-Oeste	35,79	64,21	10,41	89,59	11,99	88,01
Brasil	38,70	61,30	17,96	82,04	19,35	80,65

Fonte: IBGE/PNAD, 1995.

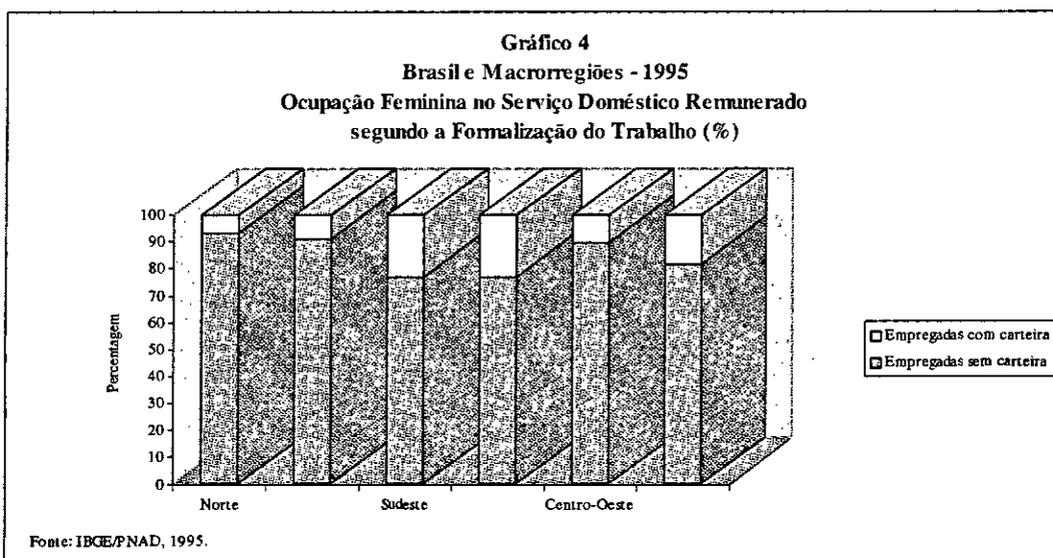


Tabela 13  
Brasil: Pessoal Ocupado nos Setores de Atividade segundo a Posição na Ocupação  
— 1995

Setor de atividade	(Em %)					
	Empregada c/ carteira	Empregada s/ carteira	Conta própria/ auto-cons.	Empregador	Funcionário público	S/ remuneração
Administração Pública	1,90	0,53	0,02	0,08	97,23	0,24
Comércio	32,73	15,71	34,97	7,27	0,32	9,00
Comunicações	26,25	3,77	0,86	0,82	68,18	0,12
Instituições financeiras	54,49	4,78	1,77	1,41	37,15	0,40
Transportes	48,34	13,82	29,62	2,93	4,19	1,10
Total de outros serviços	29,13	34,02	25,91	4,43	2,81	3,70
Outros serv. distributivos	31,41	16,43	36,43	9,26	1,15	5,32
Outros serv. prest. às empr.	66,43	14,97	8,84	4,81	4,22	0,72
Outros serv. de hosp./alim.	26,63	19,82	30,89	7,53	0,16	14,98
Outros serv. pessoais	14,89	56,01	26,93	1,05	0,08	1,05
Outros serv. de rep./cons.	18,21	27,48	41,76	7,88	0,12	4,56
Outros serv. sociais	51,35	16,28	11,41	4,18	14,02	2,75
Outros serv. técn./prof.	33,95	15,74	35,00	10,38	2,36	2,57
Total de serviços	27,75	26,16	24,01	4,24	13,92	3,93
Total da economia	25,86	20,89	27,68	3,88	11,53	10,15
Serv. doméstico remunerado	19,35	80,65	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: IBGE/PNAD, 1995.

## 7 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE: DO LAR E ANALFABETAS

A análise dos trabalhadores domésticos, segundo os anos de estudo, revela que é alta a percentagem dos trabalhadores da categoria sem instrução, haja vista que apresentam a mais alta taxa de analfabetismo entre os trabalhadores urbanos, embora tenha havido uma queda, nesta taxa na década (passou de 19,69%, em 1985 para 16,49% em 1995), enquanto para o setor serviços a taxa de analfabetos é de 7,41% no último ano. Observando 1985, nota-se que com um a quatro anos de estudos existiam quase 56% dos trabalhadores; de cinco a oito anos de estudos; 22,31% (Tabela 14). Para 1995, numa agregação diferente, encontram-se 72,10% desses trabalhadores apenas com o primeiro grau incompleto e tal número é mais gritante caso sejam considerados apenas os trabalhadores com o primeiro grau completo (oito anos), cuja taxa de participação despensa para 6,54% da categoria. Para o setor Serviços como um todo a taxa de participação atinge 10,39% (Tabela 15 e Gráfico 5).

Tabela 14

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado segundo o Sexo e a Escolaridade — 1985

Escolaridade	Homem						Mulher					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Sem Escolaridade	20,29	33,60	25,78	29,92	25,80	27,88	10,95	30,92	17,17	13,33	16,10	18,80
1º Grau Incompleto	73,76	34,05	66,51	65,78	63,53	58,80	79,03	64,20	75,54	77,74	74,32	73,84
1º Grau Completo	2,84	30,97	3,12	1,61	3,93	9,52	5,97	2,11	4,38	5,28	4,40	4,16
2º Grau Incompleto	3,10	0,21	1,61	2,16	2,03	1,39	1,89	0,97	1,28	2,08	1,71	1,40
2º Grau Completo	0,00	0,21	1,76	0,00	0,74	1,15	0,83	0,49	0,81	0,94	1,04	0,79
Superior	0,00	0,00	0,99	0,54	1,01	0,71	0,00	0,00	0,07	0,07	0,11	0,06
Não-identificada	0,00	0,97	0,22	0,00	2,95	0,57	1,34	1,32	0,74	0,56	2,32	0,96
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

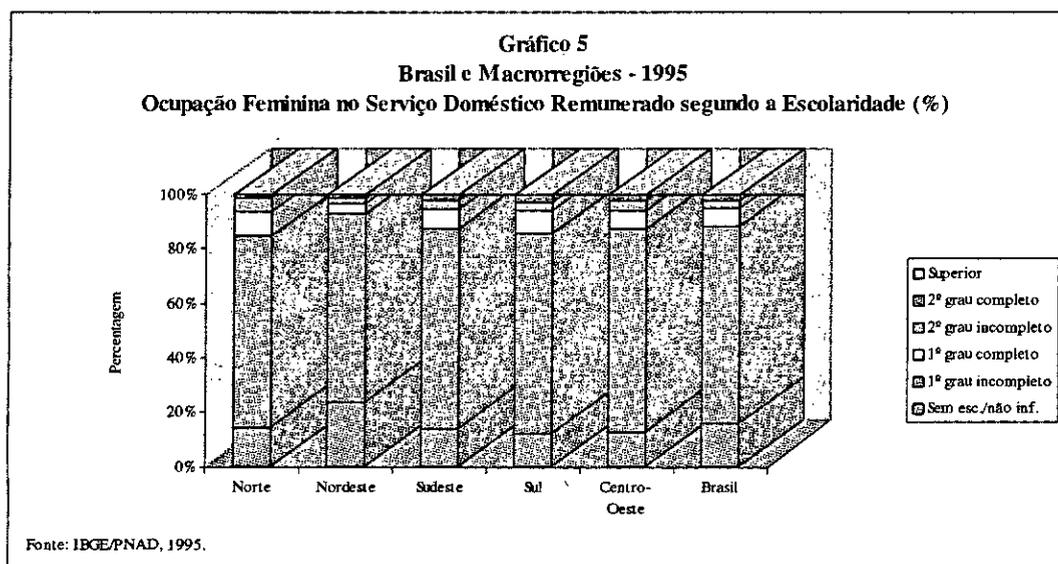
Fonte: IBGE/PNAD, 1985.

Tabela 15

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado segundo o Sexo e a Escolaridade — 1995

Escolaridade	Homem						Mulher					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Sem Escolaridade	24,07	32,06	25,59	28,13	26,49	27,70	14,28	23,57	13,61	11,58	12,90	15,54
1º Grau Incompleto	65,10	58,34	60,49	61,47	65,58	60,54	70,34	69,47	73,85	73,67	74,37	72,71
1º Grau Completo	6,49	6,52	6,92	3,63	2,04	6,04	9,24	3,91	6,99	8,55	7,02	6,63
2º Grau Incompleto	1,44	2,43	1,81	1,96	2,87	2,06	4,90	1,98	3,05	3,22	3,58	2,95
2º Grau Completo	2,89	0,66	4,00	3,39	1,66	2,79	1,15	1,02	2,02	2,37	1,99	1,81
Superior	0,00	0,00	0,72	1,43	1,37	0,63	0,00	0,00	0,13	0,06	0,08	0,08
Não-identificada	0,00	0,00	0,48	0,00	0,00	0,24	0,08	0,05	0,36	0,56	0,05	0,28
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD, 1995.



A separação dos trabalhadores por sexo revela que há uma ligeira tendência de as mulheres terem uma escolaridade um pouco melhor do que os homens. Trata-se de fenômeno comum ao Brasil e ao mundo, isto é, mulheres mais bem escolarizadas que os homens.<sup>19</sup> Há uma diferenciação regional quanto à escolaridade: os trabalhadores domésticos do Nordeste apresentam uma taxa de analfabetismo bem superior à média brasileira (32,34% para 19,69% da média nacional). Essa taxa de participação cai alguns pontos percentuais em 1995, mas é extremamente alta, ainda que para os padrões brasileiros.

A análise do nível de escolaridade dos trabalhadores domésticos revela que essa atividade é a principal fonte de emprego das mulheres e homens que têm opções limitadas de inserção no mercado de trabalho dado o seu baixo nível de qualificação. Socialmente o exercício dessas tarefas requer apenas as habilidades que fazem parte do “*ser mulher*” do treino secular do papel feminino: mãe e dona-de-casa.

## **8 - RENDIMENTOS: EU SOU POBRE, POBRE, POBRE DE MARRÉ, DE CÊ<sup>20</sup>**

O serviço doméstico é um dos setores de ocupação profissional de pior remuneração dos trabalhadores, mesmo quando se tem em conta o salário em espécie. Comparando com os trabalhadores da construção civil — setor que representa para os homens um papel equivalente ao emprego doméstico para as mulheres, isto é, esses trabalhadores são geralmente migrantes de pouca escolaridade — 48% desses trabalhadores da construção civil, em contraste com as 93,6% das trabalhadoras domésticas, estavam em 1980 dentro da escala de renda equivalente a 1,5 salário mínimo [Melo (1993, p. 217-218)].

Na década estudada por este trabalho a situação foi um pouco modificada. Na Tabela 16 quando se compara a distribuição por faixas de renda (em salários mínimos) da categoria, observa-se que sem remuneração até um salário mínimo tem-se uma taxa de participação de 87,57% dos trabalhadores; em 1995 essa taxa de participação na mesma faixa salarial cai para 65,41%. Para averiguar se houve uma melhora salarial da categoria na década, ou se essa mudança de faixa salarial pode ser em parte explicada por variações no valor real do salário mínimo, a partir da série histórica (1985/95) do salário mínimo deflacionado pelo INPC/IBGE constatou-se que caiu cerca de 25% no período, praticamente a mesma queda da taxa da participação da citada faixa salarial; podemos, portanto, concluir que não houve melhora salarial, apenas um efeito estatístico de mudança no padrão de

---

<sup>19</sup> A revista norte-americana *The Economist*, (28/9/1996) publicou um artigo intitulado “Tomorrow’s Second Sex”, que trata dessa questão. O jornal *Gazeta Mercantil* traduziu-o na sua edição de 12 e 13 de outubro de 1996 com o título de “O Futuro do Sexo Frágil”.

<sup>20</sup> Antiga cantiga de roda.

mensuração.<sup>21</sup> Esse efeito verificou-se em graus distintos em todas as regiões brasileiras.

Tabela 16

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado segundo as Faixas de Renda

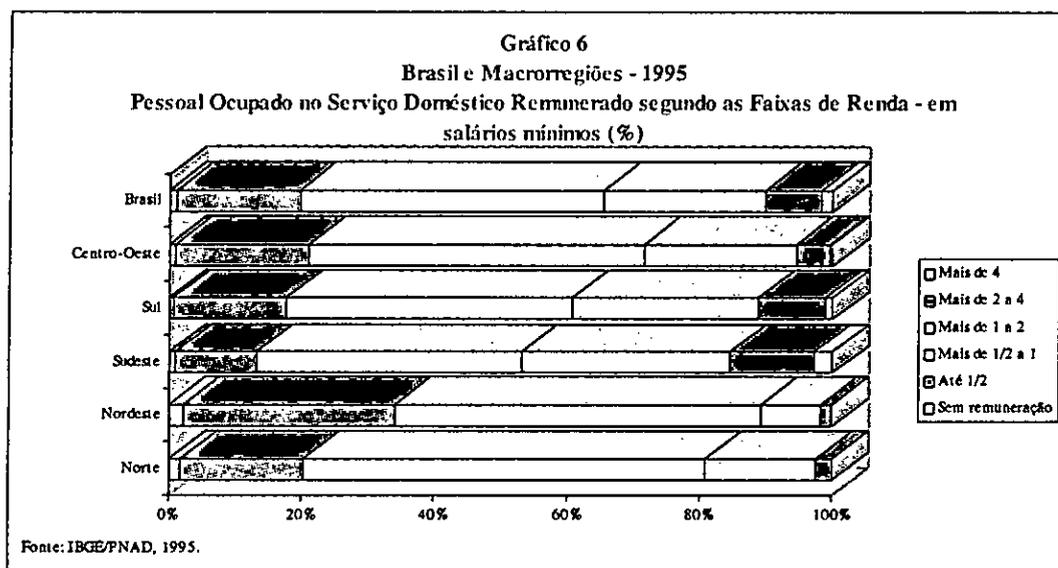
Faixas de renda (em s.m.)	1985						1995					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Sem Remuneração	4,21	2,12	1,01	0,70	1,59	1,29	1,81	2,19	0,89	0,72	0,85	1,21
Até ½	51,11	78,25	44,72	45,55	52,16	51,68	18,44	31,85	12,24	16,87	20,23	18,46
Mais 1/2 a 1	37,71	16,03	38,15	41,46	37,61	34,60	60,59	55,19	39,97	43,14	50,48	45,74
Mais de 1 a 2	6,41	3,19	14,33	11,17	8,15	11,14	16,69	8,99	31,48	28,02	22,93	24,36
Mais de 2 a 4	0,56	0,39	1,51	1,09	0,49	1,14	2,31	1,55	12,53	10,04	4,97	8,53
Mais de 4	0,00	0,02	0,29	0,02	0,00	0,17	0,16	0,22	2,88	1,21	0,56	1,70
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD, 1985 e 1995.

A distribuição dos rendimentos dos trabalhadores domésticos vista sob o ângulo regional tem uma face extremamente perversa. O Nordeste, em 1985, tinha 96,4% dos ocupados na categoria rendimentos de sem remuneração até um salário mínimo; no Norte essa percentagem atingia nada mais nada menos que 93,03% dos trabalhadores do segmento. Em 1995, o Nordeste e o Norte tinham respectivamente 89,23 % e 80,84% dos trabalhadores domésticos de zero a um salário mínimo. Saíram da taxa de participação dos 90%, mas ficaram na taxa de cerca de 80%. Dada a queda do salário mínimo real no período, isso aponta para uma efetiva piora da situação. Note-se que a melhoria foi maior na região Norte, indicativo de que provavelmente a Zona Franca de Manaus tenha contribuído para levantar no geral, os rendimentos, na cidade de Manaus. A realidade nordestina é mais dramática: primeiro a queda da taxa foi menor; segundo, quando se considera a faixa de um a dois salários mínimos, todas as outras regiões tiveram taxas de participação acima de 15%; No Nordeste, porém, ficou em 8,99%. Mesmo assim, está muito distante dos rendimentos auferidos pela totalidade do setor Serviços, que até essa faixa tem cerca de 29,05% dos trabalhadores. Abrindo as informações pelas diversas atividades de serviços, os trabalhadores domésticos apresentam-se como os de pior remuneração, superadas pelas atividades de feirantes (42,51%) e comércio ambulante (40,78%), ocupações reconhecidamente muito mal remuneradas (Gráfico 6).<sup>22</sup>

<sup>21</sup> Deflacionando pelo INPC/IBGE a média do salário mínimo ano a ano e usando como base o salário mínimo de dezembro de 1995, em preços desse mês o salário mínimo médio caiu de R\$ 130,50 em 1985 para R\$ 99,29 em 1995.

<sup>22</sup> As informações sobre estes subsectores podem ser encontradas em Melo *et alii* (1997).



Essa alteração vai aparecer em todas as faixas de rendimentos dos trabalhadores domésticos. Considerando a faixa de renda de um a dois salários mínimos, constata-se que corresponde a um contingente de 24,36% dos trabalhadores em 1995 contra 11,14% em 1985, isto é, mais que dobrou a taxa de participação. Para o intervalo de dois a quatro salários mínimos, o crescimento mais expressivo, a taxa de participação passou de 1,14% para 8,53% dos trabalhadores (Tabela 16). Mesmo descontando o efeito de queda do salário mínimo, parece haver razões para crer que a *profissionalização* dessas atividades está em curso no país, e sua mercantilização é mais acentuada no Brasil mais desenvolvido: o Sudeste em 1985 tinha cerca de 2% dos seus trabalhadores com mais de dois salários mínimos e em 1995 essa taxa de participação cresceu para 15,41% e no Sul passou de 1% para 11,25%.

A discussão dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores domésticos remunerados deve considerar que a sociedade encara essas atividades como ocupação subalterna e fora do circuito mercantil. Uma ocupação não-especializada para quem a realiza: mulheres ou homens. Mas, existem diferenças se considerarmos um homem ou uma mulher no exercício dessas atividades. Separando por sexo a desigualdade fica evidente, porque também nessa ocupação os rendimentos masculinos são maiores. Pode-se concluir que os rendimentos dos homens, não importa em que setores econômicos foram gerados, são sempre mais elevados que os femininos.<sup>23</sup>

Para avaliar tal questão fez-se o cruzamento dos rendimentos da categoria por sexo e escolaridade. O grau de instrução afeta tanto a probabilidade de ingresso na força de trabalho como é uma das variáveis-chave na explicação do nível de

<sup>23</sup> Sobre este tema ver Souto, Porcaro e Jorge (1994) e Bruschini (1994).

rendimentos dos trabalhadores.<sup>24</sup> As Tabelas 18 e 19 mostram para os anos de 85 e 95 o rendimento médio da categoria, segundo a escolaridade padronizada pela jornada de trabalho. Em 1985, há um crescimento da renda para as pessoas com mais anos de estudos, como consagra a análise da literatura econômica. Nas regiões mais pobres, todavia, isso não tem muito significado como atestam os casos das regiões Norte e Nordeste, onde o estigma do trabalho doméstico é mais forte na definição de regras salariais. No Brasil há um significativo aumento para as pessoas com mais de 12 anos de estudos. A região Sul puxa essa média. Tal problemática fica explícita na separação por sexo do cruzamento de renda com escolaridade: o rendimento médio dos homens tem nível mais alto e a escolaridade maior significado do que para o sexo feminino. Calculando para valores de 1995 tem-se que o rendimento médio por hora trabalhada dos homens fica em torno de R\$ 0,76 e o das mulheres em R\$ 0,48, a discrepância é patente entre os sexos, mesmo para o Nordeste. Esta região apresenta a mais baixa renda média do país (R\$ 0,26) e os trabalhadores domésticos da região ganham cerca de R\$ 0,60 por hora trabalhada (Tabela 17). A mesma análise foi feita para 1995 (Tabela 18) quando fica explícito que em todas as faixas o rendimento médio melhorou para os dois sexos.

Tabela 17

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado. Rendimento Médio por Hora Trabalhada segundo a Escolaridade — 1985

Escolaridade	Homem						Mulher					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Sem Escolaridade	0,50	0,51	0,64	0,80	0,59	0,61	0,46	0,25	0,58	0,55	0,48	0,47
1º Grau Incompleto	0,71	0,61	0,77	0,75	0,61	0,74	0,41	0,23	0,53	0,52	0,42	0,47
1º Grau Completo	0,67	0,13	1,34	1,58	1,25	0,42	0,49	0,30	0,57	0,60	0,57	0,55
2º Grau Incompleto	2,00	0,53	1,60	1,10	0,64	1,41	0,39	0,23	0,42	0,57	0,58	0,45
2º Grau Completo	0,00	1,14	2,65	0,00	1,11	2,51	0,61	0,58	0,80	0,85	0,68	0,77
Superior	0,00	0,00	1,71	2,67	1,14	1,71	0,00	0,00	0,50	2,22	1,19	0,94
Não-identificada	0,00	0,15	0,14	0,00	0,99	0,46	0,64	0,20	0,52	0,45	0,53	0,44
Total	0,71	0,43	0,81	0,80	0,65	0,71	0,42	0,24	0,54	0,53	0,45	0,48

Fonte: IBGE/PNAD, 1985.

<sup>24</sup> O nível de escolaridade na teoria do capital humano é a variável mais importante para explicação da desigualdade de rendimentos na sociedade, mas não há na literatura econômica consenso quanto a essa questão, Ramos (1993), afirma que a educação provoca mudanças entre 40% e 50% na desigualdade de rendimentos e que por certo isto constitui uma fração expressiva que não pode ser ignorada no estudo das desigualdades.

Tabela 18

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado.  
Rendimento Médio por Hora Trabalhada segundo a Escolaridade — 1995

(Valores em reais de 1995)

Escolaridade	Homem						Mulher					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Sem Escolaridade	0,35	0,51	0,89	0,92	0,76	0,75	0,64	0,49	1,07	1,00	0,91	0,83
1º Grau Incompleto	0,80	0,66	1,09	1,07	0,86	0,94	0,57	0,48	1,06	1,00	0,75	0,88
1º Grau Completo	0,45	0,83	2,79	1,43	1,54	1,99	0,61	0,54	1,19	1,07	0,82	1,01
2º Grau Incompleto	0,78	0,96	1,88	0,80	0,89	1,33	0,46	0,51	0,92	0,86	0,79	0,80
2º Grau Completo	0,82	0,73	3,26	0,89	1,34	2,58	0,65	0,56	1,80	1,08	0,68	1,36
Superior	0,00	0,00	5,13	6,25	0,62	4,70	0,00	0,00	1,23	1,66	0,46	1,22
Não-identificada	0,00	0,00	6,25	0,00	0,00	0,00	0,42	0,52	1,14	0,95	2,50	1,07
Total	0,67	0,63	1,31	1,10	0,85	1,04	0,58	0,49	1,08	1,01	0,78	0,89

Fonte: IBGE/PNAD, 1995.

Tabela 19

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado  
segundo a Jornada de Trabalho

(Em %)

Horas Trabalhadas	1985						1995					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Menos de 20	1,54	3,11	4,64	4,47	3,53	4,17	4,23	7,74	9,60	15,26	10,63	9,89
20 menos de 30	4,49	4,54	7,00	8,88	6,28	6,73	6,61	6,11	10,69	13,58	9,19	9,77
30 menos de 40	10,98	6,98	10,84	13,80	11,77	10,68	11,83	6,77	13,14	13,05	12,97	11,56
40 horas	11,59	6,77	11,61	12,28	12,05	10,87	6,93	6,85	19,32	15,70	9,76	14,54
Mais de 40 a 44	4,23	2,11	2,99	3,98	4,86	3,17	7,48	3,89	6,52	8,26	7,55	6,29
Mais de 44 a 48	16,74	11,74	21,63	17,30	20,81	18,99	21,56	17,14	19,47	12,01	22,28	18,08
Mais de 48	50,44	64,75	41,28	39,29	40,70	45,39	41,36	51,50	21,26	22,15	27,62	29,85
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD, 1985 e 1995.

Na continuidade do exercício de análise dos rendimentos da categoria por hora trabalhada para 1985, cruzada com a posição na ocupação (Tabela 20), nota-se que os trabalhadores com carteira tem menor rendimento médio tanto frente aos sem carteira como aos conta própria; separados por sexos a discriminação é evidente, mas os homens com carteira auferem maiores ganhos e neste caso os sem-carteira ficam numa posição pior do que as mulheres. Como no exercício dos serviços domésticos remunerados há uma diferenciação de funções entre os sexos, e provável que a explicação resida no fato de que os sem-carteira masculinos sejam aposentados ou constituam um segundo emprego. Em 1995, essa questão pode ser vista pela Tabela 21, o rendimento médio por hora trabalhada mostra um crescimento que quase dobrou na década; essa taxa foi mais importante para as trabalhadoras; e tem-se uma aproximação na média entre os rendimentos das com carteira e das sem-carteira, o mesmo fenômeno aconteceu com o sexo masculino.

Tabela 20

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado.  
Rendimento Médio por Hora Trabalhada segundo a Posição na Ocupação — 1985

(Valores em reais de 1995)

Região	Homem				Mulher			
	Empr. c/ cart.	Empr. s/ cart.	Conta Própria	Total	Empr. c/ cart.	Empr. s/ cart.	Conta Própria	Total
Norte	1,02	0,55	1,10	0,71	0,59	0,41	0,77	0,42
Nordeste	0,97	0,48	0,58	0,59	0,48	0,22	0,52	0,24
Sudeste	1,11	0,64	0,95	0,81	0,70	0,46	0,92	0,54
Sul	0,86	0,70	1,20	0,80	0,71	0,44	0,83	0,53
Centro-Oeste	0,84	0,61	0,89	0,65	0,73	0,42	0,86	0,45
Brasil	1,05	0,61	0,94	0,76	0,68	0,40	0,87	0,48

Fonte: IBGE/PNAD, 1985.

Tabela 21

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado.  
Rendimento Médio por Hora Trabalhada segundo a Posição na Ocupação — 1995

(Valores em reais de 1995)

Região	Homem			Mulher		
	Empr. c/ cart.	Empr. s/ cart.	Total	Empr. c/ cart.	Empr. s/ cart.	Total
Norte	0,72	0,65	0,67	0,70	0,57	0,58
Nordeste	0,71	0,60	0,63	0,53	0,48	0,49
Sudeste	1,35	1,27	1,31	1,03	1,10	1,08
Sul	1,14	1,08	1,10	0,92	1,03	1,01
Centro-Oeste	0,93	0,81	0,85	0,82	0,77	0,78
Brasil	1,18	0,96	1,04	0,94	0,88	0,89

Fonte: IBGE/PNAD, 1995.

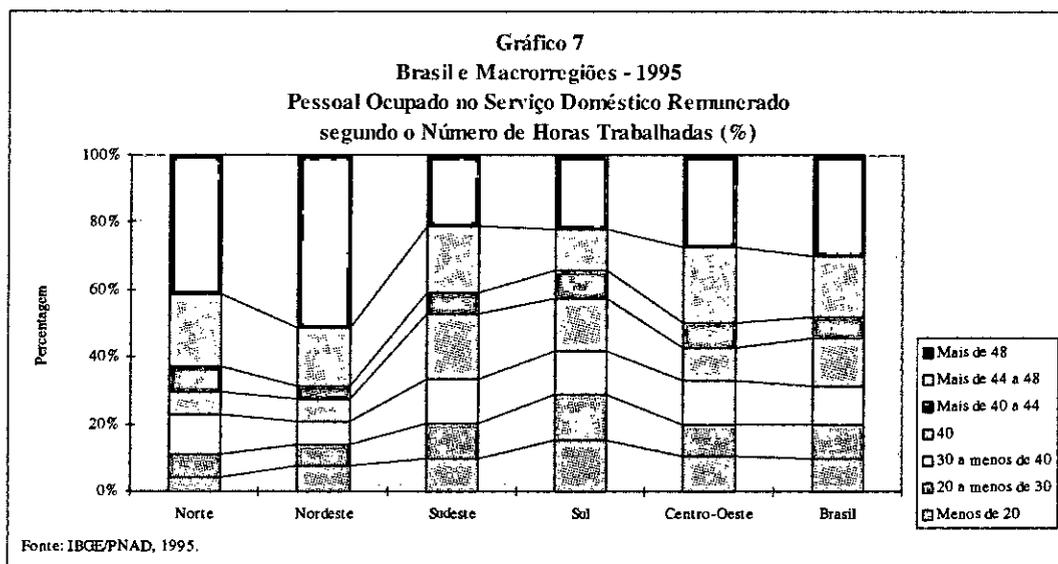
## 9 – A JORNADA DE TRABALHO — UMA LUTA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

A luta dos trabalhadores pela definição de uma jornada de trabalho é uma questão escrita na agenda dos direitos sociais do século XIX. Mesmo com a incorporação de vários direitos sociais na Constituição Brasileira de 1988, a jornada de trabalho de 44 horas semanais, não foi estendida para os trabalhadores domésticos.<sup>25</sup> Em trabalho recente Machado e Urani (1997) concluem que a jornada de trabalho no Brasil é muito superior aos padrões internacionais, mas declinou nos últimos anos. Outra conclusão desse trabalho é a constatação de que a jornada de trabalho masculina mostra-se sistematicamente superior à das mulheres. Em 1990 os homens trabalhavam em média 45,47 horas por semana e as mulheres 38,28 horas. Quando esses dados são desagregados para o serviço doméstico remunerado, a realidade é diferente. Em 1985, 64,38% dos trabalhadores domésticos tinham

<sup>25</sup> Os trabalhadores domésticos não têm direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), seguro-desemprego, vale transporte, salário-família, horas extras, adicional noturno, jornada de trabalho de 44 horas semanais e outras garantias trabalhistas.

jornadas de trabalho acima de 44 horas semanais para uma média no setor serviços de 47,9%, seguindo a tendência, na última década da economia brasileira de redução da jornada de trabalho para todos os trabalhadores; em 1995, porém, essa taxa de participação caiu para 47,93% dos trabalhadores da categoria.

Analisando regionalmente essa questão observa-se que nas regiões brasileiras mais pobres o quadro *foi e é* muito perverso. Em 1985, o Nordeste chegou a concentrar 76,49% dos seus trabalhadores domésticos em jornadas de trabalho acima de 44 horas semanais e no Norte essa taxa atingiu 67,18%. A redução de jornada de trabalho também aconteceu nessas regiões, como em toda a economia brasileira, mas com menos intensidade. Em 1995, no Nordeste caiu para 68,64% e no Norte para 62,92%. São taxas fixadas em níveis expressivamente superiores à média nacional (Tabela 19 e Gráfico 7).



Por último, fez-se uma análise padronizando o rendimento médio por hora trabalhada segundo a jornada de trabalho, como mostra a Tabela 22. É interessante salientar que as menores jornadas de trabalho apresentam-se com maiores valores tanto para as mulheres como para os homens, embora a dos últimos seja sempre maior. A explicação pode estar ligada ao fato de que as menores jornadas na categoria estejam relacionadas a trabalhos mais especializados no próprio âmbito dos serviços: como motoristas, jardineiros, babás, cozinheiras. Embora fosse preciso fazer outros cruzamentos para chegar a essa conclusão, ficamos por enquanto com essa hipótese, porque os dados demonstram que a pior remuneração média/hora trabalhada fica por conta das jornadas superiores a 48 horas semanais.

Tabela 22

Brasil e Macrorregiões: Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado.  
Rendimento Médio por Hora Trabalhada segundo a Jornada de Trabalho — 1995

(Valores em reais de 1995)

Horas Trabalhadas	Homem						Mulher					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Brasil
Menos de 20	0,51	1,29	3,64	1,73	1,22	2,10	1,76	1,26	2,30	1,83	1,78	1,95
20 menos de 30	1,42	0,55	1,31	0,87	0,99	0,94	0,87	0,71	1,45	1,12	0,87	1,22
30 menos de 40	0,98	0,87	2,27	0,66	0,62	1,58	0,76	0,61	1,05	1,00	0,73	0,95
40 horas	1,07	0,61	1,55	1,31	1,08	1,28	0,61	0,59	1,05	0,97	0,85	0,97
Mais de 40 a 44	0,49	0,58	1,01	0,80	1,05	0,91	0,58	0,45	0,80	0,78	0,60	0,72
Mais de 44 a 48	0,69	0,61	0,94	0,74	0,97	0,84	0,51	0,45	0,79	0,78	0,62	0,68
Mais de 48	0,45	0,51	1,04	1,19	0,67	0,82	0,41	0,33	0,69	0,59	0,52	0,50
Total	0,67	0,63	1,31	1,10	0,85	1,04	0,58	0,49	1,08	1,01	0,78	0,89

Fonte: IBGE/PNAD, 1995.

## 10 - CONCLUSÕES

O serviço doméstico remunerado é a principal ocupação das mulheres brasileiras, apesar da perda de dinamismo dessa atividade na economia. São quase 5 milhões de brasileiras e 350 mil homens nessa ocupação. Houve um pequeno aumento na participação masculina na década, provavelmente explicada pela recessão econômica e reestruturação industrial. Tal hipótese pode ser evidenciada pelo exemplo da região Sul, onde se observa o maior incremento na taxa de participação masculina do Brasil.

Mesmo que se considere o salário em espécie (casa e comida), essa atividade é um dos subsetores econômicos de pior remuneração da classe trabalhadora. Considerada pela sociedade como uma ocupação subalterna e fora do circuito mercantil, não-especializada para quem realiza; mulheres ou homens. Mas, dependendo de quem o exerça. Separando por sexo a desigualdade fica evidente: porque também nessa ocupação os rendimentos masculinos são maiores. *Pode-se concluir que os rendimentos dos homens, independentes dos setores econômicos em que foram gerados, são sempre mais elevados do que os femininos.* O cruzamento dos rendimentos da categoria por sexo e escolaridade, mostra um crescimento da renda para as pessoas com mais anos de estudos. Entretanto, nas regiões mais pobres (Norte e Nordeste), isso não tem muito significado, enquanto no Sul há um significativo aumento para as pessoas com mais de 12 anos de estudos. Provavelmente, nas regiões menos desenvolvidas o estigma do trabalho doméstico é muito mais forte na definição de regras salariais. De qualquer maneira algo fica explícito no cruzamento da renda com a escolaridade: o rendimento dos homens tem nível mais alto e a escolaridade maior significado do que para o sexo feminino. Na década houve um crescimento no rendimento médio da hora trabalhada e tal taxa foi mais importante para as trabalhadoras. Como em 1985 os rendimentos dos trabalhadores sem-carteira e conta própria eram maiores do que os com carteira, em 1995 tem-se uma aproximação na média entre os rendimentos *das* com carteira e *das* sem-carteira, o mesmo fenômeno aconteceu com o sexo

masculino. A diferença era que os homens com carteira em 1985 auferiam maiores ganhos e os sem-carteira ficavam numa posição pior do que as mulheres, provavelmente os sem-carteira do sexo masculino sejam aposentados ou a ocupação constitua segundo emprego.

Essa categoria tem uma jornada de trabalho definida por uma relação de trabalho híbrida, mesclada por trabalho assalariado com um certo regime servil. Claro que o avanço do processo de industrialização tem mudado tal questão, sobretudo nos grandes centros urbanos há uma maior nitidez na relação entre patroas/empregadas, tornando-a menos pessoal, sem relação de parentesco fictícias e de ajuda à trabalhadora e à sua família.

O serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. Funciona como a porta de entrada para as jovens migrantes rural-urbanas brasileiras. Há, por isso, uma forte presença de crianças do sexo feminino exercendo essas atividades. Quanto ao quesito *cor*, no Brasil as trabalhadoras(es) domésticas refletem a miscigenação nacional numa proporção igual de brancos e não-brancos, embora regionalmente seja bem diferente no Norte e Nordeste, onde há grande predominância de trabalhadores não-brancos no exercício dessas atividades.

## BIBLIOGRAFIA

- SILVA, M. D. A. A., CARDOSO, L., CASTRO, M. G. As empregadas domésticas na região metropolitana do Rio de Janeiro: uma análise através dos dados de Endef. Rio de Janeiro: *Boletim Demográfico*, v. 12, n. 1, 1981.
- ABREU, A., JORGE, A., SORJ, B. Desigualdade de gênero e raça — o informal no Brasil em 1990. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 2º semestre de 1994. Número especial.
- BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. *Pobreza, estrutura familiar e trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 1995 (Texto para Discussão, 366).
- BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R., MACHADO, A. F. *A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 453).
- BARSTED, L. de A. L., LAVINAS, L. *Direitos trabalhistas da mulher*. Rio de Janeiro, 1997, mimeo. Convênio MTb/IPEA.
- BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 2º semestre de 1994. Número especial.
- BRUSCHINE, C. *Tendências da força de feminino no Brasil nos anos 70 e 80: algumas comparações regionais*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994 (Textos FCC, 1).
- CAMARGO, J. M., SERRANO, F. Os dois mercados: homens e mulheres na indústria brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v.37, n.4, out./dez. 1983.
- CASTRO, M. G. Qué se compra y qué se paga en el servicio doméstico? El caso de Bogotá. In: LÉON, M. (ed.). *La realidad colombiana*, v. 1: Debate sobre la mujer en América Latina y el Caribe. Bogotá: Asociación Colombiana para el Estudio de la Población, 1982.
- CHANEY, E., CASTRO, M. G. (eds.). *Muchacha no more: household workers in Latin America and the Caribbean*. Filadélfia: Temple University Press, 1989. Edição em casteliano pela Editorial Nueva Sociedad em 1993.
- COLÉN, S. Solament un poco de tespeto: trabajadoras del Hogar Antillanas en la ciudad de Nueva York. In: CHANEY, E., CASTRO, M. G. (eds.). *Muchacha no more: household workers in Latin America and the Caribbean*. Filadélfia: Temple University Press, 1989.

- GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: MADEL, L. (ed.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- HIGMAN, B. W. El servicio doméstico en Jamaica desde 1750. In: CHANEY, E., CASTRO, M. G. (eds.). *Muchacha no more: household workers in Latin America and the Caribbean*. Filadelfia: Temple University Press, 1989 e Editorial Nueva Sociedad, 1993.
- KUZNESOF, E. Historia del servicio doméstico en la América Hispana (1492-1980). In: CHANEY, E., CASTRO, M. G. (eds.). *Muchacha no more: household workers in Latin America and the Caribbean*. Filadelfia: Temple University Press, 1989 e Editorial Nueva Sociedad, 1993.
- LÉON, M. Trabajo doméstico y servicio doméstico en Colombia. In: CHANEY, E., CASTRO, M. G. (eds.). *Muchacha no more: household workers in Latin America and the Caribbean*. Filadelfia: Temple University Press, 1989 e Editorial Nueva Sociedad, 1993;
- MELO, H. P. de. Feministas y empleadas domésticas en Rio de Janeiro. In: CHANEY, E., CASTRO, M. G. (eds.). *Muchacha no more: household workers in Latin America and the Caribbean*. Filadelfia: Temple University Press, 1989 e Editorial Nueva Sociedad, 1993.
- MELLO, M. F. de. *Análise da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC, 1982 (Dissertação de Mestrado).
- PAIVA, P. de T. A mulher no mercado de trabalho urbano. *Encontro Nacional de Estudos Populacionais II*. Águas de São Pedro, 1980.
- THE ECONOMIST. *Tomorrow's second Sex*. 28 Sept. 1996. Tradução no Jornal Gazeta Mercantil "O Futuro do Sexo Frágil", 12/13 de outubro de 1996.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Mulher brasileira: opressão e subordinação*. Rio de Janeiro: Edições Achimé, 1984.
- SOUTO, J., PORCARO, R., JORGE, A. F. *Mudanças no perfil de trabalho e rendimento*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- WAINERMAN, C., LATTES, Z. R. de. *El trabajo femenino en el Banquillo de los acusados: la medición censal en America Latina*. México, DF: El Consejo de Población y Terra Nova, 1981.